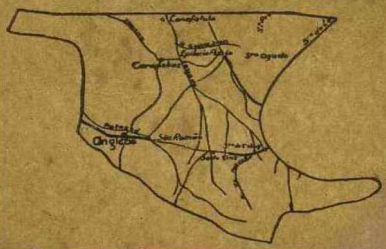
1080

Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense — II

ALUIZIO ALVES

ANGICOS

Notas de História — Aspectos Geográficos — Traços Biográficos — Economia — Costumes e Tradições



IRMÃOS PONGETTI EDITORES

Volumes publicados:

I — Familias Seridoenses — José Augusto

II — Angicos — Aluizio Alves

III — Mossoró — Vingt'un Rosado

Proximas publicações:

IV — Capitulos de Historia Potyguar — Manoel Dantas

V — Seridó — José Augusto

VI — O Valle do Ceará-mirim — H. Castriciano, Julio Rezende, Fernandes Silva

VII — Almino Alvares Affonso — José Lino da Justa

VIII — Miguelinho e Nysia Floresta — Adaucto da Camara

IX — O sal na economia norte-riograndense — José Augusto

Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense — II

ALUIZIO ALVES

ANGICOS

Notas de História
Aspectos Geográficos
Traços Biográficos
Economia
Costumes e Tradições

1940
Irmãos PONGETTI Editores
RIO DE JANEIRO

Labim/UFRN

BIBLIOTHECA DE HISTORIA NORTE-RIOGRANDENSE

Direcção de

José Augusto

Aluizio Alves

Vingt'un Rosado

Antonio Soares Filho

Aos meus pais e irmãos,

grande afeição.

Aos drs. José Augusto, Eloi de Souza e Camara Cascudo, mestres e amigos,

minha homenagem.

Labim/UFRN

UMA CARTA DO DR. ELOI DE SOUZA

Labim/UFRN

Meu caro Aluizio:

Li a sua monografia sôbre o município de Angicos. Você fez um trabalho de pesquisa minudente e honesta para o qual só há louvores. De tudo quanto li ficou-me o contentamento de encontrar nessas páginas o interêsse de um angicano pela terra natal, o amor do norte-riograndense pelo amado Rio Grande do Norte.

Sem essa dupla afeição, na sua idade, e com as faculdades de imaginação reveladas ainda na meninice nas colunas dos jornais conterraneos, não se teria você enclausurado nos arquivos da Prefeitura, Cartório e Igreja de Angicos, para disputar à poeira e às traças, os dados copiosos que tornam a sua monografia, sob tantos aspectos, um trabalho precioso e exaustivo.

Há, aliás, nesse paciente labor, mais uma afirmação do seu caráter que foi sempre um feitio por mim assinalado desde o nosso primeiro contacto nas lides d'"A Razão". Você ainda não tinha deixado as calças curtas, e ainda andava distante do buço que agora lhe reponta numa fita mal esboçada, que você ainda não eliminou fugindo à moda dos jovens de sua idade.

Naquele vespertino partidário e de combatividade proporcional aos idéiaes que defendiamos, revelou você inteligência, cujas promessas o tempo confirmou.

Labim/UFRN

Nas colunas daquele jornal, escreveu você, já em língua de gente, vários tópicos antes de chegar à extensão do artigo assinado, que ninguem suporia fôssem produções de uma criança em quem o civismo madrugara, alvoroçando idéias e conceitos de perfeita madureza.

Durante todo o tempo daquela campanha memoravel tive-o como companheiro solícito e corajoso, correndo riscos dos quais sempre procurei afastá-lo, tão certo estava de que em época tão tormentosa deles não podesse defende-lo, nem mesmo a candidez de sua meninice.

É que, ja então, haveria nessa atitude a força de um caráter alicerçado pela fé católica tão profunda que atingia os limites da intolerância. Fé de crente que nasceu para as delícias e as agruras dessa vocação, fé política do menino que sofria como um verdadeiro patriota pelas ofensas feitas à liberdade e à dignidade dos que tinham visto a luz na mesma terra bôa e generosa.

Aludo a essa fase porque ela vale pela definição do joven de hoje, que, dia a dia, aprimora qualidades e virtudes na constância daqueles dois caminhos retilíneos e nobres.

Tive-o depois no alvorecer da juventude, como colaborador da "A República", entregue à missão construtora que imprimi na direção desse velho orgão, registo de todos os aspectos elevados da vida de nossa terra, escrevendo artigos e crônicas sôbre assuntos de interêsse coletivo.

Pode-se dizer que essa monografia teve aí a sua

genese. Muitas das suas páginas aparecem agora refundidas para sua adaptação ao conjunto dos assuntos tratados, todos eles pela alta expressão do feitío humano ou político, destinados a constituir parte integrante da história do Rio Grande do Norte.

Algumas das figuras aí trazidas a lume, são representativas da raça, pela dignidade das atitudes e sobrancería no revide ao orgulho transitório de potentados. Dentre outros, merece destaque êsse *Vicente Ferreira Barbosa,* sertanejo rústico, de poucas letras, moldado na coragem dos antepassados desbravadores do sertão angicano, que tão bem soube incarnar a altivez indomada, replicando a insolência do presidente Basilio Quaresma Torreão, uma e mais vezes, com o destemor de quem, na defeza dos brios da terra natal, se dispusera a todos os sacrifícios. É do seu próprio punho e será do próprio engenho, que tudo pode na desafronta ao pundonor coletivo, a lição de civismo que deu àquele presidente nos ofícios que lhe dirigiu advertindo-o da ineficiência do seu poder, em face do poder maior de um povo ultrajado. Essa atitude congregou todas as energías dos angicanos, num só feixe de vontade, lance no qual tiveram participação comovida, as mulheres angicanas, que, num ímpeto de revolta sagrada, rasgaram o edital de publicação da lei que degradava a vila de Angicos, conseguida após luta porfiada, à condição anterior de povoação subordinada ao município de Assú.

Ainda bem jovem residí temporariamente, e por veses, na sua terra natal. Não são poucas as figuras que vivem na minha recordação, e alí encontrei, e com

Labim/UFRN

elas conviví, numa camaradagem que foi passatempo inesquecivel, pela curiosidade que despertaram no meu espírito, tão afeiçoado, aos homens e às cousas do sertão.

Entre outras, avulta o *vigario Felix Alves de Souza,* que conhecí já velho, mas sempre erecto como a carnaúba linheira. Os anos não lhe diminuiram a estatura elevada que se conservou íntegra até à morte. Física e moralmente, não sofreu a injúria da linha curva. Quasi otogenário, ainda caminhava com passo seguro, como se a idade não o tivesse atingido, e pensava com a mesma lucidez da maturidade. Sem ser um homem inteligente, conseguiu, pelo bom senso, pela bondade, e pela pureza de costumes, um imenso prestígio na freguezia onde foi vigario-colado durante meio século, conceito extensivo às paróquias limítrofes, onde o seu nome só encontrava bençãos e amizades.

Homem de uma ilimitada bôa-fé, não concebia que a mentira e o embuste pudessem poluir lábios humanos. Êsse feitio era nele, de tal modo, congênito que repetia as histórias mais inverosimeis que lhe contavam, terminando essas narrativas sempre com o mesmo estribilho: *"Eu não vi, mas, pessôa de verdade me contou".*

Absolutamente desinteressado, o dinheiro só tinha nas suas mãos a função caridosa, distribuida em esmolas aos necessitados. Nunca economizou e, por isso, morreu pobre. Dizia-se que ninguem guardava memória de te-lo visto com uma batina nova. Eu, pelo menos, o conhecí com uma velha sotaina sirzida em várias partes, e um velho chapéo reclamando substituto.

Atraiu-me, porém, pela simplicidade das maneiras,

a mansidão da palavra, e a tolerância tão pouco comum num homem de fé verdadeira, como era a sua. No púlpito, falava para o povo a linguagem que o povo compreendia e ouvia atentamente, como se daquele púlpito modesto descesse a palavra da Verdade Eterna.

Ainda hoje, a memória de padrinho-vigario é reverenciada por essa tradição de bondade comunicativa e humildade cristã, que foram os dois grandes élos que o prenderam ao respeito e à admiração dos seus paroquianos.

Bem diferente do velho vigario, era *José Teodoro,* ancião de longas barbas brancas, temperamento arrebatado que os anos não arrefeceram, figura de João Batista, tronitroando impropérios, no deserto em que se isolou, contra os que destronaram o Imperador, velho e doente, e os ingratos que no Rio Grande do Norte esqueceram Amaro Bezerra, o grande chefe liberal, a quem guardou fidelidade além da morte.

Era homem inteligente, com grande poder de persuasão, e apesar de muito pobre, graças às virtudes de caráter que o acompanharam até à hora extrema, teve em Angicos, como chefe político, um prestígio que lhe sobreviveu nos filhos.

Os últimos anos de sua vida, foram anos de amarga penúria, suportada estoicamente, dentro da casa em ruínas, limitado ao convívio dos que respeitavam sua intransigência política e o seguiam com o mesmo espírito de sacrificio.

Trabalhou enquanto lhe permitiram as forças enfraquecidas pelos anos e pelas necessidades. Por maio-

Labim/UFRN

res, porém, que estas tenham sido, (e elas foram extremas), nunca pediu um emprego a ninguem, e menos, ainda, pediria o pão, nunca aceitou conchavos de ordem partidária, nunca abdicou da sua autoridade de chefe, e como chefe morreu.

Foi uma das figuras sertanejas mais impressionantes que já me foi dado conhecer, e ninguem que com êle tivesse privado, ou apenas, o tivesse visto no final da velhice e da vida, não esqueceria aquela fisionomia enrugada, mas, na qual, se advinhava uma força espiritual que nada poderia abater.

Outras figuras conhecí que não evoco porque o padre e o político resumem lídimas virtudes sertanejas.

Receba, meu caro Aluizio, nestas linhas apressadas, o meu cordial parabem pela sua monografía, que não sendo um livro à altura de sua imaginação e inteligência, vale, todavia, como afirmação de qualidades que prometem outros livros, que desejarei poder louvar, como estou louvando êste manuscrito.

Cordialmente,
ELOI DE SOUZA.
Natal, 15-12-940

PREFÁCIO

Destina-se esta monografía a divulgar a história de minha terra.

Em 1937, *publiquei, n'"A República"*, Notas Históricas de Angicos, *em que procurei estudar, sucintamente, os acontecimentos desenrolados aqui desde os meiados do século XVIII até o advento da República.*

Agora, resolvi ampliar o trabalho, corrigí-lo, dar-lhe feição melhor, e reuní-lo neste volume, acrescendo-o de notas sôbre a nossa economia, os nossos costumes mais tradicionais, e fixando aspectos geográficos.

Como se vê, é um contingente humilde para a história do Rio Grande do Norte. Sem rebuscados literários, sem divagações filosóficas ou sociológicas. Simples registo de fatos esquecidos, de homens que passaram a vida lutando, e morreram sem homenagens e sem glória.

Os documentos de que me servi custaram-me algumas horas de pesquisa paciente e difícil. Os autores que consultei eram quasi sempre parcimoniosos, lacónicos. As únicas excepções foram Nestor Lima (Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Rio G. do Norte — Vols. XXV-XXVI, anos 1928-1929) *e* F.

Labim/UFRN

Véras Bezerra ("O Cabugí" 1-1-1929 e 1-1-1930) *precursores da história angicana, a quem rendo o meu preito de justiça e gratidão.*

Aos que me auxiliaram com apontamentos esparsos, tambem o meu reconhecimento.

Não espero triunfos de obra tão modesta. Se estes tiverem de me premiar, que sejam a acolhida generosa dos meus conterrâneos, por amor dos quais me entreguei ao trabalho exaustivo e laborioso.

A eles e à minha terra, os melhores pensamentos e as melhores intenções deste livro, para que todos saibam as lutas, os sacrificios, os homens e as glórias que ornam o nosso passado, e clamam da nossa geração o preito da posteridade reconhecida e a homenagem da justiça que já tarda.

A. A.
11-8-940

HISTÓRIA

Antecedentes

Mirabeau Mello

Labim/UFRN

I

Colonização do Rio Grande do Norte. Povoamento e suas causas.

Antes do descobrimento do Brasil, dizem vários autores, Hojeda, Diogo de Lepe e Pinzon visitaram as nossas costas.

Ultimamente, porém, desmente forte corrente essa suposição, considerando imaginárias as referidas incursões extrangeiras.

Certo é que as terras do Rio Grande do Norte foram as primeiras, depois de Porto Seguro, a ser avistadas por olhos europeus.

Descoberta a nova colonia, a primeira expedição que, em 1501, veio reconhecer o feito memorável, alcançava terras até cinco e seis gráos, o que indica, de par com a represália recebida da parte dos selvagens, que ela se aproximou dos redutos guardados pelos potiguaras desconfiados e ferozes.

Mas, daí para a nossa colonização vai uma grande distância.

Outras foram as suas causas, e tão diversas as circunstâncias, que, ao relacioná-las mesmo sem co-

Labim/UFRN

mentários, quisemos dividí-las em três fases, para melhor clareza:

1.ª *fase* — A primeira inicía-se com a divisão do Brasil em capitanías hereditárias, depois de 1530, e, assim mesmo, de reduzido êxito, tais as dificuldades surgidas.

Coubera a João de Barros, na distribuição ordenada por d. João III entre as figuras mais ilustres do tempo, no país, uma possessão de cem leguas de terra que começava na Baía da Traição para terminar, segundo Rocha Pombo, no rio Mundaú, do Ceará.

Associado a Aires da Cunha, conhecido domador de ondas, o donatario planejou a exploração do feudo, tendo para isso custeado a expedição chefiada pelo socio, e de que faziam parte dois filhos seus.

O destino dessa embaixada foi o mais trágico. Chegando ao Rio Grande do Norte, não sabemos as razões que a induziram a desembarcar no rio Ceará-Mirim, conhecido por Baquipe e Pequeno, três leguas ao norte do "próprio Rio Grande, depois chamado pelos índios Putigi (1).

Aí, recebeu tenacíssimo combate da indiaría, coligada aos franceses, que, se seguindo, como pensa Rocha Pombo, (2) à tempestade do Maranhão, em que perecera Aires da Cunha, anulava o primeiro ensaio de colonização do Rio Grande do Norte, a qual, sómente muito depois, se afirmaria segura e invencível.

(1) "*História Geral do Brasil*" — Porto Seguro — 1.º vol. Pág. 239.

(2) "História do Rio Grande do Norte", pág. 19.

2.ª *fase* — A segunda fase desperta com a necessidade de evitar que os aventureiros franceses, de pazes com os índios, consigam dominar a terra.

O século XVI assistia ao seu ocaso, quando d. Francisco de Souza, aterrorizado com as incursões extrangeiras, insistiu, pelas cartas régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597, dirigidas ao Governo Geral e aos Capitães-Mores de Pernambuco e Paraíba, para que se extendesse a obra colonizadora da metrópole.

Ouvido o apelo, organizaram aquelas autoridades duas expedições: uma marítima, chefiada por Mascarenhas Homem, e outra dirigida por Feliciano Coelho e Jerônimo de Albuquerque, que viria a pé.

A varíola devastou as forças internadas no sertão. E, assim, sómente Jerônimo de Albuquerque prosseguiu a caminhada, tomando na costa um caravelão para reunir-se a Mascarenhas Homem.

A resistência do gentío não tardou. Os combates se travaram. Mas, de ânimo forte, resistiram os colonizadores ao ataque. E a 6 de janeiro de 1598 começava a construção do Forte dos Reis Magos, que dorme, hoje, à entrada da capital, o sono abandonado das estátuas-espectro de muitas lutas e muitas glórias.

O índio, entretanto, não se conformou com a invasão do homem civilizado nos seus domínios. E novamente reagiu. Reação irregular, estratégica, cheia de lances inesperados, traiçoeiros e épicos.

Mais de um ano durou o suplício dos que guardavam o Forte. Dias e noites eram, apenas, horas de angústia, minutos de vigilância à selvagería gentía.

Labim/UFRN

Foi quando, verificada a inconveniência desse conflito, tentaram os portugueses as pazes com o inimigo.

A tentativa logrou êxito. A 11 de junho de 1598, entre festas de regosijo, assinavam na Paraíba o tratado de paz, o colonizador-mensageiro da civilização — e o índio-guarda estoica da terra virgem.

Jerônimo de Albuquerque senta, então, as bases de um pequeno povoado, meia legua do Forte, sôbre a elevação de um planalto, a todo instante beijado pelas águas tranquilas do Potengí — NATAL.

Inicía-se, agora, o povoamento. Concessões de terras, estímulos, trabalho, tudo se conjuga para o mesmo objetivo.

Todavia, logo cessam as atividades.

A invasão holandesa fecha o cíclo dessa segunda tentativa, e durante quasi três décadas, interrompe a obra nascente, mata as esperanças de prosperidade, reduzindo a terra a um campo sanguinolento de destroços.

Os flamengos, em verdade, encontraram o Rio Grande do Norte pouco desenvolvido. Mas, para as circunstâncias em que se debateram os colonizadores, já era muito. Dois engenhos: *Ferreiro Torto* e *Cunhaú*. Trinta casas natalenses. Pesca, agricultura, e gado tão abundante que, por alguns anos, forneceu o produto a Pernambuco, Paraíba e Itamaracá.

O domínio holandês inverte o trabalho. Devastação de propriedades, carnificina de seus habitantes, jugo sangrento que despovôa e sufoca a colonização embrionária.

Foi, decerto, quando mais sofremos. E essa época é hoje relembrada entre amarguras e maldições.

3.ª *fase* — A terceira fase começa após a retirada holandesa. É, dentre todas, a mais importante, porque de sucesso pleno e seguro. Restaura o litoral. Penetra o sertão. Percorre toda a Capitanía.

Nela, tiveram preponderância dois grandes fatores: *a guerra dos bárbaros, em* 1687, *na ribeira do Assú, e a criação de gado,* que, adiante, estudamos isoladamente, vendo as suas benéficas consequências que abriram à terra pequena um grande e duradouro destino.

Labim/UFRN

II

Primitivos habitantes do Rio G. do Norte. A guerra dos bárbaros: causas e consequências.

O surto colonizador veio encontrar no Rio Grande do Norte numerosa população indígena, dividida, principalmente, em dois grandes ramos: *a nação Tupí*, na zona do litoral, e *a nação Gê* ou *Tapuia*, que se extendia pelo interior.

Neste tipo étnico dos mais curiosos, de quantos concorreram para a formação racial brasileira, o sentimento de liberdade era absoluto. Dai, julgarem-se injuriados pelo invasor, e a custo consentirem na fixação adventícia em seus domínios.

Os tapuias, de modo particular, resistiram estoicamente à conquista, e essa resistência custou-nos dois lustros ininterruptos de destruição e de sangue.

Os tupís, mais aproximados da cidade do Natal, em contacto maior com a civilização, accederam, após pequenas lutas, na entrada do elemento emigratório.

Com os outros, porém, perdidos na imensidão desconhecida das caatingas, habituados às agressões periódicas da propria terra, os combates que se tiveram de travar assumiram proporções alarmantes de barbaria, e encheram, por si sós, um largo período da história colonial do Brasil.

Deles, que no pensamento de Ehrenreich, são os mais interessantes entre todos os que povôam o país, diz *João Ribeiro*: são *"caçadores rudes e primévos, não conhecem a agricultura, não praticam a navegação, não sabem construir casas, desconhecem a cerâmica e a tecelagem, e não conhecem o uso da rêde"*.

Eram, assim, tribus nômades, em estado primitivo, e isto caracterizava qualquer uma delas, *janduís, caracarás, areás, pégas, paiacús, canindés* e algumas outras, pela mesma ferocidade, que sempre temeram os colonos.

Entre tais elementos, nativos rudes e ciosos das terras em que viviam, e portugueses desejosos de alargar o reino lusitano, jamais poderia haver bôa amizade.

Essa aversão natural mais se agravou pela tentativa da escravidão gentía pelo colono, crime que se praticou sempre, a despeito das ordens legais que o proibiam.

O *padre Antônio Vieira*, em carta dirigida a El-Rei, a 20 de maio de 1653, assim se expressava:

> "As causas de até agora se ter feito tão pouco fructo com estas gentes, são principalmente as tyrannias que com ellas temos usado, havendo capitão que obrigou a atar dez moirões accesos nos dez dedos das mãos de um principal de aldeia para que lhe desse escravos, dizendo que o

Labim/UFRN

havia de deixar arder, enquanto lh'os não desse e assim o fez.

Este, e semelhantes terrores têem feito o nome dos portuguezes odiosos nos sertões, e desautorado muito a fé, entendendo os barbaros, que é só em nós pretexto de cobiça, com que muitos se teem retirado mais para o interior dos bosques e outros depois de vir, si tornam desenganados, outros nos fazem guerra e o mal que podem". (1)

Ao lado destas palavras da voz mais autorizada daqueles tempos, retratando a situação entre colonos e índios no Maranhão, há, ainda, o testemunho compadecido de *Gonçalves Dias*:

"Sabemos qual era a tactica geralmente seguida pelos colonos, depois das leis que aboliram a escravidão dos índios: era injuria-los nas suas pessoas e propriedades, incita-los por todos os meios ás guerras contra os seus visinhos ou contra os proprios colonos e dahi tirarem plausivel pretexto para os guerrear e captivar".

E relata:

"Durante a minha estada nesta provincia aconteceu que um fazendeiro por querer esbulhar indios mansos de terras que tinham, mas das quaes se perdeu o titulo, ficando, apenas, alem

(1) Citação de Ulisses Brandão, em "Confederação do Equador".

do facto, a tradicção de longa e indisputada posse, não só os ia perturbar em suas plantações, como levou o arrojo a ponto de fazer espingardear a um deles mais renitente". (2)

Que se poderia esperar de milhares de homens brutos, sofrendo a rudeza do sol tropical, tratados de modo tão cruel?

A resignação passiva dos que sabem sofrer?

Não. O índio era bravo, impetuoso, feroz. A caatinga e a serra eram para êles a certeza da impunidade dos crimes cometidos.

E a colonia de pouco dispunha. Uma fortaleza desarmada. Raros homens afeitos à luta, alheios, todos êles, à terra desconhecida. As finanças desoradas. A criação e a agricultura taladas pela invasão holandesa.

Tudo isto preparou no ânimo rebelde do nativo, o germen da guerra que, em princípios de 1687, se afirmou implacavel e destruidora.

De muito, esboçava-se, entre os aborígenes, êsse longo e doloroso movimento.

O capitão-mór da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, (1661-1663) escrevera à Regente contando-lhe *"como os indios barbaros Janduins residentes no districto e certão da Capitania estavam rebellados e declarados inimigos"*.

Qual a atitude do governo em situação tão delicada?

A *"Carta de Sua Magestade a cerca dos Barbaros*

(2) Citação de Afonso de Taunay, em "A guerra dos Bárbaros".

Labim/UFRN

da Capitania e certão da Parayba e guerra que se pretende fazer-lhe", expedida de Lisboa a 9 de janeiro de 1662 pela rainha d. Luiza de Gusmão, Regente em nome do seu filho d. Affonso VI, ao governador geral do Brasil, Francisco Barreto, (1), dava as primeiras providências para o combate intensivo aos ameríndios, salientando a necessidade de que eles *"se extinguissem de uma vez"*.

Ordem, assim, tão peremptoria e deshumana, só poderia provocar o que realmente provocou: a perseguição mais constante ao índio, feita pelo colono, com o prestígio da autoridade.

Dão-se os primeiros ensaios de reação, mas, dispersos, sem uniformidade, nem persistência.

Passam os índios a agredir as fazendas, matando gado e devastando plantações.

Em 1683, a situação se complica.

As hostilidades se repetem de parte a parte.

Os colonos, burlando a carta régia de 1680 que proibia o cativeiro branco, em qualquer hipótese, continuam a realizá-lo abertamente, e quando não o conseguem chegam a massacrar os índios que reagem.

Desajudados de outros meios, os gentíos, contudo, se congregam pouco a pouco, e iniciam terrivel e sangrenta reação.

Ao deixar o governo do Rio Grande do Norte, o capitão mór Manoel Muniz, (1682-1685) leva ao conhecimento do governador geral êsse inquietante estado de cousas.

(1) Arquivo da Marinha e Ultramar, cit. de Taunay.

As providências são morosas, tardías, e quando chegam, pela sua feição radical, ao envez de amainar os ânimos, exaltam-nos.

Quatro anos depois, ocorre o inevitável.

A 17 de janeiro de 1687, os bárbaros começam devastações seguidas: dentro de pouco tempo, matam 200 homens, 30.000 cabeças de gado, 1.000 cavalgaduras. Arrasam mantimentos e lavouras, ameaçando a própria capital. *"Nem na capital se pode contar com a vida"*, grita o Senado da Câmara para as autoridades de Pernambuco e Baía.

Percorrendo as ribeiras do Piranhas e do Apodí, devassam caatingas espessas, desvirginam terras ignoradas, chegam ao Ceará-Mirim, deixando em todo sólo riograndense o lastro de sangue do maior prélio guerreiro do século XVII.

O governo, atemorizado com tanta audácia, expede mercenários paulistas, baianos, pernambucanos. Lança "bandos de criminosos", perdoados desde que combatam a indiada revolta, e, por quasi dez anos, sem solução de continuidade, os fatos se repetem, encharcando de sangue a terra que vai nascendo.

Coube ao capitão mór Bernardo Vieira de Melo, quando assumiu o governo em julho de 1697, restituir a paz tão duramente alterada pela ferocidade indígena e inhabilidade oficial.

Fe-lo com o auxilio prestimoso de 30 homens, sob cuja guarda fundou o presídio de N. S. dos Prazeres, e com a colaboração incansavel do missionário capuchinho.

Dois meses demorou êle no Assú, ponto conver-

Labim/UFRN

gente da guerra, testemunhando as ruínas em que se havia reduzido a Capitanía, e procurando atraír, com a palavra facil e conquistadora do frade, a simpatía dos poucos tapuias sobreviventes.

O seu trabalho, conquanto fecundo e benéfico, não poude, de todo, tranquilizar a população.

A perseguição do índio continuou, embora menos encarniçada, com a penetração das *entradas* e *bandeiras* paulistas, sequiosas de riqueza.

Já aí, entretanto, as condições eram outras, de vez que os caminhos estavam devassados, a terra conhecida nas suas possibilidades, com o transporte das forças que tomaram parte no choque funesto de duas raças: o índio cégo ao influxo da civilização e por ela perseguido, e o colono esquecido de que a força era o ultimo remédio para quem jamais sentira o bafejo salutar do amor.

III

Função política do gado no povoamento sertanejo. Importância da criação no Rio G. do Norte. A "casa-grande", orígem de uma nova mentalidade.

A Guerra dos Bárbaros descobriu o sertão. O gado povoou-o e deu-lhe destino. Com êle deixámos de ser, na expressão pitoresca de um antigo cronista, como os caranguejos que arranham a areia das costas, para nos atirar ao interior desconhecido .

De fato, entre nós, ocorreu o mesmo constatado por Oliveira Viana (1) na fundação de S. Vicente: a predominância do regimen pastoril, como indústria e fórma de conquista, antes de qualquer atividade agrícola.

Êsse novo cíclo de povoamento, dentre todos o mais importante, teve quatro grandes funções, das quais, ainda hoje, sentimos os benéficos efeitos: *a função política,* decorrente do próprio ato do povoamento;

(1) "Populações Meridionais do Brasil", pág. 100.

Labim/UFRN

a função econômica, quasi resumindo a sua riqueza colonial e monárquica; *a função geográfica,* devassando as caatingas intrincadas; e *a função social,* determinando usos, costumes e dialéto característicos.

Todas elas tiveram no Rio Grande do Norte notavel influência, que procuro estudar, ligeiramente, no desdobrar destas páginas.

Interessa-nos, por ora, a função política, a que primeiro se fez sentir, logo após a sublevação geral dos índios.

Razões mesológicas, adiante focalizadas, deram à antiga Capitanía o signo da criação.

A expedição Mascarenhas Homem, vindo concretizar as determinações régias de expansão lusitana, *"trazia no convez dos seus cinco navios e dos seus seis caravelões gado destinado a consumo e a fundação de currais"* (2).

Mas, tais foram as dificuldades em que se processou a nossa conquista, entre elas se distinguindo os ataques indígenas, que a pecuária não se poude alastrar, ficando circunscrita às proximidades da cidade do Natal.

Mesmo assim, porém, o seu desenvolvimento foi o maior possível dentro da pobreza e condições do sistema colonial, de modo que, em 1638, o príncipe de Nassau e o supremo Conselho Político, referindo-se

(2) "A industria pastoril no Rio G. do Norte", pág. 5 — Nunes Pereira.

ao Rio Grande do Norte, o faziam com estas palavras: (3)

> "Os moradores se ocupam principalmente com a criação do gado que ahi existia em abundância: a guerra a reduziu muito e fel-a selvagem, mas trata-se de amansal-a com toda a diligencia e de leval-a aos curraes. O Rio Grande do Norte está dando muito gado que é conduzido para a Paraiba, Itamaracá e Pernambuco, onde serve quer para o córte, quer para trabalharem nos curraes e "engenhos".

Numerosos outros documentos salientam a importância comercial do Rio Grande do Norte-Colônia e para evidenciá-la bastaria sabermos que o fornecimento por êle feito às três capitanías do sul perdurou por vários anos, em proporções adiantadas.

Ocupando-se do assunto, Hermann Watjen assegura que *"o maior fornecimento de gado para Pernambuco era feito pelos criadores do Rio Grande"*.

E considera:

> "Sem o Rio Grande a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria cousa impossivel".

(3) Cit. José Augusto, in "Famílias do Seridó", pub. "A República", de Natal.

Labim/UFRN

Esta a razão por que, em 1635, teriam os conselheiros políticos exaltado

> "A conquista final desta capitanía como um beneficio inestimavel de fortuna". (1)

O mesmo teria movido d. João de Lencastro, governador da Baía, a, em carta dirigida a Caetano de Melo Castro, governador de Pernambuco, trantando do assentamento de aldeias indígenas no Assú, Jaguarí (deve ser Jaguaribe) e Piranhas, expressar-se deste modo:

> "Sei eu (e vós bem haveis de confessar que dos gados do Rio Grande se sustentam os povos dessa capitania (Pernambuco) e das outras duas (Itamaracá e Paraiba), que de sua carne resulta o imposto que paga para a infantaria, e de seu serviço a permanência de todos os engenhos e canaviais de Pernambuco, e que dos assucares que nella se lavram depende a carga das frotas e o comércio mercantil; sem o que não se pode conservar essa praça; logo por precisa conclusão, vem essa Capitania a ser a mais empenhada ainda que as duas visinhas se não percam em se defender, e conservar a do Rio Grande, de que tão essencial dependência tem essas do norte". (2)

(1) "O domínio colonial holandês no Brasil".

(2) Cit. de José Augusto em "Famílias Seridoenses", pág. 12.

Duas veses, porém, o regimen pastoril sofreu, no século XVII, graves perturbações: na *invasão holandesa e na guerra dos índios*.

Naquela, pela necessidade de alimentação para os soldados, e pela fuga e trucidamento de parte consideravel da população; nesta, pela destruição de milhares de rezes, pela ruina das pastagens, e pelo terror implantado entre os habitantes da capitanía.

Cessados que foram êsses obstáculos, e aí mais conhecidas as nossas terras, verificou-se a penetração das *entradas e bandeiras* paulistas, à caça de amerindios, e, logo em seguida, a invasão de elementos de Pernambuco e Paraíba, com a contribuição do gado vindo das margens do São Francisco, o grande canal da civilização brasileira.

Foi nessa época que a criação avassalou toda a nossa hinterlandia.

O jesuita João Antônio Andreoni, com o pseudônimo de *André João Antonil* (1), limitava assim a área da pecuária riograndense, em 1711:

> "Pela parte do Norte extende-se de Olinda até o Ceará-Merim, oitenta legoas, e dahi até o Açú, trinta e cinco legoas, e até o Ceará Grande, oitenta legoas".

Com o decorrer do século XVIII, porém, essa área se alargou imensamente, atraindo elementos de várias procedências.

(1) "Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas", pág. 263.

Labim/UFRN

Fácil era a fundação de uma fazenda: construido o curral, sempre de madeira, junto dele erguia-se pobre casa de taipa, para moradía do vaqueiro encarregado de zelar pelo rebanho, no mínimo três novilhas e um touro.

Nos primeiros tempos não eram os próprios sesmeiros que dirigiam as fazendas. Afastavam-no a fúria da indiada, a que só se arriscava o vaqueiro indômito e bravo.

Pouco a pouco, com a quasi extinção dos indígenas, e catequése dos restantes, vieram os proprietarios a fixar residência nas suas terras, e daí nasceu a *"casa-grande"*, fóco poderoso de irradiação.

O papel que essa instituição desempenhou na história social do Nordeste foi dos mais salientes.

Em seu derredor agrupavam-se as choupanas dos vaqueiros e dos agregados, que ouviam cegamente a palavra do morador da *"casa-grande"*, formando-se, assim, a mentalidade de direção, sobre cujas bases se firmam as realidades político-sociais do mundo.

O dono da *"casa-grande"* era, virtualmente, o orientador da população, o defensor dos seus interêsses, atributos que, com o aparecimento dos partidos, se incarnaram na figura sempre caluniada do *"chefe político"*.

A eles devemos quasi tudo que representa o Rio Grande do Norte. O governo jamais viria ao encontro de nossas necessidades, se não contássemos com a sua palavra de reclamação, com a energía própria de quem defende um direito indiscutivel.

O gado, no panorama político nordestino, teve, deste modo, o poder duplamente gerador: *criou a terra*, transformando caatingas espessas em cidades progressistas, e *criou homens "verdadeiras sínteses sociais"* (2), dirigindo grupos humanos para novas lutas e novas vitórias.

(2) "Um chefe sertanejo — José Bernardo" — José Augusto. — Revista do Instituto Hist. Geog. do R. G. do Norte, vols. XXXII e XXXIV — 1935-1937, pág. 98.

Labim/UFRN

PRIMÓRDIOS

Labim/UFRN

IV

Primitivos habitantes e povoadores. O nome de "Pataxó". Denominação de Angicos.

A história procura estudar os fatos, à busca de conclusões lógicas.

Estamos diante de um caso concreto.

A proximidade de Angicos do teatro em que se encenaram os dois grandes fatores de povoamento, já estudados, — *a guerra dos bárbaros* e a *criação do gado* — explica o seu desbravamento.

Há mesmo a tradição, aceita por quantos focalizaram o assunto, de que os primitivos habitantes foram os índios da tribu *"Pataxó"*, pertencente à nação *Gê* ou *Tapuia*.

Nada se conhece de sua orígem e itinerário em terras do Brasil. A sua estadía misteriosa no rio *"Pataxó"* ou *"Patachoca"*, tambem conhecido por *"Angicos"*, tem, apenas, o indicio da lenda.

Por isso, anos atrás, o nome desse rio, a cuja margem esquerda fica a cidade, despertou vários comentários, tendentes a descobrí-lo.

Labim/UFRN

O desembargador Antônio Soares, autor do "Dicionário Histórico-Geográfico do Rio Grande do Norte", assim se expressou:

> "Do exame comparativo a que procedí, na controvérsia dos nomes "Patachó" e "Patachoca", formou-se em meu espírito convicção favoravel ao primeiro, porque uma antiga tradição, jamais contestada, diz que na zona banhada por êsse rio existiu outróra uma aldeia de índios Patachós. E êssa tradição, jamais contestada, foi registrada, em 1877, por Manoel Ferreira Nobre, o primeiro riograndense que escreveu história riograndense, coincidindo a afirmativa do ilustre patrício com o fato de alguns velhos documentos se referem por veses a um rio "Patachó", ao mesmo tempo, é verdade, que outros lhe chamam "Patachoca".

O mesmo historiador, em carta que me dirigiu recentemente, afirma:

> "Quanto á denominação de Patachó, dado ao importante afluente do rio Assú, devemos ter por um *caso julgado*, desde que a tradição conservou a notícia de haver existido, na região, uma tribu de indios com aquele nome".

Há, ainda, sôbre o assunto, outros documentos interessantes.

Os membros da *Intendência Municipal de Angicos*,

respondendo, em sessão extraordinária de 31 de agosto de 1892, a um questionário de Alfredo Moreira Pinto, dizem:

> "Os rios que atravessam, que são os denominados *"Patachó"*, etc., etc.

E mais adiante:

> "Esta Villa está situada á margem esquerda do rio *"Patachó"* — Nome de antiga tribu de *Indios que pairarão por estes sertões"*.

Assinam êste documento José Francisco Alves de Souza, presidente, Manoel Fernandes da Rocha Bezerra, Francisco das Chagas de Azevedo Souza, Manoel Xavier Duarte e André Avelino da Trindade, além de José Vitalino Teixeira de Souza, secretário da Intendência.

São tambem desse tempo, a 26 de agosto de 1892, as informações prestadas pelo *padre Felix Alves de Souza*, vigario-colado da paróquia de 1845 a 1895, que dizem:

> "Esta Villa, situada á margem esquerda, ao sul, do *Rio Patachó"*, etc., etc.

O que acima ficou contribúe para o esclarecimento, baseado apenas na tradição, dos dois fatos: que os primitivos habitantes de Angicos foram os índios *"Pataxós"*, e que deles herdaram o nome rio e fazenda,

Labim/UFRN

a cuja margem demora a cidade, não passando a outra designação, em verdade tambem muito antiga, de deturpação pejorativa.

Após o povoamento indígena, e ainda no século XVII, abre-se a época da criação, à sorte da qual estivemos, por longos anos, jungidos.

Vem daí a influência pernambucana e paraibana, que tanto se fez sentir nos dias coloniais, antes mesmo da contribuição portuguesa à formação da família angicana.

Nestor Lima afirma que a primeira exploração de terras, entre nós, foi feita por *Paulo Coelho de Souza* e *Joseph Coelho de Souza, irmãos,* e habitantes naquelas capitanías.

A data da sesmaria que lhes foi concedida pelo capitão-mor a 8 de novembro de 1682,

> "começa da costa do mar, pelo rio "Salgado", e onde está a chamada serra do Cabogy, na extensão de trez legoas de um lado e de outro do mencionado rio "Salgado".

Em 1738, Domingos de Araujo Pereira requereu data de terras no *"Rio do Meio, riacho do Canivete, poço Juruparí"*.

Sobemos tambem que, em 1783, quando na ereção da Vila Nova da Princeza, (cidade do Assú desde 1845), abrangendo Assú, Angicos, Macau e Santana do Matos, já havia neste território várias fazendas-de-criar, entre as quais podemos citar, com segurança:

— *Canivete,* pertencente a *José Barbosa Lobato;*

— *Esperança,* de *Belchior Barbosa Lobato;*

— *Assenon,* do alferes *João Mendes Lobato,* senador, em 1788, da Câmara da Vila Nova da Princeza.

— Abaixo do *rio Pataxó,* havia, ainda, uma parte de terra assim distribuida:

— *Seis quilômetros* do capitão-mor *Baltasar da Rocha Bezerra;*

— *Seis quilômetros* do coronel *Miguel Barbosa Bezerra;*

— *Seis quilômetros* de *Pedro da Rocha Bezerra,* estes, depois arrematados pelo sargento-mor *José Pedro Tinoco,* "em execução de dívidas do proprietário". O sargento mor Tinoco já possuia terras no *Riacho da Volta,* formado na serra das *Flores,* e que faz barra na fazenda *Bomfim,* à direita do rio *Pataxó*.

— *Dezoito quilômetros* do coronel *Antônio da Rocha Bezerra*.

Todas essas posses estão registadas nos "Autos de medição de terras", de 1756, arquivados na Secretaría Geral do Estado.

Não sei se todos esses proprietários vieram, em pessôa, dirigir os seus domínios. Certo é, porém, que podemos considerá-los como primeiros povoadores, após a ocupação indígena, desta faixa de terra riograndense, cuja denominação vem de alguns *angicos* (*da leguminosa, sub-família dos Mimosoideas, Accacio-angico-Pithecolobium gummiferum e Angico Vermelho- Piptadenia Colobrina*) que ficavam no *"Olho dagua"*, alguns metros abaixo da cidade.

O logar era o mais pitoresco e saudável. À sombra das árvores robustas e acolhedoras, que, na ex-

Labim/UFRN

pressão elegante de Manoel Dantas (1), pareciam gigantes com os braços abertos para o céu, costumavam os sertanejos descançar da caminhada longa e bemfazeja, contemplando as águas borbulhantes do riacho *Apodí*.

Com a escolha de São José para padroeiro da capela, a paróquia passou a denominar-se *"São José dos Angicos"*.

O município, porém, conservou o nome primitivo, que, na sua simplicidade, evoca sugestivamente a história desta terra e desta gente.

(1) "Denominação dos Municípios", pág. 13.

V

O fundador de Angicos. A compra do sítio. Constituição da família, e sua influência.

A orígem de vários municípios do Rio Grande do Norte está na existência de algumas famílias, que se fixando nas caatingas com fazendas de criação, conseguiram transformá-las em arraiais e logarejos, depois vilas e cidades.

No imenso deserto a que o povoamento oficial atirava o interior, elas desempenhavam funções as mais diversas, distribuindo justiça, resolvendo questões, dirigindo a massa ignorante dos "moradores" nos seus negócios e na sua vida.

Assim aconteceu em Angicos, cuja fundação foi iniciada por *Antônio Lopes Viégas,* descendente de uma família *Dias Machado,* da qual não encontro maiores referências.

A sua figura surge de improviso, desconhecida e moça, e uma tradição, até hoje conservada, cerca-lhe o nome de uma aureóla de energía e inteligencia.

Fôra um vaqueiro do *sítio dos Angicos* comprar

Labim/UFRN

gêneros em São Gonçalo, da freguezia de Extremoz, que estava em condições de abastecer grande parte dos sertões norte-riograndenses.

Realizado o objetivo, e já quando se preparava para o regresso, apareceu-lhe um rapaz de quinze anos, dizendo-se orfão, e solicitando um emprego.

Accedendo ao desejo, tão corajosamente expresso, o vaqueiro trouxe-o para *Angicos,* como seu ajudante.

Diante dos campos extensos, erguiam-se, apenas, os currais e algumas casas, que a visão soberana do Cabugí apagava aos seus olhos embevecidos.

O rapaz começou a trabalhar com persistência e atividade.

Anos depois, morre o vaqueiro. Viégas é naturalmente o candidato indicado ao posto. Dia a dia, se habituára àquele labor, e conhecia as possibilidades da terra e os segredos da profissão.

Nas novas funções, desdobra-se numa bela revelação de amor ao trabalho, e coragem para vencer as condições hostís do meio.

Até aqui a tradição.

Vem, agora, a letra inconteste dos documentos.

Em 1760, *Antônio Lopes Viégas* comprou o *sítio dos Angicos,* ao coronel *Miguel Barbalho Bezerra,* por 280$000, segundo a escritura que, abaixo, transcrevo na íntegra, por ser inédita:

> Escritura de Venda de huma legua de terra no lugar chamado dos Angicos, do Coronel Miguel Barbalho Bizerra que vende o Tenente de Coronel Alexandre Ferreira da Cunha, como Procurador do Coronel Miguel Barbalho Bizerra ao Tenente Antonio Lopes Viégas.
>
> Em nome de Deus amen, saibão quantos este publico instrumento de Escriptura de venda de huma legua de terra virem, como para sua validade de milhor nome e lugar haja de dizer se possa virem que sendo no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil e sette centos e secenta annos aos vinte seis dias do mês de Janeiro do dito anno nesta Puvuação da Matriz do Gloriôso São João Baptista, Ribeira do Assú, Capitania do Rio Grande, no escriptorio de mim Tabelião do Publico Judicial e notas ao deante nomeado, aparecerão partes presentes e contraentes a saber de huma como vendedor por seu procurador o Coronel Miguel Barbalho Bizerra o Tenente de Coronel Alexandre Ferreira da Cunha, por procuração manoscrita que apresentoa etanto o dito Tenente de Coronel Alexandre Ferreira da Cunha, como o contraente comprador o Tenente Antonio Lopes Viégas, moradores nesta mesma ribeira, pessoas que reconheiço pelas proprias de que se tratão e logo pello dito vendedor dito Tenente do Coronel Alexandre Ferreira da Cunha, em nome do dito seu constituinte foi dito em minha presença, e das tistimunhas ao deante nomiadas e assignadas, que vendia huma legua de terra digo que vendia o Citio dos Angicos, com uma legua de terra com suas aguas e logradouros e tudo o mais que lhe pertencer ao dito citio dentro da dita legua de terra cuja

Labim/UFRN

legua de terra testa com terras do Citio da Pataxoca, e terras do Citio da Conceição, do Coronel Antonio da Rocha Bizerra, que a hove por data de sesmaria do governo desta Capitania a qual terra vendia digo terra declarava a vendia ao Tenente Antonio Lopes Viégas, por presso e quantia de dusentos e oitenta mil reis da qual quantia disse elle vendedor se dava por pago e satisfeito da referida quantia de que dava ao dito comprador plenaria e geral quitação de paga e disse elle dito vendedor que em nome do dito seu constituinte que desde logo distendia para todo sempre e demitiase de toda posse e dominio que na dita terra tinha seu constituinte e não podia ter em algum tempo e a transfiria na pessoa do dito comprador pella Clausulla Constituto e que desde logo pudia tomar posse por ci ou pellas Justissas e que quer a tome quer não desde logo o hão por apossado da dita terra declarada nesta e por investida nella e a dita posse por toda real e autual sivil, digo e atual, sivil e natural e obrigou a pessoas e bens do dito seu constituinte movez e de raises havidos e por haver, a fazer ora depois a todo tempo do mundo a dita terra e dito comprador dito Tenente Antonio Lopes Viégas e que elle dito vendedor em nome do dito seu constituinte prometia a não hir contra esta escriptura por si nem por outra entreposta pessoa e que vindo não quere ser admitido em juizo nem fóra delle porque a sua tenção e do dito seu constituinte hera se desse inteiro e pontual cumprimento a esta escriptura e logo pelo dito comprador foi dito que elle aceitava a dita escriptura e dita terra pelo referido presso de dusentos e oitenta mil reis e que sempre o dito vendedor possuhia no dito logar o que ambos disserão que para mais validade e comprimento desta escriptura se desapossavão do Juizo de seus fóros dos domissillios e liberdade excençõis e de tudo mais privilegio que alegar possão e foi dito pello dito vendedor que elle em nome do seu constituinte se apossava do Juizo do seu fóro pois quiria que em tudo se lhe desse inteiro comprimento, em fé e tistimunho de verdade assim o disserão e outorgarão e mandarão faser este instrumento nesta nota em que assignarão pedirão e aceitarão. Eu Tabelião ali e em nome de que absentes o favor desta tocar possa tendo a tudo presente por tistimunhas que tambem assignarão. *José Pedro Tinoco* e *João Barbosa da Costa,* e este instrumento fiz por mi ser destribuido pelo Juiz Ordinario desta Ribeira o Tenente de Coronel Regente desta repartição *José Gonçalves da Silva,* e eu *José de Mello da Cruz,* Escrivão a escrevi. *Alexandre Ferreira da Cunha. Antonio Lopes Viégas. José Pedro Tinoco. João Barbosa da Costa.*

Não pude até hoje precisar o tempo do casamento de Antônio Lopes Viégas.

Sei, porém, que, proprietário em 1760, êle casou com *Ana Barbosa da Conceição,* filha do português *João Barbosa da Costa,* residente na vila de Princeza

Labim/UFRN

(Assú), e o mesmo que assina como testemunha a escritura de compra do sitio dos Angicos, feita por Viégas.

Deste consorcio resultaram onze filhos, dos quais quatro pertencentes ao sexo masculino, e sete ao sexo feminino.

Foram êles:

1) *Francisco Lopes Viégas,* que casou com *Ana Joaquina de Azevedo.*

Segundo a tradição, após o movimento revolucionário de 1817, que se ramificou no Rio G. do Norte, *Francisco Lopes* foi chamado a Natal pelo governador José Inácio Borges, já reposto no governo, com ordem de organizar uma fôrça entre habitantes de Angicos e Santana do Matos que auxiliasse a restauração da ordem, estacionando em Gramació.

Fácil foi a Francisco Lopes obter elementos para a empreza. De viagem para o ponto escolhido, encontrou, ao sul de Natal, o capitão André de Albuquerque Maranhão, tio de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, chefe do movimento, prisioneiro de um grupo de soldados que o conduziam amarrado e de olhos vendados.

O ato desagradou o nobre coração de Viégas, que, imediatamente, aumentando a fôrça, mandou que se entregasse ao preso as rédeas do animal em que viajava, livrando-o das cordas que o prendiam. O comandante da escolta negou-se a princípio, a atender a uma ordem tão em desacôrdo com os processos da época, e só a cumpriu quando Viégas se responsabilizou pelas consequências que poderiam advir daquele gesto.

Francisco Lopes Viégas prestou grandes serviços a Angicos, entre os quais o término do serviço de "entalha" da capela, em 1824, e que havia sido iniciado pelo capitão Francisco Antônio Teixeira, seu cunhado.

2) *Alexandre Lopes Viégas,* capitão, que casou com *Francisca Clara Bezerra,* filha de *Ponciano Barbalho Bezerra* e *Joana Francisca Bezerra,* e, enviuvando, com Constância Maria do Nascimento, tambem viuva.

A primitiva capela deve-lhe inestimáveis serviços. A 31 de dezembro de 1862 doou ao patrimônio eclesiástico 40 braças de terra, acrescidas às doações anteriormente feitas pelos seus irmãos alferes Antônio Lopes Viégas e Damásia Lopes Viégas.

Em 1865, na qualidade de administrador do patrimônio, requereu ao juiz Corregedor, dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra, demarcação dos terrenos do patrimônio, a qual durou vários dias.

3) *Guilherme Lopes Viégas,* que casou na família *Maia Carapuça,* residente no *"Saco"*.

4) *Antônio Lopes Viégas Junior,* alferes, que casou com *Francisca Pereira de Souza.* Foi o continuador incansavel do pai. Dedicou à terra o melhor de suas energías, e a todo momento, quando fixamos os primeiros dias da povoação e vila de Angicos, encontramos o seu nome envolvido, na defesa dos interêsses de sua gente.

Foi quem primeiro doou quarenta braças de terra e seis vacas para o patrimônio da capela, erigida sob a sua direção.

Após o término dos serviços, trabalhou abnegada

Labim/UFRN

e constantemente pela criação da Matriz, indo até o Rio de Janeiro, para, mais de perto, advogar, perante a Côrte, a grande idéia da emancipação.

Infelizmente, em meio a toda essa diligência, foi acometido de séria doença mental, que forçou o seu regresso imediato.

O seu exemplo, porém, perdurou na memória das gerações que o sucederam, e serviu para estimular novas vontades no servir à terra maternal.

5) *Florinda Lopes,* que casou com *Francisco Antônio Teixeira de Souza,* capitão, descendente da família *"Saco",* e que foi juiz ordinário, em Natal. A êle coube iniciar o serviço de *"entalha"* da capela, terminado por Francisco Lopes Viégas.

6) *Filipa Lopes,* que casou com *Antônio Martins dos Santos,* português.

7) *Ana Francisca,* que casou com o português *Torres.*

8) *Maria Francisca Lopes,* que casou com o português *Bernardo Alves da Conceição Rabelo.*

9) *Micaela Lopes,* que casou com *João Pereira.*

10) *Mariana Francisca Lopes,* que casou com *Manoel Antônio de Oliveira,* sobrinho do capitão Francisco Antônio Teixeira de Souza, marido de Florinda Lopes, (num. 5). Manoel Antônio faleceu em 1814.

11) *Damasia Lopes Viégas,* que se conservou solteira. Doou a 9 de fevereiro de 1849, quarenta braças de terra ao patrimônio, em redor da primeira doação feita pelo alferes Antônio Lopes Viégas Junior. Faleceu, em 1857, com setenta anos, de um cancro.

O velho Antônio Lopes Viégas deixou uma honrosa tradição de trabalho, sendo êle um dos construtores da antiga Igreja do Rosario, hoje, em abandono, na cidade do Assú.

Faleceu em 1805, até quando residiu na *"Casa-grande",* a caminho do atual cemitério público, por detrás da rua Gonçalves Ledo, lado do poente, e dela guarda a lenda vestígios de fastígio e conforto.

Demolida ha muitos anos, o seu material foi empregado em duas outras casas que ficam, hoje, à rua Gonçalves Lêdo, ns. 53 e 55.

Em 1929, foi encontrada no teto de uma delas uma telha contendo a inscrição "1776", data que poderia indicar a época de sua construção.

Dei busca ao inventário do velho Viégas, feito em dezembro de 1805, em Assú, mas, não me foi possível encontrá-lo. Nele tinha esperanças de obter melhores notas sôbre esta família, de cuja descendência, ha, atualmente, ramos numerosíssimos no município, e que assentou as bases de nossa terra, esquecida, até hoje, do dever de recordá-la na denominação de uma rua, ou em outra qualquer manifestação de gratidão e justiça.

Labim/UFRN

FORMAÇÃO ECLESIÁSTICA

Labim/UFRN

VI

A capela, fator de desenvolvimento social. Primeira doação para constituição do patrimônio. Pródromos da independência eclesiástica. O primeiro vigario.

Antônio Lopes Viégas, o fundador, morrera em 1805.

A família, porém, conservou o mesmo hábito de trabalho fecundo, das iniciativas cheias de arrojo e ideal.

A *"Casa-grande"* continuava o mesmo fóco de irradiação, agregando, orientando, dirigindo a vida do logarejo, em que já se transformava a fazenda de criação.

Dia a dia, ganhava prestígio a idéia esposada pelo alferes Antônio Lopes Viégas, o filho, de impulsionar o crescimento daquele promissor agrupamento humano.

E o meio a empregar, com êxito, era a construção de uma capela.

A religião foi sempre e continuará a ser um poderoso criador de núcleos sociais, ligando os homens

Labim/UFRN

por élos inquebrantaveis de fraternidade e de fé.

Vemos na história do Brasil, em todos os tempos e em todos os logares, a capela tosca e humilde transformando caatingas fechadas ou limpos desertos, em centros progressistas de população e trabalho.

Todas as nossas cidades, as que hoje ostentam o luxo da civilização, nasceram sob êsse signo, tiveram essa mesma origem.

A capela, gritando aos fieis no badalar do sino, unindo os homens na doçura quieta da prece, teve e terá sempre essa missão de formação social.

Estavamos em 1812. Mais algumas casas se erguiam no descampado do sítio. Faltava, porém, essa força que a todos conjugasse, para os sofrimentos comuns e as vitórias coletivas.

O alferes Antônio Lopes Viégas, ajudado por alguns dos seus irmãos e parentes, resolveu, então, empreender a obra.

Transferiu o curral do logar em que sempre estivéra, e escolheu-o para a construção do templo, cercado por quarenta braças de terra, em quadrado.

A escritura é de 30 *de junho de* 1813, mas, os trabalhos já haviam começado, conforme se vê do mesmo documento, até agora não publicado:

"ESCRIPTURA DE DOAÇÃO PARA PATRIMONIO DA CAPELLA QUE SE ESTA A ERIGIR NO LUGAR DOS ANGICOS DESTE TERMO DO GLORIOSO SÃO JOSÉ QUE FASEM O ALFÉRES ANTONIO LOPES VIÉGAS E SUA MULHER FRANCISCA PEREIRA DE SOUZA DE QUARENTA BRAÇAS DE TERRA EM QUADRO NO DITO LUGAR DOS ANGICOS

Saibão quantos este publico instrumento de Escriptura de doação virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e treze aos trinta dias do mez de Junho do dito anno neste lugar dos Angicos termo da Villa Nova da Princêza da Capitania do Rio Grande da Commarca da Paraiba do Norte em caza de morada do Alféres Antonio Lopes Viégas onde eu Tabellião adiante nomiado vim ahi apareceram presentes o dito Alferes Viégas e sua mulher Francisca Pereira de Souza forão de mim Tabellião reconhecidos p. elas proprias de que se tratão de que dou fé, e por elles marido e mulher me foi dito digo marido e mulher em presença das testemunhas abaixo assignadas me foi dito que elles são Senhores e possuidores de mansa e pacifica posse de huma porção de terras pró indivizo neste Sitio dos Angicos que houverão por herança em partilhas de Inventarios de seos falessidos Pais e Sogros Antonio Lopes Viégas e Anna Barbosa da Conceição e que da dita porção de terra davão digo de terra doavão como de facto doado tem de hoje para sempre quarenta braças da dita terra diametralmente em quadro no mesmo lugar dos Angicos para Patrimonio da Capella do Gloriozo Patriarca São José que elles doadores pretendem fundar no dito lugar dos Angicos onde morão servindo

Labim/UFRN

a mesma Capella de pião e centro com vinte braças para cada hum dos quatro lados thé estas se completarem e ficando fundada no centro da dita terra de Seo Patrimonio da forma declarada com seis vaccas de criação para do rendimento dos maxos de sua produção se aplicar o preciso para aquisamento ornamentos e mais despezas e obras da mesma Capella quando o dito rendimento para estas for capaz; e as femeas se juntarem ao mesmo monte da criação para auxiliar, e aguentar para o futuro o dito rendimento dos maxos, tudo porem com a unica condição que elles doadores e fundadores da dita Capella e seos filhos e descendentes terão sepulturas livres das grades para sima e os seos escravos e famulos e os dos ditos seos filhos e descendentes das grades para baixo da dita Capella sem pagamento do que se chama fabrica; e igualmente sendo elle doador e fundador e seos filhos e descendentes sucessivamente administradores da dita Capella sendo de Direito, e destes os que para isso tiverem capacidade de cumprir os seos deveres em serviço de Deos e do dito Gloriozo Santo dando as competentes contas aos Senhores Ministros a quem tocar e dignarem-se estes cometer-lhes esta administração e fazer-lhes esta mercê em atenção aos bons desejos delles doadores e fundadores; a qual terra assim confrontada e vaccas e seos rendimentos e produção dicerão elles doadores que doavão desse moto proprio e devoção sem constrangimento digo moto proprio

e devoção sem constrangimento algum (1) a dita Capella do dito Gloriozo Santo para que o demitião para seo culto todo o dominio, posse, jus e poder que elles doadores têm em ditas quarenta braças de terra e vaccas com seos frutos, e que poderão ter seos herdeiros Ascendentes, e descendentes sinão no que fica exceptuado na dita Capella e se desaforavão de todas as Leis e privilegios que a seo favor allegar possão e das de Veliano na parte que favoresse as mulherez, e por isso não poderão e nem seos herdeiros contrariar a validade desta doação e Escriptura que a todo tempo se obrigavão e se vião obrigados seos herdeiros a faser boa firme e valiosa esta doação pela qual fica pertencendo a dita terra confrontada e Vaccas a dita Capella do dito Gloriozo Santo que elles doadores hão por aprovado essa toda Real civil e do modo que em direito for necessario como Sua que hé e fica sendo para seo culto de hoje para sempre da forma que nesta se declara e de como assim o deixão a declaração dou fé, e por me requererem e outhorgarem lhes fizesse o presente instrumento o fiz nesta Nota por me ser distribuido pelo Juiz Ordinario Distribuidor do Juizo o Alferes Liandro Bizerra Cavalcante de Albuquerque que sendo lida aos doadores aceitavão pelo acharem conforme e assignarão e a rogo da doadora por não poder es-

(1) A repetição é devido estar a palavra "constrangimento" emendada e borrada.

Labim/UFRN

crever assignam por ella o Alferes João Pereira Pinto com as testemunhas Joaquim da Silveira Borges e Mathias de Bastos Silva deste termo que reconheço pelos proprios de que dou fé eu *Manoel de Mello Montenegro Pessoa* Tabellião o escrevi. *Antonio Lopes Viégas*. A rogo de *Francisca Pereira de Souza, João Pereira Pinto. Joaquim da Silveira Borges. Mathias de Bastos Silva*".

Construida a capela, restava, agora, conseguir a criação da paróquia, ato, sem dúvida, bem difícil naqueles tempos de justiça tão morosa.

Essa circunstância não desanimou o alferes Antônio Lopes Viégas, nem aos que o ajudavam.

Para vence-la êle herdára a energía paterna, e se não o conseguiu, pela fragilidade de sua saúde, deixou, pelo menos, aberta a senda coberta por outros, que sentiram o influxo do seu entusiasmo, e com êle se identificaram no mesmo alevantado ideal.

Mas, poderia o seu desejo vencer as distâncias, triunfar sôbre os naturais impecilhos burocráticos, e ecoar nos salões faustosos da Côrte?

Afinal, uma lembrança salvadora: estava no Rio de Janeiro o tenente coronel José Correia de Araujo Furtado, que, mais tarde, viria a ser o proclamador do independência no Assú.

O alferes Lopes Viégas enviou ao denodado assuense um apelo de interêsse para a sua causa. O grito atravessou os mares, foi ouvido e transmitido ao ministro do Reino, em 1816.

A situação em Angicos era de espectativa, natural e confiante espectativa.

O ministro solicitou a opinião da Câmara Municipal de Princeza, (Assú), cuja resposta foi favorável à pretensão.

O mesmo não ocorreu, porém, com a informação do vigário da paróquia, tambem solicitada. Respondeu o padre Joaquim José de Santana, que, muito mais justo sería que se desse à capela de Santana do Upanema (Augusto Severo) a emancipação de há muito sonhada.

Facil será avaliar o choque produzido por essa resposta, na terra angicana.

Naquele anseio estavam incarnadas muitas horas de esforço e dedicação. E não sería possível que êsses sacrifícios ficassem sem a recompensa merecida.

De posse das duas informações opostas, o alferes Viégas seguiu para o Rio de Janeiro, onde, mais de perto, advogaria os supremos interêsses da terra sob sua direção.

Chegando lá, pôs-se em ação. Conferenciou com figuras ligadas ao governo. Solicitou a cooperação de amigos. Não perdeu tempo nesse trabalho estafante, até ficar perturbado mentalmente.

Acometido dessa enfermidade, de que jamais se curou, nada mais poderia fazer. Cumpria-lhe regressar.

Antes da viagem, entregou os papeis ao padre João Teotonio de Souza e Silva, a quem delegou poderes para substituí-lo na campanha.

O padre Teotonio conseguiu, a 13 *de agosto de* 1821, a Provisão desejada, criando a paróquia de

Labim/UFRN

Angicos e *Santana do Upanema,* e nomeando-o vigariocolado.

Por êsse documento, ficava ao arbítrio do vigário escolher para residência, Angicos ou Santana, sem adiantar, como se fazia necessário, o nome de *Upanema.*

Vindo em 1824 assumir o seu posto, o padre João Teotônio resolveu escolher Santana do Matos para residir, servindo-se da imprevidência de quem redigira a provisão, sem declarar ser a capela de Santana do *Upanema,* a que constituia, com a de *Angicos,* a freguezia criada.

O fato desapontou os habitantes de Angicos. Não era para menos. Haviam sido nulas as energías dispendidas e os esforços empenhados.

Após êsse momento de desânimo, renovam-se, porém, as esperanças de vitória.

Começaram, logo, novas tentativas, novos e insistentes apelos.

Todavia, sómente em 13 *de outubro de* 1836, na resolução n. 9, o presidente da província, João José Ferreira de Aguiar, emancipou a capela, criando igualmente a vila. (1)

Para seu vigário foi nomeado o *Padre Manoel Antônio dos Santos Morais Pereira Leitão,* cuja posse se verificou, perante a Câmara Municipal, presidida pelo coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, no dia 22 de maio de 1837.

Nessa fase de vibração intensa, chega a Angicos

(1) Esta lei está publicada no capítulo referente à criação da vila.

Joaquim da Silveira Borges, um dos seus mais leais servidores, e que aparece como testemunha da doação ao patrimônio. Conduz do Recife a imagem de São José, recebida entre festas de caráter religioso, e que ainda hoje existe na Igreja de Angicos, guardada na sacristia.

Devemos ter-lhe o amor consagrado às relíquias, porque na tosca divisão dos seus contornos, ela recorda acontecimentos memoráveis, em que, pela primeira vez, demonstrámos a têmpera da luta, no servir abnegado da nossa terra.

Labim/UFRN

VII

A ação do padre Felix Alves de Souza. Várias reformas na Igreja. Os vigários da paróquia.

Após o paroquiato do *padre Manoel Antônio dos Santos Morais Pereira Leitão,* curaram a freguezia os padres *João Teotônio de Souza e Silva,* vigário de Santana do Matos e *João Inacio de Loiola Barros,* vigário de Macau.

Um fato importante desse tempo, foi a visita de D. João Marques da Purificação Perdigão, Bispo de Pernambuco, que aqui se demorou de 24 de outubro a 4 de novembro de 1839.

As notas do seu itinerário documentam, com alegria, o espírito religioso do povo, as referências com que foi recebido, e as providências por S. Revma. tomadas no sentido de, cada vez mais, intensificar a fé da população.

D. João da Purificação crismou, entre nós, mais de 1.000 pessôas,batizou inúmeras, uniu alguns casaias ainda sem os laços do matrimônio cristão, e, pela primeira vez, colocou o Santíssimo Sacramento no sacrário para que alí ficasse numa benção perpétua aos nossos trabalhos e aos nossos sonhos.

A cerimônia teve cunho soleníssimo, e foi realizada a 1.° de novembro de 1839, com a presença de grande multidão.

Nesse mesmo dia assumiu a direção da paróquia o padre Manoel Januario Bezerra Cavalcanti, empossado pelo Bispo, e que aqui esteve até as proximidades da chegada do vigário-colado.

Em princípios de 1845 assume a direção espiritual de nossa terra o *padre Felix Alves de Souza,* cuja figura irradiante de bondade estudo adiante, sem esquecer, agora, a sua ação benfazeja e infatigavel no decorrer de 50 anos em que aqui permaneceu.

O ambiente que encontrou ressumbrava paixões violentas, ódios incontidos, em que se manifestavam os sentimentos do povo, pelas constantes perseguições à sua independência.

Dessa inquietação, teve logo amostra: a 2 de outubro de 1847, depois de dois anos de paroquiato incessante, Angicos passava à condição subalterna da capela de Macau, pela mesma lei que criava aquela Vila, sob cujo patrocínio, na esféra administrativa civil, ficaria tambem êste município extinto.

O ato de inspiração imediata do coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, desagradou profundamente o povo, e marcou uma nova série de fatos dolorosos, a que fazemos referências quando, adiante, tratamos da independência do município.

A atividade do padre Felix não cessou um instante. Êle soube compreender a gravidade do mo-

Labim/UFRN

mento político, e resolveu agir pelos recursos inexgotáveis da pacificação, que, muitas veses, dão melhor proveito do que a precipitação exagerada.

Vemos pela continuidade silenciosa do seu apostolado.

Em 1849 lá está êle como testemunha de nova doação de terra, acrescendo de 40 *braças* o patrimônio eclesiástico.

Era o meio de acreditar melhor a capela, ainda pequena e pobre, tornando-a mais digna da autonomia desejada.

Vejamos o documento ainda inédito:

"ESCRIPTURA DE DOAÇÃO DE QUARENTA BRAÇAS DE TERRA EM QUADRO, NESTA POVOAÇÃO DE ANGICOS, QUE FAZ DONA DAMAZIA LOPES VIEGAS, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Saibão quantos êste publico instrumento de escriptura de doação virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e quarenta e nove, aos nove dias do mez de fevereiro do dito anno, nesta Povoação de Angicos, Municipio da Villa de Macau, da Comarca da Cidade do Assú, Provincia do Rio Grande do Norte, em meu escriptorio veio Dona Damazia Lopes Viégas, pessoa de mim Tabellião reconhecida pela propria de que se trata, e dou minha fé, e em presença das testemunhas abaixo assignadas, por ella me foi dito, que hera Senhora e possuidora de uma sorte de terra neste Sitio de Angicos, que a houve por legitima de seos finados Pais, a qual terra possue em mansa e pacifica posse, livre de hypotheca, embargo, ou aresto judicial, e assim como a possue, muito de sua livre vontade, sem coação de pessoa alguma, della terra faz tão somente pura e irrevogavel doação de quarenta braças de medição em quadro ao Gloriozo Patrimonio digo Patriarca São José, Padroeiro desta Freguezia de Angicos, de quem ella doadora se confessa devota, sendo a mesma terra conexa em roda de outra doação, que anteriormente fes o seo finado mano Tenente Antonio Lopes Viegas, ao mencionado santo, quando neste local fundou sua Igreja, declarando ella doadoura que esta doação não prejudica aos mais herdeiros em seos edifficios, nesta Povoação presentes, e futuros, assim como ella doadora, no remanicente que lhe fica, reservando prezente o solo de sua caza em que habita, e outro sobre dito solo, nesta mesma Povoação, em que pretende edifficar outra morada de caza, ou vender o mencionado solo, como assim o disse, digo como mais lhe convier. E de como assim o disse pedio-me, e outhorgou que lhe passasse a presente, aceitando-a eu Tabellião a bem dos absentos, e de quem pertencer, e depois de lida em presença das partes, digo testemunhas presentes o Capitão Miguel Francisco da Costa Machado, e o Reverendo Vigario Padre Felix Alves de Souza, e della doadora por achar conforme o expressado assigna-

Labim/UFRN

rão. Eu *Francisco Xavier de Menezes* — Tabellião de Paz a escrevi. *Damazia Lopes Viégas. Felix Alves de Souza. Miguel Francisco da Costa Machado*".

Enquanto isto, não cessavam os esforços dos angicanos para reconquistarem a situação perdida. Manifestações populares, memoriais extensos de ponderações e assinaturas, clamavam ao governo pela reconsideração da lei que cedera a Macau, por um capricho político, os favores da autonomia.

Afinal, a vitória: a resolução n. 219 *de 27 de junho de* 1850, concretizou a restauração desejada, marcando os mesmos limites impostos pela resolução n. 9, *de* 13 *de outubro de* 1836, do presidente João José Ferreira de Aguiar.

Já aí a Igreja era um prédio de regulares proporções, graças aos serviços realizados pelo padre Felix Alves de Souza, atendendo ao crescimento da população e difusão do culto católico.

Construida a capela em 1813, anos depois, em 1834, foi feito o serviço de "entalha", iniciado pelo capitão Francisco Antônio Teixeira, e terminado pelo capitão Francisco Lopes Viégas, genro e filho do fundador.

Entretanto, até 1849, o templo não podia ainda, pela sua reduzida extensão, comportar os fieis.

Havia, como diz o padre Felix, em seu relatório apresentado em 1865, ao Juiz Corregedor, dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra, "*urgente, e indeclinavel necessidade de trabalhar-se na Igreja Matriz, para que se podesse colocal-a em estado de prestar-se ao culto publico com decencia*".

Foi então que êle, "*sem Patrimonio suficiente*", viu-se "*obrigado a appelar para o concurso de susbscripções, e os sentimentos religiosos de seos Parochianos, de accordo, e combinação com os quaes se promoveo, e procurou a coadjuvação de todos*". Não havia na Matriz "*Irmandade alguma constituida nem Compromisso organisado, não havendo tambem quem se quizesse encarregar da administração de taes serviços*". Porisso, "*se achou ainda o suplicante,* continua o padre Felix, *como parocho, e portanto mais diretamente interessado na conclusão de obras de semelhante naturesa, na necessidade de administrar, como administrou, e levou ao ponto*" varios serviços de importância, entre os quais o aumento do templo, que passou a medir "15 *braças menos duas polegadas de comprimento, e* 5 *braças e* 62 *polegadas de largura*".

Nessa tarefa realmente pesada, contou o vigario com o auxílio do *alferes Florencio Otaviano da Costa Ferreira,* promotor da capela. A obra foi "empreitada" com Miguel Francisco da Costa Machado, na fase inicial, e com o pedreiro Manoel Francisco Teixeira, na última etapa, sabendo-se que demorou de 1849 a 1862.

Foram gastos dois contos, quinhentos e noventa e três mil reis (2:593$000), incluindo a compra das varandas de ferro vindas do Recife. Dessa importância o cofre imperial contribuiu com 1:220$000, sendo a parte restante de subscrições e auxílios populares.

Esta reforma da Matriz veio até 1911, com pe-

Labim/UFRN

quenas alterações. As torres, construidas dos fins de 1858 a princípios de 1859, assinalavam, no plano alto e dominador, a constância de uma fé ardente que jamais haveria de esmorecer.

Em 1911 o *padre Lucio Gambarra* resolveu aumentar as dimensões do predio. Com os auxílios do povo, empreendeu os serviços. As obras iam bem adiantadas quando, a 16 de setembro, ruiram fragorosamente, perecendo o operário Francisco Vieira de Oliveira, e ficando gravemente ferido o pedreiro Ulisses Cosme.

Reiniciadas, porém, não faltou a generosidade da população católica, e graças a ela, acordada por dirigentes de grande influência moral, a Matriz de Angicos conserva os mesmos característicos dessa reforma, excluindo, apenas, os melhoramentos que vamos enumerar: o ladrilho de mosaico, feito em 1928 por iniciativa de *d. Maria Joana Pereira Pinto,* à frente de um grupo de zeladores; calçada de cimento circundando todo o edifício, feito na mesma época e sob a mesma direção; a pia batismal, que vinha de 21 *de abril de* 1905, foi remodelada, em 1935, pelo *padre Luiz Vanderlei,* quando tambem foi ereto o altar de Santa Teresinha, de colaboração com *d. Maria do Carmo Péres,* e outras zeladoras. O sacrário e o púlpito são aquisições do atual vigário, como tambem a limpeza dos altares a óleo, imitação do mármore, compra de novos moveis e novas imagens.

O patrimônio eclesiástico foi, ainda, acrescido de uma doação feita pelo *capitão Alexandre Lopes Viégas,* em 1862, nestes termos:

"ESCRIPTURA DE DUAÇÃO DE HUMA SORTE DE TERRA, QUE FASEM AO GLORIOSO PATRIARCHA SÃO JOSÉ, ORAGO DESTA FREGUEZIA, O CAPITÃO ALEXANDRE LOPES VIEGAS E AZEVEDO, E SUA MULHER DONA CONSTANCIA MARIA DO NASCIMENTO, SENDO ANUNCIADA DUAÇÃO ENCRAVADA NO ASSUDE QUE É PERTENCENTE AO MENCIONADO SANTO, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Nas Oras de Deos Amen. Saibão quantos este publico instrumento de escriptura de duação virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e dois, aos trinta e hum dias do mez de dezembro do mencionado anno, nesta Villa de São José dos Angicos, da Commarca da Cidade do Assú, Provincia do Rio Grande do Norte, em casa de residencia do Capitão Alexandre Lopes Viegas e Azevedo, aonde eu Tabellião ao seo chamado vim, e ahi presente o mencionado Capitão Lopes, e sua mulher dona Constancia Maria do Nascimento, que os reconheço pelos proprios de que se tratão e dou minha fé, e em presença das testemunhas abaixo assignadas, por elles marido e mulher me foi dito, que como proprietarios e possuidores de terras pro indiviso nos Sittios dos Angicos de que estão de mansa e pacifica posse, sem contradição de justiça de pessoa alguma, e que assim livremente como a possuem, fazião de uma porção della

Labim/UFRN

terra duação pura e irrevogavel ao Glorioso Patriarcha São José, orago desta Freguesia, de quem elles duadores se confessão devotos, sendo dita duação de terra comprehendida no local em que se acha plantado o assude do mesmo Santo nesta Villa, a principiar dita duação, da estrada que desta mesma Villa segue para a Cidade do Assú, no logar em que toca no riacho, indo-se por fóra para a fazenda Santo Amaro, no lugar denominado Forno Velho, subindo pelo mesmo riacho acima, até onde passa a estrada que tambem desta mesma Villa segue para a Fazenda denominada Rio do Meio, comprehendendo em dita extensão abalisada todos os frescos do referido assude, por uma e outra parte do riacho para o mesmo Santo, com a condição porem de que, qualquer fresco que por ventura possa apresentar o referido assude do lugar denominado Forno Velho pelo riacho abaixo por uma e outra margem do mencionado riacho que se denomina do Olho dagua pertencer a elles duadores, e por sua morte aos seos descendentes, na escala em que seguir a sua representação hereditaria; logo eu Tabellião como pessoa publica aceitei a presente duação em nome do publico, dos absentes e de quem pertencer. E de como assim o dicerão e outhorgarão pedirão-me que a presente fosse feita em minhas notas, a qual sendo lida em presença das partes assignarão por acharem conforme o quanto havião expressado, assignando a rogo da duadora por não saber escrever, seo filho Joaquim Francisco Leonel de Souza, com testemunhas presentes o Rev. Vigario desta Freguezia Felix Alves de Souza, o Capitão Antonio de Souza Monteiro e o Alferes Juvencio Tassino Xavier de Menezes, aquele casado, este solteiro ambos moradores nesta Villa e termo. Eu, Francisco Xavier de Menezes, Tabellião Publico vitalicio a escrevi.

Alexandre Lopes Viegas e Azevedo, Joaquim Francisco Leonel de Souza, Vigario Felix Alves de Souza, Antonio de Souza Monteiro, Juvencio Tassino Xavier de Menezes.

Tinha, assim, o patrimônio eclesiástico, os limites de três doações, quando, em 1865, o *capitão Alexandre Lopes Viégas,* seu administrador, requereu demarcação judicial, em virtude de dúvidas surgidas na escritura passada por *Damásia Lopes,* que mandava respeitar, para efeito de cobrança do imposto patrimonial, os predios dos herdeiros presentes e futuros.

Os trabalhos de demarcação foram realizados nos dias 15 e 16 *de setembro de* 1865, e para a celeuma levantada, a solução que pareceu mais acertada foi *"formar quadro perfeito com sessenta braças de cada lado, no rumo geral-norte-sul, leste-oeste, de maneira que a Matriz fique no centro desse quadro"*, excluido, como se vê, o terreno da terceira doação.

Neste, restam ainda os escombros do velho açude paroquial construido pelo grande missionário *Padre Ibiapina,* juntamente com o primitivo cemitério, anexo à Matriz, obras estas quasi concluidas no curto espaço

Labim/UFRN

de 19 a 26 de agosto de 1862, em que aquele sacerdote missionou em Angicos, pela primeira vez.

Aconteceu, porém, que logo em 1863, quando pouco faltava para o término do serviço, o açude arrombou. Foi o padre Felix, auxiliado pelo povo, que o reconstruiu de 1863 a 1865, para em 1894 ter o mesmo destino.

O primeiro cemitério serviu até 1900. *A 5 de novembro de* 1901, na casa paroquial, foi resolvida a construção de um novo campo-santo, segundo êste documento que encontro no livro de tombo da paróquia:

"TERMO

Aos cinco de novembro de 1901, na Villa de São José de Angicos, uma commissão composta dos snrs. João Martins, Vicente Cruz, Cosme Filho, e outros, commigo se entendeu sobre a idéa que tiveram de oferecerem os Angicanos filhos do Seculo 19 aos seculos futuros no começo do seculo 20, tambem como alguns lugares uma lembrança de progresso, de animação e de vida. Depois de discutida a opinião de cada um ficou assentado em ser a mudança do cemiterio em jardim, visto ser collocado no centro da Villa, ao lado da Matriz, fazendo-se logo um outro cemiterio para os enterramentos, collocando-se no centro do novo jardim uma bem elevada columna que de mais alto proclamasse em nome do povo angicano o seu enthusiasmo no despontar do novo seculo, deixando ler a todos no alto do portão em uma lapide a inscrição seguinte — SECULO 20. Tudo graças ao interesse da Commissão que soube não poupar esforços, apesar das seccas continuadas podemos ver realisado aos 15 de Agosto de 1903 a transformação que trouxe a séde de Angicos um dos seus maiores melhoramentos.

São José de Angicos, 15 de Agosto de 1903.

Vigario João Borges de Sales, encarregado da regencia de Angicos.

A benção do novo cemitério realizou-se a 30 *de junho de* 1902, por licença requerida a 24 *de janeiro* desse ano.

Uma parte foi subtraida à solenidade religiosa. Destinava-se ao sepultamento dos pagãos e casais unidos, apenas, pelo contrato civil, ou sem contrato nenhum. Era o que, hoje, fica do cruzeiro de madeira ao portão, ressalvado um pequeno aumento que sofreu depois. O cruzeiro é o mesmo da antiga casa dos mortos, e foi de confecção do *carpina Manoel Alves,* que encontramos no contrato de construção da velha cadeia destruida.

A capela do cemitério, dedicada a *Nossa Senhora do Carmo,* foi mandada construir pelo sr. *Pacífico Clementino de Medeiros*. Cogita-se, agora, de sua substituição.

O monumento erguido no século 20, foi construido pelos pedreiros Francisco Severino, Olímpio Severino, José Miguel Martins e Francisco Cabral. As contribuições pecuniárias para a sua construção foram ad-

Labim/UFRN

quiridas por Alexandre Vespasiano de Souza Pinheiro, Bernardo Pinto de Abreu e José Vitaliano Teixeira de Souza. É uma grande coluna, encimada por uma bandeira de ferro, de pequenas proporções, feita por Inácio Gomes. Até poucos anos lia-se no monumento a inscrição: *"Fé, Esperança e Caridade"*, que as novas caiações apagaram.

Dentre essas fases as mais diversas das obras católicas angicanas, avultam as figuras de muitos sacerdotes, uns já colhidos pela morte, outros ainda vivos, todos, porém, relembrados na memória do povo, pelo seu espírito apostólico, pelo amor ao rebanho que lhes foi entregue para a divulgação da doutrina de Cristo.

Podemos relacioná-los, na ordem em que aqui estiveram, graças a apanhados feitos em fontes diversas:

1.° — *Pe. Manoel Antonio dos Santos Moraes Pereira Leitão* — (22-5-1837).
2.° — *Pe. João Teotonio de Souza e Silva* — (Vigario de Santana do Matos).
3.° — *Pe. João Inacio de Loiola Barros* — (Vigario de Macau).
4.° — *Pe. Manoel Januario Bezerra Cavalcanti*
5.° — *Pe. Felix Alves de Souza* — colado (1845-1895).
6.° — *Pe. Antonio Rodrigues* — (Vigario de Santana do Matos).
7.° — *Pe. Vicente Gifoni* — (Vigario de Santana do Matos).

8.° — *Pe. João Borges de Sales* — (Vigario de Santana do Matos).
9.° — *Pe. Lucio Gomes Gambarra* — Vigario de Santana).
10.° — *Pe. Pedro Paulino Duarte* — 1-4-1905.
11.° — *Pe. Lucio Gomes Gambarra* — (Vigario de Santana e Angicos).
12.° — *Pe. João Soares Bilro* — (10-3-1912-1915).
13.° — *Pe. Julio Alves Bezerra* — (13-2-1916-20).
14.° — *Pe. Fortunato Alves de Areia Leão* — (25-1-1920-1921).
15.° — *Pe. Antonio Vicente da Costa* — (30-1-1921).
16.° — *Pe. Ulisses Maranhão* — (1922).
17.° — *Pe. Esmerino Gomes da Silva* — (1927).
18.° — *Pe. Antonio Brilhante de Alencar* (1930).
19.° — *Pe. Anacleto Brandão* — (1930).
20.° — *Pe. José Gregorio Junior* — (1931).
21.° — *Pe. Natanael Ergias de Medeiros* — (1931 a 1932).
22.° — *Pe. Luiz Carlos dos Guimarães Vanderlei* — (1932-1936).
23.° — *Pe. Julio Alves Bezerra* — (Vigario do Assú — 1936).
24.° — *Pe. Manoel Tavares de Araujo* — (1936...)

Além desses, estiveram curando a paróquia, interinamente, os *padres Joaquim Honorio da Silveira, Calasans Pinheiro, Bianor Aranha* e o *cônego Leão Fernandes* que aqui residiu.

Graças ao seu trabalho ininterrupto, a fé católica

Labim/UFRN

alastrou-se, recanto a recanto do município, abraçando milhares de almas pelo mesmo amplexo de comunhão e esperança.

Por isso, todas as tentativas de incursão feitas por outros cultos nunca obtiveram senão um êxito pequeno e insignificante. O que mais se extendeu foi o culto protestante, mas não ultrapassa o número de 50 adeptos, pelas notas fornecidas à agência de estatística municipal, com um humilde templo erguido à avenida Carlos Gomes, em 1937, por João e Vicente Guilherme Teixeira de Souza.

Na mesma fonte, colhemos êsses dados fornecidos pelo vigario no ano de 1938:

"*Templos*: 5 — *Capacidade da Matriz*: 1.500 pessôas. *Valor aproximado*: 90:000$000. *Batizados*: *Masculinos* ,434; *femininos*: 420. *Casamentos*: 171. *Encomendações*: 59. *Extrema-unções*: 63. *Viáticos*: 50. *Comunhões*: *pela* 1a. *vez*: 400; *outras vezes*: 26.592. *Irmandades*: *Apostolado da Oração* e *Cruzada Eucarística com* 1.749 *sócios; Associações pias*: *São José, Congregações Marianas, Pia União de S. Teresinha, N. Senhora do Rosario, S. Vicente de Paulo*, com 637 sócios. *Ordens Terceiras*: *S. Francisco de Assis*. *Cerimônias festivas*: Semana Santa, Semana de Cristo Rei, Missões de Frei Dameão e Frei Cipriano e 2 retiros fechados".

A todo êsse movimento serviu de centro irradiante a bela Igreja Matriz, toda branca, com duas tôrres ponteagudas que bem parecem dois braços implorando as bençãos do céu. Em uma das tôrres, levanta-se um galo que mede cerca de um metro. Expressa a vigilância e a oração. Na outra, um lírio de metal, indicando o padroeiro. No meio, uma cruz singela de ferro, símbolo de sacrifício e de glória.

No dia 1.° de janeiro de 1919, data de sangrentos acontecimentos na vila, que terminaram com o assassinato, em plena rua, de um cabo de policia, o galo da igreja caiu. Pessoas supersticiosas quiseram vêr no fato um aviso do céu. E a procissão da tarde, percorreu as ruas sem os sons da música, num mixto de temor e de precaução...

Á frente da Matriz, estava a velha *Santa Cruz*. Até 1864 não era mais do que um cruzeiro de madeira plantado no pedestal de tijolo. Nesse ano, foi construido o muro que o protegia. O atual vigário benzeu, a 27-10-940, um novo Cruzeiro, de marmorito preto, com uma imagem de Cristo, de cimento branco. É costume tradicional, nos primeiros meses do ano, quando tarda o inverno, reunirem-se, a seu redor, pessôas católicas implorando, em orações fervorosas, o milagre da água. Sinal evidente de uma fé simples e robusta, igual à dos nossos maiores que, abandonando os afazeres, sem olhar despesas nem dificuldades, sentaram, no quadrado de casas, a primitiva capelinha, depois igreja ampla e dominadora, mas, sempre a mesma, pela continuidade do espírito que a levantou como ninho de conforto e refúgio de alegria.

Labim/UFRN

VIII

Traços do Pe. Felix Alves de Souza e do cônego Leão Fernandes.

Há, no passado da igreja angicana, dois vultos dignos da mais comovida e piedosa recordação.

A história imparcial e sincera, mesmo humilde e sem pretenções, penetra todos os aspectos. Campos, estradas, casas, papeis, lutas, em tudo vive e se movimenta a vontade humana, segura ou incerta, mas, sempre orientadora e indispensavel.

Recordámos, em traços ligeiros, a capelinha ignorada e pobre, transformada, depois, no templo amplo e acolhedor, em que todos nós, aqui nascidos ou residentes, sentimos mais forte o influxo da fé e mais ardente a chama do amor.

Olhemos, agora, na penumbra saudosa dos seus altares, as figuras de dois homens, nos quais mais cintilaram os lampejos de uma caridade sempre pronta e de uma humildade sempre comovente: *Padre Felix Alves de Souza* e cônego *Leão Fernandes de Maria*.

Ambos aqui viveram, e desempenharam, na formação moral da família angicana, um papel relevante e inesquecivel pela prática diária do bom exemplo, e pela palavra sempre cativante e amiga.

O primeiro, *padre Felix Alves de Souza*, chegou a Angicos em princípios de 1845, quando éramos, apenas, um arruado de casas em torno do templo católico, sem definição nem cuidado artístico.

Foi, durante cincoenta anos de trabalho sem canseiras, o guarda vigilante dos nossos direitos, o orientador inarredavel da população, espécie de patriarca projetando-se no campo religioso, social e político.

Nasceu, a 27 de agosto de 1820, em São João do Rio do Peixe, (hoje Antenor Navarro), na Paraíba.

Passados os primeiros anos, teve a desventura de perder seus pais, José Joaquim Pereira de Souza e Ana do Sacramento Pereira de Souza. De sua criação encarregou-se o irmão mais velho José Alexandre Pereira de Souza, que, atendendo à força irresistivel de sua vocação, o mandou para o Seminário de Olinda.

No grande viveiro de inteligência criado pelo bispo Azeredo Coutinho, os labores do estudo desdobraram-lhe as energías, e, por isso, recem-ordenado, veio para Angicos, ansioso para saciar a sêde do Christo no coração do rebanho.

Assumindo a direção da paróquia, logo se integra na defesa de suas necessidades, e a sua projeção cresceu com a rapidez que só a bondade e a virtude sabem extender. Em junho do mesmo ano, já o encontramos assumindo a presidência da Câmara Municipal, por

Labim/UFRN

procuração do presidente eleito, coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo.

A êsse tempo, a capela construida em 1813, reclamava espaço por *"pequena e insuficiente"*.

Damásia Lopes, filha solteira do velho fundador Antônio Lopes Viégas, aumenta o patrimônio, doando quarenta braças de terra em redor da primeira doação feita pelo seu irmão alferes Antônio Lopes Junior. Isto em 1849. Anos depois, em 1862, Alexandre Lopes, tambem filho do fundador, repete o gesto. Em ambos, aparece o padre Felix como testemunha, o que deixa transparecer a sua inspiração interessada e dominante.

De 1849 a 1860 realiza serviços vultosos na igreja. Nas missões do Padre Ibiapina auxilía-o na construção do cemitério e do açude paroquiais.

Onde, porém, mais se fez sentir a ação envolvente do seu apostolado, foi na tarefa de formação de duas gerações angicanas, as quais amparou e dirigiu com a dedicação digna de um pai. O exemplo de toda hora, a palavra instante a instante, tudo ressumbrava devotamento amoroso do seu coração, que meio século não poude diminuir nem desanimar nas reservas de caridade constante e desinteressada.

Prova dessa ascendência inapagavel, está na lembrança que ainda halôa a sua memória, e para a alma do *"padrinho-vigario"*, como todos lhe chamavam, nunca falta uma prece de saudade.

Faleceu a 7 de dezembro de 1895, em Natal, e os seus restos mortais para aqui vieram entre lágrimas abundantes, de quantos sentiram a influência poderosa

do seu espírito, sempre afavel e doce, numa linda imitação do Cristo.

Para êle nunca existiu dificuldade, quando, à frente, estava o interêsse espiritual do seu rebanho. E, por isso, ao relembrarmos os dias luminosos da Igreja angicana, tinhamos o dever de escrever o seu nome, que a alma conterrânea guarda numa imortal vigilia de saudade.

*
* *

Desaparecido o Padre Felix Alves de Souza, vigario-colado de 1845-1895, nenhum outro sacerdote, por mais alteado às culminâncias da virtude, exerceu a influência moral que, entre nós, gozou o *cônego Leão Fernandes de Maria*.

Para aqui veio acossado pela doença impiedosa, e a sua curta estadía foi bastante para que todos lhe proclamassem as virtudes de um santo (1916-1920).

Membro de tradicional família norte-riograndense, para a qual a fortuna raramente negou um sorriso, viveu sempre na humildade, como se habitasse entre as paredes calmas de um convento.

Orador de vastos recursos, a cuja palavra sempre se unia a emoção da alma, distendeu muito as forças do seu apostolado, até que o organismo sentisse a deficiência de saúde que, após uma luta insidiosa, o levou ao túmulo.

Dessa atividade multiplicada e bemfazeja, deixou um livro de sermões e discursos, primoroso pelo amor

Labim/UFRN

à língua, ao Brasil, e à Igreja, através de palavras repassadas de sentimento e amor.

Em 1916 veio para Angicos, atraído pelo seu clima saudavel e acolhedor. Logo às primeiras reações do organismo, deixou o sossego da cama, e volveu ao trabalho apostólico, dirigindo caracteres, confessando, celebrando, como se tivesse medo de o tempo escoar-se, sem a grandeza de suas obras.

Mal sabía, talvez, que a terra já se abria para reclamar o seu direito a tão santo homem. Um dia, quando a chuva do inverno compensador alegrava os campos, e sôbre o tecto do casarío humilde despejava a água salvadora, recebeu um chamado de uma pobre mulher, unida ilegalmente a um homem, e que, na hora da morte, desejava as bençãos de Deus.

Nem a chuva, nem a lama, nem a distância, nem a ausência de transporte, nem a doença, lhe serviram de pretexto para uma escusa. Levantou-se imediatamente, e avançou para a cabeceira da moribunda, sentindo a alegria imensa da caridade, mesmo que esta servisse de campa à sua existência efêmera.

Ao volver da estafante caminhada, recebeu uma neblina impertinente. Poucos dias depois, a morte roubava-lhe a última energía.

O seu enterro, na vila pequena, foi uma consagração. E ainda hoje, à evocação do seu nome, poucos olhos dos que o viram, deixam de chorar uma lágrima sentida.

*

* *

Estas duas almas eleitas, com o trabalho digno de quantos sacerdotes aqui passaram, formam a cerne inviolável de nossa formação cristã, hoje, cada vez mais aperfeiçoada pelo zelo do vigário atual, *Padre Manoel Tavares de Araujo,* espírito de apóstolo moderno, conhecedor dos problemas do tempo, e para a sua solução, usando os dois grandes conselhos do Meste Eterno: *Vigiai e orai...*

Labim/UFRN

FORMAÇÃO POLITICA

Mirabeau Melba 3

Labim/UFRN

IX

Primeiras lutas pela criação da vila. Angicos versus *Santana do Matos. A atitude do padre João Teotônio.*

A luta que os angicanos tiveram de sustentar para conseguir e manter a autonomia do município, foi, toda ela, cheia de episódios interessantes, que bem demonstram um espírito forte aos revezes da sorte, quando retemperado pelo idealismo de uma causa.

De início, foi a campanha sistemática e tenaz da população de Santana do Matos, dirigida pelo padre João Teotônio de Souza e Silva, e da qual transcrevo os documentos encontrados no cartório da cidade.

Depois, vencida essa resistência, sob todos os aspectos valiosa, o trabalho estava em triunfar sôbre o inimigo até bem pouco aliado, vivendo, podemos dizer, sob o mesmo tecto, porque participante dos mesmos ideiais, até quando êles não feriam interêsses particulares. Foi o dissídio do coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, ricaço proprietário da época, e a

Labim/UFRN

quem a política permitiu e forçou, neste caso, uma embaraçosa dubiedade de gestos.

Reconstituamos os fatos, para deduções mais certas.

Não é fácil precisar a situação de Angicos no primeiro quartel do século passado.

No memorial dirigido em *janeiro de* 1835, pelos juizes de Paz, aos deputados provinciais, encontro êste trecho vago: *"e porque pode ocorrer haver quem diga, que Angicos não tem capacidade de ser Villa para ve-la dissolvida, não se lembrando que hum termo, que tem mais de* 40 *legoas de comprimento, e* 14, 16 *e* 18 *de largura, no qual se achão a Igreja Matriz, e duas boas capellas, e povoado por mais de* 5 000 *almas, seria extraordinario deixar de ser Villa"*. E só.

As fontes a que poderíamos recorrer, e a que, de fato, recorremos, quasi nada adiantam do desenvolvimento do povoado, sujeito à direção política do município de Princeza, hoje Assú.

Do que alí se encontra, inseguro para um juizo exato, só uma conclusão é inevitável: é que o logarejo, acanhado, inestético e pobre, muito lentamente prosperava.

Fóra disto, tudo mais será conjectura, quasi sempre prejudicial à serenidade histórica.

Certo, porém, é que, apesar da pobreza de construções do povo, a criação se desenvolvia, mais a mais, pelos campos verdejantes que o inverno fertilizava, dando-lhes riqueza, seiva e encanto.

E nesse fato, encontro a explicação para, em 1833, o Conselho Provincial de Natal, em proposta ao Governo Geral, sugerir a criação das vilas de *Angicos*, Apodí, Touros, Acarí, Vila-Flor, (Canguaretama) e São Gonçalo.

Favoravel à repercussão desse pedido, o presidente da Província Manoel Lobo Miranda Henriques, em 11 de abril de 1833, desmembrava *Angicos* do território assuense, concedendo-lhe a tão ambicionada autonomia.

Êsse ato marca o início de uma campanha prolongada e dolorosa, despertando ódios, alimentando queixas, e cujos efeitos perniciosos conseguiram transpor o tempo, perdurando anos afóra.

A população de Santana julgou-se prejudicada nos seus direitos, e moveu, com espantosa tenacidade, a luta apaixonada que tiraria a Angicos a conquista da independência.

A despeito desses protestos, instala-se *a primeira Câmara Municipal*, a 27 de fevereiro de 1834, de conformidade com a seguinte *ata*, arquivada, ainda, num livro antigo que a Prefeitura conserva:

"Aos vinte e sete dias de fevereiro de mil oitocentos e trinta e quatro, nesta Villa dos Angicos, da Provincia do Rio Grande do Norte, pelo Presidente da Camara Municipal da Villa da Princeza da mesma Provincia, Antonio Barbalho Bezerra, commigo secretario da mesma, abaixo assignado, em virtude da Resolução da sobredita Camara, tomada na sessão de 13 do findante mez e art. 3.º do Decreto de 13 de novembro de 1832, foi pelo dito presidente deferido o juramento dos Santos Evangelhos ao Presidente da Nova Ca-

Labim/UFRN

mara Capitão Jeronimo Cabral Pereira de Macedo, e Vereadores Joaquim Alvares da Costa, Antonio Francisco Bezerra da Costa, Miguel Francisco da Costa e Francisco Martins de Miranda, encarregando-lhes que bem e com verdade servissem seus ditos Empregos, promovendo quando em si couber os meios de sustentar a felicidade publica, Integridade do Imperio, sustentando a sua liberdade no que estiver de sua parte; e recebido por elles o juramento assim o prometteram cumprir como lhes fora encarregado, do que para constar lavrei este termo em que todos assignarão. Eu *Manoel de Mello Montenegro Pessoa*, secretario o escrevi. (*Seguem-se as assignaturas do Presidente e vereadores*)

Esta Câmara funcionou até 12 *de Janeiro de* 1835, presidida pelo *Capitão Jerônimo Cabral*.

Os seus adversários, porém, não perdiam as esperanças, e aguardavam a primeira oportunidade para desferirem o golpe.

O Ato Adicional promulgado no Rio de Janeiro, a 12 de agosto de 1834, criou as Assembléas Legislativas em substituição aos Conselhos Provinciais. Nessa época, a influência política do padre Brito Guerra era dominadora, e os nomes que teriam de compôr a nova entidade, fatalmente refletiríam êsse predomínio.

A Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte instala-se a 2 de fevereiro de 1835, e entre os seus membros de mais destaque lá está o *padre João Teotônio*.

Mesmo assim, os angicanos não desanimam. Embora esperassem o golpe do inimigo, promovem manifestações populares, redigem "abaixo-assinados", defendem, a todo custo, as prerrogativas já conquistadas.

Á Assembléa Provincial dirigem, antes de tudo, êsse apelo cheio de confiança:

"Illmos. e Exmos. Srs. Deputados Provinciais:

Dizem os Juizes de Paz dos Districtos da Villa d'Angicos, e Guamaré, da Provincia do Rio Grande do Norte, *Vicente Ferreira Barbosa*, e *Joaquim Alvares da Costa*, e mais cidadãos adiante assignados, e habitantes nos referidos Districtos, que se achão muito satisfeitos com a criação da Villa em Angicos, por ser o centro do Termo, e por terem os seus recursos mais perto do que tinhão quando erão sugeitos a Villa Nova da Princeza, por não precisarem passar no inverno o caudaloso Rio Assú; e por isto os Suplicantes, e mais cidadãos se prestarão com huma subscripção volutaria para fazerem Caza de Camara, sem dispendio do Thesouro Publico, e estão prontos a concorrer com os seus possuidos para a fatura de qual quer edificio publico que se fizer preciso, e não menos para a edificação dos particulares, pois caprichão em levar a Villa a um gráo de aformosiamento, que não hajão muitas na Provincia, que lhes levem vantagem, e por que pode correr haver quem diga, que Angicos não tem capa-

Labim/UFRN

cidade de ser Villa para vel-a dissolvida, não se lembrando que hum termo, que tem mais de 40 legoas de comprimento, e 14, 16 e 18 de largura, no qual se achão a Igreja Matriz, e duas boas capellas, e povoado por mais de 5000 almas, seria extraordinario deixar de ser Villa. Vão por tanto os suplicantes, e mais cidadãos adiante assinados pedir a Vós Illustrissimos e Excellentissimos Senhores Deputados Provinciaes, por amor da boa ordem, e commodidade dos Povos do Municipio d'Angicos, hajão de confirmar a criação da Villa com o que se lhes faz

Justiça."

Êsse documento, *de meiados de janeiro de* 1835, era assinado por 271 *pessoas de Angicos* e 201 de Guamaré, à frente os respectivos juizes de Paz.

O secretário da Câmara, *Vicente Ferreira Alvares*, tambem professor de primeiras letras, encerra-o com um "Está conforme".

A êsse apêlo popular, acompanhou um ofício dos juizes de Paz e *figuras principais dos dois distritos*, ao Presidente da Província, que encontrei, em cópia, no velho arquivo do cartório da cidade, juntamente com os outros documentos dessa fase que, por serem inéditos, vou transcrever na íntegra.

Diziam os vereadores:

"Illmo. e Exmo. Snr.

Os Juizes de Paz, e *povos dos Districtos d'esta Villa e Guamaré,* levam um requerimento

a presença dos Illustrissimos e Excellentissimos Senhores Deputados desta Provincia, e para que V. Excia. fique inteirado do que elle contem com este achará copia, e verá V. Excia. que os Povos se prestão a fazer a sua custa Caza de Camara, e qualquer edificio Publico, que for preciso, afim de poupar o dinheiro do Thesouro Publico, e a formoziar a Villa a que pertencem. Pondere V. Excia. a que gráo chegará o desgosto destes Povos, se lhe for negada a confirmação desta Villa, por ficarem privados das commodidades que gozão.

O Vigario João Teotonio de Souza e Silva, hoje Deputado Provincial se propõe a disolver esta Villa só porque ella não foi criada na povoação de San'Anna do Mattos, onde móra.

Este Vigario, Exmo. sr., he ornado de virtude, e merecia a maior estima de todos os habitantes deste Municipio, porem presentemente está fora da graça da maioria, só porque se tem declarado contra a criação desta Villa no ponto de Angicos, e quanto milhor não seria este honrado Pastor não se intrometer com criações de Villa neste, ou em outro lugar, para gozar como gozava da amizade, e grande estima de todos os seus Freguezes.

Proponha-se elle como quizer a disolver a Villa, que não ha de poder concluir, por não ser attendido dos Illustrissimos e Excellentissimos Senhores Deputados Provinciaes, e nem V. Excia. por não lhe acharem razão na sua pretenção, e

Labim/UFRN

sim na dos Povos, porque todo direito tem a pedirem a confirmação da Villa no ponto que milhores commodidades lhes offerecem, e porque estão certos, que daquelle Nobre Corpo Legislativo ha de sahir huma lei confirmando a criação da Villa no ponto de Angicos, já se preparão para festejar o dia que for por V. Excia. sanccionada.

Disculpe V. Excia. a esta Camara o encomodo que lhe dá com a leitura de escripta tão extensa, pois he para deixar a V. Excia. bem inteirado de hum negocio, em que a Camara tão grande parte tem, por appetecer a existencia do seu Municipio.

Deos guarde a V. Excia. por muitos annos. Villa d'Angicos em sessão extraordinaria de 19 de janeiro de 1835.

Illmo. e Exmo. Snr. Bazilio Quaresma Torreão, Presidente desta Provincia.

Antonio Francisco Bezerra da Costa
Miguel Francisco da Costa Machado
Francisco de Borja Soares Raposo da Camara
Antonio Lopes Viegas e Azevedo
José Teixeira de Souza
Alexandre Lopes Viegas e Azevedo
João Manoel da Costa Melo"

A campanha é inteligente. Enquanto no ofício à Assembléa os signatários silencíam o nome e as ameaças do padre João Teotônio, a Câmara, no memorial

dirigido ao Presidente, expõe com clareza toda a situação.

Apesar dessa atividade incansavel e bela, o padre Teotônio, fiel aos seus compromissos, logo na primeira reunião, levanta o brado de protesto contra a autonomía de Angicos, em detrimento da terra sob a sua direção.

Há quem condene a sua memória por essa atitude.

Nos documentos de que, a miude, me estou servindo, abundam as referências ao seu nome, e quasi sempre debuxadas num cenário de revolta e rancôr.

Em verdade, motivos havia para que o padre João Teotônio jamais se colocasse contra a criação desta vila.

Se Santana era, de fato, a sua paróquia, Angicos o era, de direito. Para aqui viera êle nomeado, embora por motivos desconhecidos, houvesse preferido, para moradía, a capela visinha. E com uma circunstância: a sua nomeação fôra fruto da confiança pessoal do *alferes Antônio Lopes Viégas*, quando, no Rio de Janeiro, lhe entregára para defesa constante, os papeis que sintetizavam a causa do seu povo e da sua terra.

Entretanto, apezar destes motivos, realmente fortes, acho coerente o gesto do padre Teotonio. Sabemos com que amor se dedicavam os *vigarios-colados* às suas freguezias. Deles eram os interêsses dos seus paroquianos, e para advogá-los não mediam sacrifícios.

O padre João Teotônio era *vigario-colado* de Santana do Matos. Integrado nos mesmos sentimentos, tendo em cada seu dirigido espiritual um amigo a de-

Labim/UFRN

fender, um filho a proteger, justo sería que, empenhados êles numa campanha, dela participasse, mesmo que, razões já remotas, o impelissem a outro gesto.

Daí o discurso do deputado santanense, que, prestigiado como era nos meios oficiais, ligado ao padre Guerra, mentor político da Província, ecoou favoravelmente no seio da Assembléa.

Angicos não estava contemplado com representação no Congresso legislativo, e quem poderia encampar aí o seu direito?

A 28 *de março de* 1835, o presidente Basilio Quaresma Torreão, sancionava a lei seguinte:

"Lei n.º 26

Supprimindo a Villa d'Angicos, e incorporando o seu Municipio ao da Villa da Princeza, d'onde foi desmembrado.

Basilio Quaresma Torreão, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte: Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu sancciono a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica supprimida a Villa d'Angicos, revertendo o seu Municipio para a Villa da Princeza, donde foi desmembrado.

Art. 2.º Ficão de nenhum effeito as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente

como nella se contem. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Cidade do Natal aos vinte e oito dias do mez de Março de mil oitocentos e trinta e cinco, decimo quarto da Independencia e do Imperio.

Basilio Quaresma Torreão"

Com a sanção da medida anunciada de há muito, um movimento de funda revolta sacudiu a alma angicana. O golpe era esmagador e envolvia duas humilhações: *a vitória dos adversários* e, consequentemente, *a perda da autonomia,* tão duramente conquistada.

Por todos os recantos da terra humilhada ouviam-se reclamos, escutavam-se protestos. Chegam ao governo as reclamações mais insistentes.

O ato, porém, se mantem. O padre João Teotônio protege-o com a sua batina prestigiosa, e qualquer investida torna-se inútil.

Essa circunstância, ao envez de desanimar os angicanos, acende-lhes cada vez mais a chama da rebeldía. E, — caso raro e importante naquele tempo, dadas as condições em que se realizou — o povo nega-se a cumprir a lei.

O governo intervém de pronto. Nada consegue.

Mas, o ato deve ser cumprido fielmente, diz o mais alto poder público brasileiro, que, em avisos de 11 de fevereiro e 24 de março de 1836, chegou a ordenar que, *"exgotados os recursos e meios conciliatórios, tivessem logar os da força".*

Labim/UFRN

A notícia é retransmitida oficialmente. Mas, a situação não se modifica. Já um ano antes, quando da fixação, em edital, do ato n. 26, as mulheres e crianças, haviam chegado a excessos inacreditáveis, de que nos dão notícias documentos que vamos transcrever.

Do mesmo modo, a um ofício do presidente Basilio Quaresma Torreão, *Vicente Ferreira Barbosa,* Juiz de Paz, e *"leader corajoso da campanha"*, responde nestes termos de sagacidade e inteligência:

"Os Povos se preparão para levar ao conhecimento do Governo Supremo e ao do publico por meio das folhas, as tristes circunstâncias em que se achão causionados por o Vigario, e V. Excia. porem eu o tenho acomodado fazendo-lhes ver que assim como de V. Excia. lhes veio o mal, tãobem de V. Excia. lhes pode vir o bem, pois tem poder para reunir a Assembléa extraordinariamente, e levar ao seu conhecimento a disordem em que elles estão por a Lei que suprimio a Villa, e que he de esperar que a Assembléa da segunda reunião o satisfaça uma vez que cumprirão com os deveres de amisade em satisfazer na primeira a vontade do vigario.

A vista do que venho de espender V. Excia. deliberará o que for servido, ficando certo que sempre mi axará pronto a cumprir as suas ordens, pois reconheço a V. Excia. pelo Chefe da Provincia.

Deus guarde a V. Excia. *Angicos,* 15 *de junho de* 1835.

Illmo. e Exmo. Snr. Basilio Quaresma Torreão, Presidente desta Provincia.

Vicente Ferreira Barbosa, Juiz de Paz do Distrito de Angicos.

O Presidente Basilio, em ofício de 30 de junho, repreende o Juiz pela linguagem menos respeitosa de sua correspondência. A resposta de Vicente Barbosa é uma linda cartada de coragem e amor à terra:

"Illmo. e Exmo. Snr.

Recebi o officio de V. Excia. datado de 30 de Junho em resposta ao meo de 15 do mesmo extranhando-me V. Excia. a franqueza com que lhe falei, e dizendo-me que me não torne orgam de purção de desgostosos do meo Districto. *Cumpre-me dizer que se V. Excia. fosse um Presidente que só tivesse em vistas obrar debaixo da Lei, e de promover o sucego, e bem estar dos Povos que por desgraça delles forão confiados a administração de V. Excia.* de certo não sanccionava a Lei n. 26 que se encaminhava a supprimir a Villa de Angicos pois a Camara em nome dos Povos pedio a V. Excia. para a não sanccionar, e sendo expresso na Constituição do Imperio art. 179, § 2 que nenhuma Lei será estabelecida sem utilidade publica, e não vindo ao Publico utilidade da Lei n. 26, e sim uma semente que se pretendia plantar para a guerra civil cumpria a V. Excia. não sanccionar tal

Labim/UFRN

Lei porem porque sanccionou V. Excia. semelhante Lei foi por se ter constituido partidario do intrigante vigario João Theotonio de Soisa e Silva, e querer que prevalicece o caprixo deste embora padeça esta porção de Povos as privações que lhe trasem a supressão da Villa. Se V. Excia. se não tivesse apartado da Lei, e se constituido partidario de intrigantes eu lhe não falava com franqueza com que lhe falei no meu officio de 15, nem me animaria a expender o que venho de dizer.

Mandei por um official de Justiça pregar o Edital que recebi da Camara da Villa da Princeza porem elle o não acabou de pregar porque *as Mulheres e Meninos sabendo que papel se hia afixar correrão, tomarão, e rasgarão, e se o official resiste herão capazes de o matarem,* este procedimento Exmo. Snr. he filho do disespero em que estão estes Povos, que dos homens já tem passado as Mulheres e Meninos. V. Excia. he a causa de tal disespero, e de os Povos estarem na firme resolução de não obedecerem a ordem ilegal n. 26.

V. Excia. no dispaxo que deo no riquirimento emsirido no Natalense Tomo 3.º N.º 4 não satisfez aos requerentes, e *queira Deus que a piquena faisca de Angicos não forme um incendio que perturbe o sucego de toda a Provincia, e neste caso só será V. Excia. o responsavel.* V. Excia. conheça que muito lhe cumpre satisfazer a estes Povos que todo o districto tem a quererem, a existencia de sua Villa, conheça V. Excia. a injustiça que praticou com elles, em sanccionar a ordem ilegal n. 26, e maior injustiça em não querer reunir extraordinariamente a Assembléa. V. Excia. pode querendo mandar conservar a Villa de Angicos ordenando a Camara, e mais Empregados que continuem a exercer as funçoens dos seus Empregos, isto thé primeira reunião da a Assembléa Legislativa Provincial, e se V. Excia. assim praticando julga que obra fora das suas atribuiçoens contudo deve ficar com o coraçam mais tranquilo por livrar a Provincia de uma guerra civil do que quando sanccionou uma ordem ilegal que a plantava. Deos guarde a V. Excia. Angicos, 25 *de Julho de* 1835.

Illmo. e Exmo. Snr. Basilio Quaresma Torreão.

Presidente da Provincia.

Vicente Ferreira Barbosa

Juiz de Paz do Districto de Angicos.

Dessa correspondência, cheia de energía e destemor, duas conclusões há a se tirar: da valentia moral do povo, e das disposições em que êste se encontrava em não respeitar a lei de supressão da vila.

Tudo indicava, assim, a marcha para um conflito material, entre o governo cioso de suas prerrogativas, e a população de Angicos, firme no sagrado propósito de defender a terra mal nascida.

Finalmente, modifica-se a direção provincial. Mais

Labim/UFRN

um presidente era nomeado para o Rio Grande do Norte, e com êle voltava Angicos, por pouco tempo, embora, à autonomia perdida e à paz sonhada.

Mirabeau Mello

X

A atitude do novo presidente. Restauração do município. Episódios e administrações da época.

A situação de Angicos era, deste modo, não, apenas, de expectativa. Larga inquietação minava o ambiente, torturando a alma progressista da terra, embora se vislumbrasse, na modificação governamental da Província, um raio de esperança a iluminar todos os corações.

A 1.º de maio de 1836 assume o governo o presidente João José Ferreira de Aguiar, nomeado por Carta Imperial de 13 de fevereiro desse mesmo ano.

Elemento extranho às lutas politicas norte-rio-grandenses, sem predileções afetivas pelas figuras e causas em jogo, embora correligionário da imensa ala conservadora, o presidente Aguiar achou de melhor alvitre pacificar os ânimos, com a serenidade adquirida no exercício da magistratura pernambucana, da qual era egresso.

O ambiente era o mais carrancudo e asfixiante, e todos os documentos desse período histórico falam

Labim/UFRN

da possibilidade segura de uma guerra civil, a que fez referência *Rocha Pombo*, na *"História do Rio Grande do Norte"*, pág. 337.

O melhor sería, pois, contemporizar. E foi assim que procedeu o presidente Aguiar, assegurando aos angicanos a restauração da vila, no menor prazo de tempo possível, impondo, apenas, uma condição: a obediência, desde aquele momento, às leis públicas.

Logo no dia 10 de maio, oficiou à extinta Câmara de Angicos, transmitindo esta promessa, e pedindo-lhe a colaboração moral para a solução do caso.

A resposta dos vereadores foi esta:

"Illmo. e Exmo. Snr.

Tivemos a honra de receber o officio de V. Excia. de 10 de maio do ano corrente, em que nos faz ver a necessidade que ha de fazermos cumprir a Ley Provincial n. 26, offerecendo-se-nos a advogar nossa causa na falla da abertura da proxima futura Sessão, afim de que seja revogado aquelle acto legislativo.

Parece a primeira vista, Exmo. Snr. que esta Camara e os Povos deste Municipio encorrerão em huma in-subordinação a Ley Provincial n. 26, o contrario porem se evidencia atenta as circunstancias, que não podemos deixar de o manifestar para merecermos de V. Excia. o devido desconto.

Esta Camara apenas teve noticia da promulgação da citada Ley, se dispoz logo a cumpril-a,

esperando somente que lhe fosse dirigida e ordenada sua execução pela Authoridade competente, mas o Antecessor de V. Excia. principal motor de nossos males, nem ao menos se dignou de nos communicar dita ordem, fazendo antes correr a noticia que estavamos en-sobordinados, mandando-nos processar, como se podessemos ter commettido crime antes da participação official; agora portanto he que nos cumpre dar execução a dita Ley em virtude do citado officio de V. Excia. e por isso desde já cessão as funções desta Camara, e pelo Secretario serão entregues todas as pessas que compunhão o archivo da mesma Camara ao da Villa da Princeza, podendo V. Excia. expedir as suas ordens afim de que as mandem receber.

Esta Camara por si e da parte dos abitantes deste Municipio agradece a V. Excia. o quanto promette interessar-se pela instauração desta extinta Villa, o que não he menos de esperar do seu zello patriotico; e para V. Excia. convencer-se da razão que ha e do bem que resulta a esta porção de povo, transmittimos as mãos de V. Excia. o requerimento junto feito ao Antecessor de V. Excia.

Aproveitamos a ocazião para significar-mos a V. Excia. os nossos protestos de respeito e obediencia. Deus Guarde a V. Excia. por muitos annos como he mister. Angicos, em sessão extraordinaria de 9 de junho de 1836.

Labim/UFRN

Illmo. e Exmo. Snr. Dr. João José Ferreira de Aguiar. Presidente desta Provincia.

Antonio Francisco Bezerra da Costa
Francisco de Borja Soares Raposo da Camara
Miguel Francisco da Costa Machado
João Manoel da Costa Mello
José Teixeira de Souza"

A 7 de setembro o presidente Aguiar pagava a sua dívida.

Na *"Fala"* dirigida à Assembléa Legislativa, alegando receio de guerra civil, propõe a reconsideração da lei que extinguira a Vila de Angicos, para que ficassem resguardados os altos interêsses do Rio Grande do Norte, que aos poderes públicos cumpria zelar.

A corajosa advertência de *Vicente Ferreira Barbosa* ao presidente Basilio Quaresma parecia repercutir. *"Queira Deus que a piquena faisca de Angicos não forme um incendio que perturbe o sucego de toda a Provincia"*... (1)

(1) "Encontrou este (pres. Aguiar) uma questão de natureza um tanto melindrosa, e que por pouco ia dando causa a uma verdadeira guerra civil na zona do Assú. Havia a Assembléa Provincial, em sua primeira reunião de 1835, supprimido a Villa de Angicos, creada havia cerca de dois annos pelo extinto Conselho Presidencial annexando-lhe o districto do da Villa da Princeza (depois em 1845, Cidade do Assú). A isso se oppoz fortemente a população de Angicos que até afinal clamou para o Rio. O Governo da Regencia não attendeu á representação, e mandou que a lei se cumprisse mesmo que fosse preciso empregar a força. Coincidia essa ordem com a chegada do novo presidente; e era grande a agitação

Um mês depois, a 13 de outubro, tomava corpo a aspiração popular, em condições lisongeiras para nós.

A medida, porém, atendeu a todas as exigências da prudência e da justiça. Para que cessassem, de vez, os disturbios e as queixas das populações de Santana do Matos e Angicos, o presidente Aguiar criou tambem a Vila de Santana, para que esta ficasse, civil e eclesiasticamente, independente da de Angicos. Era um meio a tentar na pacificação das duas terras que, infelizmente, e por motivos diversos, nasceram desfraldando a bandeira da rivalidade e da luta.

Eis a lei:

Resolução n.º 9 *de* 13 *de outubro de* 1836

Desmembrando da Matriz de Santa Anna do Mattos, e elevando a Igreja Parochial a Filial Capella de São José dos Angicos: instaurando a Villa d'Angicos, e criando huma nova em Santa Anna do Mattos; e designando os limites de cada huma dellas.

João José Ferreira d'Aguiar, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Le-

entre as populações das duas Villas, na imminencia de entrarem em conflicto material. Aos processos violentos, porem, preferiu o dr. Ferreira de Aguiar os meios suasorios, e conseguiu acalmar os animos com a promessa de que a Villa supprimida seria sem demora restaurada". *Rocha Pombo* — "Hist. do Rio G. do Norte" — pág. 337.

Labim/UFRN

Os limites marcados acresciam ainda mais êsse triunfo.

Angicos-Município e *Angicos-Paróquia* passavam a confinar, a leste com Ceará-Mirim, a oeste com Assú, ao norte com Touros e Macau e ao sul com Santana do Matos, numa extensão de terras que desafiavam a energía de sua gente, para os embates serenos do trabalho compensador.

Tudo, porém, se subordinava a uma obrigação: a construção no prazo de quatro anos, de *Cadeia, Casa de Câmara* e *Patrimônio* (1).

Pensavamos, portanto, que, expirado o prazo, e não tendo sido suprimido o município, certamente haviam sido cumpridas as disposições a que estava condicionada a sorte da nossa autonomia (2).

Entretanto, verificámos, depois, que em 7 *de setembro de* 1838, dizia o vice-Presidente da Província, dr. João Valentino Dantas Pinagé (3) à Assembléa Legislativa, *"que só os Habitantes de Acary cumprirão a condição estabelecida da Lei Provincial de* 28 *de março de* 1835, *sob o número* 28, *com que foi confirmada a sua Villa"*.

Restaurado o município, voltou a governá-lo, como

(1) A lei de 28 de março de 1834, a que se refere o art. 5 da lei acima transcrita, marcava êsse prazo às Vilas de Apodí, Acarí, Touros e S. Gonçalo.

(2) *"Alma das cadeias"* — *Aluizio Alves*. *"A Republica"*, 1-7-1939.

(3) "Discurso que recitou o bacharel *João Valentino Dantas Pinagé*, Vice-presidente Provincial do Rio G. do Norte. na Abertura da sua Assembléa Legislativa, 7-9-1838. "Tipog. "Natalense".

presidente da Câmara, *o Coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo*.

A crise em que se debateu a sua administração explica a falta de cumprimento da lei, adiando a construção dos predios requeridos, que só a administração seguinte de *Francisco Xavier de Souza* (1841-1844) poderia empreender.

Para que se conclua dessas aperturas financeiras, da Câmara re-empossada a 15 *de março de* 1837, basta um relance de olhos sôbre a legislação do tempo.

A lei n. 19, de 8 de novembro de 1837, consignou, *a título de socorro*, à Câmara, a verba de 140$000, para ser paga pelo coletor.

Um ano depois, a resolução n. 17, de 7 de novembro de 1838, consignou mais 100$000 *para suprir o deficit*.

Apesar disso, o vice-presidente Pinagé, com o temperamento arrebatado e enérgico que o caracterizava, ainda, na sua citada *"fala"* participava aos legisladores uma multa para a Câmara de Angicos, entre outras porque *"não remeterão em tempo os Balanços, e Orçamentos de sua Receita, e Despeza"*...

E, alheio, decerto, à situação tão precária que atravessava o município, ainda enviava à Assembléa *"uma Representação feita á Camara da Villa d'Extremoz pelos moradores da Passagem comprida, Tapiá, Varzea dos Bois, Alagoinhas, Mulungú, e Barra do bomfim, os quaes, pertencendo ao Municipio, e Freguezia d'Angicos, pela sua divisão feitá em* 13 *de outubro de* 1836, *allegão ser do Municipio e Freguezia d'Extremoz, a que desejão pertencer"*...

Labim/UFRN

Era aumentar a aflição ao aflito...

Mas, pouco a pouco, — indica a legislação do tempo, — a situação se modifica.

A Resolução n. 23, de 5 de outubro de 1839 aprovava posturas adicionais ao código; a lei n. 36, de 9 de novembro do mesmo ano fixava em 158$000 a despeza da Câmara de 1.° de julho de 1840 a 30 de junho de 1841, e determinava a cobrança das rendas de que estava de posse. Para o ano que ia de 1841 a 1842, a lei n. 56, de 2 de novembro de 1840 fixava em 237$000 a despeza da Câmara.

A ausência de "socorros" e de *deficits* era indício veemente de que passava a borrasca que atingira as finanças municipais, na Câmara *Jerônimo Cabral Pereira de Macedo*.

De 1841 a 1844 presidiu o município *Francisco Xavier de Souza*, já, de certo modo, desafogado do pesadelo financeiro.

Poude construir a *Cadeia* e o *Paço da Câmara*, prédio de um andar, além do térreo, e que existiu em Angicos, ao norte da cidade, *até* 1937, quando foi destruido em face de sua quasi imprestabilidade.

Os serviços de edificação obedeceram a contráto feito, em 1842, com Francisco Lopes de Azevedo (1),

(1) Parece tratar-se de um filho de Francisco Lopes Viégas e Ana Joaquina de Azevedo, que foi casado com Josefa Maria da Conceição.

e Manoel Alves Espinola (2), e, em 1844, para conclusão, com Marcelino José de Souza e o carpina Luiz de Oliveira Santana.

Durante essa fase administrativa, o governo provincial legislou, para Angicos, os seguintes decretos:

— Resolução n. 60, de 4 de outubro de 1841, aprovando posturas;

— Lei n. 72, de 10 de novembro de 1841, fixando em 150$000 a despeza para o exercício de 1843-1844;

— Resolução n. 94, de 5 de outubro de 1841, aprovando o compromisso da Irmandade da Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Guamaré, filial da Matriz de Angicos;

— Lei n. 104, de 3 de novembro de 1843, fixando em 135$000 a despeza da Câmara para o ano de 1844-1845.

O despontar, porém, de 1844, depois de tudo normalizado e entregue aos labores pacíficos, viria assinalar uma etapa de novos disturbios e memoravel agitação política.

Os inimigos não dormiam, e agora êles vinham quasi que de dentro do mesmo solar...

(2) Em 1857 aparece como testemunha de um processo, dizendo-se "pardo, solteiro, com 53 anos, carpina"...

Labim/UFRN

XI

Angicos, povoação de Macau. Campanha cerrada na Câmara. Município autônomo, uma vez por todas.

O *coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo*, foi, em meiados do século passado, figura de destacado prestígio político no município de *Macau*, extendendo a sua projeção pelas terras vizinhas.

Proprietário do *"Morro"*, a que, segundo Ferreira Nobre (1), deu o nome, ficando conhecido como *"Morro do coronel Jerônimo"*, porto de embarque que fica a sessenta e cinco quilômetros do Assú, hoje conhecido por *"Pedrinhas"* (2) encontrámo-lo, sempre e sempre nas primeiras páginas da história de Angicos, defendendo os seus grandes interêsses, e com êle participando dos revezes e fracassos.

Foi êle o *presidente da primeira Câmara Municipal* de Angicos, que funcionou de 27 de fevereiro de 1834 a 12 de janeiro de 1835, e quando o Presidente Basilio Quaresma Torreão sancionou a lei n. 26, de 28 de março de 1835, que tirava à nossa terra o direito da autonomia, não faltou o seu protesto decidido de solidariedade à resistência impetuosa que levaram a efeito os Angicanos, desdenhando até das ameaças do poder público.

(1) "Breve notícia da Província do Rio Grande do Norte".
(2) *"Oficinas — Povoação histórica"* — Manoel Rodrigues de Melo — "Nordeste", revista de Natal.

Restaurado o município, pela lei de 13 de outubro de 1836, sob o número 9, voltou êle a exercer as mais elevadas funções do tempo, no logar, sempre cercado pela estima dos que o viam como o advogado constante dos seus direitos e o propulsor intemerato da grandeza da terra.

Ainda para os anos de 1845 a 1848 foi eleito presidente da Câmara o *coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo*, substituido, interinamente, em virtude de sua ausência a todas as reuniões, pelo vereador *Vicente Aires de Souza Monteiro*.

Dá-se, então, o seu dissidio com os angicanos.

Um exame imparcial dos fatos, como queremos fazer, indica que tudo se originou de caprichos políticos, embora não possamos penetrar fundo na questão, tal a pobreza dos documentos da época.

O coronel Jerônimo, presidente eleito da Câmara, não comparece, ao contrário do que costumava fazer, a nenhuma sessão, sem que, dos livros que deviam registar o acontecimento com todos os pormenores, conste os motivos dessa ausência.

Como era natural, foi substituido interinamente

Labim/UFRN

por um vereador, na presidencia, conservando-se, porém, a sua vaga.

Até aí, revela-se a consideração que lhe tiveram os angicanos, apesar do seu afastamento injustificado.

Eleito deputado à Assembléa Provincial, em 1846, o *coronel Jerônimo Cabral* propôs a mudança da séde do município para a povoação de Macau.

Vê-se, portanto, que a ofensiva partiu do seu lado. Enquanto os seus amigos o consideravam como em todos os tempos, êle, transmudado, à última hora, em inimigo, tenta arrastar da terra que tanto o queria, o que mais lhe custára esforços e sacrifícios.

Com o prestígio que desfrutava, facil foi a realização do seu intento, e a lei n. 158, de 2 de outubro de 1847, do presidente Casimiro José de Morais Sarmento, elevou à categoria de Vila a povoação de Macau, subordinando Angicos, como povoação, à sua direção administrativa.

A resistência surgiu, de pronto. Todas as vozes e todos os entusiasmos se puseram a serviço da causa da terra, clamando ao governo a reconsideração do ato, atentatório a um direito lidimamente conquistado, e que se via, deste modo, espesinhado por um frívolo capricho político.

O *leader* da campanha foi o *vereador João Ferreira dos Santos,* influência política da terra, e dono de uma viva inteligência.

Em palavras simples, mas, enérgicas, protestou contra o gesto do coronel Jerônimo Cabral, e propôs a sua expulsão da Câmara, incompatibilizado para as funções de presidente, que estava, na qualidade de

Chefe da Legião das Guardas Nacionais de Angicos e Touros.

A proposta apresentada na sessão de 8 de agosto de 1848, na Vila de Macau, logrou franco êxito, e dela constava ainda uma cláusula mudando as reuniões da Câmara para a povoação de Angicos, em vista da falta de prédio apropriado alí.

Vencedor o projéto, voltou a Câmara a funcionar em Angicos, sob a presidência do *alferes Florêncio Otaviano da Costa Ferreira.*

Mesmo assim, o coronel Jerônimo teimava no seu propósito, e da sua fazenda, imaginando poder mais do que a instituição municipal, continuou a convocar sessões, chegando a proceder à eleição para juizes e vereadores.

Contra essa impertinência denunciou o alferes Otaviano, sem conseguir, entretanto, solução satisfatória. O político macauense era um dos braços direitos do presidente Sarmento, que o apoiava sem acanhamentos.

Realizadas as novas eleições da Câmara, para o trienio 1848-1850, assume a presidência da Câmara o *coronel Miguel Francisco da Costa Machado.*

Merece algumas palavras de justiça êsse denodado angicano, testemunha paciente das nossas lutas, com elas integrado sempre que se fazia precisa uma voz de defesa para os nossos ideais.

Casado com *d. Ana Barbosa da Conceição,* e descendentes, ambos, da família Lopes Viégas, em terceira geração, desempenhou todos os cargos da Guarda Nacional, a partir de Capitão, chegando até ao Comando logo que adquiriu a patente de Coronel.

Labim/UFRN

por um vereador, na presidencia, conservando-se, porém, a sua vaga.

Até aí, revela-se a consideração que lhe tiveram os angicanos, apesar do seu afastamento injustificado.

Eleito deputado à Assembléa Provincial, em 1846, o *coronel Jerônimo Cabral* propôs a mudança da séde do município para a povoação de Macau.

Vê-se, portanto, que a ofensiva partiu do seu lado. Enquanto os seus amigos o consideravam como em todos os tempos, êle, transmudado, à última hora, em inimigo, tenta arrastar da terra que tanto o queria, o que mais lhe custára esforços e sacrifícios.

Com o prestígio que desfrutava, facil foi a realização do seu intento, e a lei n. 158, de 2 de outubro de 1847, do presidente Casimiro José de Morais Sarmento, elevou à categoria de Vila a povoação de Macau, subordinando Angicos, como povoação, à sua direção administrativa.

A resistência surgiu, de pronto. Todas as vozes e todos os entusiasmos se puseram a serviço da causa da terra, clamando ao governo a reconsideração do ato, atentatório a um direito lidimamente conquistado, e que se via, deste modo, espesinhado por um frívolo capricho político.

O *leader* da campanha foi o *vereador João Ferreira dos Santos,* influência política da terra, e dono de uma viva inteligência.

Em palavras simples, mas, enérgicas, protestou contra o gesto do coronel Jerônimo Cabral, e propôs a sua expulsão da Câmara, incompatibilizado para as funções de presidente, que estava, na qualidade de

Chefe da Legião das Guardas Nacionais de Angicos e Touros.

A proposta apresentada na sessão de 8 de agosto de 1848, na Vila de Macau, logrou franco êxito, e dela constava ainda uma cláusula mudando as reuniões da Câmara para a povoação de Angicos, em vista da falta de prédio apropriado alí.

Vencedor o projéto, voltou a Câmara a funcionar em Angicos, sob a presidência do *alferes Florêncio Otaviano da Costa Ferreira.*

Mesmo assim, o coronel Jerônimo teimava no seu propósito, e da sua fazenda, imaginando poder mais do que a instituição municipal, continuou a convocar sessões, chegando a proceder à eleição para juizes e vereadores.

Contra essa impertinência denunciou o alferes Otaviano, sem conseguir, entretanto, solução satisfatória. O político macauense era um dos braços direitos do presidente Sarmento, que o apoiava sem acanhamentos.

Realizadas as novas eleições da Câmara, para o trienio 1848-1850, assume a presidência da Câmara o *coronel Miguel Francisco da Costa Machado.*

Merece algumas palavras de justiça êsse denodado angicano, testemunha paciente das nossas lutas, com elas integrado sempre que se fazia precisa uma voz de defesa para os nossos ideais.

Casado com *d. Ana Barbosa da Conceição,* e descendentes, ambos, da família Lopes Viégas, em terceira geração, desempenhou todos os cargos da Guarda Nacional, a partir de Capitão, chegando até ao Comando logo que adquiriu a patente de Coronel.

Labim/UFRN

Prestou a Angicos os mais assinalados serviços, quer no campo político, quer no campo social, participando de suas necessidades, e a elas jamais negando o seu auxílio desinteressado e generoso, tantas vezes continuado pelos que dele descenderam.

Assumindo as funções de presidente da Câmara, nesse período agitado, logo na sessão de 6 de março de 1849 apresentou uma proposta no sentido de ser endereçada ao governo provincial nova representação contra o coronel Jerônimo Cabral, alegando que o vereador expulso *"queria anarchisar o município"*.

Basta êsse gesto, assumido com palavras tão rudes e enérgicas, para identificar a independência de caráter do *coronel Miguel Francisco da Costa Machado*, companheiro que fôra do coronel *Jerônimo Cabral* desde a primeira Câmara de Angicos.

Se, durante a sua administração, não se contam vultuosos melhoramentos, é que se sabe quanta perturbação trouxe o dissídio à nossa terra, o que bem se póde verificar pelas leis provinciais referentes ao município, três sómente durante todo o exercício, e, mesmo assim, porque imprescindíveis:

Lei n. 115, de 4 de novembro de 1844, fixando em 116$000 a despeza de 1845-1846;

Lei n. 129, de 23 de outubro de 1845, fixando em 124$000 a despeza de 1846-1847.

— Resolução n. 143, de 6 de outubro de 1846, aprovando artigos adicionais ao código de posturas.

Estavam os acontecimentos nessa dolorosa contingência, preocupando e quasi absorvendo a população ansiosa pela sua autonomia, quando assumiu o governo da província, a 6 de maio de 1850, o dr. José Joaquim da Cunha.

Encontrando o litígio a resolver, para que se firmassem definitivas, a paz e a tranquilidade da sua administração, o novo governante procurou, desde logo, uma solução que satisfizesse as duas correntes de opiniões, amainando os caprichos políticos que só dificuldades poderiam trazer à província.

A *Lei n. 219, de 27 de junho de* 1850, *restabeleceu a Vila e freguezia de Angicos,* mantendo, tambem, as de Macau.

Atendidas ficavam assim as duas partes, e, após êsse fato, em que, de uma vez por todas, estava assegurada a independência de Angicos, restavam os dois povos volver ao trabalho construtor e pacífico.

Para Angicos melhor vitória não poderia ser obtida.

Vencidos, em primeira carga, os adversários de fóra, quando todos os conterrâneos estavam coesos, maior fôra agora o triunfo em meio à desagregação desses elementos, para os quais, por sua vontade própria, se haviam fechado as portas da nossa estima, então, mais do que nunca, prêmio justo aos que conosco sabiam viver e trabalhar, longe dos interêsses pessoais, e visando, apenas, aos nobres e elevados anseios da terra pequenina e generosa.

Labim/UFRN

XII

A administração de 1850, *até* 1868. *A contribuição do município na guerra do Paraguai. Figuras e fatos desse período.*

Readquirindo a sua posição no concerto das vilas da Província, depois de tantas lutas e tantas provações, Angicos poude viver largos dias de paz, com a sua população dedicada ao trabalho, e sempre crescendo no entusiasmo das causas interessantes à prosperidade da terra.

Após o desmembramento de Macau, e definitiva independência, a Câmara Municipal realizou as eleições para vereadores e juizes de paz, a 8 de dezembro de 1850.

Eleito presidente, o *tenente José Alexandre Solino da Câmara,* governou de 1851 a 1852.

Foi criada nessa administração, pela resolução n. 232, de 17 de setembro de 1851, uma cadeira masculina de primeiras letras, na vila, e aprovados artigos adicionais às posturas, entre os quais ficava determinada a marca V, na perna esquerda do gado. (Resolução n. 237, de 22 de novembro de 1851).

A despeza de 1852 foi fixada pela lei n. 234, de 19 de setembro de 1851, em 128$000; a de 1853, em 92$000 pela lei n. 263, de 6 de abril de 1852.

De 1853 a 1855, dirigiu a Câmara o *major Francisco Xavier de Menezes,* angicano dos mais esforçados, e que, na sua época, desempenhou notável influência político- social no município.

Filho de *Francisco Alexandre Xavier,* a quem não eram tão minguados os recursos financeiros, poude cursar a Faculdade de Medicina da Baía até o 4.º ano, deixando de concluir o curso por motivos ignorados.

Depois de adiantar, deste modo, os seus estudos, voltou para Angicos, multiplicando-se no exercício de variados mistéres.

Vários anos, foi Secretário da Câmara. De 1848 a 1882, foi Escrivão do Público Judicial e Notas, cargo que exerceu com tanta perícia que ficou conhecido por *"douto tabelião"*. A 6 de setembro de 1883, foi nomeado interinamente para reger a cadeira de instrução do sexo masculino. Foi tambem Agrimensor e vacinador Oficial, tendo, muitas vezes, pacificado, com a sua palavra prudente e acatada, litígios cujas consequências ninguem poderia prever.

Designado para capitão-cirurgião-mór do Comandante Superior da Guarda Nacional em Angicos e Macau, prestou os melhores serviços às duas popula-

Labim/UFRN

ções, socorrendo a pobreza com a dedicação própria dos que sabem sentir e sofrer a dôr alheia.

Nos últimos anos da vida, deixando o cartório, onde trabalhára trinta e quatro anos, ainda não preferiu o repouso. Licenciou-se advogado pela Relação da Província, e nesse cargo encontrou-o, forte, infatigavel e sereno, a morte que nunca o amedrontou.

A sua administração, diminuida de um ano pela brusca viagem que teve de fazer ao Recife, em procura de melhoras para a saúde, foi cheia de serviços à terra a que tanto queria.

São dessa época as seguintes leis provinciais:

— Lei 281, de 19 de abril de 1853 fixando em 120$332 a despeza de 1854;

— Lei n. 303, de 6 de setembro de 1854 fixando em 118$332 a despeza de 1855;

— Resolução n. 282 de 19 de abril de 1853 aprovando posturas municipais;

— Lei n. 325 de 1 de setembro de 1855 fixando em 122$000 a despeza de 1856.

A sua retirada para a capital pernambucana quasi determinou uma crise na Câmara.

Substituiu-o o *tenente Antônio Bernardo Alves,* que, logo, propôs a sua exclusão, alegando a incompatibilidade das funções de Escrivão Vitalício do Crime e de Orfãos com as de presidente da Câmara.

Dias depois, assumia o exercício o *alferes José Vitaliano Teixeira de Souza,* com o afastamento do *tenente Antônio Bernardo,* dada sua responsabilidade em juizo.

Nesse interím, a lei n. 349, de 20 de setembro de

1856 prorogou o orçamento anterior para o ano de 1857, o qual era fixado em 122$000.

No quatriênio de 1857-1860 estava eleito presidente *Luiz Teixeira de Souza.* O seu estado de saúde, entretanto, não o permitiu que presidisse mais do que a primeira reunião.

Vem, então, à presidência, *José Pedro Xavier da Costa,* que foi um dos administradores dos serviços de construção do açude do governo, ainda hoje existente.

Foi a seguinte a legislação provincial do período:

— Lei n. 363, de 25 de abril de 1857 fixando em 122$000 a despeza de 1858;

— Lei n. 400, de 31 de setembro de 1858, autorizando o Presidente da Província a dispender 1:000$000 num açude em logar escolhido pela Câmara;

— Lei n. 418, de 4 de setembro de 1858 autorizando o Presidente da Província a dispender 800$000 nos serviços da Matriz (1);

— Lei n. 422, de 17 de setembro de 1858 fixando em 205$000 a despeza de 1859;

— Lei n. 462, de 17 de maio de 1859 fixando em 197$000 a despeza de 1860;

— Lei n. 494, de 1.° de maio de 1860 fixando em 197$000 a despeza de 1861;

— Lei n. 497, de 4 de maio de 1860, criando uma cadeira feminina de primeiras letras na vila.

---

(1) Construção das torres.

Labim/UFRN

Do que acima fica, sem comentários, se póde avaliar os benefícios trazidos por essa administração a Angicos, na solução do problema dágua, nos melhoramentos da Igreja e no aumento das cadeiras de ensino primário.

De 1861 a 1864 coube a presidência da Câmara ao *alferes Florencio Otaviano da Costa Ferreira,* outra das grandes figuras que se moveram no cenário angicano durante o regimen monárquico.

A sua vida foi toda uma página viva de amor à terra, que lhe serviu de berço em 1813.

Presidiu a Câmara em 1845-1848 (interinamente), 1861-1864, 1867-1868 e 1873-1880.

Exerceu, tambem, em 1868, o cargo de Juiz de Paz.

Quando o vigario Felix Alves de Souza empreendeu o aumento da capela primitiva, auxiliou-o na administração dos serviços.

Outros tantos serviços prestou desinteressadamente à terra, nas suas terríveis horas de provações, vivendo entre a angústia de uma autonomia perseguida constantemente. Em todos êsses transes, a sua voz foi sempre a do entusiasta sincero, mas, comedido, revelando uma fortaleza de ânimo que o distinguia entre todos, colocando-o num plano alteado de admiração e amizade.

Desse período administrativo, nasceu a *primeira feira livre da Vila,* instituida a 8 de junho de 1862, e que, até 1931, funcionou aos domingos.

A despeza da Câmara, nos quatro anos, foi de 236$000 em 1862, (Lei 506 de junho de 1861); de 210$000, em 1863 e 1864, (Lei n. 526, de 25 de abril de 1862) e de 225$000 em 1865, (Lei 573, de 22 de dezembro de 1864).

O quatriênio seguinte foi complicado. Estava eleito presidente o alferes *João Teixeira de Souza.* O presidente da Província, em portaria de 18 de janeiro de 1867, anulou a eleição.

Em fevereiro do mesmo ano, era chamado a dirigir o município o *alferes Florentino Otaviano,* que se manteve até 1868.

A despeza de 1866 foi fixada em 225$000 (Lei 591, de 28 de dezembro de 1865); a de 1867 foi fixada na mesma importância, (Lei 599, de 11 de junho de 1867) que se repetiu em 1868, (Lei 611, de 26 de março desse ano).

Um acontecimento importante assinalou essa Câmara: a contribuição de Angicos à defesa da pátria na guerra do Paraguai.

Quatro foram os valuntários: *José Avelino Bezerra, José Quirino, João Bonifácio Bezerra* e *Antônio Felipe,* os dois últimos, infelizmente, falecidos antes de pegar em armas.

Deles, destacou-se o cadete *José Avelino Bezerra. Nascido em* 1845, em Carapebas (hoje Afonso Bezerra), atravessou os dias da infância e da juventude auxiliando os pais, *tenente Alexandre da Costa Martins e d.*

Labim/UFRN

Ana Francisca Bezerra, filha do *tenente coronel Antônio Francisco Bezerra,* um dos primeiros povoadores daquele distrito.

Atingindo os vinte anos, e escutando os brados angustiosos da pátria, não tergiversou em marchar para a luta expontaneamente.

Mais do que as lágrimas dos pais e da noiva, de toda uma terra e de todo um povo, falou ao seu coração o imperativo cívico, e a 9 de maio de 1865, embarcou de ânimo firme e resoluto.

Classificado no 36.° Batalhão de Voluntários, comandado pelo general Osório, tomou parte no combate de Curuzú, a 3 de setembro de 1866, e na batalha de Curupaití, a 22 do mesmo mês e ano. Nesse último encontro sangrento, recebeu um ferimento no braço, sem gravidade, e outro, mais sério, na perna, que o prostrou, numa depressão do terreno. Dalí foi retirado, já quando as fôrças deixavam o campo, agarrado à coronha do fuzil de um campanheiro dedicado.

Em 1670, restabelecido, regressou à sua terra, entre as homenagens dos conterrâneos, para cuja glória trazia condecorações e elogíos.

Aqui casou, consagrando-se, após, à criação. Em agosto de 1886 fundava a feira semanal de Carapebas.

Ingressando na política, viu-se logo cercado pelo prestígio e confiança dos amigos, de modo que, eleito em 1886, presidente da Câmara, desde aí até a morte foi um dos dirigentes da política local.

A morte encontrou-o ainda forte, na sua estatura normal, côr morena-clara, cabelos abundantes e crespos, fisionomía serena e afável.

Em 20 *de maio de* 1890 findava uma grande vida, a cuja memória devemos um preito eterno de admiração e reconhecimento.

Labim/UFRN

XIII

Administrações de 1869 até o advento da República. Legislação provincial referente ao município.

No quatriênio de 1869-1872 presidiu a Câmara *Antônio Martins dos Santos Junior*.

Leis provinciais do período:

— N.° 624, de 12 de novembro de 1870 criando o cargo de administrador do cemitério;

— N.° 628, de 25 de novembro de 1870, fixando em 247$000 a despeza de 1871;

— N.° 647, de 14 de dezembro de 1871, aprovando o compromisso da Irmandade de São José;

N.° 651, de 14 de dezembro de 1871, fixando em 245$000 a despeza de 1872;

Os dois quatriênios seguintes, de 1873 a 1880 tiveram o mesmo presidente: o *alferes Florêncio Otaviano da Costa Ferreira,* reconduzido ao cargo, mais uma

vez, numa expressiva demonstração do seu valor e da estima que gozava no seio do povo.

Vemo-lo, promovendo úteis serviços públicos, e conseguindo do governo provincial auxílios para construção de estradas e reconstrução do açude da vila.

Eis a legislação provincial do tempo:

— Lei n. 664, de 21 de julho de 1873, fixando em 262$000 a despeza desse ano;

— Lei n. 670, de 4 de agosto de 1873, fixando em 662$000 a despeza de 1874;

— Lei n. 708, de 1.° de setembro de 1874, fixando em 727$000 a despeza de 1875;

— Lei n. 738, de 19 de agosto de 1875, autorizando o Presidente da Província a dispender 200$000 para complemento da estrada de Angicos ao real porto de Macau;

— Lei n. 739, de 23 de agosto de 1875, fixando em 642$000 a despeza de 1876;

— Lei n. 743, de 26 de agosto de 1875 aprovando o regulamento de 4 de maio de 1874 para os serviços do cemitério, organizado pela Câmara de acôrdo com o art. 32, da lei 664, de 21 de junho de 1873;

— Lei n. 748, de 2 de setembro de 1875, autorizando o Presidente da Província a dispender 800$000 na reconstrução do açude de água potavel;

— Lei n. 795, de 16 de dezembro de 1876, fixando em 712$000 a despeza para 1877;

— Lei n. 809, de 19 de novembro de 1877, suprimindo a cadeira primária de Carapebas;

— Lei n. 836, de 15 de novembro de 1877, fixando em 592$000 a despeza de 1.° de outubro de 1878 a 30

Labim/UFRN

de setembro de 1879. A mesma lei, no seu art. 30, dispôs a contagem do ano financeiro municipal de 1.° de outubro a 30 de setembro.

De 1881 a 1883 esteve na presidência da Câmara *Manoel Fernandes da Rocha Bezerra,* e na sua administração o termo judiciário de Angicos, até então pertencente à comarca de Macau, passou a fazer parte da comarca de Santana do Matos, recentemente criada, o que constituiu um grande passo para que se extinguissem, parte a parte, as velhas rivalidades políticas dos dois povos, que, nos seus primórdios, tão intensas lutas haviam travado.

Houve poucas leis provinciais desse período:

— Lei n. 845, de 26 de junho de 1882, desmembrando da comarca de Macau, a Nova comarca de Santana do Matos, com o termo de Angicos;

— Lei n. 857, de 19 de junho de 1882 fixando em 520$000 a despeza de 1882-1883.

O quatriênio 1883-1886 teve dois presidentes: *João Luiz Teixeira Rola,* nos primeiros três anos, e o *cadete José Avelino Bezerra,* no último ano.

Nessa administração, a penúltima do regimen monárquico, foram diversas as medidas adotadas no município, pela disseminação do ensino, além de melhoramentos realizados na Igreja.

Vejámos as leis:

— Lei n. 888, de 25 de abril de 1883, fixando em 520$000 a despeza de 1883-1884;

— Lei n. 916, de 12 de março de 1884, fixando em 548$000 a despeza de 1884-1885, e autorizando (art. 39) a Câmara a cobrar o dízimo das miunças vivas;

— Lei n. 920, de 13 de março de 1884, criando uma cadeira feminina em Jardim de Angicos, e uma masculina, em Bonfim;

— Lei n. 922, de 15 de março de 1884, (orçamento), consignando na verba Obras Públicas o auxílio de 500$000 para a capela de Jardim;

— Lei n. 941, de 21 de março de 1885, dividindo em 3 o distrito de paz: *Angicos,* com os limites da sub-delegacia; *Jardim,* com os limites das sub-delegacias de Jardim e Bonfim; e *Gaspar* Lopes, (hoje Epitacio Pessôa), com os limites da sub-delegacia;

— Lei n. 943, de 21 de março de 1885, aprovando artigos adicionais de posturas;

— Lei n. 950, de 31 de março de 1885, fixando em 570$000 a despesa de 1885-1886, e concedendo à Câmara (art. 47) os dízimos das miunças, cobrados, até então, para a Província;

— Lei n. 963, de 22 de abril de 1886, revogando a de n. 941, de 21 de março de 1885, que dividiu em 3 o distrito de paz;

— Lei n. 981, de 11 de junho de 1886, criando uma cadeira de primeiras letras, para o sexo masculino, na povoação de Lages, restaurando a de Ca-

Labim/UFRN

rapebas, transformada em mixta, e suprimindo a cadeira de Bonfim;

— Lei n. 892, de 12 de junho de 1886, fixando em 580$000 a despeza de 1886-1887;

— Lei n. 985, de 17 de junho de 1886 (orçamento) consignando à Matriz a importância de 1:000$000.

O presidente da última Câmara Municipal de *Angicos,* no regimen monárquico, foi o *tenente João Felipe da Trindade,* que, assumindo o exercício em 1887, foi deposto pelo decreto n. 9, de 18 de janeiro de 1890, do governador Adolfo Afonso da Silva Gordo, que dissolveu todas as Câmaras Municipais, em virtude da autorização que lhe era concedida pelo decreto n. 107, de 30 de dezembro de 1889, e em consideração ao *"estado de decadência"* em que se achava a instituição.

Na última administração monarquista, a lei n. 1.000, de 11 de abril de 1887, fixou em 645$000 a despeza de 1888, e determinou (art. 31) que êsse orçamento regesse o resto do ano, outubro a dezembro, que coincidiria com o civil.

Depois, foi a República, surgida quasi inesperadamente, e cuja repercussão, em nossa terra, desde a campanha, as suas figuras, a sua organização, vamos estudar mais detalhadamente, procurando reviver as suas horas inesquecíveis de civismo e vitória pacífica.

XIV

O abolicionismo e a República. José Rufino. Administrações de 1889 ao movimento revolucionário de 1930.

Município quasi que exclusivamente criador, Angicos nunca acolheu grande massa de escravos.

O africano era mais empregado nos trabalhos agrícolas, que, entre nós, despertaram muito tarde.

Mesmo assim, participámos da campanha abolicionista, mercê do pequeno número de cativos.

Podemos considerar *precursor do movimento,* aqui, o célebre missionário *padre dr. José Maria Pereira Ibiapina,* em cujas missões, realizadas desde 1862, prégava insistentemente piedade para os infelizes negros vindos d'alem mar nas torturas da escravidão.

Moço ainda, em pleno entusiasmo do seu apostolado, o *padre Felix Alves de Souza* continuou êsse mesmo trabalho de conquista, chegando a promover a tradicional *"festa dos negros",* de que trataremos pormenorizadamente, no capítulo consagrado aos nossos costumes.

Labim/UFRN

Essa compreensão, derramada a mancheias do púlpito humilde, mas, poderoso, logo contagiou a população, e, na propaganda abolicionista, vimos, mais tarde, integrados, *os herdeiros de Antônio Lopes Viégas*, seus filhos e netos, além de tantos outros, como *José Teodoro de Souza Pinheiro, Miguel Felipe da Trindade, José Irineu de Vasconcelos, José Rufino da Costa Pinheiro, José Vitaliano Teixeira de Souza, Manoel Fernandes da Rocha Bezerra, Manoel da Silveira Borges, José Francisco Alves de Souza, Benjamin Lopes Abath* (telegrafista), que obtiveram numerosas alforrias.

E há uma nota lisongeira para nós: quando foi decretada a lei de 28 de setembro de 1855, muitos negros, por ela beneficiados, preferiram continuar prestando os mesmos serviços, como se escravos ainda fossem.

No elemento feminino, destacaram-se, entre outras, *d. Maria Inácia Alves de Souza*, uma das primeiras a redimir seus escravos, e *d. Maria dos Anjos de Souza Pinheiro*.

Graças a essa solidariedade, fácil foi que se propagasse o grande ideal cristão, de modo que, *a 1.° de abril de* 1888, era o município *declarado livre*, e inscrito no quadro de honra para êsse fim existente (1).

Na grimpa do Cabugí estavam bem nítidas essas palavras de civismo que a natureza apagou, mas que ficaram na nossa memória para orgulho imortal:

"Já não ha captivos; todos somos irmãos".

(1) História do Rio Grande do Norte. *Tavares de Lira*. Pág. 577.

Após o movimento abolicionista, desenrolou-se em todo o Brasil a campanha republicana.

No Rio Grande do Norte foi ela oficialmente organizada por *Pedro Velho*, com a fundação do Partido Republicano, a 28 de janeiro de 1889, e na sua instituição o município de *Angicos* esteve representado por *Juvencio Tassino Xavier de Menezes*, secretário da mesa, e por *José Rufino da Costa Pinheiro*.

Ao primeiro não foi possível permanecer aqui, por exercer as funções de professor público.

José Rufino constituiu-se, desde logo, o chefe de prestígio inconteste.

Nascido na fazenda "Poço Salgado", neste município, a 30 *de julho de* 1852, era filho de *Migeul Pinheiro de Vasconcelos e d. Antônia Higina Pinheiro*.

Alí mesmo estudou as primeira letras, e outras não poude êle conseguir, com o professor Henrique José de Alcântara.

Mais tarde, em agosto de 1874, contraiu nupcias com *d. Maria Izabel de Vasconcelos*, de cujo consorcio houve quatro filhos: *Miguel Rufino*, já falecido, e que foi presidente da Intendência e prefeito provisório de Angicos; *Genésia Pinheiro*, tambem já falecida, *Marfisia Pinheiro Alves*, esposa do sr. José Anselmo Alves de Souza, e *Olivia Pinheiro*, solteira.

Sertanejo inteligente e austero, desde moço dedicou-se à atividade partidária, no Partido Liberal, chefiado por *Amaro Bezerra*.

Na eleição de 31-8-1889, a última do regimen monárquico, o L. P. cindiu-se em duas correntes: — a corrente *Amaro Bezerra* propagando a candidatura

Labim/UFRN

Gama Rosa, extranha aos interêsses do Rio Grande do Norte, — e a corrente *José Bernardo de Medeiros* prestigiando a candidatura Miguel Castro. José Rufino não tergiversou em se colocar na estacada, defendendo a autonomia de nossa terra.

Apoiando Amaro Bezerra estava *José Teodoro de Souza Pinheiro,* interessante figura política, que, por muitos anos, reuniu a seu lado grupos de partidários e amigos.

Em derredor, todavia, de *José Rufino,* formou a grande corrente de opinião popular, fazendo-o vencedor no pleito memorável. Obteve 97 votos, contra 58 dados a Amaro Bezerra.

Um traço característico do grande chefe sertanejo, era, sem dúvida, a inflexibilidade de sua palavra.

Para evidenciá-lo, basta um episódio: na eleição de *Miguel Castro,* já os republicanos apresentaram os candidatos *Pedro Velho* e *José Souto Leão.*

Como se explicar que *José Rufino,* idealista da República, apoiasse a dissidencia liberal, negando o voto dos seus correligionários a candidatos republicanos?

Fe-lo porque a isto o obrigava um compromisso assumido perante *Miguel Castro.* A êste, porém, declarou, antes de tudo, que era republicano. E como o candidato liberal lhe dissesse que a República era um sonho, e que êle, *José Rufino,* e os seus filhos, não poderiam desfrutá-la, não faltou a sua resposta peremptória e enérgica: *"Contudo, sou republicano. Trabalharei para os meus netos".*

Tamanha energía moral, aliada a outras nobres qualidades, fizeram-no logo distinguido entre os conterrâneos, e com tal prestígio que, proclamado o novo regimen, *Pedro Velho,* entregou-lhe a direção política de *Angicos e Jardim de Angicos,* êste recentemente criado, sem dispensar, ainda, a sua colaboração leal e prestimosa nos emaranhados políticos de outros municípios.

"A República", orgam fundado para vigilia do novo ideal, teve-o na lista dos seus primeiros agentes.

Entretanto, na administração municipal encontramo-lo sómente de trânsito.

É que a confiança dos seus amigos levara *José Rufino* várias vezes à Assembléa Legislativa, onde os interêsses de *Angicos* tinham um vigia prudente e incansavel.

Em sua correspondência particular, encontro a confirmação desse fato.

Em carta dirigida ao seu filho *Miguel Rufino,* dizia êle, então participante dos trabalhos legislativos:

"Estamos trabalhando para valorisar o nosso produto, tanto este como o sal, a pelle de animal e a cêra de carnauba; tenha cuidado: não deixe estragarem o nosso carnaubal, tirando palha.

Já apresentei dois projetos no Congresso: *primeiro criando uma escola na povoação de Lages, e, segundo, elevando o nosso Angicos á cathegoria de comarca; dahi não será muito dificil passar a cidade".*

Labim/UFRN

Estas palavras dizem do amor que consagrava à nossa terra, e de como madrugavam no seu pensamento as nossas mais queridas aspirações.

José Rufino foi, assim, uma figura digna da nossa exaltação, pelo que representou de nobre, alto e sereno na nossa vida política, à qual se entregou sem canseiras, embevecido, apenas, no esplendor dos nossos sonhos e nas vibrações das nossas vitórias.

Faleceu na Fazenda "Tupá", então de sua propriedade, a 11 *de novembro de* 1904, e alí mesmo foi sepultado a seu pedido.

Mais tarde, a família trasladou os seus restos mortais para a Matriz, onde permanecem, fazendo jús à nossa veneração e à nossa saudade.

———

O regimen republicano foi organizado no Rio Grande do Norte, por Pedro Velho, a 17 de novembro de 1889.

O decreto n. 9, de 18 de janeiro de 1890, dissolveu as Câmaras Municipais.

Criados, então, os Conselhos de Intendência, foi nomeado seu presidente *José Rufino,* que exerceu o cargo de 18 de janeiro de 1890 a fevereiro de 1891. O Conselho funcionou com cinco membros, consoante o decreto n. 14, de 18 de fevereiro de 1890, em que o governador provisório, Jerônimo Américo Raposo da Câmara, aumentava o número de três intendentes de *Angicos,* Paparí, Arez, Santa Cruz, Touros, Serra Negra, Caraúbas, Porto Alegre e São Miguel do Pau dos

Ferros, alegando as dificuldades de reunião, pela ausência de um intendente.

O município atravessava situação de relativa prosperidade.

O decreto n. 18, de 11 de abril de 1890, orçára a despeza do ano em 737$000.

Deu-se, então, o desmembramento de grande parte desta comuna, que passou a constituir o município de Jardim de Angicos, depois Lages.

Eis a lei a respeito:

Decreto n. 55, *de* 4 *de outubro de* 1890.
Crêa um municipio denominado Jardim.

O 1.º Vice-governador do Estado, usando das attribuições que lhe confere o decreto n. 7, de 20 de novembro de 1889, decreta:

Art. 1.º — Fica nesta data creado um novo municipio, desmembrado do de Angicos, comprehendendo os dois distritos policiaes de Jardim e Bonfim, com séde na povoação de Jardim, que é elevada á cathegoria de villa e dará nome ao municipio.

Art. 2.º — O municipio creado por este decreto terá por limites ôs mesmos dos dois distritos policiaes acima ditos, incluindo o territorio que demóra o acidente de uma linha que partindo da Barra da Millhã, siga na direcção Sul a Norte, passando pela serra do Torreão, em demanda das fronteiras meridionaes do municipio de Touros.

Labim/UFRN

Art. 3.° — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario do Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Casa do Governo, 4 de outubro de 1890.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão".

Outro decreto, o de n. 63, de 20 de outubro de 1890, criou a *comarca de Angicos,* com o termo do município recem-criado. O decreto 81, de 24 de novembro de 1890 tornou-o sem efeito. O decreto 84, de 27 de dezembro de 1890 restaurou-o, para logo depois ser, e definitivamente, revogado.

Após o Conselho interino presidido por *José Rufino,* assumiu a presidência, tambem provisoriamente, *Antônio Martins dos Santos,* cujo exercício durou de 20 de abril a 9 de novembro de 1891.

De 9 de novembro de 1891 a 4 de outubro de 1892, esteve à frente do Conselho *José Francisco Alves de Souza,* propagandista republicano.

Com êle cessou êsse período de interinidades.

A 4 de outubro de 1892 tomou posse o Conselho eleito a 11 de setembro do mesmo ano, que era assim constituido:

Presidente: *José Rufino da Costa.* Vice-Presidente: *José Francisco Alves de Souza.*

Intendentes: *Vicente Ferreira Barbosa, André Avelino da Trindade, Manoel Xavier Duarte, José das Chagas de Azevedo Souza e João de Deus Gonçalves.*

A êsse Conselho substituiu outro presidido por *Luiz Pinheiro de Vasconcelos,* que administrou até 1910.

De 1911 a 1913 esteve na presidência da Intendência Municipal *Miguel Rufino Pinheiro,* que, a êsse tempo, assinava *Miguel Pinheiro de Vasconcelos.* No seu governo, foi construido o prédio para as Escolas Izoladas *"José Rufino",* onde hoje funciona a Usina Elétrica.

A administração de 1914 a 1919 esteve a cargo de João *Alexandre Alves de Souza.* Criou subvenção para as escolas que apresentassem frequência superior a 15 alunos. Remodelou o antigo Mercado Público.

Nessa época dois acontecimentos excepcionais se assinalaram: a inauguração da luz pública, a única da vila, autorizada pelo projeto de 20 de abril de 1919, do intendente *José Alexandre Pereira Pinto;* e a entrada, pela primeira vez, do automovel civilizador, de propriedade de *Francisco Mota,* comerciante em Mossoró, conduzindo tambem o monsenhor *Joaquim Honorio da Silveira.*

A instalação da luz, constituida de grotescos

Labim/UFRN

"lampeões", chegou a amainar os caprichos políticos. *José Teodoro,* conhecido chefe oposicionaista, fez um discurso de saudação ao situacionismo local, fato único na nossa vida política.

Do mesmo modo, a entrada do primeiro automovel, um Ford 1917, despertou curiosidade e orgulho. Houve almoço oferecido aos itinerantes, com discursos laudatórios.

Do balancete da Intendência, nesse ano, assinado pelo tesoureiro-procurador José Horácio Pereira Pinto, verifica-se que a receita orçava em 5:978$890.

De 1920 a 1925, administrou o município *Francisco Pinheiro Alves de Souza.*

Criou e manteve oito escolas municipais, com a matrícula anual de 426 alunos, e frequência de 345.

A receita aumentou para 12:279$560.

Construiu a praça J. da Penha, em comemoração ao centenário da Independência. Construiu o novo prédio da Intendência, que hoje serve, com modificações internas, à Prefeitura Municipal.

Funcionou, por êsse tempo, a *Sociedade dos Escoteiros de Angicos,* dirigida por *Orlando Ubirajara.*

Terminando o exercício em 1925, assumiu o governo o agrônomo *Luiz Pinheiro Filho, último presidente das antigas Intendências.*

O decreto n. 365, de 20 de dezembro de 1927, criou um novo regimen administrativo, em que as

Prefeituras ficaram como órgãos do Executivo Municipal.

Os novos intendentes foram eleitos a 2 de setembro de 1928, e reconhecidos a 17 de outubro. Eram: *Sebastião Vieira Dantas, Manoel Alves Filho, Miguel Francisco da Cunha Adelino, Leão Xavier da Costa, Justino Xavier de Souza* e *José Soares de Vasconcelos.*

Para *prefeito,* foi eleito o professor *Francisco Gonzaga Galvão.*

A posse da nova administração realizou-se a 1.º de janeiro de 1929.

Com ela iniciou-se um período de novas realizações, cabendo-lhe incentivar o ensino municipal, criando escolas, auxiliando a "Sociedade dos Amigos da Escola", a circulação do *"O Cabugí",* remodelando a vila, com o cerco da área urbana, obrigatoriedade anual da limpeza das casas, construção de platibandas e outros serviços.

Construiu o Matadouro Público. Iniciou a arborização de "ficus benjamin".

Aumentou a receita para 58:275$600.

Auxiliou a agricultura e criação.

Durante a ausência do prefeito, para tomar parte no Congresso Legislativo do Estado, e tratamento de saúde, substituiu-o o vice-presidente da Intendência, *Manoel Alves Filho.*

Foi assim que a revolução de 1930 encontrou o município de Angicos.

Labim/UFRN

XV

A revolução de 1930. *Administrações provisórias até a constitucionalização do Estado. Uma grande campanha política.*

A primeira notícia do movimento revolucionário de 1930 chegou a Angicos no domingo, 5 de outubro, às 13 horas.

Dava-a um telegrama do prefeito *Gonzaga Galvão,* então em Natal, dirigido ao seu substituto interino.

Seguiram-se dias agitados de espectativa e incerteza, até que entraram na vila as forças revolucionárias.

Temendo represália oficial, *Joel Vilar,* chefe da embaixada, esperou, fóra da área urbana, pelos resultados da entrevista que, com o prefeito, fôra ter o então cabo do Exército *Manoel dos Reis Pereira Pinto.*

Certas das resoluções pacíficas do situacionismo, as tropas entraram em Angicos, num terrível vozerio de "vivas" e aclamações.

Era um espetáculo inédito para o povo, que recebeu o acontecimento com a frieza nervosa da desconfiança.

A casa do prefeito interino foi logo cercada. O mesmo aconteceu com a residência *Gonzaga Galvão,* no momento desocupada, e os prédios públicos.

Em conferência com a autoridade, *Joel Vilar* explicou a marcha dos acontecimentos. Receiava resistência da parte do povo.

Espalhava-se que Angicos era um reduto inexpugnavel e essa notícia ecoara com uma advertência que era preciso acolher.

Por isso, via-se obrigado a visitar os prédios cercados, à busca de armas e munições.

Feito o varejamento, verificou-se que o prefeito poderia dispôr, apenas, de um rifle encontrado na casa *Gonzaga Galvão,* em tão pouca lisongeira situação que o ferrugem não o permitiu disparar...

Joel Vilar falou depois ao povo. Elogiou o modo por que fôra recebido, e explicou as intenções da revolução.

O movimento nas ruas prolongou-se até altas horas. Cerca de 3 horas da manhã, os soldados prosseguiram viagem destino a Assú.

Dias depois, *a* 20 *de outubro,* assumiu o cargo de prefeito provisório *Miguel Rufino Pinheiro.*

A sua administração decorreu num período de intensa atividade política, que chegou a atraír as atenções da interventoria do Estado.

Labim/UFRN

Assim é que, afim de pacificar o ambiente, veio a Angicos o tenente *Paulo Cordeiro,* chefe de Polícia do governo *Aluizio Moura.*

Promoveu o delegado oficial uma reunião das classes conservadoras, para, auscultando a sua opinião, combinar as medidas a ser tomadas.

Nesse conclave, foi escolhido *prefeito Manoel Alves Filho,* escolha que o governo, dias depois, sancionou.

A posse do *prefeito Manoel Alves Filho* verificou-se a 20 de abril de 1931.

Essa administração demoliu o velho Mercado Público, construindo o atual. Renovou a arborização de "ficus benjamin". Elevou o sangradouro do açude público. Realizou serviços no Mercado de Epitacio Pessôa, deixando-o em condições de servir. De colaboração com o Estado, iniciou a construção dos poços tubulares, sob a direção da Inspetoría de Obras Contra as Secas. Incentivou grandemente o ensino público, criando escolas.

A 26 de julho de 1932 assumiu o cargo de prefeito *João Bezerra Cavalcanti.* Criou o distrito de Epitacio Pessôa. Reparou algumas estradas.

A *João Bezerra* sucedeu *José Nestor de Gouveia,* cuja posse realizou-se a 6 de julho de 1933.

Construiu o amplo Mercado de São Romão (hoje Fernando Pedroza) deixando-o em preto. Colaborou com o Estado na construção dos poços tubulares.

Nessa época, desenvolveram-se duas grandes campanhas políticas em todo o Estado: a primeira para eleição dos representantes do Rio Grande do Norte à Assembléa Constituinte Nacional; a outra, para constitucionalização estadual.

O município dividiu-se em duas correntes partidárias: O *Partido Popular,* dirigido por *Gonzaga Galvão, Baltasar Pereira, Manoel Alves Filho,* e a colaboração prestigiosa de *Luiz Felipe da Câmara, Pedro Moura de Vasconcelos, Genesio Cabral de Macedo, Justino Xavier de Souza, Francisco Souza, José Alves Martins, Francisco Torres Péres, Manoel Tertuliano de Medeiros, Pedro Alves Bezerra,* e outras figuras.

O *Partido Social Nacionalista* contava com a influência de *Francisco Pinheiro Alves de Souza, José Nestor de Gouveia, José Francisco Xavier de Souza, Arlindo da Rocha Bezerra,* e outros.

No embate eleitoral, cheio de episódios interessantes, foi vencedor o *Partido Popular.*

A segunda eleição, por mais próxima aos interêsses do Estado, desenrolou-se numa alternativa carregada de apreensões e lances dramáticos.

O *jornalista Edgar Barbosa,* autor do livro *"História de uma Campanha",* a descreve com estas palavras:

Labim/UFRN

"O governo preparava ha muito tempo a sua machina de compressão para vencer a todo preço as eleições em Angicos. Aumentou o destacamento da Villa e nomeou autoridades pessoaes capazes de cumprir as ordens que lhes fossem dadas. As autoridades policiaes que não se prestavam aos planos traçados tinham sido demittidas. Enquanto isto, por todos os recantos do municipio, nos povoados e logarejos de alguma importancia, espalhavam-se guardas-civis dispostos a todas as empreitadas.

Á medida que o dia 14 de outubro se aproximava, agravava-se a situação de Angicos. A caravana populista que por ali passou, nas vesperas do pleito, e que se compunha dos srs. José Augusto, Luiz Antonio, Dioclecio Duarte e outros propagandistas, foi ameaçada na povoação de Epitacio Pessôa, por um sargento que tinha ás suas ordens um grupo de sugeitos cuja physionomia revelava os traços caracteristicos do crime. O comandante da tropa intimou os caravaneiros a não realizarem comicio em Epitacio Pessôa. Seguindo para São Romão, a comitiva aludida teve o seu "meeting" perturbado pelos insultos de um desordeiro que se declarou mandado pela policia.

Dois dias antes da realização das eleições o interventor esteve em Angicos percorrendo o municipio em varios sentidos. Passava em revista os elementos com que contava para vencer o prestigio dos srs. Baltasar Pereira, Gonzaga Galvão

e Manoel Alves Filho, chefes populistas de Angicos, que tinham as sympathias de grande parte do eleitorado. Após essa visita redobraram, como era de esperar, as violencias em Angicos. Na vila e nas estradas que lhe davam acesso foram collocados desde a vespera do pleito, piquetes de soldados armados a fuzil. Os caminhões que traziam eleitores populistas eram revistados ou impedidos de trafegar.

Nas povoações, a situação era identica. Em Epitacio Pessôa os policiaes inutilizaram dois caminhões que transportavam eleitores cortando os pneus e camaras de ar dos vehiculos e deixando assucar nos seus tanques de gazolina.

Somente na manhã do domingo, graças á acção energica do Juiz de Direito de Lages e juiz eleitoral de Angicos, foram retirados os piquetes. No entanto, a serie de dificuldades que os populistas tiveram de vencer, não estava terminada. Os cabos eleitoraes do governo, logo que se iniciou a eleição, tomavam a chapa dos eleitores do Partido Popular, rasgando-as e obrigando-as a votar na chapa alliancista.

O sargento delegado installou-se numa casa contigua ao predio onde estavam funccionando trez secções eleitoraes e ali mandou chamar muitos eleitores que sabia opposicionistas intimando-os a sufragarem os nomes dos candidatos do partido governista. Tendo conhecimento de tal violencia, o juiz preparador de Angicos communicou-a ao juiz eleitoral a quem pediu providen-

Labim/UFRN

cias. Esse magistrado admoestou o sargento, que, por vingança, agrediu de modo violento a autoridade queixoza, tentando fazer uso de um revolver contra quem apenas lançava mão de um direito. Tanta truculencia demonstrada, valeu ao sargento que se exibiu em Angicos uma promoção de 2.º tenente. Mas, a valentia desse official não conseguiu que o partido do interventor derrotasse a homogenea maioria populista de Angicos. Ao contrario, o governo foi vencido ali, nas urnas, por 118 votos".

Nesse pleito, como se vê, debateram o *Partido Popular, e a Alliança Social,* resultado da fusão do *Partido Social Nacionalista* com o *Partido Social Democrático*.

Vitoriosa a oposição, a 14 de outubro de 1934, mudou a situação política norte-riograndense, com a posse, no cargo de governador do Estado, do *dr. Rafael Fernandes Gurjão,* a 29 de outubro de 1935.

Para prefeito de Angicos, foi nomeado *Baltasar da Costa Pereira,* que se empossou a 5 de novembro de 1935.

XVI

Antes da constitucionalização do município. A intentona comunista. A elevação de vila a cidade.

Mal refeito o Estado da intensa luta política desenvolvida nos últimos anos, rebentou, na capital, com ramificações em Pernambuco e Rio, a intentona comunista de 23 de novembro de 1935.

O movimento surgiu inesperadamente, alastrando-se no seio do 21 B. C. e, logo no dia seguinte, às 15 horas, dominou a cidade, com a quéda do Quartel da Polícia Militar, que, com um pugilo de homens, resistiu bravamente durante toda uma noite e quasi um dia.

Após vencer essa resistência, começou a intentona a penetrar o interior.

A zona do litoral não poude repelir. Os assaltantes pilharam, nomearam prefeitos e delegados, fugindo depois.

O sertão postou-se de escalada, impedindo que se espalhasse nas suas terras férteis o domínio do sangue, da pilhagem e da miséria.

Labim/UFRN

A região seridoense, aquartelada na Serra do Doutor, ofereceu combate à incursão vermelha. Muitas horas bateram-se em defesa da família e da propriedade, ameaçadas pela revolução.

Na zona do percurso da Estrada de Ferro Central, os comunistas chegaram até Baixa Verde, onde destruiram, prenderam, saquearam, atemorizando os que, infelizmente, não podiam fugir.

A notícia chegou a *Angicos* na manhã do dia 24, domingo.

A estação telegráfica de Natal, sob o domínio revolucionário, fez-se veículo de boatos alarmantes, pelos quais a metralha varria todo o país, obtendo, instante a instante, as maiores vitórias.

Graças, porém, a uma ligação conseguida com a estação de Barreto, pelos telegrafistas *José Neves Pacote* e *Joaquim Horácio Pereira Pinto,* restabeleceu-se a verdade.

A insurreição era parcial, e marchava muito lentamente.

Mas, o rumo tomado para o sertão, assombrava o povo.

Nasceu, então, o desejo da reação.

Retiradas as famílias para os sítios, na sua grande parte, os homens se congregaram dispostos à luta de salvação ou de morte.

Reunindo escasso armamento existente na polícia local, a que logo se juntou um pequeno número de fuzis e munições, trazidos de Lages pelo sr. *Genesio Cabral de Macedo,* um dos organizadores da reação, os grupos se dividiram nos pontos de entrada da vila.

Servia de quartel o prédio onde hoje funciona a Usina Elétrica, à rua Gonçalves Lêdo.

Dirigiu o movimento *Baltasar Pereira,* prefeito, *João Militão Martins, Pedro Moura de Vasconcelos,* além de Joaquim Bernardo de Menezes, Clarindo Dantas, Joaquim Inácio Neto, José Moura de Vasconcelos, Vicente Ferrer de Araujo, Francisco Felicio, Ramiro Capitão, Zacarias de Oliveira, José Belo, Clidenor de Oliveira Costa, Joaquim Carvalho, Geraldo Souza, Cicero Souza, Edinor Alves, Antônio Pereira, Amadeu Avelino, Elviro Fonsêca e três sobrinhos, e muitos outros que tomaram parte na guarda de nossa terra.

Não sei o que poderiam fazer êsses homens, deitados em trincheiras improvisadas, com 6 rifles, 33 fuzis, 10 armas curtas e reduzida munição.

Certo é que, até o dia 27, quarta-feira, às 11 horas, quando se espalhou a notícia alviçareira do fracasso da revolução, êles aqui estiveram, sem canseiras, nem desânimos, dispostos a tudo, conquanto que se resguardassem as tradições de honra da nossa família e da nossa terra, cristãs e dignas.

Essa atitude foi, felizmente, compreendida.

Na *Assembléa Legislativa do Estado,* reaberta depois do tríduo vermelho, a *deputada Maria do Céo Pereira Fernandes* cantou, num discurso eloquente, a glória humilde desses homens, invocando para êles a admiração de quantos sentiam o perigo do triunfo comunista.

Labim/UFRN

Reintegrado o Rio Grande do Norte na ordem e na tranquilidade, volveram-se os angicanos para uma causa velha e justa: *a elevação da vila à categoria de cidade*.

Já *José Rufino*, quando, no Congresso Estadual, propusera a criação da comarca de Angicos, pensára na realização desse anseio.

Os tempos passaram. E cada ano teve o condão de fortificar mais êsse sentimento, que, afinal, explodiu num clamor de justiça.

O prefeito interino, *Baltasar Pereira*, dirigiu ao governador *Rafael Fernandes* um longo e documentado memorial, expondo a necessidade de uma lei que atendesse a êsse desejo.

Secundando o apelo, *"A Razão"* publicou vários artigos, em que se discutia a legitimidade do fato, com dados econômicos e sociais.

Os écos desses reclamos chegáram à Assembléa Legislativa.

Na sessão de 24 de setembro de 1936, os deputados da maioria *Pedro de Alcantara Matos* e *Francisco Gonzaga Galvão* apresentaram o seguinte projeto:

"Projeto n. 48

Eleva à categoria de cidade, a vila de Angicos.

Art. 1.° — Fica elevada á cathegoria de cidade a vila de Angicos, séde do municipio do mesmo nome.

Art. 2.° — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal, 24 de setembro de 1936.

Pedro Mattos
Francisco Gonzaga Galvão".

Indo à Comissão de Constituição e Justiça, foi o projeto distribuido ao *deputado Glicerio Cícero de Oliveira*, para oferecer o

"Parecer n. 38

Ao projeto n. 48, *que eleva à cathegoria de cidade a villa de Angicos.*

Veio á Commissão de Constituição e Justiça o projecto n. 48, apresentado pelos senhores deputados Pedro Mattos e Gonzaga Galvão, que eleva á cathegoria de cidade a villa de Angicos, para a mesma dar parecer sobre a materia.

Somos dos que pensam que é condicção precipua para o desenvolvimento de todas as atividades humanas, a aplicação imparcial, serena e verdadeira da Justiça. Onde a sua distribuição não é feita com equidade, mas vesga e arbitrariamente, implantar-se-á a cizania, reinará a discordia, fecundarão a anarchia e a desordem, e o trabalho, ás vezes tão bem intencionado, se estiolará perturbado pelas dissenções e facciosismo.

A nós, pois, que somos o Poder Legislativo, o qual deve pairar, em toda a sua magestade, acima de interesses subalternos, cabe o dever imperioso de zelar pela honesta e sabia applicação da Justiça.

Labim/UFRN

Necessário se torna que acompanhemos a evolução gradativa dos agrupamentos humanos, sem o que nunca haverá perfeita organisação social. É verdade que tem sido demasiado extenso o numero de projectos elevando villas a cidades, e povoações a villas, a maioria dos quaes sem nenhuma razão de ser. Mas, o caso vertente, isto é, o projecto que nos veio ás mãos para estudarmos e manifestar a nossa opinião sobre elle, é dos taes cuja approvação tem expressivo valor e se impõe pela sua irrecusavel legitimidade.

Angicos, instituida em Villa em 11 de abril de 1835, e desde ahí séde do Municipio do mesmo nome, merece indiscutivelmente, as honras de cidadania. Centro palpitante de commercio, grande productor de algodão, cêra de carnahuba e cereaes, possuindo uma agricultura bastante desenvolvida, tem uma receita prevista para o corrente anno de Rs. 82:000$000 (oitenta e dois contos de reis) cifra capaz de assegurar o seu progresso, a sua prosperidade e a sua grandeza, com irretorquivel efficiencia. O anno passado a renda do municipio attingiu a 113:765$398.

Ponto terminal da estrada de ferro, o seu desenvolvimento se faz a passos accelerados. Agora mesmo está sendo installada a luz electrica na séde, emprehendimento de grande vulto e que muito influirá para o seu crescente movimento social.

Apesar dos esforços do seu povo, e do animador progresso que se opera em todos os seus ramos de actividade, Angicos ha um seculo que

permanece em cathegoria de villa. Ha outras cidades, no Estado, inferiores na sua capacidade produtiva e economica a Angicos. No entanto, a tradicional terra-berço de José da Penha acha-se na mesma condição, nesse ponto, que lhe foi outhorgada ha uma centena de annos, quando todos sabem que ella foi sempre digna de melhor sorte, de um grandioso destino. Seria, portanto, clamorosa injustiça continuar Angicos na mesma situação extactica, sem um impulso progressivo, sem estimulo ao seu proprio labor de terra dadivosa, em cujo seio se irradia o clarão luminoso de tradicções jamais olvidadas. Ella é bem merecedora do que determina o projecto em apreço: promoção á cathegoria de cidade.

Sua utilidade publica é manifesta. Sua procedencia é reclamada pelas proprias condições mesologicas. Tudo é um imperativo irrecorrivel do espirito progressista e altaneiro de Angicos.

Esse o pensamento da Commissão de Constituição e Justiça.

S. das Commissões da Assembléa Legislativa, em 6 de outubro de 1936.

Glycerio Cicero de Oliveira — Presidente e Relator.
Pedro Mattos
Raimundo Ferreira de Macedo
Manoel Varella de Albuquerque — Concordo.
Gil Soares".

Labim/UFRN

Lido em plenário, as conclusões do parecer logo se espalharam, avivando no espírito do povo angicano o ideal que o dominava.

O *deputado Gonzaga Galvão,* um dos autores do projeto, em breve discurso, justificou a sua legitimidade, de modo que, em todas as discussões, foi êle unanimemente aprovado.

Um mês depois de apresentado à Assembléa, o projeto convertido em lei, recebeu a sanção do governo executivo:

"Lei n. 20

Eleva á cathegoria de cidade a villa de Angicos.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica elevada á cathegoria de cidade a villa de Angicos, séde do municipio do mesmo nome.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Rio Grande do Norte, em Natal, 24 de outubro de 1936.

Raphael Fernandes Gurjão
Aldo Fernandes R. de Mello".

Finalmente, mais um triunfo sôbre as dificuldades do tempo.

Promoveram-se festas ruidosas na nova cidade.

Restava, agora, para remate, a instalação solene, mais uma oportunidade para demonstração do júbilo que invadia a alma do povo.

A vila vestia novos ademanes para receber a corôa de cidade.

Nas ruas e praças, modestas e asseiadas, erguiam-se postes, extendiam-se fios, tudo que daria à terra pequena o diadema ofuscante da luz elétrica.

Em meio, porém, a essa alegria, um golpe profundo vára o coração angicano.

Envolvido numa abrupta tragédia, morre *Pedro de Alcantara Matos, "leader" da maioria na Assembléa Legislativa,* e um dos subscritores do projeto n. 48.

Um tiro casual tira a vida ardente do ilustre conterrâneo, tarjando de luto a nova cidade.

Pedro Matos faleceu em Angicos, a 5 de janeiro de 1937.

No dia 2 *de fevereiro* desse ano, inaugura-se, sem festas, a iluminação publica. Em nome do governo estadual fala o dr. *Dioclecio Dantas Duarte,* diretor do Departamento de Agricultura e Obras Públicas. Expressando os sentimentos do povo, fala Aluizio Alves.

No dia seguinte, às nove horas, dava-se a instalação da cidade.

Do acontecimento, foi lavrada a seguinte

"Acta:

Ás 9 horas do dia trez de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, em um dos salões da

Labim/UFRN

Prefeitura Municipal, presentes o dr. Dioclecio Dantas Duarte, director do Departamento de Agricultura, Viação e Obras Publicas, representando o dr. Raphael Fernandes, governador do Estado, deputado Gonzaga Galvão, 1.º secretario da Assembléa Legislativa, prefeito Balthasar da Costa Pereira, e grande numero de pessôas representativas do Municipio, foi, pelo sr. Prefeito, aberta a sessão de installação da cidade de Angicos. Convidado pelo presidente da reunião, o dr. Dioclecio Duarte declarou, em nome do Chefe do Executivo Estadoal, installada a cidade de Angicos, cathegoria a que foi elevada pela lei subsequente: *"Lei n. 20, de 24 de outubro de 1936. Eleva á cathegoria de cidade a villa de Angicos. O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancciono a seguinte Lei: Art. 1.º — Fica elevada á cathegoria de cidade a villa de Angicos, séde do municipio do mesmo nome. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Governo do Rio Grande do Norte, em Natal, 24 de outubro de 1936. Raphael Fernandes Gurjão. Aldo Fernandes R. de Mello".*

Continuando, o dr. Dioclecio Duarte congratulou-se com o povo de Angicos pelo auspicioso acontecimento. Em seguida, usando da palavra, o deputado Gonzaga Galvão pediu que se inserisse na acta um voto de profundo pesar pelo brutal fallecimento do deputado Pedro de Alcantara Mattos, um dos auctores do projecto elevando

a séde deste municipio a cidade. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão. Eu, José Moura de Vasconcellos, secretario da Prefeitura, escrevi a presente acta que vai lida e assignada pelo dr. Dioclecio Duarte, deputado Gonzaga Galvão, prefeito Balthasar Pereira e demais presentes.

Dioclecio Dantas Duarte
Francisco Gonzaga Galvão
Balthasar da Costa Pereira
Manoel Alves Filho
Francisco Torres Péres
José Alves Martins
João Militão Martins
Francisco das Chagas Souza
Tenente José Bastos
Clidenor Theonacio Bezerra
Romulo Wanderley, por si e por
Luiz Pinheiro de Vasconcellos
Antonio Pedro Alves Filho
José Olympio da Camara
Aluizio Alves
Vicente Cruz
Luiz Phelippe da Camara
Francisco Martins Trindade
Luiz Gonzaga da Cruz
Manoel Beserra da Silva
Severo Francisco da Rocha
Pedro Alves Bezerra
João Alves Martins

Labim/UFRN

Albino Pereira da Silva
Wanderlindem Germano
João Januario de Oliveira
Virgilio Germano
Josias Bezerra de Menezes
Joaquim Bernardo de Menezes
José Miguel Martins dos Santos, por si e por
Pedro Edeltrudes da Costa
José Moura de Vasconcellos
Luiz de França Martins
Francisco das Chagas Souza, por
Jacob Avelino Bezerra e
João Theonacio Bezerra
Joaquim Inacio da Camara
Virgilio da Costa Pereira".

Pouco depois, fechava-se o período de interinidade em que administrára o município o *prefeito Baltasar da Costa Pereira*.

Marchávamos para a constitucionalização, pela eleição de 15 de março de 1937.

Ficava, porém, marcando o tempo, o grande passo de prosperidade, o inesquecível gesto de justiça.

XVII

A constitucionalização do município. O pleito. A atual administração.

A eleição para constitucionalização do município realizou-se a 15 de março de 1937.

Os partidos se arregimentaram com antecedência, de modo que o pleito decorreu num ambiente de vivo entusiasmo e grande interêsse.

O *Partido Popular* apresentou os seguintes candidatos:

Prefeito: *Baltasar da Costa Pereira*.

Vereadores: *Francisco Torres Péres, João Januario de Oliveira, Luiz Felipe da Camara, José Alves Martins, Romulo Vanderlei, Manoel Tertuliano de Medeiros* e *Antônio Pedro Alves Filho*.

A *Aliança Social* não apresentou candidato a prefeito. Às funções de vereadores, foram seus candidatos: *José Francisco Xavier de Souza, Arlindo da Rocha Bezerra, José Alexandre Pereira Pinto, Antônio Firmino de Melo, Francisco Soares de Souza, João Guilherme de Souza* e *Genesio Gomes da Silva*.

Labim/UFRN

Albino Pereira da Silva
Wanderlindem Germano
João Januario de Oliveira
Virgilio Germano
Josias Bezerra de Menezes
Joaquim Bernardo de Menezes
José Miguel Martins dos Santos, por
si e por
Pedro Edeltrudes da Costa
José Moura de Vasconcellos
Luiz de França Martins
Francisco das Chagas Souza, por
Jacob Avelino Bezerra e
João Theonacio Bezerra
Joaquim Inacio da Camara
Virgilio da Costa Pereira".

Pouco depois, fechava-se o período de interinidade em que administrára o município o *prefeito Baltasar da Costa Pereira*.

Marchávamos para a constitucionalização, pela eleição de 15 de março de 1937.

Ficava, porém, marcando o tempo, o grande passo de prosperidade, o inesquecível gesto de justiça.

XVII

A constitucionalização do município. O pleito. A atual administração.

A eleição para constitucionalização do município realizou-se a 15 de março de 1937.

Os partidos se arregimentaram com antecedência, de modo que o pleito decorreu num ambiente de vivo entusiasmo e grande interêsse.

O *Partido Popular* apresentou os seguintes candidatos:

Prefeito: *Baltasar da Costa Pereira*.

Vereadores: *Francisco Torres Péres, João Januario de Oliveira, Luiz Felipe da Camara, José Alves Martins, Romulo Vanderlei, Manoel Tertuliano de Medeiros* e *Antônio Pedro Alves Filho*.

A *Aliança Social* não apresentou candidato a prefeito. Às funções de vereadores, foram seus candidatos:

José Francisco Xavier de Souza, Arlindo da Rocha Bezerra, José Alexandre Pereira Pinto, Antônio Firmino de Melo, Francisco Soares de Souza, João Guilherme de Souza e *Genesio Gomes da Silva*.

Labim/UFRN

Houve um candidato avulso a prefeito: *Pedro Moura de Vasconcelos*.

O numero de votantes foi de 1.030 eleitores, e a abstenção de 248.

A vitória coube ao *Partido Popular*, que elegeu prefeito *Baltasar da Costa Pereira*, e vereadores *Francisco Torres Péres, Luiz Felipe da Camara, Romulo Vanderlei e João Januario de Oliveira*.

A *Aliança Social* elegeu *José Francisco Xavier de Souza, José Alexandre Pereira Pinto* e *Arlindo da Rocha Bezerra*.

A posse do prefeito e instalação da Camara verificaram-se no dia 17 de Junho de 1937. Foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, *Francisco Torres Péres* e *Luiz Felipe da Câmara*.

Nesse mesmo dia, o *vereador Romulo Vanderlei* renunciou o mandato, sendo substituido pelo suplente *Antônio Pedro Alves Filho*. Na sessão de 15 de setembro renunciou igualmente o *vereador João Januário de Oliveira*, a quem sucedeu *José Alves Martins*.

Essa Câmara funcionou até 10 de novembro de 1937, quando foi dissolvido o Poder Legislativo, e incumbido o Poder Executivo de substituí-lo.

Nessa data, voltou assim o atual prefeito à função provisória, de livre nomeação da Interventoria Federal.

Entre os melhoramentos realizados na atual administração contam-se, além da elevação da vila à categoria de cidade, em que colaborou ativamente, os seguintes: — instalação da luz elétrica, serviço externo do Mercado Público da séde, encaliçamento e limpeza geral do Mercado de Epitácio Pessôa, fôrro do

prédio da Prefeitura Municipal, criação de várias escolas, demolição da cadeia pública, já quasi imprestavel.

O Orçamento Municipal orça, atualmente, em 120:000$000.

Devemos salientar as grandes possibilidades que conta a cidade de Angicos para o seu futuro aformoseamento.

Antes de tudo, é preciso repetir que as nossas vilas antigas não tiveram desenvolvimento sistematizado. Nasceram em torno das capelas, que dominavam sobranceiras num pequeno quadrado de casas.

A importância das ruas se media, e ainda se mede, pela proximidade dos templos. Foi a influência social da Igreja na formação da terra brasileira.

Nos últimos anos, com excepções raríssimas, essa orientação não mudou.

Quando muito, ergueram-se algumas casas, sem plano determinado, nem interêsse pela beleza topográfica. Surgiram consultando, apenas, as vantagens materiais imediatas do seu proprietário.

É tempo, todavia, de se corrigir êsse erro. As prefeituras já traçáram as cartas topográficas das cidades, obedecendo às normas mais modernas do urbanismo.

A intuição de que só as capitais devem preocupar-se com êsse problema, desaparece por nêscia e ilógica.

O interior não póde ser, apenas, agricultura, criação, comércio, com o desprezo revoltante do embelezamento das cidades.

Labim/UFRN

Houve um candidato avulso a prefeito: *Pedro Moura de Vasconcelos*.

O numero de votantes foi de 1.030 eleitores, e a abstenção de 248.

A vitória coube ao *Partido Popular*, que elegeu prefeito *Baltasar da Costa Pereira*, e vereadores *Francisco Torres Péres, Luiz Felipe da Camara, Romulo Vanderlei e João Januario de Oliveira*.

A *Aliança Social* elegeu *José Francisco Xavier de Souza, José Alexandre Pereira Pinto* e *Arlindo da Rocha Bezerra*.

A posse do prefeito e instalação da Camara verificaram-se no dia 17 de Junho de 1937. Foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, *Francisco Torres Péres* e *Luiz Felipe da Câmara*.

Nesse mesmo dia, o *vereador Romulo Vanderlei* renunciou o mandato, sendo substituido pelo suplente *Antônio Pedro Alves Filho*. Na sessão de 15 de setembro renunciou igualmente o *vereador João Januário de Oliveira*, a quem sucedeu *José Alves Martins*.

Essa Câmara funcionou até 10 de novembro de 1937, quando foi dissolvido o Poder Legislativo, e incumbido o Poder Executivo de substituí-lo.

Nessa data, voltou assim o atual prefeito à função provisória, de livre nomeação da Interventoria Federal.

Entre os melhoramentos realizados na atual administração contam-se, além da elevação da vila à categoria de cidade, em que colaborou ativamente, os seguintes: — instalação da luz elétrica, serviço externo do Mercado Público da séde, encaliçamento e limpeza geral do Mercado de Epitácio Pessôa, fôrro do

prédio da Prefeitura Municipal, criação de várias escolas, demolição da cadeia pública, já quasi imprestavel.

O Orçamento Municipal orça, atualmente, em 120:000$000.

Devemos salientar as grandes possibilidades que conta a cidade de Angicos para o seu futuro aformoseamento.

Antes de tudo, é preciso repetir que as nossas vilas antigas não tiveram desenvolvimento sistematizado. Nasceram em torno das capelas, que dominavam sobranceiras num pequeno quadrado de casas.

A importância das ruas se medía, e ainda se mede, pela proximidade dos templos. Foi a influência social da Igreja na formação da terra brasileira.

Nos últimos anos, com excepções raríssimas, essa orientação não mudou.

Quando muito, ergueram-se algumas casas, sem plano determinado, nem interêsse pela beleza topográfica. Surgiram consultando, apenas, as vantagens materiais imediatas do seu proprietário.

É tempo, todavia, de se corrigir êsse erro. As prefeituras já traçáram as cartas topográficas das cidades, obedecendo às normas mais modernas do urbanismo.

A intuição de que só as capitais devem preocupar-se com êsse problema, desaparece por nêscia e ilógica.

O interior não póde ser, apenas, agricultura, criação, comércio, com o desprezo revoltante do embelezamento das cidades.

Labim/UFRN

E Angicos oferece para êsse melhoramento, coeficiente dos mais preciosos.

Somos uma cidade do ontem, sem o desenvolvimento que fatalmente terá de se verificar.

Ainda mais, os nossos terrenos, nos quais demora a séde, é exuberantemente alcalino e silicoso, facilitando, assim, o calçamento, que, além do mais, poderá contar com ponderavel quantia de pedras, que guardam a cidade, numa forte perspectiva de fortaleza abandonada.

Estude a municipalidade angicana o problema, sentindo-lhe os benefícios de ordem material e moral que advirão de sua inadiavel solução, e prestará à nossa terra serviço dos maiores e mais duradouros.

Aliás, a administração *Gonzaga Galvão* (1929-1930) salientou-se pelos cuidados dispensados ao assunto.

O cerco da área urbana, apesar dos inconvenientes que se lhe pódem apontar, foi um grande passo para a higienização e embelezamento da vila. Do mesmo modo, a obrigatoriedade da construção de platibandas e de aparelhos sanitários, concorreu para essa finalidade.

Graças a êsse interêsse, continuado por alguns dos seus sucessores, não somos hoje, das mais feias e tristes cidades do sertão.

Uma palavra, dentre os presidentes da antiga Intendência, merece o governo *Francisco Pinheiro Alves de Souza*. Construiu, nos anos de 1920 e 1921, o prédio da atual Prefeitura, sob projeto do engenheiro Ribeiro Martins. Ao mesmo tempo, levantou o coreto da praça J. da Penha, já desaparecido.

E mais recentemente, vários fatores concorreram para o desenvolvimento social de nossa terra. Infelizmente, porém, ficou abandonado um deles, e de grande importância: o campo de aviação *"Ararinha"*, de 1929, com a fórma de um polígono irregular, de seis lados, com a superfície de 368.500 metros, medindo no comprimento 700 e na largura 350.

Por que não aproveitá-lo para estação do correio aéreo militar, inaugurado, em outros pontos, com tanto proveito?

A arborização de *ficus benjamin*, iniciada em 1929 e continuada em 1932, dá graça e alegria à cidade.

A estação telegráfica, que até 1933 funcionou em prédio adaptado, possue hoje uma séde condigna, com as dependências necessárias.

Reúne os serviços postal e telegráfico. O primeiro, expede, às 2as., 4as. e 6as. feiras malas para Natal e Mossoró, e às 3as. para Santana do Matos. O movimento de 1937 serve para um cálculo: Cartas simples, 8.120; cartas e objetos registados, 980; malas expedidas 406. Renda, 1:542$500.

O segundo tambem dirigido pelo *sr. João Pereira de Siqueira*, está situado na rêde geral, coletando as estações de Santana do Matos, Fernando Pedrosa, Afonso Bezerra, e Epitácio Pessôa. Mantêm horários fixos com Lages, Independência, Assú, Macau e Natal, num total de 36, diariamente, o que lhe dá posição destacada na composição da Diretoria Regional. O movimento de 1937 foi o seguinte: 1.355 telegramas parti-

Labim/UFRN

culares com 20.166 palavras; 350 telegramas oficiais com 10.884 palavras; 19 telegramas urgentes, com 375 palavras; 12 cartas telegráficas com 381 palavras, tudo com um total de 1.736 telegramas, 31.806 palavras, e 4:941$800.

O serviço ressente-se atualmente de funcionalismo. O único funcionário que possúe, o chefe, não póde, absolutamente, arcar, sósinho, com o serviço, fazendo-se necessários um mensageiro e um auxiliar.

Desde 1933 que Angicos é ponto terminal da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

A princípio, a estação foi construida, na *"Favela"*, provisoriamente, de zinco. Com a construção da ponte que passa pelo conhecido poço da *"Gongorra"*, foi levantada em prédio definitivo, à entrada da cidade, e que, atende, em conforto, às necessidades.

A Estrada de Ferro Central serve, ainda no município, aos distritos de Epitácio Pessôa, Fernando Pedrosa e à Fazenda Santa Cruz.

Já não existe a *"Filarmônica 19 de março"*, de propriedade da paróquia. Fundou-a o *padre João Soares Bilro,* e durante todo o tempo de sua existência, (1915-1920) teve como diretor *José Horácio Pereira Pinto,* e mestres de banda, respectivamente, *Leopoldo José de Vasconcelos* e *Luiz Pereira.*

O *"Abrigo São Vicente"*, destinado a socorrer os enfermos pobres, foi inaugurado na tarde do dia 24 de dezembro de 1938, pelo *padre Manoel Tavares de Araujo,* seu construtor. É de propriedade da paróquia.

Dois hoteis funcionam na cidade. O *"Angicos-hotel"*, de Manoel de Assis, e a *"pensão familiar"* da Sra. Maria Cabral. — Existem, tambem, dois bars, de Manoel de Assis e Luiz Moura.

A iluminação elétrica, inaugurada em 1937, é servida por um motor de 28 cavalos, e foi instalada pelo técnico Julio Ramalho.

Extende-se por todas as ruas, praças e avenidas.

O cartório público, dirigido por *Vanderlindem Germano,* funciona à praça J. da Penha, em prédio adaptado. Em relação à justiça, somos ainda um termo judiciário, subordinado à comarca de Lages. Encarregam-se da distribuição da Justiça os juizes municipais, cujo exercício dura um ano.

A Agência de Mesa de Rendas está na mesma rua, e na mesma situação. Subordina-se à Mesa de Rendas

Labim/UFRN

de Assú, e é exercida, no município, por *Pedro Edeltrudes*.

A denominação das ruas está a exigir um reforma radical.

Fulgem no passado nomes gratos à história local, sem que, até hoje, lhes tenhamos votado a humilde homenagem de uma placa em uma rua, enquanto não são poucas as datas inexpressivas, os nomes extranhos, os preitos imerecidos que se ostentam nas platibandas de nossas casas.

Qual a homenagem carinhosa que prestámos, até agora, a *Antônio Lopes Viégas*, e a algum dos seus filhos? Qual o gesto de justiça que tivemos, até o momento, para *Pedro Avelino, José Teodoro, Florêncio Otaviano, Francisco Xavier de Menezes* e tantos outros?

É tempo de reviver êsses nomes em nossa gratidão.

A Prefeitura olha, atualmente, para o problema dágua. O fornecimento feito nas ""cacimbas", sem a menor fiscalização, não consulta à higiene pública.

O município tem de encampar o assunto, resolvendo-o com uma medida segura e previdente.

Eis, em traços ligeiros, as condições gerais, os problemas, as aspirações da nossa cidade, uma futurosa

e progressista cidade, servida por um grande e nobre povo.

Cidade do passado, evocado eternamente por essa carnaúba que se ergue ao lado esquerdo da Igreja. Alí está ela, altaneira e orgulhosa, desdenhando do tempo, como uma mensagem verde do Angicos-criança, soltando os primeiros vagidos, balbuciando as primeiras palavras de energía e de fé.

Cidade do presente, onde tudo respira a seiva da prosperidade. Inclinada à altivez serena do Cabugí. Radiante nas expansões de sua gente ordeira. Enriquecida pela agricultura. Iluminada pelos fulgores da luz elétrica. Coroada de pedras como uma fortaleza. Expelindo vida no seu clima ameno.

Cidade de tradição e futuro, olhando para a frente, corajosa, ardente, incansavel, à busca de uma maior beleza e de uma grandeza maior...

Labim/UFRN

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Labim/UFRN

XVIII

O distrito de Epitacio Pessôa- Síntese histórica. Condições atuais.

As terras em que demora o distrito de Epitacio Pessôa — foram concedidas, em *sesmaria de 22 de julho de* 1786, ao *coronel Antônio da Rocha Bezerra*.

Os seus primeiros povoadores, entretanto, foram quatro irmãos — *Gaspar, Felix, Diogo* e *Jacinto Lopes*, — e mais *Manoel José do Nascimento, Alexandre Xavier* e *Gonçalo Xavier*.

Do primeiro desses homens, cuja lembrança ficou conservada numa bela tradição de trabalho, veio a denominação que até 1921 teve o povoado. Nesse ano, em homenagem ao presidente da República que autorizou a conclusão do ramal da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, que termina alí, o presidente da Intendência, em ato de 24 de dezembro, mudou o nome de *Gaspar Lopes* para *Epitacio Pessôa*.

As primeiras construções conhecidas são de 1877, ano que ficou marcado indelevelmente pelos estigmas de um sofrimento martirizante, provindo da sêca continuada por mais dois anos.

Labim/UFRN

de relativa prosperidade, dirigida pelo sub-prefeito *João Batista da Câmara*.

Enquanto em 1922 era constatada a existência de 80 casas, em 1938, verifica-se o total de 200.

Distante de Natal 175 quilômetros, vive em contacto diário com êsse centro comercial, do qual, em grande parte, se abastece.

É ainda digna de consideração a circunstância de que Epitácio é o ponto preferido para os embarques de *Macau*, para diversas localidades do Estado, o que, sem dúvida, representa um dos fatores do seu movimento de comércio.

Pela lei n. 603, de 31 de outubro de 1938, a Interventoria Federal marcou os seguintes limites do distrito:

Entre Epitácio Pessôa e Afonso Bezerra:

"Começa na linha norte entre *Angicos* e *Macau*, segue, em direção sul, passando a leste da fazenda *"Barra"* (Afonso Bezerra) e daí, às divisas das fazendas *"Boqueirão"*, (Af. Bez.) e *"Nicacio"* (Angicos)".

Entre Epitácio Pessôa e Angicos:

"Começa na estrada de rodagem Lages-Epitacio Pessôa, nos limites com o município de Lages, segue, em rumo leste-oeste, à fazenda *"Conceição"*, (Epitacio Pessôa) e daí, em linha réta, aos limites das fazendas *"Nicacio"*, (Angicos) e *"Boqueirão"* (Afonso Bezerra".

As áreas urbana e suburbana foram assim delimitadas: (lei 646, de 27 de dezembro de 1938).

"Área urbana: Começa no marco n. 1, localizado em terrenos de Pedro Alves Bezerra, seguindo a linha divisória, em direção leste, por detrás da rua "Sete de setembro", até o marco n. 2, localizado no oitão leste da casa de residência e propriedade de José da Silva Barros, que é a de número 1 dessa rua, com 270 metros; daí, em direção sul, passando pelo lado leste da casa de propriedade de José Antônio da Silva, até o marco n. 3, localizado em terreno de João Casemiro, com 340 metros; daí, em direção ao oeste, por detrás da rua "Três de outubro", até o marco n. 4, localizado no oitão leste da casa de morada e propriedade de Pedro Casemiro, com 255 metros; e daí, em direção ao norte, passando pelo oitão oeste do prédio do armazem de Justino Xavier de Souza e continuando por detrás da praça Getulio Vargas, até o marco n. 1, onde começou, com 325 metros".

"Área suburbana: Compreende uma faixa de terra com várias edificações; medindo de largura, a leste, 350 metros, até o rio Gaspar Lopes; ao sul, 200 metros, até onde encontra a Estrada de Ferro Central do Rio G. do Norte".

Estes os apontamentos ligeiros da atual situação de *Epitácio Pessôa*, distrito de tão promissor futuro econômico e social, berço, além de tudo, de uma das melhores criaturas que já passaram na vida: *José Bezerra Cavalcanti*.

Filho de *Francisco Bezerra Cavalcanti* e *d. Fran-*

Labim/UFRN

cisca Bezerra Cavalcanti, nasceu essa saudosa figura a 4 de maio de 1874.

Aos 10 anos de idade, em 1884, seguiu em companhia de seu tio *Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti,* oficial do Exército, para o Pará, onde ficou interno no Seminário menor do Carmo.

Foi depois para o Rio de Janeiro, residir com outro tio, o *dr. Marcos Cavalcanti,* onde prosseguiu ativamente os estudos, ingressando, tempos depois, na Escola Politécnica, empregado na Biblioteca Nacional, tomando parte em vários movimentos republicanos, entre os quais a defesa do governo Floriano, quando da revolta da Esquadra.

Casou-se a 3 de outubro de 1901 com *d. Zenóbia Bezerra Cavalcanti,* filha do general *Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti,* seu tio.

Desde aí desdobrou-se bondosamente no auxílio aos pais, e irmãos, auxiliando êstes últimos na sua educação, com dedicação e afeto.

Exerceu a chefia de Secção e Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, e várias outras funções, revelando-se sempre chefe amigo, e o companheiro amável e esforçado.

Faleceu a 7 *de janeiro de* 1934, sendo sepultado no Cemitério de S. João Batista, entre as lágrimas dos seus, e a merecida saudade dos que o conheceram bom, terno, amoroso à sua terra, à sua família, aos seus amigos.

Epitácio Pessôa póde orgulhar-se de um filho como êsse, para quem a gratidão e o respeito serão sempre oportunos e justos.

XIX

O distrito de Afonso Bezerra. — Notas de sua história e do seu presente.

O antigo nome do distrito era *Carapébas,* vocábulo indígena, corrutéla de *acará-péba,* significando *acará miudo,* peixe escamoso de água dôce, e geralmente conhecido pela designação de *Cará.* Essa velha denominação foi substituida pela de *Afonso Bezerra,* em homenagem ao seu saudoso filho, pelo ato n. 5, do *prefeito Manoel Alves Filho,* em 9 de junho de 1931. A iniciativa partiu de *Bibiano Xavier Bezerra,* que angariou 330 assinaturas para uma mensagem ao poder público municipal, nesse sentido.

Os seus primeiros povoadores foram *Vicente Ferreira Barboza, tenente coronel Antônio Francisco Bezerra, tenente José Alexandre Solino da Costa* e *Agostinho Barbosa da Silva,* proprietários, agricultores e criadores.

Começou, então, o futuro povoado a atraír moradores.

A 16 de agosto de 1886, o *cadete José Avelino*

Labim/UFRN

cisca Bezerra Cavalcanti, nasceu essa saudosa figura a 4 de maio de 1874.

Aos 10 anos de idade, em 1884, seguiu em companhia de seu tio *Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti,* oficial do Exército, para o Pará, onde ficou interno no Seminário menor do Carmo.

Foi depois para o Rio de Janeiro, residir com outro tio, o *dr. Marcos Cavalcanti,* onde prosseguiu ativamente os estudos, ingressando, tempos depois, na Escola Politécnica, empregado na Biblioteca Nacional, tomando parte em vários movimentos republicanos, entre os quais a defesa do governo Floriano, quando da revolta da Esquadra.

Casou-se a 3 de outubro de 1901 com *d. Zenóbia Bezerra Cavalcanti,* filha do general *Antônio da Rocha Bezerra Cavalcanti,* seu tio.

Desde aí desdobrou-se bondosamente no auxílio aos pais, e irmãos, auxiliando êstes últimos na sua educação, com dedicação e afeto.

Exerceu a chefia de Secção e Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, e várias outras funções, revelando-se sempre chefe amigo, e o companheiro amável e esforçado.

Faleceu a 7 *de janeiro de* 1934, sendo sepultado no Cemitério de S. João Batista, entre as lágrimas dos seus, e a merecida saudade dos que o conheceram bom, terno, amoroso à sua terra, à sua família, aos seus amigos.

Epitácio Pessôa póde orgulhar-se de um filho como êsse, para quem a gratidão e o respeito serão sempre oportunos e justos.

XIX

O distrito de Afonso Bezerra. — Notas de sua história e do seu presente.

O antigo nome do distrito era *Carapébas,* vocábulo indígena, corrutéla de *acará-péba,* significando *acará miudo,* peixe escamoso de água dôce, e geralmente conhecido pela designação de *Cará.* Essa velha denominação foi substituida pela de *Afonso Bezerra,* em homenagem ao seu saudoso filho, pelo ato n. 5, do *prefeito Manoel Alves Filho,* em 9 de junho de 1931. A iniciativa partiu de *Bibiano Xavier Bezerra,* que angariou 330 assinaturas para uma mensagem ao poder público municipal, nesse sentido.

Os seus primeiros povoadores foram *Vicente Ferreira Barboza, tenente coronel Antônio Francisco Bezerra, tenente José Alexandre Solino da Costa* e *Agostinho Barbosa da Silva,* proprietários, agricultores e criadores.

Começou, então, o futuro povoado a atraír moradores.

A 16 de agosto de 1886, o *cadete José Avelino*

Labim/UFRN

Bezerra, filho do distrito, a quem já recordamos na contribuição oferecida pelo município na guerra do Paraguai, fundou a feira semanal, desde êsse tempo funcionando às segundas-feiras.

Em 1894 passou a ser considerada povoação.

Nesse ano, *Alexandre Avelino Bezerra* ergueu a capela sob a proteção de *Nossa Senhora da Conceição*. Êsse templo, em 1902, sofreu alguns reparos, após os quais, no dia 25 de dezembro do mesmo ano, recebeu a bençam, logo depois da missa do Natal, e licenciada a 11 de dezembro pelo cônego Sabino Coelho, administrador interino da Diocese.

O sino foi adquirido em 1907, graças ao trabalho de *d. Ana Pelinca de Araujo*.

Novos reparos foram feitos em 1921, sob a direção do pedreiro João Guilherme de Souza. Em 1934 foi quasi reconstruida, mosaicada, e aumentada de um metro, no paroquiato *padre Luiz Vanderlei*. O atual vigario, *padre Manoel Tavares*, já realizou alguns melhoramentos. Possue um altar-mór, dois altares laterais, correspondendo, em espaço, às necessidades locais.

O cemitério foi construido em 1903. Benzeu-o, a 16 de novembro, desse ano, o *padre João Borges Sales*. Em 1930 foi aumentado.

O distrito é servido de correio às 2as. e 6as., como Epitácio Pessôa. Foi criado em maio de 1925, e inaugurado em dezembro. A 7 de agosto de 1931 a Repartição dos Correios reconheceu o novo nome da povoação.

O serviço telefónico, hoje anexo ao postal, sob a direção de Antônio Pedro Alves Filho, foi inaugurado a 8 de dezembro de 1926.

A cadeia funciona em prédio adaptado.

Foi distrito municipal pela resolução n. 2, de 17 de setembro de 1937, e extinto pelo ato n. 6, de 21 de fevereiro de 1938, não chegando a funcionar. Restabelecido pela nova organização administrativa, é dirigido pelo sub-prfeito *Jacob Avelino Bezerra*.

De 1911 a 1917 existiu alí a sociedade "União Econômica" com base cooperativista, iniciativa de *João de Oliveira Correia*. Era seu diretor *José Gabriel Avelino*.

A povoação é limpa, e constituida de ruas bem dispostas.

Enfeitam-na promissora arborização de "ficus benjamin" e "papoula".

A Prefeitura, em 1938, denominou todas as ruas, da seguinte forma: *"São José"*, *"7 de setembro"*, *"Coronel Antônio Francisco"*, um dos primeiros povoadores e de reais serviços prestados à sua terra, *"Cadete José Avelino"*, *"Alféres José Bezerra"*, estes dois filhos do distrito que seguiram, como voluntários, para a guerra do Paraguai, *"Conceição"*, *"Ferreira Chaves"*, *"Santo Antônio"*, *"Capitão José da Penha"*, "9 *de junho*", data do nascimento do patrono da povoação, "13 *de maio*", *"praça do Mercado"* e *"Cabugí"*.

O decreto n. 603, de 31 de outubro de 1938, fixou as seguintes divisas inter-distritais:

Entre Afonso Bezerra e Angicos:

Começa nos limítes das fazendas *"Boqueirão"* (Afonso Bezerra) e *"Pedra Grande"* (Epitácio Pessôa), e segue, em linha réta, à *serra das Flores*, (Afon-

Labim/UFRN

so Bezerra), e daí, em linha réta, à margem do ric *"Pataxós"* ou de *Angicos,* limites com Santana do Matos.

Entre os distritos de Afonso Bezerra e Epitácio Pessôa:

Começa na linha norte, entre Angicos e Macau, segue, em direção sul, passando a leste da fazenda *"Barra"* (Afonso Bezerra), e daí, às divisas das fazendas *"Boqueirão"* (Afonso Bezerra) e *"Nicácio"* (Angicos).

As áreas urbana e suburbana foram assim delimitadas: (Lei 646, de 27 de dezembro de 1938).

Área urbana: Começa no marco n. 1, localizado no quintal (lado norte) da casa de propriedade dos herdeiros de José Mateus, segue a linha divisória em direção a leste, por detrás da rua Ferreira Chaves, até o marco n. 2, localizado no oitão leste da casa de propriedade do padre Julio Alves Bezerra, com 243 metros; daí, vai, em direção ao sul, até o marco n. 3, localizado no oitão oeste da casa de residência de Conceição Lopes, com 185 metros; daí em direção ao oeste, por detrás da rua "Cadete José Avelino", até o marco n. 4, localizado no lado sul do quintal da casa de residência e propriedade de José Gabriel Avelino, com 245 metros; e daí, em direção ao norte, por detrás da rua "Coronel Antônio Francisco", "Sete de Setembro" e "São José", até o marco n. 1, onde começou com 258 metros.

Área suburbana: Compreende uma faixa de terra com várias edificações, em torno da área urbana, com as seguintes larguras: ao norte, 300 metros; a leste, 300; ao sul, 200; e a oéste, 250 metros.

A população dedica-se especialmente à agricultura e à criação, contribuindo, com ponderavel contingente, para a importância econômica do município.

O comércio conta com várias casas de tecidos e cereais, atravessando situação lisongeira.

O distrito esconde uma riqueza ainda desconhecida. Em 1919, quando dos trabalhos da linha de ferro Lages-Macau, traçado posteriormente mudado, foi encontrada, pouco distante da povoação, uma pedra quasi branca, às vezes, com um creme acentuado, e outras vezes, branco-cinzento, facilmente recortavel. Um curioso, utilizando-a, fez uma escrivaninha.

Sob o aspecto educacional, Afonso Bezerra se destaca pelo amor que consagram os seus filhos à instrução.

Desde 1920 foi construido o prédio das *"Escolas Reunidas José Avelino"*. É um prédio de regulares proporções, mas, apesar disto, já se faz preciso um aumento, pois, não atende, com o conforto requerido, às necessidades.

Desde aquele ano, a começar do segundo semestre, têm passado por alí vários professores. Os primeiros nomeados foram *Manoel Januário da Costa* e *Maria Alina Bezerra,* esta última ensinando até 1924.

A Manoel Januário substituiu *Antônia Arlinda Barbosa,* em 1923, que foi sucedida por *Maria Licinia Barbosa,* em 1925 e 1926. De 1927 a 1930 ensinou *Ofélia Vanderlei*. Em abril de 1930 empossou-se *Ger-*

Labim/UFRN

sina Diniz Henrique, atual diretora. A professora *Elça Ferrer dos Santos,* nomeada em 1931, exerceu o cargo até o ano seguinte. De 1933 a 1935 ensinou *Isabel do Nascimento,* que, interinamente, foi substituida por *Catarina Xavier da Costa,* até 1935. *Francisca Alves de Oliveira* lecionou de 1937 a 1938, sendo substituida por *Antônia Diniz Henrique,* atual professora.

A matrícula do estabelecimento quasi sempre excede a 100 alunos.

Existem ainda várias escolas particulares, com crescida frequência.

O distrito de Afonso Bezerra é o único, no município, que não é servido pela Estrada de Ferro Central do Rio G. do Norte, embora seja tão fácil a sua ligação com Epitácio Pessôa.

Aspiração antiga de sua população é a construção de um poço tubular na séde do distrito, para fornecimento dágua à pobreza, impossibilitada, quasi sempre, de buscá-la em maior distância.

Afonso Bezerra tem na história política de Angicos vários aspectos interessantes. De lá saíram os nossos voluntários para a defesa da pátria, atacada pela loucura de Lopez; e um deles, regressando cheio de glórias, fez a sua vida partidária em nosso meio, chegando a postos de direção. Lá, nasceu *Afonso Bezerra,* seu patrono, vigorosa afirmação no cenário das letras, e cujo nome é sempre evocado num mixto de saudade e ternura.

Além desses, a quem a morte arrebatou tão cêdo, temos, alí e fóra do município, algumas figuras de

privilegiada inteligência, como *dr. Teodulo Avelino, Vicente Barbosa, José Gabriel, Bibiano Bezerra,* estes três últimos distribuidos, no borborinho da vida, em ramos diferentes daquele para o qual a sua vocação era prenuncio seguro de vitória.

O *monsenhor Julio Bezerra,* vigário de Assú, há muitos anos, respeitado pelas suas peregrinas virtudes e grande bondade, nasceu tambem em Afonso Bezerra, e constitue, com os nomes acima citados, uma das mais queridas honras da terra pequena, mas, habitada por povo ordeiro, bom e trabalhador.

Labim/UFRN

XX

O distrito de Fernando Pedroza. Como nasceu e como vive.

Dentre os distritos do município, o mais novo é *"Fernando Pedroza"*, cujo nome primitivo era *"São Romão"*.

A sua história, embora curta, está cheia de aspéctos interessantes, cujo registo pormenorizado não nos é possível fazer neste ligeiro apanhado.

Em 1920 partia a construção da estrada de rodagem Lages-Sant'Ana do Matos. No ano seguinte, resolução superior manda que se suspendam os serviços Santa Cruz-Sant'Ana, continuando-os em direção a Angicos.

São Romão era, a êsse tempo, uma extensa mata, propriedade de vários agricultores, entre os quais *Fernando Pedroza, Joaquim Firmino* e *Miguel Trindade*.

Ligado à estrada por interêsses comerciais, vinha *Antônio Teixeira da Rocha*, no intuito de instalar alí um barracão de fornecimento aos trabalhadores, e uma feira.

No dia 14 de agosto realizava a primeira feira, sob

latada construida em seis dias. Francisco Francelino e Casimiro iniciaram a construção de casas. O movimento era pouco. Mas, um ano depois já aumentára tanto, que, em março de 1922, suspensos os trabalhos da estrada, a feira não diminuiu, firmando-se, assim, pelo hábito, mais um ponto comercial dos moradores vizinhos.

Nesse ano a pequena latada já não comportava os feireiros. Aproveitando a derrubada da mata, feita por Miguel Rufino Pinheiro, até a fazenda *"São Joaquim"*, foi facil o levantamento de uma outra latada, com oitenta palmos de comprimento e trinta de largura.

Vê-se, deste modo, a importância da feira na vida histórica nordestina. Aqui, ela criou um povoado, mais tarde aumentado e próspero pela indústria e pela agricultura.

É impossível esquecer, fazendo-se história sincera e imparcial, três figuras que mais contribuiram para o desenvolvimento da povoação: *Antônio Teixeira da Rocha*, humilde comerciante, mas, indiscutivelmente, o animador da terra; *Fernando Pedroza*, hoje patrono do logar, com um busto em uma de suas melhores ruas, o rico industrial que jamais negou às iniciativas que visassem ao engrandecimento do povoado, o seu apoio irrestrito, e *Antônio Calmon Costa*, gerente da Usina *"São Joaquim"*, por algum tempo, e entusiasta batalhador pela mesma causa.

Os três, de posição social diferente, merecem, todavia, pela unanimidade do pensamento, pelo conjunto dos mesmos pontos de vista, as homenagens de todos quantos procuram vêr na história as dificuldades, os

sacrifícios e os transtornos que empreendimento de tal importância exige e representa.

Contra os que tentaram diminuir o seu ardor, êles opuseram a resistência segura de quem tem a certeza de que a justiça havia de chegar.

A construção da capela foi feita em 1923, sendo celebrada a primeira missa, dia do Natal, 25 de dezembro.

Agora, levantam-se as paredes de um novo templo, mais amplo e melhor, fruto do trabalho de várias comissões de pessôas residentes no logar.

A Escola Izolada é de 1925. Sua primeira professora foi *Maria Amarantina Vanderlei,* que ainda permaneceu em 1926. Em 1927 a Escola não funcionou. Voltou a funcionar em 1928, com *Maria Leonor Grilo.*

Em 1929 foi construida a Usina *"São Joaquim"*, de *Fernando Pedroza,* hoje da firma *João Câmara & Irmãos.* É impossível fixar, em dois traços, a influência desse centro industrial na vida do povoado. Comprando e beneficiando algodão, fabricando óleo, torta, pasta e outros produtos derivados da malvacea, agora sob a gerência de *Genesio Cabral de Macedo,* a Usina faz um trabalho de indiscutivel progresso, nucleando homens despertando o trabalho, movimentando a riqueza.

O telégrafo foi inaugurado em 1930. Dirige-o *José Horacio Filho.*

Em 1932 foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, tendo como agente *José Furtado de Menezes.* Nesse ano, deixou a Escola a professora *Maria Leonor Grilo,* sendo substituida por *Maria do Céo Ferreira.*

Na administração *José Nestor de Gouveia* foi iniciada a construção do Mercado Público. Os serviços tiveram começo em 22 de janeiro de 1935, e foram deixados em preto, como ainda hoje estão. Tem 45 metros de comprimento, por vinte de largura.

A Escola continuou a funcionar, com os professores *Zacarias de Araujo* e *Olindina de Araujo.*

A feira, em março de 1936, foi mudada para a segunda-feira.

Desse ano até 1938, ensinaram os professores *Álvaro Fragoso, Maria Plácida Fragoso, Palmira Oliveira* e *Maria Leonor Lima.*

A povoação possue 164 casas de tijolo, 72 de taipa e 19 de palha, 9 prédios públicos. Desde 1932, é iluminada a luz elétrica.

Na sua praça principal, desde 11 de setembro de 1938, eleva-se o busto de *Fernando Pedroza,* patrono da localidade, e alvo da gratidão desse povo que o viu ajudando a transformação de uma mata no trepidante povoado de hoje, centro comercial, núcleo de indústria, campo agrícola, vivendo e lutando para os triunfos do futuro.

O decreto n. 603, de 31 de outubro de 1938, marcou as seguintes divisas do distrito com a séde do município:

"Começa no ponto onde a estrada carroçavel de Sant'Ana do Matos a Angicos, corta o limite dos dois municípios, segue, em linha réta, para a ponte da Estrada de Ferro Central, sôbre o rio *"Patawós"*, ou de *"Angicos"*, e depois, em direção leste, à vila de Fernando Pedroza, compreendendo a respectiva área urbana

e suburbana; daí, pelo leito da Estrada de Ferro Central, até encontrar, a léste, o município de Lages".

As áreas urbana e suburbana estão, assim, delimitadas, pelo decreto n. 646, de 27 de dezembro de 1938:

Área urbana: "Começa no marco n. 1, localizado em terrenos pertencentes aos herdeiros de Fernando Gomes Pedroza, segue a linha divisória para léste, passando por detrá sdo Mercado Público, até o Córrego, (marco n. 2) com 175 metros; daí, pelo mesmo Córrego, em direção ao Sul, até o marco n. 3, localizado no encontro com a rua "Joaquim Firmino", com 235 metros; daí, por esta mesma rua, considerada toda área urbana, em direção a oéste, até o marco n. 4, localizado no início da referida rua, com 170 metros; e daí, em direção ao norte, até o marco n. 1, onde começou com 250 metros.

Área suburbana: Compreende uma faixa de terra, com várias edificações, em torno da área urbana, com as seguintes larguras: ao norte, 50 metros; a leste, 300; ao sul, até o rio "Pataxós", e a oéste, 200 metros".

Dentro desses limítes, vive um povo trabalhador, levanta-se uma riqueza, criando novos horizontes para o pequeno e movimentado povoado de *Fernando Pedroza*.

FORMAÇÃO LITERÁRIA

XXI

A educação em Angicos. Suas necessidades. Mestres do passado e do presente.

Conduzimos, através dos tempos, antiga tradição de amor às letras.

Nestor Lima regista êsse legado como uma das características do nosso povo (1).

Há mesmo a lenda, criada, embora, para fins pejorativos, de que, anos passados, raro era encontrar um habitante de Angicos sem um dicionário.

Essa tradição, que a realidade desmente, oferece, porém, uma idéia do nosso apreço ao estudo.

Todavia, dadas as condições precárias da nossa vida econômica, não podemos, até hoje, conseguir a instalação de estabelecimentos secundários, e até mesmo de um curso complementar no Grupo Escolar *"José Rufino"*, desejo que há muito a necessidade estimúla.

---

(1) *Municípios do Rio G. do Norte* — Rev. I. H. G., 1926-1927, pág. 40.

No tocante à instrução primária, porém, a nossa situação é das mais lisongeiras, e mesmo superior a alguns outros municípios do Estado.

Vem de pouco mais de um século a criação oficial da nossa primeira escola.

A 16 de junho de 1834 assumia o cargo de professor e secretário da Câmara *Vicente Ferreira Alvares*, nomeado sob o regimen da lei de 15 de outubro de 1827, que o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 pôs sem efeito.

Visava essa lei reformar os moldes sôbre os quais repousava, até então, a instrução primária, abolindo os castigos corporais, e estabelecendo, entre alunos e mestres, uma nova compreensão da disciplina.

Para a criação de uma aula, por aqueles dispositivos, necessário sería que fossem ouvidos todos os três poderes públicos, o *"provincial"* criando depois de consultar o *"municipal"*, e o *"central"* aprovando ou não essa resolução (2).

Tudo indica que os novos métodos não se introduziram em nosso meio. Logo sete anos depois a lei ficava sem efeito, e daquelas épocas a história só nos traz escolas com o signo tantas vezes amaldiçoado da palmatória...

Após um ano de sua instalação, a escola de Angicos acusou a matrícula de 35 alunos.

Vicente Alvares foi sucedido por *Francisco de Paula Rodrigues de Paiva*, nomeado sob o regimen da lei provincial de 8 de outubro de 1838, e efetivado, de

(2) *Um século de Ensino Primário* — N. Lima.

acôrdo com o que permitia a lei de 14 de junho de 1831, a 22 de março de 1838.

A sua aula, no primeiro ano, teve a matrícula de 20 alunos. Depois deles, vêm os seguintes:

Manoel Felipe Raposo da Câmara. Assumiu a 9 de abril de 1841, vindo de Mossoró.

José Alvares da Silva. Empossado a 20 de novembro de 1843.

Primo Feliciano Martir. Empossado a 13 de março de 1844, vindo da Escola Masculina de Natal. Segundo o relatório do presidente Vencesláo Belo, assinado por João Carlos Vanderlei, e desse tempo, a sua escola teve a matrícula, naquele ano, de 12 alunos.

José Graciano de Góis Lira. Empossado a 20 de dezembro de 1844, vindo de Arez.

Mateus da Rocha Bezerra. Removido para Macau a 14 de maio de 1858. Em 1850 já estava em Angicos, segundo a "Fala" do presidente dr. José Joaquim da Cunha, apresentada à Assembléa em 23 de julho de 1851.

Luiz Francisco Teixeira de Souza. Nomeado em 13 de junho de 1858, e empossado, no mesmo ano, a 19 de julho.

Liberato José das Mercês Paraíba;

José Irineu da Costa Pinheiro. Empossado a 26 de setembro de 1859.

Urbana Maria Teixeira de Souza. Nomeada a 28 de novembro de 1860.

Jesuino Jacson Pereira do Lago. Empossado a 25 de agosto de 1862.

Juvêncio Tassino Xavier de Menezes. Empossado a 14 de agosto de 1863.

Izabel Maria da Luz. Empossada a 25 de fevereiro de 1867.

Urbana Maria Teixeira de Souza, renomeada. Empossada a 4 de agosto de 1868.

Militana Emiliana Martins Coelho. Nomeada a 20 de outubro de 1871.

José Paulino Teixeira de Souza. Nomeado efetivo a 9 de setembro de 1872, e empossado a 24 do mesmo mês e ano.

Maria Inácia Alves de Souza. Nomeada a 14 de maio de 1873, e efetivada a 2 de maio de 1880.

Maria Irinéa da Costa Pinheiro. Nomeada a 20 de dezembro de 1880 e empossada a 31 de janeiro de 1881.

Francisco Xavier de Menezes. Nomeado a 6 de setembro de 1883.

Patrícia Amélia Ferreira Souto. Empossada a 11 de janeiro de 1886.

Vicente Ferreira da Costa Torres. Nomeado a 5 de novembro de 1886 e aposentado a 28 de fevereiro de 1893.

Após êste professor, vêm as *Escolas Izoladas "José Rufino"*, criadas pelo decreto 258, de 11 de dezembro de 1911, e inauguradas a 2 de março de 1912, passando a funcionar no prédio construido pela administração *Miguel Pinheiro de Vasconcelos*, onde hoje funciona a Usina de Luz Municipal.

Nesse estabelecimento, ensinaram os professores:

Zacarias Antônio de Araujo, (1912).
Patrícia Amélia Ferreira Souto, (1912-1917).
Melania Fernandes de Oliveira, (1917-1922).
Maria Olímpia da Câmara, (1919-1922).
Maria Oriane de Carvalho, (1923-1927).
Dioclecia Véras Bezerra, (1923-1927).

Criado o *Grupo Escolar "José Rufino"*, que funciona no prédio construido nas administrações *Francisco Pinheiro e Gonzaga Galvão*, com o auxílio do Governo Estadual *José Augusto*, e inaugurado a 25 de maio de 1927, ensinaram os professores:

1927 — *Dario Jordão de Andrade*, diretor. *Dioclecia Véras Bezerra Trindade* (a mesma de 1923, que adquiriu êste novo nome pelo casamento), e *Maria Oriane de Carvalho*.

1928 — *Sebastião Diniz Henrique*, diretor. *Eulalia Diniz* e *Dioclecia Véras Bezerra Trindade*.

1929 — *Zacarias Antônio de Araujo, Dioclecia Véras Bezerra Trindade* e *Laura Saraiva*.

1930 —*Dioclecia Véras Bezerra Trindade, Emília Fernandes* e *José Fernandes*.

1931 — *Dioclecia Véras Bezerra Trindade, Emília Fernandes* e *José Fernandes*.

1932 — *Dioclecia Véras Bezerra Trindade, Djanira Farias* (interina) e *Romilda Cavalcanti*.

1933 — *Josefa Sampaio, Romilda Cavalcanti* e *Dioclecia Véras Bezerra Trindade*.

1934 — *Maria Lidia Dias, Maria do Nascimento*

Trigueiro e *Djanira Farias*, êsta interinamente em substituição a Romilda Cavalcanti.

1935 — *Maria do Nascimento Trigueiro*, *Ester Alves de Melo* e *Izabel Maria do Nascimento*.

1936 — *Maria do Nascimento Trigueiro da Costa* (a mesma dos anos anteriores, que adquiriu novo nome pelo casamento), *Placida Fragoso* e *Izabel Maria do Nascimento*.

1937 — *Maria do Nascimento Trigueiro da Costa*, *Placida Fragoso* e *Izabel Maria do Nascimento*.

1938 — *Maria do Nascimento Trigueiro da Costa*, *Ester Alves de Melo* e *Izabel Maria do Nascimento*.

1939 — *Maria do Nascimento Trigueiro da Costa*, *Izabel Maria do Nascimento* e *Leonor Maciel*.

O Estado mantém, ainda, no município, três Escolas Reunidas, com 12 classes, nas vilas de *Afonso Bezerra*, *Epitácio Pessôa* e *Fernando Pedroza*, às quais nos reportámos minuciosamente nos capítulos referentes àqueles distritos, e uma Escola Izolada em *Canto Grande*.

O governo municipal sempre se interessou pela instrução primária, auxiliando, com a criação de escolas, a obra educacional do Estado.

Atualmente a Prefeitura mantém e subvenciona as escolas *"Dom Bosco"*, *"São Miguel"*, *"Bela Vista"*, *"Serra do Lombo"*, *"Juvencio Tassino"*, *"Barra Vermelha"*, *"Gurupá"*, *"Riacho da Onça"*, *"Serra Aguda"*, *"Trapiá"*, *"Bonfim"*, *"Tupá"*, *"Afonso Bezerra"*, *"São Pedro"*, *"Canto Branco"*, e *"São Felipe"*, distribuidas por diferentes pontos do município, com a matrícula total de 444 alunos.

Além destas, funcionam 5 escolas particulares, sem incluir a *"Escola Apostólica Cura d'Ars"*, mantida pela paróquia com o fim de preparar candidatos à carreira eclesiástica. Não é a primeira de iniciativa paroquial. Em 1922 existiu a aula paroquial de primeiras letras, *"São José"*, dirigida pela professora *Patricia Amelia Ferreira Souto*.

Imperdoavel sería esquecer os benefícios prestados, em mais de um ano, pela *"Sociedade dos Amigos da Escola"*, fundada em 15 de junho de 1929, e desaparecida em fins de 1930.

Sôbre essa agremiação teremos de fazer, quando falarmos da vida associativa angicana, comentários mais amplos, restringindo-nos, agora, ao registo do seu relevante trabalho na difusão do ensino primário.

Manteve a "S. A. E." os seguintes estabelecimentos gratuitos, para crianças e adultos:

Na vila: Escola Noturna *"José Augusto"*, com o seguinte corpo docente: Diretor — *Manoel Alves Filho*; professores: — *Baltasar da Costa Pereira*, *Vicente Ferreira Barbosa*, *Vanderlindem Germano*, *Francisco Ferreira Pinto* e *Romulo Vanderlei*. A matrícula subiu a 43, e a frequência a 31.

Em Carapébas, (hoje Afonso Bezerra): A Escola Noturna *"Juvenal Lamartine"*. Diretor — *Leão Xavier da Costa*; professores: *João Teonácio Bezerra*, *Juvino Teonácio Bezerra*, *Antônio Pedro Alves Filho*

e *Luiz Teonacio Bezerra*. Matrícula: 90 alunos. Frequência: 48.

Em Epitácio Pessôa: A Escola Noturna *"Gonzaga Galvão"*. Diretor — *Justino Xavier de Souza*; professores: *Diomedes Xavier da Costa, Luiz Moura Cabral, Casemiro Soarcs de Souza, Afonso Ligorio de Souza, Aurino Marinho* e *José Xavier de Menezes*. Matricula: 22. Frequência: 20.

Existiu sempre um problema na instrução primária de Angicos. Problema até agora insolúvel, porque envolve causas as mais diversas, ainda por ser estudadas pacientemente. É a matrícula do *Grupo Escolar "José Rufino"*.

Falemos com os números. Ano a ano, decresce a concorrencia àquele estabelecimento, instalado, como é de prevêr, nas condições melhormente permitidas pelo meio.

Eis a matrícula dos últimos seis anos:

1934	132	alunos
1935	119	"
1936	130	"
1937	133	"
1938	106	"
1939	104	"

É verdade que, em 1936 a matrícula foi maior do que em 1935, repetindo-se o fato em 1937, em relação

ao ano anterior. Mas, o que está evidente é que a sua tendência é baixar, mal grado essas ascensões ligadas a motivos eventuais, por certo.

O mal, porém, não é de hoje. Encontro no relatório do Presidente da Intendência, em 1922, esta referência:

> "Tenho observado que o ensino ministrado no Grupo Escolar não corresponde à expectativa geral. A frequência daquele estabelecimento de ensino é insignificante".

Enquanto tal fato se verifica na casa oficial de educação, a matrícula das escolas particulares cresce sem solução de continuidade.

Onde buscarmos motivos para isto?

Houve quem visse nessa preferência pelo ensino particular a adopção, ainda, dos castigos físicos e corporais.

Hoje, porém, já não se póde aceitar esta razão, pois, sabemos que, nas próprias aulas particulares, de muito desapareceram aqueles velhos métodos de disciplina.

Qual, pois, o motivo?

Inconveniência do horário? Falta de recursos? Métodos inaplicáveis?

São téses que despertam a curiosidade, e, mais ainda, devem acordar a competência pedagógica dos técnicos para que demos ao assunto uma solução urgente e proveitosa.

Afóra êste problema, há outro igualmente interessante: a criação do curso complementar.

Conhecidas são, por demais, as condições de pobreza do nosso povo. Difícil sería imaginar o sacrifício feito pelos pais sertanejos para enviar a Natal, quasi sempre, ou a Mossoró, dificilmente, os seus filhos que desejam continuar os estudos.

Ora, a existência, aqui, do curso complementar aboliria êsse sacrifício, pelo menos, durante dois anos, retendo os jovens no Grupo Escolar, e evitando que os responsáveis pela sua educação os sustentassem quando nessa preparação ao curso secundário, na capital, de vida mais cara e difícil.

Para êsses dois problemas chamamos a atenção dos poderes públicos.

Nos dias atuais a instrução primária já não satisfaz. É preciso ir-se mais longe. E o caminho natural é o curso complementar, por cuja criação nos devemos bater, com o ardor dispensados às causas justas e nobres.

E quem sabe si, com esta solução, não se resolverá o outro problema, aumentando a matrícula do Grupo, em todos os cursos, porque neles já se encontrarão maiores vantagens e êxito mais seguro?

Fruto dessas reflexões necessárias e proveitosas, é, sem dúvida, a construção do "Colégio Pe. Felix", já iniciada, movimento que congrega todas as classes sociais do município, tendo à frente o vigário da paróquia, Pe. Manoel Tavares de Araujo, e o apoio do governo local, dirigido pelo prefeito Baltasar Pereira.

No ano de 1941 terá logar possivelmente a instalação desse educandário, destinado a desempenhar, na vida social angicana, um grande papel de formação moral, cívica e inteletual.

Mirabeau Mello

XXII

Vida associativa — Imprensa

A atração da população sertaneja pela reunião social, foi sempre muito fraca e escassa.

Por muito tempo, vivemos como que dissociados do meio, e as nossas casas eram compartimentos estanques, sem um élo mais forte que as ligasse pela necessidade social.

A transformação desse hábito, vem se operando nesses últimos anos, e muito lentamente.

Daí, a nossa indiferênça pelos agrupamentos sociais, pela vida associativa.

A primeira associação que tivemos, segundo noticias que tenho, deixando de parte as agremiações religiosas e políticas, foi a dos *Escoteiros Angicanos.* Fundou-a o telegrafista *Orlando Ubirajara,* sob os auspicios da Intendência, em 1921.

Quando da concentração escotista de 7 de setembro de 1922 em Natal, para comemoração do centenário da Independência, foram os escoteiros de Angicos àquela cidade, tomando parte em todas as solenidades, pelo que receberam do *prof. Luiz Soares,* dinâmico

continuador da obra de *Henrique Castriciano,* os melhores elogíos.

Sucede-lhe pela ordem cronológica, a *"Sociedade dos Amigos da Escola"*, fundada, em 1929, por iniciativa do *prof. Francisco Véras Bezerra,* para combater o analfabetismo, nos moldes de associações congêneres de São Paulo.

Foi instalada a 15 de junho daquele ano, e reconhecida de utilidade pública, pela lei estadual n. 723, de 25 de outubro de 1929, recebendo da administração Gonzaga Galvão o mais decidido auxílio material e moral.

Constituiu um belo movimento de proveitos reais para a nossa vida cultural, e pena é que tenha sido tão efêmera a sua vida, desaparecendo em 1930.

Mantinha, na vila, a Escola Noturna *"José Augusto"*, além da *Biblioteca dos Amigos da Escola,* com um amplo salão de leitura, cerca de trezentos livros, e jornais de todos os pontos do país.

A sua diretoria era assim composta:: — Presidencia de honra: *Francisco Gonzaga Galvão* e *Sebastião Vieira Dantas,* respectivamente prefeito e presidente da Intendência. Administração: — Presidente: *Francisco Véras Bezerra;* Vice-Presidente: *Manoel Alves Filho;* Secretário: *Vicente Ferreira Barbosa;* adjunto de secretário: *Francisco Torres Péres;* Orador: *Romulo Vanderlei;* Adjunto de orador: *Francisco Pinto;* Tesoureiro: *Baltasar Pereira;* Adjunto de tesoureiro: *João Januário de Oliveira;* Bibliotecário: *Vanderlindem Germano;* Adjunto de bibliotecário: *Joaquim Bernardo de Menezes.*

Em Carapebas (hoje Afonso Bezerra), funcionava uma Sucursal que mantinha a Escola Noturna *"Juvenal Lamartine"*, e era dirigida por José Gabriel Avelino, presidente; João Batista Alves Bezerra, tesoureiro; e Leão Xavier da Costa, secretário.

Em Epitácio Pessôa mantinha outra sucursal, com a Escola *"Gonzaga Galvão"*, e dirigida por José Pereira da Silva, presidente; Luiz Felipe da Câmara, tesoureiro; e Justino Xavier de Souza, secretário.

Graça à ação dessa sociedade, circulou o primeiro jornal de Angicos, *"O Cabugí"*, assinalando-se pela evocação ao nosso passado.

A S. A. E. funcionou no prédio hoje da Usina de Luz, à rua Gonçalves Lêdo.

Tambem em 1929, existiu o *"Angicos Futebol Club"*, que realizou alguns jogos com os municípios vizinhos. Desapareceu em 1930.

Após o movimento revolucionário, caímos em grande letargia, da qual despertamos em 1936, com a fundação da *"União Recreativa Angicana"*, depois transformada em *"Sociedade Recreativa Angicana"*, á praça J. da Penha.

Visava desenvolver o mais possível as relações sociais, aproximando a população do município e das cidades vizinhas.

A sua instalação realizou-se a 15 de novembro de 1936, com a presença do Mons. João da Mata Paiva, presidente da Assembléa Legislativa no exercício do cargo de governador, engenheiro Gentil Ferreira, prefeito de Natal, deputado Pedro Matos, "leader" da

maioria na Assembléa Legislativa, outras autoridades e grande assistência.

No ato, falaram o orador-oficial Aluizio Alves, o vice-orador Clidenor de Oliveira Costa, e o deputado Pedro Matos.

Após, foi empossada esta diretoria: — *Presidente de honra*: Prefeito Baltasar Pereira; *Vice-Presidente*: Manoel Alves Filho; *Presidente efetivo*: dr. Francisco Calaça; *Vice-Presidente*: Francisco Torres Péres; 1.º *secretário*: Vicente Ferreira Barbosa; 2.º *secretário*: José Moura de Vasconcelos; *Orador*: Aluizio Alves; *Vice-orador*: Clidenor de Oliveira Costa; *Tesoureiro*: Vanderlindem Germano da Costa.

A S. R. A. deixou de existir em 1939.

Atualmente, funciona o *"Angicos Futebol Club"*, fundado em 1938, para incrementar o desenvolvimento físico da mocidade. Tem realizado encontros amistosos nos distritos e cidades vizinhas.

O primeiro jornal de Angicos foi *"O Cabugí"*, anuário, de ótima feição material e expressiva colaboração, que circulou em 1929 e 1930.

Devemo-lo ao *prof. Francisco Véras Bezerra*, seu diretor, auxiliado pelos srs. Zacarias de Araujo, Vicente Barbosa e José Gabriel, redatores; Francisco Torres Péres, secretário, e Vanderlindem Germano, gerente. No segundo ano de existência, que, aliás, foi o último, o redator Zacarias de Araujo deixou o cargo, que passou a ser exercido por Romulo Vanderlei.

Contendo oito páginas, cuidadosamente compostas e impressas nas oficinas do "Diário de Natal", na capital do Estado, e com amplo serviço de *clicherie*, *"O Cabugí"* marcou época no periodismo sertanejo. Foram nele publicados os nossos primeiros estudos históricos, da autoria de Véras Bezerra, e biográficos, de Zacarias de Araujo e Vicente Barbosa.

O seu primeiro número, do qual publicamos um *fac-simile*, apresentava o seguinte artigo editorial:

"Este é o primeiro jornal que se publica em Angicos. Quer dizer que, na imprensa angicana, somos os precursores. Esta circunstancia, todavia, não nos envaidece, porque fôra melhor pudessemos hoje proclamar a existencia de dezenas de jornaes na historia local.

O jornal, no sertão e alhures, é tão util e necessario quanto a escola. Esta serve a numero contado de discipulos, aquele ensina a centenas e milhares e vae aonde não alcança a palavra do mestre.

Ambos, escola e jornal, se completam com o livro, vertice de luz, manancial onde todos se abeberam.

Sobre os outros factores do aperfeiçoamento social, tem o jornal a vantagem da novidade e da oportunidade. Corre á margem da vida, de parelhas com o tempo, assignalando-lhe as occorrencias de variados matizes.

Angicos, berço de jornalistas da estatura de

Pedro Avelino e J. da Penha, tem em mui alta conta a finalidade do jornal.

O nosso apparecimento, rompendo difficuldades mil, explica essa comprehensão louvabilissima.

Apparecemos tarde, é bem certo, mas sempre apparecemos. E a demora justifica-se pelos embaraços de ordem material que sempre atuaram em sentido contrario ás aspirações das boas intelligencias da terra.

E ainda hoje não foram conjuradas essas dificuldades materiaes. Para que surgissemos houve mister batessemos ás officinas da capital.

Disso, ninguem se admire, porque o primeiro periodico que surgiu em Natal, por iniciativa do padre Francisco de Britto Guerra, em 1832, era impresso no Maranhão, depois no Ceará, e finalmente em Pernambuco. Com o decorrer dos tempos é que o *Natalense* teve officinas proprias.

Por esse caminho enveredou tambem O CABUGY, nome caprichosamente escolhido para o nosso cabeçalho.

"O Cabugy", cone de pedra, formosa elevação sertaneja, balisa como que a Natureza plantou em nossa terra, para arrastar para dentro as contribuições do progresso de fóra — O Cabugy é o nosso lema, é o nosso guia.

Na sua grandeza senhoril elle nos suggere o roteiro das nossas cogitações, que devem pairar sempre em alturas que lhe não desmereçam o nome.

Do tamanho do Cabugy é o nosso ideal, que não é de pedra, mas tão solido e tão firme como a estructura da nossa collossal montanha de granito.

Saudamos nesta alvorada da imprensa regional as distintas autoridades do Municipio e do Estado, a imprensa do interior e da capital, e particularmente a honrada e laboriosa população de Angicos, em cujas mãos depomos a semente do nosso ideal, para que não lhe falte o estimulo necessario á germinação e á vida".

"O Cabugí", desaparecendo em 1930, deixou, apenas, como contribuição à história, dois exemplares.

Em 1937, circulou *"O Clarim"*, de dimensões menores, mas disposto aos mesmos objetivos de defesa dos interêsses locais.

Propunha-se a circular mensalmente, e a sua redação era constituida de *Aluizio Alves*, diretor; *Clidenor de Oliveira*, redator, e *Eduardo Péres*, gerente.

Todavia, os mesmos embaraços materiais de que se queixavam os dirigentes de *"O Cabugy"*, angustiaram aos do *"O Clarim"*, que, apenas, circulou em março e abril de 1937.

Nisto, consistiu, até hoje, a nossa imprensa. Tentativa modesta, mas, que revela o amor à causa, e temos esperança de que êle, muito breve, se extravasse num órgão legítimo na defesa dos nossos ideais, e na vigília contínua ao nosso passado.

XXIII

FIGURAS LITERÁRIAS: Vicente Aires — Manoel Geminiano — Pedro Avelino — J. da Penha — Vicente Germano — Afonso Bezerra.

Não obstante a ausência de imprensa local e de associações culturais, Angicos conta, no seu passado, com algumas figuras de inteligência voltada às letras, umas vivendo e morrendo na angustia do meio, outras brilhando e se irradiando onde quer que os tenha levado o destino.

É preciso, assim, estabelecer, no estudo, mesmo superficial, da nossa história literária, três fases: uma dos poétas populares, escondidos na sua humildade e obrigados a torcer a vocação pelas necessidades vulgares da vida; outra dos que, pelo próprio esforço e audácia das investidas, conseguiram ostentar o brilho vitorioso do seu talento; e outra, ainda, dos que, mal nascidos aqui, poderam projetar-se diante do futuro como uma esperança de êxito seguro, e a quem a morte cortou o vôo logo ao desferir.

Dentro destas três telas, mal debuxadas, movem-se, entre alternativas de triunfo e de fracasso, os nomes obscuros de *Vicente Aires de Souza Monteiro, Manoel Geminiano Teixeira de Souza,* ou as figuras conhecidas e saudosas de *Pedro Celestino Avelino* e *José da Penha Alves de Souza,* sem que ofusquem, todavia, as esperanças de *Vicente Germano* e *Afonso Bezerra,* tão cêdo roubados ao nosso convívio.

Vejámo-los em ligeiros traços biográficos, para que melhor se aquilate de sua vida e de sua obra:

I

VICENTE AIRES DE SOUZA MONTEIRO

Para se compreender *Vicente Aires de Souza Monteiro,* e os seus humildes versos, jamais publicados, é preciso conhecer o sertão.

O dom faz o poéta. Mas, ninguem póde negar que o meio-ambiente auxilía poderosamente a sua inspiração, impelindo-o à vitória ou enterrando-o na obscuridade.

Daí, perderem-se muitas vocações, sem o estímulo da publicidade, sem o alicerce da cultura, diluidos na imensidão da terra desconhecida.

Êste foi o drama de Vicente Aires e Manoel Geminiano, relegados ao esquecimento pelo atraso da época, pela falta do jornal que os estimulasse na escalada suave do sentimento.

Vicente Aires viveu, lutou e morreu no Angicos dos meiados do século passado. Angicos-quasi-fazenda-de-criar, tímida esperança de progresso, desenhada, no tecto incerto do casarío humilde.

Nem por isso, deixou de ser um poéta, inspirado e talentoso, em quem a vocação supria a ignorância, que a escola primária da época não poude vencer.

Mas, perderam-se quasi todas as manifestações de sua inteligência, improvisadas na tristeza da vila quiéta, para o deleite íntimo e o aplauso caloroso de alguns amigos.

Êle mesmo quasi se perdeu. Hoje, as notícias a seu respeito são falhas, incompletas, e assim mesmo, só nos chegaram guardadas por um coração amigo e generoso.

O seu nome transpôs o tempo, apenas, através de documentos frios, por êle escritos como escrivão de 1834 a 1855, e como presidente da Câmara Municipal, na qualidade de vereador, de 1845 a 1848, em virtude da ausência do capitão Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, eleito para o quatriênio que o alferes Florêncio Octaviano concluiu.

Exerceu ambas as funções num período agitado da vida angicana, quando se debatiam, em campanha cerrada, os que a desejavam independente, e os que procuravam impedir a sua autonomia.

E fê-lo, dizem os documentos do tempo, com serenidade e paciência, sem contudo perder a energía nos momentos em que ela se fazia necessária.

Mas, Vicente Aires não era, propriamente, o homem público. Obrigaram-no a essa contingência, a necessidades de viver e a confiança dos conterrâneos.

Nele borbulhava inquieta a alma do poéta, en-

chendo as horas vasias com os versos toscos, e soltados a esmo, num esbanjamento que era o melhor atestado de sua visão soberana sobre a vida vulgar.

Os que abaixo se seguem, salvos do esquecimento graças à memória de André Trindade, foram tecidos num desses momentos de espiritualidade, quando um seu admirador deu-lhe o *Mote "Tudo se acaba no mundo..."*

Desvanecido, Vicente Aires, o pequeno criador, esqueceu, por um instante, a atividade rural, para acordar dentro d'alma o sentimento da poesia, sem os ademanes rigorosos da métrica e sem os grandes vôos audaciosos, mas com um sentido filosófico, proprio de quem sabe sentir e pensar.

Transcrevemos abaixo a sua resposta, numa homenagem póstuma à sua inteligência sepultada no olvido:

Mote

Tudo se acaba no mundo

1 — Quando alguem exercitando
Alto cargo e grande posto
Mostra carrancudo rosto
Aos pobres que o vão buscando,
Não pensa que Deus voltando
Tambem seu rosto iracundo
Diz a esse tolo imundo
Olha, vê, atende, louco
Que para ti daqui ha pouco
Tudo se acaba no mundo.

2 — Eu tambem da mesma sorte
Se obro soberbamente
Creio que Deus de repente
Sobre mim envia a morte
E cheio de um pavor forte
Pesaroso me confundo
Igual a outro moribundo
Avido vou dando fim,
Já cuido que para mim
Tudo se acaba no mundo.

3 — Não ha nada desejado
Como a funesta riqueza,
Fidalguia e gentileza
E contudo, tudo é nada
A joia mais desejada
O tesouro mais fecundo
Tudo é nada neste mundo
Tudo é cinza, pó e lodo
Acaba-se o mundo todo
Tudo se acaba no mundo.

4 — Aonde existe Salomão
Rei tão sabio e opulento
Já desceu de seu assento
E jaz debaixo do chão
Nem mais ossos haverão
De um monarca sem segundo,
Entendimento tão profundo
Outro igual não se vê,
Contudo acabou porque
Tudo se acaba no mundo.

5 — Seja homem grave ou vil,
Seja branco, seja nobre,
Seja rico, seja pobre,
Seja fraco ou varonil,
Seja medonho ou gentil,
Seja primeiro ou segundo,
Seja direito ou corcundo,
Seja Bispo seja Papa,
Seja o que for nada escapa,
Tudo se acaba no mundo.

6 — Se alguem te injuriar
Não te vingues, obra isto,
Perdoa por Jesus Cristo
E deixa o mundo falar...
Se alguem te avaliar
De grave ou vil no mundo
Diz a esse tolo imundo;
Meu eclitico com que estás?
Eu só quero o céo que o mais
Tudo se acaba no mundo.

Estas glosas, nas quais, apenas, alterei a ortografia, foram as únicas que, até agora, pude colher de Vicente Aires. Alegra-me, porém, ver que elas, por si sós, atestam o talento daquele meu conterrâneo esquecido, para quem ainda falta uma homenagem de justiça.

II

MANOEL GEMINIANO TEIXEIRA DE SOUZA

Manoel Geminiano Teixeira de Souza foi outro poeta humilde, em quem a poesia era menos rasgo de inteligência e mais alegria íntima, suprindo uma vocação infelizmente perdida.

Filho de *José Vitaliano Teixeira de Souza* e *d. Urbana Martins de Souza,* teve, apenas, as letras minguadas de uma escola rudimentar.

Nascido em 1848, em Angicos, viveu sempre na penumbra, entre os afazeres suaves de sacristão, e, por algumas vezes, promotor interino da capela.

Seu pai era influência política nas hostes conservadoras, dirigindo com aprumo e habilidade um grupo de amigos, fieis à sua política e ao monarquismo.

Temos razão de supôr que as tendências poéticas de Manoel Geminiano não agradavam à família. O seu irmão *José Paulino,* menos inteligente do que êle, conseguiu a cadeira de professor, em Assú, e teve projeção mais destacada no cenário do tempo.

Manoel Geminiano, moreno, baixo, barba fechada, feio, e míope, (e vem daí o apelido *Manoel Ceguinho* como muitos o tratavam) ficou na humildade, com os seus versos, iniciados aos dezoito anos, e recalcando as rebeldías de sua alma sonhadora.

Fez, durante toda a sua vida, três curtas viagens: uma a Santana do Matos, outra a Jardim de Angicos, e uma a Assú, esta última em visita ao irmão, e sua esposa *Ana Cândida da Costa Pinheiro.*

Quando casou, já ultrapassára os quarenta anos. E não deixou descendência de sua mulher, sua prima legítima, que tinha o lábio superior partido e a quem cheguei a conhecer.

Na inauguração do Telégrafo Nacional em Angicos, a 15 de setembro de 1881, depois de falarem os drs. José Moreira Brandão Castelo Branco, José Moreira Brandão Filho, e o encarregado da estação Leodegário Ferreira Coelho, Manoel Geminiano pediu a palavra, e em nome do povo, saudou o novo melhoramento. Discurso simples e desataviado como poderia ser, denotou, porém, o seu lindo talento.

A sua produção poética foi grande. Em 1884, disse-me *Bibiano Bezerra*, seu amigo e admirador, que passou uma semana escrevendo todos os versos num album, à medida que eram ditados pelo poéta. Infelizmente, até agora, não me foi possível encontrar êsse caderno, apesar das minhas constantes pesquisas.

Entretanto, transcrevo abaixo algumas dessas poesías, guardadas pela memória feliz daquele amigo, e nas quais poderemos verificar a simplicidade do seu éstro, condizente com a época e a sua ignorância, mas, e sobretudo, reveladora do seu talento, olvidado pelo ambiente, ainda incapaz de compreende-lo.

Em Assú, deram-lhe, para glosar, o mote *"meu anjo por teu respeito"*.

Assú, a cidade literária do Rio Grande do Norte, primava pelos poétas populares e talentosos, que distribuiam, com abundância, os seus gritos d'alma.

Manoel Geminiano, porém, não se perturbou nem se perdeu. Aceitando a oferta, assim a respondeu:

Mote

Meu anjo por teu respeito

Glosa

1 — Derribo fortes cadeias,
Quebro pesados grilhões,
Venço afamados leões,
Encaro lutas mais feias,
Derramo o sangue das veias,
Expondo, ás balas, o peito,
Contanto que seja eleito.
Na conquista do amor,
Morro sem sentir a dor
Meu anjo por teu respeito.

2 — Quem recúa ante o fuzil
Ou a lâmina da espada
E não morre por sua amada,
É ser covarde, é ser vil!
E tu que és anjo gentil
Com quem sonho em meu leito,
Vendo teu rosto perfeito
Ouvindo tua linguagem,
Luto com toda coragem
Meu anjo por teu respeito.

3 — Si eu tivesse um rival
Que me chamasse á batalha:
Não me intimida a metralha
Nem a ponta do punhal
E nesta peleja mortal

Nem mesmo a morte regeito,
Si para ganhar o pleito
For mistér perder a vida,
Eu a darei por perdida
Meu anjo por teu respeito.

4 — Meu anjo, em tua defeza
Eu brigarei com valor,
Porque tens o resplendor
Da mais sublime beleza,
Si me tiveres firmeza
Teremos gosto perfeito:
Eu a tudo me sugeito
Só para te ver feliz,
Farei o que nunca fiz
Meu anjo por teu respeito.

Além desta, improvisada com inefável felicidade, há outras poesías interessantes de sua lavra, que vou transcrever, para tirá-las do ineditismo a que até hoje estiveram sepultadas.

Eis um diálogo entre um lavrador prejudicado por um pássaro, e êste cioso dos seus direitos de dono das campinas:

O cajaca e o lavrador

— Que fazes, oh lavrador
Que estás tão fatigado?
— Estou plantando sementes
Para arrancares, malvado!

— Eis-me aqui meu lavrador
Para fazer a empreza,
Pois que procurar a vida
Não acho ser safadeza...

— Dizei-me infame cajaca,
Dizei-me, pérfido, ruim
Porque não te alimentas
Da semente do capim?

— A semente do capim
Esta tenho reservado
Para quando se acabar
A lavoura do roçado.

— Miseravel passarinho
Tenho p'ra quem trabalhar
E é uma dívida sagrada
Que eu preciso pagar.

— Espera meu lavrador,
Eu quero pequena parte;
Meu consumo é muito pouco
Só quero o quanto me farte.

— O lindo passaro canario
Que côr, que cântico excelente,
E tú, malvado, até nas penas
Tens uma côr diferente!

— A côr eu fico calado,
Ele bonito e eu feio
Quanto ao cântico, isto não!
Tambem tenho o meu gorgeio.

— Tão pequeno e malfasejo
De quem não precisa o mundo
Até nos irracionais
Se encontra vagabundo!

— Basta senhor lavrador
Até aqui eu cheguei
Mas as suas ameaças
Eu vou dar parte ao meu rei.

— Vocês tambem têm um rei
Onde é este reinado?
— E onde já vistes nação
Que não tenha seu Estado?!

— Pólvora, chumbo e espingarda
Tudo isto eu já comprei
Para acabar com você
E o malvado do seu rei!

Transcrevo, ainda, a seguir, outros versos de Manoel Geminiano, porque salientam outra feição de sua inteligência, saindo da simplicidade da poesia acima publicada, para considerações mais profundas, em que se denota certo sentido filosófico:

O genio

O genio é grande, a idéia é forte,
Nem mesmo a morte lhe embarga o passo,
Quando na lousa se encerra o homem
Deixa em seu nome luminoso traço.

O genio ergue-se á mansão dos céos,
Colhe os troféos e sobre o mundo espalha,
E em seus vôos de sublime idéia
Tem por estrela imortal medalha.

É pois o genio que nos dá alento
E os pensamentos caminhando vão,
Visando sempre a idéia santa
Que o genio planta na inspiração.

Genio p'ras artes que a indústria encerra,
Genio p'ra guerra que nos faz herói,
Genio p'ras letras civilizando o mundo,
Genio fecundo que nada o destrói.

Ah! quantos jazem na funérea campa
Onde se encerra o que n'alma expande
Quantos na vida, no mágico proscenio
Que foi o genio que o fez ser grande!

Outras produções de Manoel Geminiano poderia transcrever aqui, si não fôssem demasiadamente longas.

Aguardo-me, porém, para outra oportunidade, quando procurar reviver, dos dias passados, muitos

desses perdulários da inteligência, que a ignorância não permitiu que se projetassem à glória.

O que acima ficou, porém, serve para um juizo do que foi êsse poéta anônimo, irmão do sofrimento e da humildade, que só sabía gritar através dessas estrofes sem métrica, mas, cheias de sentimento e poesía.

III

PEDRO AVELINO

Quando se fizer a história sincera do jornalismo potiguar, com as suas lutas e os seus homens, haverá para *Pedro Celestino da Costa Avelino* uma auréola de glória.

Nascido em Angicos, a 19 de maio de 1861, entre as paredes humildes de um lar pobre, soube êle conquistar, pelo vigor da inteligência, uma posição definida e triunfante nos círculos literários brasileiros.

Nunca a riqueza lhe bafejou a vida. Seus pais, *Vicente da Costa Avelino,* e *d. Ana Bezerra Avelino,* viveram dos parcos subsídios da advocacia provisionada, ou das magras rendas dum cartório sertanejo.

Pedro Avelino compreendeu, bem cêdo, que não podia encerrar o seu talento na estreiteza da vila quiéta, deitada ao sol quente do nordeste, sem preocupações e sem lutas.

Com 18 anos de idade partiu para o Recife onde colocou-se no comércio. De 1879 a 1884 viveu na capital pernambucana, misturando as ocupações do balcão ingrato, com as delícias que os livros lhe proporcionavam.

Em 1885 volveu ao Rio Grande do Norte.

Começa, então, a sua carreira literária. E espalha as chamas candentes de uma pena brilhante em artigos magistrais, comentários dos fatos políticos da época, discussões sôbre problemas econômicos e sociológicos.

De 1892 a 1894 redige, sósinho, *"O Caixeiro"*, hebdomadário republicano. Escreve do cabeçalho ao pé da coluna, traduz telegramas, faz notícias, e para tudo nunca falta a palavra oportuna. O programa é ilimitado. *"O Caixeiro" não é órgão de caixeiros, nem mesmo o órgão do comércio. "Aspira a mais dilatados horizontes na arena jornalistica"*, diz o primeiro número. E *"A República"*, noticiando a sua circulação, escreve: *"É sério, sem tristeza, altivo, sem insolência"*.

Êsse jornal, se marcou a sua influência na política do Estado, acenando-lhe com o futuro auspicioso, não o realizou. A vida política de *Pedro Avelino* foi, toda ela cheia de espinhos, entre campanhas sem conta e derrotas amargas, culpa, talvez, do seu temperamento impetuoso e arredio das acomodações.

Mesmo assim, chegou, ainda, a desfrutar uma situação de destaque, integrando, em 1898, a redação da "A República", a voz da mais alta e prestigiosa corrente partidária do Estado, juntamente com Alberto Maranhão, Juvenal Lamartine e Manoel Dantas, os dois primeiros, alteados, depois, à direção do Rio Grande do Norte .

Deixou "A República", a 4 de setembro de 1901, para dirigir "A Gazeta do Comércio". Foi o seu rom-

pimento com Pedro Velho, e que assinalaria, na existência pontilhada de sofrimentos, maiores amarguras, sem que, todavia, diminuisse o seu ardor combativo. A tão graves proporções chegou essa campanha, que, na noite de 18 para 19 de fevereiro, eram destruidas as oficinas do jornal oposicionista, palavra diária e corajosa contra a política do governo.

Resolveu, então, *Pedro Avelino* fixar residência no Rio de Janeiro. Demorando em Recife, dirigiu "O Pernambuco, e fundou "A Pátria". No Rio, com Alfredo Varela, redatoriou o "Comércio do Brasil", fundando, depois, "O Correio do Brasil", jornal variado e brilhante ao qual deu o melhor do seu talento.

Colaborou, ainda, na capital da República, em todos os grandes jornais da época, notadamente, no "O Paiz", "A Imprensa", "A Epoca", "Correio do Norte", "A Tarde" e "A Razão".

Em contacto com os mais prestigiosos vultos do momento político, foi nomeado, em 1912, prefeito do Acre, cargo que desempenhou por algum tempo.

Na chamada campanha da "Salvação", em que se pretendeu derrubar as correntes políticas mais tradicionais da política nacional, esteve ao lado de José da Penha, no Rio Grande do Norte, combatendo, sem canseiras, o governo Alberto Maranhão.

Derrotados nessa luta, volveu ao Rio de Janeiro, onde exerceu as funções de tesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, lugar em que a morte o encontrou.

Em 1920 veio rever a terra maternal. Tinha esperanças de restaurar a saúde em Angicos. Realmente,

melhorou. Voltando ao Rio, faleceu à meia-noite do dia 20 *de julho de* 1923, deixando viuva *d. Maria das Neves Alves Avelino,* com cinco filhos: *Georgino Avelino,* jornalista carioca; *Vicente Avelino,* dedicado à diplomacia, autor de *"Ideario",* livro publicado em Paris; *Maria Albertina Leite,* esposa do Dr. Leite Junior; *Isolina Avelino Waldvogel,* esposa do Dr. Luiz Waldvogel; e *Camilo Avelino.*

Com êle, findou-se uma das maiores vocações literárias do Estado. Malgrado se lhe apontem defeitos políticos, o seu nome deve constituir uma glória para a nossa terra, porque, além de tudo, relembra um homem que, pelo seu próprio esforço, conseguiu vencer nos torneios da inteligência, resumindo num estilo brilhante de mestre, as aspirações, os gritos, as paixões de nossa gente, fazendo-as queridas pelos que sabíam vêr, através de tudo, a clareza de uma inteligência maravilhosa e a dutilidade de uma pena inesquecivel.

V

JOSÉ DA PENHA

De quantos, aqui nascidos, projetaram-se fóra, nos combates da inteligência e da admiração pública, nenhum excedeu a *José da Penha Alves de Souza,* filho de *José Francisco Alves de Souza* e *Maria Inácia Alves de Souza.*

Nascido a 13 de maio de 1875, quando se desenrolava em todo o país a luta pacífica pela emancipação dos escravos, teria de ser, mais tarde, por uma coin-

cidência curiosa, o reflexo dessa época, pelo seu temperamento arrebatado e pela sua coragem jamais negada.

Por isso, sentiu-se atraído pela carreira militar, e para seguí-la apresentou-se ao Exército a 2 de agosto de 1890, apenas, com 15 anos de idade.

A sua carreira foi rápida. A 3 de novembro de 1894 era promovido a alféres. Estudando, foi primeiro tenente a 27 de agosto de 1908, e mais tarde, tambem por estudos, capitão, posto em que serviu desde 2 de agosto de 1911 até a sua morte. Fez o curso de três armas, pelo regulamento de 1898, e deixou, inapagaveis, vários estudos sobre a vida militar, e seus problemas.

Espírito muito alto pelo vigor de um raro talento, tantas vezes desabrochado na tribuna, era natural que se interessasse pela coletividade política, especialmente quando as crises partidárias da época provocavam conflitos de consequências lamentaveis.

Servindo em Fortaleza, onde depois consorciou-se com *d. Altina Alves de Souza,* testemunhou muitos desses casos políticos, e, muitas vezes, sua alma confrangeu-se diante das cenas de barbaridade a que eram levados os homens pelos caprichos e ódios partidários.

Após um comício de crianças, promovido pela oposição ao governo Acioli, em que a polícia fez alguns disparos, ferindo vários dos presentes, foi para a imprensa, e com destemor, medindo já tudo que lhe poderia acontecer, prejudicando a carreira e a vida, lavrou, em artigos candentes, o seu protesto de militar e brasileiro, terminando por advertir ao oficialismo

que *"nada mais escorregadío do que um sólo encharcado de sangue"*.

Isto bastou para que as iras governistas se dirigissem contra êle. E, pouco depois, processado e preso, marchou para a Fortaleza do Brun, em Pernambuco.

Recolhido, viu forjarem os seus perseguidores todas as peças do processo, mas, não desesperou. Rebateu a tudo com sobranceria, com valentia moral e com fé.

Sua esposa, aterrorizada diante dos fatos, preferiu a morte.

Diante da tragédia, *José da Penha,* em carta aos amigos, datada de 13 *de janeiro de* 1905, ainda diz, corajoso e invencível:

> "Agora cavado está mais um abismo, insondavel como o destino da alma, a cujos restos êlle serviu de catacumba.
>
> Tenho condenadas as fibras do coração ás derradeiras torturas do sentimento.
>
> Escrevo de uma prizão, d'onde vi sahir, ha três dias, para o campo santo, o cadaver da minha esposa.
>
> Ligaram á fatalidade de sua morte as vilanias de uma perversidade e os excessos de uma competencia legal cuja censura me veda fazel-a a disciplina de minha classe.

E adeante:

> Com o desmoronar de minha familia, não cahi no chão de joelhos; de pé recebi o golpe; de pé

farei a resistencia, enquanto não me parecerem de bôa inspiração, prudenciar e subterfugir em vez de pelejar descoberto. Até lá, sentirei como C. Barata, que ainda na prisão *rangia os dentes, em desafio aos tyranos mais potentes"*.

Dois meses depois, o Conselho de Guerra absolvia o *alféres José da Penha,* que, retemperado no sofrimento e na bravura, voltava para a luta que ainda havia de levá-lo ao túmulo.

Não descansou um instante. A imprensa do tempo está cheia de sua colaboração brilhante, afóra os livros que publicou, e dos quais conhecemos alguns: *Pela Defesa Nacional* — 1900; *Aerostação Militar* — tradução, 1901; *Pela Pátria e pelo Exército* — 1902; *O Espiritismo e os Sábios* — 1903; A *Salinesia* (satira) 1904; *Manual Militar* — 1909, mandado imprimir pelo governo Hermes da Fonseca.

Em 1911 chefiou a campanha contra o governo Alberto Maranhão, neste Estado. Arregimentou correligionários, foi para a imprensa e para a praça pública, e, em palavras de fogo, apostrofou o governo, protestou contra os atos que julgava injustos, prometendo ao povo mais justiça e mais ordem.

José da Penha teria feito muito se não fosse seu candidato a governador do Estado um filho do Presidente da República, elemento extranho à terra, e por isso mesmo, antipático às simpatías populares. Êle próprio, *José da Penha,* teria obtido muito mais segura solidariedade, do que êsse delegado da política federal.

Derrotado, porém, depois de uma luta tremenda, com tiroteios, prisões e perseguição tenaz, ficaram desse tempo, para a história política de nossa terra, o seu desassombro invejável, a vibração de sua palavra candente.

Em Angicos, falando aos conterrâneos e correligionários, recordou a sua meninice, a infância despreocupada dos bons brinquedos, para terminar, ao olhar um grupo de pedras, com essa promessa realmente corajosa: *"Meu coração tem a dureza daquelas pedras. E com êste rochedo de carne hei de esmagar a oligarquia dominante"*.

Mal sabía êle, que o seu fim estava próximo.

Voltando ao Ceará, onde fôra eleito deputado estadual, teve de enfrentar a sedição do Joazeiro, defendendo o seu colega e amigo *cel. Franco Rabelo*.

Na tribuna da Assembléa a sua voz diária quasi, verberava a revolução jagunça, e, apertada esta, deixou o exercício do mandato, para, à frente de uma companhia da polícia, defender a legalidade ameaçada.

Dias e noites resistiu ao ataque inimigo. A sua presença nas trincheiras era quasi uma certeza de vitória.

Mas, o seu destino foi outro. Na tarde de 21 *de fevereiro de* 1913, saiu a cavalo em inspeção pelas redondezas. Aí, uma bala traiçoeira o matou.

Debalde, os seus comandados esperaram pelo *Chefe*. Encontraram, mais tarde, depois de uma busca aflita, o seu cadaver.

Ruiram, de repente, todas as esperanças. Transmitida para a cidade a notícia fatal, logo cessaram os

A saúde precária, porém, não lhe deixou correr muito para o triunfo. Traiu em meio à jornada, cercando-lhe a vida de espinhos, na hora em que devia começar a colheita das flores.

Proximo à morte, diz-me a sua viuva, perante o *padre Julio Bezerra,* conterrâneo e amigo, abjura a maçonaria, da qual era gráu trinta e três, para fazer jús aos sacramentos da Igreja.

Confessa-se, recebe a extrema-unção e expira, com a melancolía de um sonhador ferido no mais profundo sono.

VI

AFONSO BEZERRA

Belo talento literário foi *Afonso Ligório Bezerra,* filho de *João Batista Alves Bezerra* e *d. Maria Monteiro Bezerra.*

Nasceu na antiga povoação de *Carapébas,* que hoje tem o seu nome, a 9 de junho de 1907, e faleceu, em Natal, a 8 de março de 1930, às 8 horas sepultando-se às 16.

Vida curta, mas, bem vivida, pela influência moral de que se impregnou, no culto das melhores virtudes cristãs.

Aprendeu as primeiras letras com *Vicente Barbosa* e *João Correia.*

Em 1923 ingressou no Colégio "São Antônio", então sob direção diocesana, e naquele estabelecimento fez todo o curso secundário, sempre estudioso e brilhante.

Ascendeu, em 1928, à Faculdade de Direito de Recife, e quando morreu ia cursar o seu terceiro ano. Uma nota que não deve ser esquecida é que, logo no 2.° ano, preparou toda a matéria de Direito Comercial da série seguinte, prova do seu acendrado amor ao estudo.

As suas tendências literárias foram demonstradas desde a infância. Aos doze anos, enviou para uma revista carioca um conto sertanejo, que, publicado, mereceu os melhores encômios.

Colaborou assiduamente no *"Diário de Natal"* e n'*"A República"*, de Natal, e n'*"A Tribuna"* de Recife, algumas vezes escondido sob os pseudônimos de *Lauro* e *Alipio Serpa.*

Toda a sua obra literária, digna, aliás, de ser enfeixada num volume, versou sobre a defesa dos ideais cristãos e sobre a vida sertaneja.

Foi, assim, um belo reflexo de sua vida.

Nascido em pleno sertão, sentindo, com alma de sertanejo, os dramas silenciosos da terra, perscrutando as angústias de sua gente, não poderia deixar de ser um enamorado constante desse assunto, que transpôs, num estílo límpido, para contos vivos de realidade, de perfume, de amor.

Não erraríamos, talvez, vendo no seu estílo literário, a influência de Afonso Arinos, com poemas cheios de espinhos, de sêde, de fome, de miséria, e de flores e alegrias tambem, num retrato, tanto quanto possível fiel da terra torturada do nordeste.

A outra face dos seus escritos-defesa dos ideais cristãos, — representa uma valiosa contribuição ao tra-

balho apostólico da corrente católica que Jackson de Figueiredo despertou para os combates da Cruz.

São comentários sérios, brilhantes, ardentes de apologética, de ataque cerrado aos costumes paganizados da sociedade moderna.

Toda a sua atividade intelectual refletiu, assim, a bela trajetória de sua vida, em linha réta, sem sinuosidades, sem desvios, sem abatimentos doentíos, revelando, a toda hora, uma alma de gladiador valente e puro, formada na escola santa da Igreja.

Tenho esperança de, quando possível, reunir a sua extensa e valiosa produção literária num volume que possa livrá-la do esquecimento.

Aí, procurarei, mais minuciosamente, estudar o autor e a obra, de cujo valor dei, apenas, uma idéia ligeira compativel mesmo com a finalidade deste trabalho.

Nesta página, mais de saudade, quis, assim, recordá-lo como algumas vezes o vi, sempre carinhoso, vivo e inteligente, preparando para a sua terra a glória imorredoira do seu nome.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

XXIV

Aspectos geográficos do município.

O município de Angicos, situado na zona intermediária das serras e do litoral, tem as seguintes coordenadas geográficas:

Longitude W. Gr. 36º, 35', 30"
Latitude sul 5º, 39', 30"
Altitude 96, 979

Êstes dados foram colhidos, os primeiros sobre o Mapa Rodoviário e de Açudagem da Paraíba e do Rio Grande do Norte, organizado em 1938, pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, e o último, nas notas da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

Êles, por si sós, não explicam, todavia, o aspecto geográfico do município. Forçosa se faz ligeira consideração sobre o conjunto dos elementos que propriamente formam e identificam a geografia da região, especialmente a flora.

Constituimos, sem dúvida, um dos mais curiosos grupos florísticos brasileiros, apesar de bem reduzido.

Vale, entretanto, pelo seu caráter acentuadamente tropical, além de outras condições características que não cabem aqui.

Nos terrenos caatingosos, que se extendem por grande parte do nosso território, abundantes de argila, encontramos o angico (*piptadenia colubrina*), o mulungú (*erythrina velutina*), o joazeiro (*zeziphus cearensis*), a catingueira (*cesalpinea bracteosa*), a aroeira (*schinus sp*), duas qualidades de jurema — branca e preta — (*mimosaceas*), o pereiro (*aspidosperma pyrifolium*), a emburana (*burseria leptophlocos*), o camará (*torresia ccarensis*), dois tipos de mofumbo (*c. lanceolatum* e *c. leprosum*), e algumas outras.

Nos sopés das serras e serrotes, além de algumas acima indicadas, destacam-se o pau darco (*tecoma violacea*), o cedro, (*cedrola odorata*), o páu branco (*amxemma ouco calye*) e, especialmente, a carnaubeira (*copernicia cerifera*), tão decantada e tão querida pelas múltiplas vantagens industriais que oferece.

Nos terrenos pedregosos, conhecidos por taboleiros, e que ocupam zona consideravel, espraiam-se cactáceas e bromeliáceas, empregadas com muito resultado na alimentação do gado. Dentre elas, distinguem-se: os mandacurús (*careus jaramacarú*), o xique-xique (*cactuas peruvianus*), a macambira (*eucholirium spectabile*), a corôa de frade (*echinotactus sp.*) do mesmo modo que se alastram indefinidamente, o capim panasco (*agrostis stolonifera*), o capim mimoso (*manisurus polystchya*), pé de galinha e outros.

É preciso, desde logo, ressalvar, porém, a enorme diferença constatada nesse cíclo florístico, na quadra

bonançosa do inverno e no período calamitoso das sêcas.

Não sabemos de outra região que se transmude tão radicalmente à falta de chuvas, quanto o Nordeste.

Bastam as primeiras chuvas, caídas, às vezes, com violência quasi diluviana, para que se renove a folhagem, e se cubram de relvas verdejantes os campos desnudados.

Fugindo, porém, a benéfica ação invernosa, desgalham-se as árvores, secam as lagoas e os riachos, torturados pelo sol impiedoso.

Afóra o joazeiro, único que resiste à tormenta, toda flora nordestina está na dependência imediata e definitiva da humidade, sem a qual se retorce, se angústia para morrer queimada e murcha.

Terra abundante de luz, e terra pobre de humidade.

Nesses pontos que se chocam e se contrastam, estão as características essenciais da região nordestina, e no equilíbrio dos seus efeitos residem as nossas riquezas, muito embora se acredite que a luz, mesmo assim intensa e excessiva, inflúa no odor das flores sertanejas, no sabor dos frutos, e até, como assinala Cristóvam Dantas (1), na curiosidade admirável do nosso homem.

A essa instabilidade climatérica, envolvendo três agentes poderosos: *humidade, vento* e *calor*, — se alía a própria natureza do sólo, entre nós muito baixo,

(1) "*A lavoura sêca no Rio Grande do Norte*".

raramente empinando-se na desenvoltura acanhada de um serrote.

Solucione-se o problema das sêcas, e, então, multiplicar-se-á a nossa riqueza, dentro de um panorama mais animador, porque sempre verdejante na cópa das nossas árvores e no tapete macío das nossas relvas.

XXV

Limites do município — Clima — População.

Fixamos alguns aspectos geográficos da terra. Adiante, estudaremos os seus principais acidentes. Falta aqui, estabelece-la dentro dos seus limítes para com os municípios vizinhos.

Antes de tudo, porém, é preciso salientar que a extensão do nosso território atual não é a mesma das leis primitivas.

Até o advento da República, as nossas fronteiras se iam fincar nas terras ferteis do Ceará-Mirim. A criação do município de Jardim de Angicos, posteriormente mudado para Lages, diminuiu, em muito, essas linhas, originando-se daí uma discordância constante entre êste município e o recem-criado, que sómente a última divisão territorial viria a resolver.

A controversia alongou-se anos a fóra, chamando à discussão técnicos e interessados, não só uma vez. Não vale a pena recordar os detalhes da questão. Já resolvida, consideramo-la assunto morto para as nossas cogitações.

Do mesmo modo, aconteceu com o município de Currais-Novos que, por algum tempo, já se limitou com o nosso, na povoação de Recanto.

Tudo, porém, foi resolvido pela recente divisão territorial do Estado, no decreto n. 603, de 31 de outubro de 1938, que passou a vigorar a 1.º de janeiro de 1939.

Por essa lei, os nossos limítes estão fixados assim:

1 — *Com o município de Macau*:

Por uma linha réta, a começar da margem direita do Rio Assú, em direção ao lugar *"Taboleiro Alto"*; daí, seguirá, em rumo leste, à fazenda *Canafistula*, inclusive, e daí, ao *Poço Fagundes*, na Estação Experimental da Serra Verde.

2 — *Com o município de Lages*:

Por uma linha réta, que partindo do *Poço Fagundes*, na Estação Experimental de Serra Verde, segue ao *Cabeço Pelado*, na *serra do Lombo*, e daí, por outra linha réta, ao *Cabugizinho*, de Lages, e daí, tambem, em linha réta, ao centro dos *Massapês Pretos*.

3 — *Com o município de Santana do Matos*:

A partir de um ponto ao centro dos *Massapês Pretos*, segue uma linha réta à serra do *"Rodeador"*; daí, à serra do *Castelo*, ou *Nazaré*; desta, aos travessões das fazendas *Conceição*, exclusive, e *Areosa*, inclusive; daí, pelo divisor das águas do riacho *Pichoré* e do rio de *Angicos*, ou dos *Pataxós*, até a fazenda *Barra*, inclusive, na foz daquele riacho sobre êste rio; daí, segue a linha para as divisas da fazenda *Santa Maria*, inclusive, e desta, ao povoado *Canto Grande*, inclusive, até a margem direita do rio Assú.

4 — *Com o município de Assú*.

Pelo curso do rio Assú, abaixo, desde a confrontação com a povoação de *Canto Grande*, inclusive, até ao ponto em que começa a linha que vai para o lugar *Taboleiro Alto de onde principiou*.

Clima: O clima de Angicos, desde muito tempo, é considerado como um dos melhores do Estado. É sêco e quente, sendo, por isso mesmo, distinguido como sanatório de tuberculose. O desemb. Antônio Soares, dr. Nestor Lima e quantos mais se tenham preocupado com o assunto, registam essa virtude, à qual podemos acrescentar algumas observações.

Não cabe aqui a explanação do tema. Mas, constrangidos, temos a tristeza de dizer que a percentagem da tuberculose no município vem sempre aumentando, quando até alguns anos passados, saíam daqui, curados das infecções pulmonares, inúmeros doentes. A temperatura varía de 26º no inverno e 36º no verão, sem que se anotem mudanças bruscas.

População: Os cálculos sobre a população do município, varíam de autor a autor. Em 1894 o *cônego Francisco Severiano* dá 10.000 o número de habitantes, com 460 batizados, 10 casamentos e 15 óbitos. Em 1895 dá 10.400 habitantes, com 488 batizados, 26 casamentos e 12 óbitos. Um ano depois, 10.800 habitantes, 530 batizados, 18 casamentos e 13 óbitos. Em 1897, 11.200 habitantes, 530 batizados, 29 casamentos e 19 óbitos. Em 1898, 11.400 habitantes, 530 batizados, 26 casamentos e 15 óbitos. Em 1899, 11.800 habitantes, 530 batizados, 28 casamentos e 21 óbitos. Em 1900, 12.200 habitantes, 667 batizados, 27 casamentos e 24 óbitos. Aqui, há uma discordância. *Francisco Pinheiro,* em seu relatório, de 1922, dá para 1900, 4.271 habitantes. Com quem está a razão? Por sua vez, o *Anuário Brasileiro de Estatística,* dá no período 1907-1912, a seguinte população para o município: 1907, 4.023 habitantes; 1908, 4.013; 1909, 4.186; 1910, 4.269; 1911, 4.355; 1912, 5.539. Oito anos depois, em 1920, *Francisco Pinheiro* regista uma população de 12.313 habitantes. E quasi vinte anos após, no corrente ano, as publicações oficiais registam 18.866.

Áreas urbana e suburbana da cidade: No ato n. 14, de 23 de maio de 1938, o prefeito Baltasar Pereira, fixou as áreas urbana e suburbana da cidade, do seguinte modo:

"A *área urbana da cidade de Angicos* tem a configuração de um polígono irregular, delimitando-se do

seguinte modo: A partir do marco ao Norte, com o rumo de 75' S E, até encontrar o 2.° marco, numa extensão de 235 metros; do 2.° marco com o rumo de 3' S E, até encontrar o 3.° marco, numa extensão de 225 metros; do 3.° marco com o rumo de 3' S E, até encontrar o 4.° marco, numa extensão de 106 metros; do 4.° marco com rumo de 18' S W, até encontrar o 5.° marco, numa extensão de 164 metros; do 5.° marco com o rumo de 38' S W, até alcançar o 6.° marco, numa extensão de 140 metros; do 6.° marco com o rumo de 62' N W, até encontrar o 7.° marco, numa extensão de 133 metros; do 7.° marco com o rumo de 13' NW, até encontrar o 8.° marco, numa extensão de 277 metros; do 8' marco com o rumo de 4' 20 N E, até fechar o perímetro no marco ao Norte, que serve de ponto de partida, numa extensão de 315 metros".

"A *área suburbana* tem a seguinte delimitação: Ao Sul, até 100 metros além do eixo da Central; a L. o riacho da *Cachoeira,* até a foz do rio *Pataxó;* ao N. o rio *Pataxó* até a foz do riacho *Apodí;* a O. o riacho *Apodí* até a foz do riacho *Olho dágua,* marginando êste até encontrar o eixo da Estrada de Ferro Central, no ponto onde está localizado o sangradouro do Açude Público".

XXVI

Principais acidentes geográficos.

Em seu valioso trabalho sobre Angicos, já tantas vezes citado, no decorrer destas notas, Nestor Lima enumera os principais acidentes geográficos do município. A êle tivemos de recorrer, mais de uma vez, especialmente porque, dos seus apontamentos sobre a nossa história, a parte geográfica é a mais completa e mais segura.

Não temos rios de grande importância, e muito menos perenes, mas, aproveitando palavras transcritas por Tavares de Lira — (*Chorographia do Rio Grande do Norte*, pág. 19) — "simples escoadouros de águas pluviaes", coberto de areia fina e alva, e cujas várzeas, oferecem a sua humidade para as plantações das *vazantes* sempres prósperas.

Enumeremo-los:

Rio "Pataxós" ou *"Angicos"*, tambem conhecido por "Patachoca". Curso de 20 léguas. Foz no lugar Cuó, do rio *Assú*. Nasce de um olho dágua da *Pedra*

Branca e de outro da *Pedra Preta*, nos massapês da *serra de Santa Rosa*. No município de Angicos, começa na fazenda *S. Vicente*, banhando, pela esquerda, a vila de *Fernando Pedroza, Ipoeira Funda, São José, Algodões, S. Gonçalo, S. Francisco, Favela*, até chegar à cidade, onde passa a banhar as fazendas *Santo Amaro, Maxinaré, Santa Rita, Tapajoz, Pataxó, Bom Principio, Pedra Branca;* pela margem direita, até penetrar o município, banha *S. Joaquim, S. Miguel, Varzinha, Coração de Jesus, Fazenda Nova, Santo Antônio, Espírito Santo, São Bento, Gurupá, Jatobá, Bonfim, Passagem, Mutambeira, Poço Comprido* e *Barra*, extremando aí com o município de Santana do Matos.

Rio Salgado, ou Amargoso. Curso de 21 léguas. Nasce nos massapês de *Santa Rosa*, desce de sul a norte, atravessa todo o município, passa nas fazendas *Cacimba de Cima, Pelo Sinal, Situação, Santa Cruz, Barra da Cruz, Pajeú, Poço Salgado, Cachoeira, Santa Luzia, Boqueirão, Barrocas, Pedra-grande, Poço de Teles, Curralinho*, onde se encontra, pela direita, com o Rio das Almas, e percorre *Umarí, Afonso Bezerra, Jacuman*, (aqui, pela esquerda, desemboca o rio Salgadinho) *Joazeiro, Barro Vermelho*, (barra do rio Gaspar Lopes), *Canafistula*, entrando aí no município de Macau. Passa, então, por *Mulungú, Agua Nova, Várzea Cercada e Amargoso*, cujo nome guarda até fazer barra no braço mais oriental do *rio Assú*.

Rio das Ipoeiras. Curso de 10 léguas. Nasce nos serrotes de *Santa Maria*, corre de sueste a nordeste, para desembocar no *rio de Angicos*, pela margem direita, confrontando a fazenda *São José*, depois de

banhar as fazendas *Bela Vista, S. Miguel, Triunfo, Pereiros, Cajueiros, Paraiso* e *Itamaratí*.

Rio Gaspar Lopes. Curso de 10 léguas. Afluente importante do *Rio Salgado*. Nasce em *Malhada de Boi* (Serra do Lombo) e vai fazer barra em *Barro Vermelho*, depois de banhar, de nascente a poente, a princípio com o nome de *José Soares*, as fazendas *Campos Alegres, Arabias, Garrancho, S. Paulo, Gaspar Lopes, S. Pedro, Estribo, Barra, Cantinhos*, e *Cura*.

Rio das Almas (ou Bento Ferreira). Nasce nas quebradas da *Serra Queimadas*, e faz barra em *Curralinho, no Rio Salgado*, banhando *Bom Sucesso, Conceição, Belo Monte, Feijão, Almas, Cupim, Nicacio, Espinheiro* e *Duas Bocas*.

Rio Salgadinho. Nasce nas campinas de *Bela Vista*, entre as fazendas *S. Miguel e Pajeú* e faz barra no *Rio Salgado*, no logar *Jacuman*, do distrito de *Afonso Bezerra*. Banha as fazendas *Salgadinho, Oiticicas, Curral dos Padres, Selada*.

Rio Serra Aguda. Curso de 6 léguas. Afluente do rio *Gaspar Lopes*. Nasce na serra do Lombo, neste município, e banha *Aguadinhas, Páu de Leite, Boa Vista, Poço Doce, Bentinhos, Serra Aguda, Santa Rita, Logradouro, Catingueira, Alto das Ameixas*, e *São Pedro*. Faz barra em *São Pedro*, no rio *Gaspar Lopes*.

Rio Farias. Curso de 5 léguas. Nasce nos *Cabeços Fechados de Manoel Leão*, e banha *Maritacaca, Situação, Farias, Manoel Jorge*, entrando, à direita, acima do sitio *Santa Luzia*, no *Rio Salgado*.

Rio Canivete. Curso de 15 léguas. Banha várias fazendas, e vai desaguar no *Arapuá*.

O *Rio Assú*, o mais importante do Estado, banha a fronteira ocidental do município pelas fazendas *Arapuá, Malheiro, C. Grande, Taboleiro Alto, Estreito, Ponciano, Tabatinga, Alto Alegre, Alto do Rodrigues, Bamburral, Independência, Morro, Pedrinhas* (antigamente Morro do cel. Jerônimo), e *Porto do Carão*, indo desaguar no Atlântico.

RIACHOS

Riachos, no sertão, são rios pequenos, cobertos de uma areia mais grossa e pedregosa.

Temos:

Mulungú. Nasce na fazenda *Salgadinho*, atravessa várias fazendas, e faz barra no *rio de Angicos*, em *Cruxatú*.

Do Olho Dágua. Nasce em *Cabugizinho*, passa em *Quixabeirinha* e desagua no *Farias*.

Do Cabugí. Nasce na pequena serra de *Pelo Sinal*, passa nos socalvos do *Cabugí*, entra no rio *Farias*, depois de receber o riacho *Manoel Felix*, no local *Manoel Jorge*, banhando nesse percurso várias fazendas.

Do Manoel Felix, formado no *Cabugizinho*. Passa em *Quixabeirinha*, entra no local *Farias*, do qual leva o nome para formar o *Rio Farias*, até desaguar no *Rio Salgado*.

Do Meio, que se forma na *Malhada da Onça*, fazendo barra no *Rio Gaspar Lopes*, onde entra, pela esquerda, no sitio do mesmo nome.

Do Azeredo, de cuja serra tirou o nome, e que

vai entrar no *Rio Gaspar Lopes*, à esquerda da fazenda *Arabias*, depois de banhar vários terrenos salitrosos.

Da Sombra. Curso de uma légua. Forma-se no Riacho *da Prata*, ao norte, fazendo barra, à esquerda, no *Rio Angicos*, em *Pataxó*.

Do Sabiá. Nasce das grutas do riacho *da Prata*, vindo entrar em *Pataxó*, à esquerda do *rio Angicos*.

Da Besta Morta. Nasce no Riacho da *Prata*, para fazer barra no rio *Angicos*, à esquerda, no sitio *Jatobá*.

De Manoel Rodrigues. Nasce no Riacho *da Prata*, fazendo barra no *rio Angicos*, pela esquerda, no local *Maxiniré*.

Volta. Forma-se na *Serra das Flores*, no logar conhecido por *Taboleiro dos Porcos*. O seu curso excede a 6 léguas, para fazer barra, à direita do rio de *Angicos*, no sitio *Bom-fim*.

Retiro. Curso de três quilômetros. Nasce nos taboleiros da *Malhada do Serrote*, e entra, pelo sitio *Jatobá*, à direita no *Rio Angicos*.

Acenon. Curso de 4 léguas. Nasce na *Serra das Flores*, transpõe São Pedro, e entra no *Rio Angicos*, pela direita, no sitio *Espírito Santo*.

Milhã. Curso de 3 léguas. Nasce perto das nascenças do rio *Salgado*, entra no rio *Angicos*, no sitio *S. Francisco*, depois de banhar, à margem direita, *S. Felipe*.

Cachoeiras. Curso de 3 léguas. Nasce nos serrotes de *Fernando Pedroza*, e vem fazer barra no *Rio Angicos*, 50 metros ao leste da cidade.

Da Roça. Curso de uma légua. Nasce nos grotões do *Pires*, e entra no Rio *Angicos*, à esquerda, pelo local *Pedra Branca*.

Mulungú, (2). Forma-se perto da lagoa do *Pires*, e no local *Passagem* faz barra no *Rio Angicos*.

Favela. Curso de uma légua. Nasce nos taboleiros da *Ponta-Grande*, na *Barra*, entra no *Rio Angicos*, à direita.

Canivete. Nasce em *Pichoré*, e desagua no rio *do Meio*, ou *Angicos*, no poço do *Arapuá*, do município de *Santana do Matos*. Banha *S. José, Trapiá, Boa Esperança*, à esquerda, e à direita, *Arco-Iris* e *Canivete*.

O *Rio Canivete*, tem os seguintes afluentes:

Tapéra. Curso de 15 quilômetros.

Timão. Curso de uma légua.

S. Romão. Curso de duas léguas.

Pedro Barbosa. Curso de 15 quilômetros.

Jaburú. Curso de 9 quilômetros.

Araujo. Curso de uma légua.

Canivetinho. Curso de 10 quilômetros.

Pedra Preta. Curso de 8 quilômetros.

Serrote Vermelho. Curso de 16 quilômetros.

Baltazar. Nasce no serrote do *Jaburú*, e despeja do *rio do Meio* ao qual corre paralelo.

Da Prata. Curso de 4 léguas. Forma-se no serrote de *Jaburú*, passa à dierita do sitio *Riacho da Prata, Arco-Iris*, para fazer barra no *Rio do Meio*, no sitio *Sombra*.

Camará. Curso de 15 quilômetros.

Poço da Carauba. Curso de 15 quilômetros.

Salitrado. Curso de 2 léguas.

Cirino. Curso de 2 léguas.

Apodí. Curso de 6 quilômetros. Banha a cidade, ao oéste.

Catinguinha. Curso de 6 quilômetros.

Rocha. Curso de 2 léguas.

Serrotes Brancos. Curso de 9 quilômetros.

Coleira. Curso de 7 quilômetros.

Madeira. Curso de 9 quilômetros.

Pires. Curso de 12 quilômetros.

Sabonete. Curso de 2 léguas.

Bom Sucesso. Curso de 15 quilômetros.

Marco. Curso de 2 léguas.

Ubaieira. Curso de 15 quilômetros.

Pau D'Arco. Curso de 7 quilômetros.

Cipó (1). Curso de 13 quilômetros.

Barra. Curso de 2 léguas.

Salitre. Curso de 4 léguas.

Capim Grosso. Curso de 3 léguas.

Maracujá. Curso de 3 léguas, constituindo todos os afluentes do *Rio Angicos*, ou *do Meio*, ou, ainda, *Pataxó*.

O *Rio das Ipoeiras* tem outros afluentes:

Serrote Redondo. Curso de 5 léguas.

Cipó (2). Curso de 8 quilômetros.

Pereiros. Curso de 9 quilômetros.

LAGOAS

A lagoa, entre nós, é qualquer quantidade dágua cercada de terra, oriunda das precipitações pluviométricas, que enchem rios, riachos e as depressões do terreno.

Temos muito poucas, e sem grande importância. Quasi que não são piscosas, e servem, apenas, para bebida de animais, e modificação do nosso clima.

Ei-las:

Lagoa Grande, com 350 metros de largura.

Arara, com 240 x 130 metros.

Tição, com 240 x 130 metros.

Tabúa, com 350 x 240 metros.

Das Flores, com 280 x 200 metros.

Nova, com 280 x 200 metros.

Jaburú, com 280 x 160 metros.

Da Milhã, com 230 x 150 metros.

Da Onça.

Das Pedras.

De S. Francisco.

De Fóra.

Dos Porcos.

Do Barro.

Das Marrecas.

Da Ilha.

Do Umarí.

OLHOS DÁGUA

Fontes naturais dágua, entre nós, todas pequenas:

No Riacho *Apodí*, ao oéste da cidade, e na distância, talvez, não excedente a 100 metros, há duas fontes, numa das quais, antigamente cercada de angicos frondosos, o município foi buscar o nome.

Olho dágua Verde, em terra dos herdeiros de

Francisco Xavier da Costa, ao leste da cidade. Aí fica tambem o *Poço Verde,* que, juntamente com a *Gangorra,* constitúe um dos mais apreciados banhos da cidade, na época invernosa.

Do Cabugí, fonte perene, salvação de imensos rebanhos nas sêcas de 1791 a 1793. Nasce na grande elevação desse nome.

Do Capim, na fazenda antiga de Fabrício Pedroza, a 8 léguas de *Epitácio Pessôa*. É, sem dúvida, a mais importante, dentre todas as fontes naturais angicanas.

AÇUDES

Registrando os traços da vida econômica do município, tive de me referir, ligeiramente, à açudagem entre nós.

Via-a pequena e insuficiente, defeitos que sou constrangido a confirmar agora.

O número pouco excede a duas dezenas, e quasi todos êles, pela sua reduzida extensão e profundidade, têm ação muito restrita no suprimento das necessidades locais.

Particulares, podemos acentuar os das fazendas: *São Joaquim, S. Miguel, Santa Cruz, Tupá, Caruarú, Trapiá, Canta-Galo, Livramento, São Francisco* e *Canivete* (3), além de outros.

Construidos, e pertencentes ao governo, há dois: um na *cidade,* e outro no distrito de *Epitácio Pessôa*.

O de *Angicos,* distancia-se cerca de 300 metros da praça principal da cidade. Foi construido, em 1859, sob a orientação do tenente-coronel Miguel Francisco da Costa Machado e José Pedro Xavier da Costa, nomeados pelo presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira, de acôrdo com as leis de 24 e 31 de agosto de 1858. Reconstruido em 1875, arrombou 21 anos depois, em 1894. Refeito após alguns anos, sofreu aumento na sua parede em 1920, e no seu sangradouro em 1931.

O de *Epitácio Pessôa,* inaugurado a 30 de outubro de 1938, foi construido pela Inspetoría de Obras Contra as Secas e pelo Estado.

A sua capacidade é de 600 mil metros cúbicos. Barragem de terra, com 425 metros de comprimento, por 10 de altura maxima. Volume de terra da barragem, 29 mil metros cúbicos. Largura na base, 42 metros, com o coroamento de 3 metros. Sangradouro, 25 metros de largura, em roda.

Custou 121:000$000, divididos em quotas iguais entre a Inspetoría e o Estado. Sua construção foi feita por empreitada, no praso de 90 dias.

OROGRAFÍA

A nossa orografía é pobre. Destaca-se dentre todas as serras e serrotes, a elevação altaneira do *Cabugí,* tantas vezes, salientada em estudos geográficos, como decantada em páginas literárias.

Está situada a léste da cidade, de onde se distancía cerca de 6 léguas. É a mais alta do Rio Grande do Norte, formando-se arredondada, com 18 quilômetros de circunferência, que se alongam cada vez mais para morrer em lindas quebradas. Do centro, parte um

pico afunilado, de forma quasi regular, com 800 metros no ponto mais alto, que, por si, forma uma de cerca de 50 metros.

Nas suas encostas, de todos os lados, desenvolve-se densa mataría, constituida de árvores frutíferas e madeira de construção. Tem fonte de água potavel.

Nestor Lima, falando de sua beleza, escreve:

"No inverno de 1921, pude observar o curioso fenômeno das nuvens, cheias de humidade, cortarem o pico do *Cabugí,* de modo a ser visto além das nuvens baixas.

O acesso não é muito fácil; mas, é possível; alguns engenheiros da Central foram até lá. Dizem mesmo que, anos atrás, foi montado alí um poste e uma bandeira que os ventos derribaram.

No tempo da guerra européa, correu um boato de que, no alto do *Cabugí,* fôra colocado um posto de telegrafía sem fios para se comunicarem os alemães residentes no Estado com os navios ou submarinos dessa nacionalidade, que passassem ao longo da costa. A averiguação das autoridades locais desmentiu o boato, que alarmou o então Capitão do Porto, comte. Emanuel Braga.

O pico do *Cabugí* é tambem divisado do alto-mar pelos pescadores das nossas costas que fazem dele o seu rumo durante o dia.

É um belo panorama o que se aprecía das cercanías desse pináculo, verdadeira obra prima da nossa orografía.

Não é cultivado; mas, serve para os gados malharem as suas gigantescas quebradas".

Afóra o *Cabugí,* há a salientar as seguintes serras:

Dos *Garranchos,* com imensas árvores.

Do *Rio Salgado,* pequena cordilheira de 3 léguas de extensão.

Do *Caracará,* formando um pico de difícil acesso.

Do *Lopes,* à margem do *Canivete,* ao sul da cidade, e bem pequena.

Da *Volta,* ao norte da cidade, prestando-se à agricultura. Tem uma chapada de 9 quilômetros, rumo do Atlântico.

Das *Queimadas,* ao norte da cidade.

Do *Azeredo,* tambem ao norte da cidade.

Das *Flores,* à margem esquerda do rio *Salgado,* com 10 quilômetros de circunferência.

Do *Lombo,* arenosa e prestavel à agricultura, dividindo o município com o de *Lages,* à leste. Desenvolve-se alí, de há poucos anos, uma grande agricultura algodoeira, graças à construção de sete poços tubulares.

Aguda, com alguns grotões, e de acesso muito difícil.

Do *Rio das Ipoeiras,* três grandes montes isolados, cobertos de vegetação rala, à margem esquerda do rio, oferecendo bela perspectiva.

Santa Rosa, limíte do município com o de Lages, e ponto onde se formam vários cursos dágua, como os rios *Ceará-Mirim, Salgado,* etc.

Serrotes, há os seguintes:

Pataxós, à margem esquerda do rio, em cujo despenhadeiro cascateiam as águas correntes, graças a variados tanques de pedra, formados naturalmente, e que retêm água em regulares proporções, produzindo peixes.

Pedra Branca, à margem esquerda do *rio de Angicos,* formando em seu leito alguns tanques que jamais secaram, mesmo nas mais terríveis crises climatéricas.

São Romão, ao sul da cidade.

Jatobá, ao oéste da cidade, à margem esquerda do *rio de Angicos*.

Dos *Saguins,* a leste da cidade, no *Rio das Ipoeiras*. Em algumas de suas furnas, escondiam-se, no tempo da escravatura, os escravos fugidos.

Redondo, de pequenas dimensões.

Chapéu do Padre, cujo nome vem da grande semelhança da pedra mais alta com êste objeto de uso pessoal dos sacerdotes.

Santa Cruz, dois à margem esquerda do *rio Salgado,* e um à direita. Muito semelhantes. O último fica defrontando com a fazenda *Santa Cruz,* do cel. Luiz Pinheiro, e tem um som metálico, de onde lhe adveio a denominação de *Pedra do Sino*.

Jaburú, pequeno, sobre uma imensa lage, nas proximidades da cidade.

Pedro Barbosa, ao sul da cidade, formando uma baixa cordilheira.

Das Pinturas, na fazenda *Canta-Galo,* de propriedade dos herdeiros do cel. João Alexandre Alves de Souza. O nome vem de algumas pinturas neles desenhadas. Por muito tempo, pensou-se ser obra do holandês, no seu domínio no Rio Grande do Norte. Hoje, ninguem póde pensar nesta hipótese, de vez que os flamengos jamais alcançaram estas terras.

Serrotes Brancos, perto da cidade, com alguns tanques de pedra que enchem na estação invernosa, conservando a água por algum tempo.

Êstes, os principais acidentes geográficos de Angicos, no que tóca à hidrografía e orografía. A simples citação de quasi todos êles, independendo de estudo circunstanciado, bastará para verificarmos a nossa pobreza no assunto, da qual sómente nos salva o vulto soberano do Cabugí.

XXVII

Função do gado na economia norte-riograndense. Apontamentos topográficos do ciclo criador. Progresso e decadência da pecuária.

A influência exercida pelo gado na história econômica do Rio Grande do Norte, durante os regimens colonial e monárquico, foi a maior de quantas se conhecem.

Explica-se êsse fato por várias e determinadas causas, entre as quais não deve ser esquecida a do modo por que foi colonizada a capitanía.

Os primeiros povoadores não demandaram o interior. O litoral satisfazia-os. Nele ergueram-se os engenhos de açúcar, e lavraram-se a cana e os cereais.

O sertão, com as suas grosseiras características topográficas, foi, ainda, e por muito tempo, propriedade do incola bravío.

Depois, à busca de ouro e de índios, desceram as *entradas* e *bandeiras* paulistas. Atravessaram as

caatingas, transpuseram as matas, perlongaram os taboleiros, chegando até à planície amazônica.

Feita essa travessía cheia de perigos e audácia, é que se lhes desperta o amor à terra desvendada com sacrifício e luta. O sangue, muitas vezes derramado pela flécha certeira do índio, atraía, por certo, os valentes conquistadores.

Dá-se, então, e muito lentamente, a fixação. O *São Francisco* é o centro de dispersão, para vários sentidos, dos donos de sesmarias, ou seus vaqueiros, tangendo o gado assustadiço.

Aí é que se espalha o povoamento nordestino, vencendo a resistência orgulhosa das serras, da sêca e da fome.

Por que a preferência do gado, como meio de conquista?

Ensina *Capistrano de Abreu*: (1)

— O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade;

— Dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas, sem as quais as fornalhas não podiam laborar;

— pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valía, num país de população rala;

— quasi abolia capitais, capital fixo e ambulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; e

(1) *Capitulos da História Colonial*, pág...

— fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e aos outros bichos da terra e água, usados na marinha.

E, sobrepujando todas essas causas, o fator *tempo*, pois sabemos que a maior parte do Rio Grande do Norte foi colonizada na *época do couro*, descrita pelo mesmo autor, nestas palavras precisas:

> "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar agua, o mocó ou o alforge para carregar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavallo, a peia para prende-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no matto, os banguês para cortume ou para apurar sal; o material de aterro era levado em carros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com o seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz". (*Capitulos da Historia Colonial*, pag...)

Ademais, o solo era propício à indústria.

Distribuida em quatro zonas características, a terra riograndense, ainda virgem da ação agrícola e pastoril, em sua quasi totalidade, oferecia as melhores perspectivas ao desenvolvimento da pecuária.

O litoral, aliás a zona mais pobre em forragens, não era de todo imprestavel, com algumas ramas e cactáceas; no agreste, entremeiado de extensos taboleiros, brotavam a mangabeira (*hancornia speciosa*) o

o camboim (*eugenia arenata*), o araçazeiro (*psendo carpa*), o cajueiro bravo e manso (*anacardium occid*), além de outros; a zona das serras com o pau darco (*tecoma violacea*), e o pau branco (*amxemma oncocalyx*), o cedro (*cedrela odorata*), o angico (*piptadenia colubrina*), e a zona sertaneja, a mais rica no inverno e a mais pobre na estiagem, onde abundavam o capim panasco (*agrostis stonifera*), o capim de planta (*panicum spectabile*), o capim mimoso (*manisura polystchya*), o pé de galinha (*panincum sanguinale*), a jurema preta (*mimosa nigra*), o pereiro (*aspidosperma pyrifolium*), a emburana (*burseria leptophlocos*), o joazeiro (*zyzyphus cearensis*), o mulungú (*erythrina velutina*), o mofumbo (*tanto o c. leprosum como o c. lanceolatum*), além das excelentes forragens de xique-xique (*cactuas peruvianus*), mandacurú (*cereus jaramacarú*), a macambira (*eucholirium spectabile*), a cabeça de frade (*echinotactus sp*) e mais uma infinidade que sería impossível transcrever na angústia de uma página.

Além dessas condições, havia ainda a considerar o clima, por demais saudavel, e que, só nas grandes estiagens, poderia prejudicar a criação.

Em relação ao meridiano no Rio de Janeiro, diz Cristóvam Dantas (1), o território do Estado está situado aos 4°54' de latitude SE; 4°22' e 8°18' de longitude E., não baixando a temperatura além de 14° C, pois, conserva a média anual de 27°.

(1) *"A Lavoura Seca no Rio Grande do Norte"*.

Assim, o calor, a humidade, os ventos, numa ação conjunta, beneficiaríam a pecuária, predispondo o gado a uma maior fecundidade e mais segura resistência ao combate de elementos extranhos.

Intensificou-se, deste modo, o florescimento da pastorícia, entre nós, chegando a constituir, quasi por si só, e em largo espaço de tempo, rendas da Capitanía e da Província.

Era, por assim dizer, o apogeu da criação. O gado, fonte inexaurivel de riqueza, multiplicando-se e multiplicando a terra. Os campos distendiam-se, os currais se espalhavam, e o gado subordinava toda a economia do Rio Grande do Norte.

Essa situação de evidente prosperidade decairía, porém, tempos depois.

As secas de 1777 e 1778 dizimaram a metade da criação. E o restante, ou foi conduzido para terras de pastos sobreviventes, ou teve de servir à indústria da carne seca, montada na povoação de "Oficinas", município do Assú. Para se avaliar a importância dessa fundação, basta saber que, até 11 de maio de 1789 quando foi extinta pelo capitão-general de Pernambuco, ela exportou para aquela capitanía "a carga de 14 barcos, equivalente, segundo Nunes Pereira (1), a 28.000 rezes.

Desde então, nunca mais a pecuária volveu, entre nós, à primitiva importância.

As afamadas feiras das boiadas, de tão benéficas consequências para a economia e o meio social nordes-

(1) *"A indústria pastoril no Rio Grande do Norte"*.

tinos, pouco a pouco, perderam o seu valor comercial, hoje totalmente extinto.

Em 1920, a criação do Estado estava reduzida a 773.862 cabeças de bovinos, equinos, assininos, muares, ovinos, caprinos e suinos, pelo Recenseamento da Delegacia da Indústria Pastoril, ou a 891.658 cabeças, pelo Censo de Agricultura.

Verdadeira qualquer dessas estatisticas o que indica, de maneira irretorquivel, é a depressão sensível na criação, antes centro de toda a vida econômica potiguar.

Para essa quéda brusca, aliaram-se secas e doenças, e essa conjugação marca a decadência que, por alguns anos, angustiou as finanças pública e particular de nossa terra.

Dela, só nos livraríamos, como realmente nos livrámos, com o início de uma nova fase econômica, hoje quasi absorvente — *o cíclo do algodão*.

XXVIII

A pecuária em Angicos. Sua história e seus problemas.

Povoado na época da preponderância pecuária, sugeito ao regimen das sesmarias, requeridas, na sua quasi totalidade, para a criação, o município de Angicos teria inevitavelmente de sofrer a sua dependência, que perdurou até princípios deste século.

Criadores e vaqueiros foram os seus primeiros povoadores, após a misteriosa ocupação indígena; vaqueiro e criador foi o seu fundador, cujo trabalho foi continuado pelos filhos; de seis vacas se constituiu o primeiro patrimônio de sua primitiva capela, erguida no logar onde se levantara, tempos antes, um curral.

Todos êsses fatos, além de muitos outros, instante a instante fixados nestas páginas, deram à nossa terra, num longo destino econômico, a vocação da pastorícia.

Infelizmente, não há documentos estatísticos precisos desse tempo. Os papeis mais antigos que encontro nos escassos arquivos da antiga Câmara e do Car-

tório, referem, porém, que a criação era a *"principal"*, a *"única"*, a *"maior" fonte* de renda do município.

As informações dos Intendentes, prestadas em 1892, e às quais já me referí, dizem: *"A indústria limita-se à criação de gado"*.

O que existe de mais positivo a êste respeito é, entretanto, muito recente. Vem-nos dos anos em que já decrescia a indústria pastoril, com o florescimento rápido da agricultura.

O Relatório apresentado pelo Presidente da Intendência *Francisco Pinheiro Alves de Souza*, a 1.° de janeiro de 1922, diz:

> "Quanto à criação estamos, no Estado, no 2.° logar. Não será exagero calcular a criação bovina em 25.000 cabeças, cavallar em 5.000, caprinos e lanígeros em 12.000".

Em seu Dicionario Histórico-Geográfico do Rio Grande do Norte, notável contribuição do *desembargador Antônio Soares* ao Congresso Econômico reunido, em 1929, em Natal, encontro esta referência a Angicos:

> "O município é principalmente criador, possuindo um grande número de fazendas de criação, e só alguns terrenos apropriados à agricultura. Havia em 1920, distribuidos pelo município, 359 estabelecimentos rurais".

Parece-me que não sería de todo inútil, a falta de dados mais completos, o cotejo de preços de épocas

diversas, e que, por si, podem dar uma idéia do que representou, em cada tempo, a criação. Os preços aumentam na proporção que escasseia o produto.

É preciso, porém, considerar, no quadro a seguir, que os preços referentes a 1829 e 1832, foram extraídos de inventários, quando sempre se apresentam mais reduzidos. Os relativos a 1912 fazem parte do inquerito mandado fazer no Estado pela Inspetoría Agrícola, naquele ano. Os de 1920 foram colhidos em várias fontes, e encontram guarida em Nunes Pereira, no seu livro "A indústria pastoril no Rio Grande do Norte". Os últimos, de 1938, me foram fornecidos pela Agência de Estatística da Prefeitura Municipal, então dirigida pelo dr. Francisco Calaça:

Qualidade	1829	1832	1912	1920	1938
1 vaca	6$400	14$000	80$000	120$000	180$000
1 ovelha . . .	$700	2$500	—	20$000	15$000
1 poldro . . .	8$000	—	—	—	80$000
1 bezerro . .	1$000	—	—	—	40$000
1 garrote . .	3$000	6$000	—	—	50$000
1 cavalo . . .	12$000	—	80$000	100$000	250$000
1 burro . . .	2$000	2$500	150$000	—	200$000
1 novilho . .	5$000	11$000	—	100$000	100$000
1 egua . . .	8$000	15$000	—	—	80$000
1 boi	4$600	9$000	100$000	120$000	180$000
1 cabra . . .	—	2$000	—	20$000	25$000
1 suino	—	—	—	90$000	80$000

Os números acima alinhados dizem, embora, vagamente, da importância do produto de um século até agora.

Quanto ao número dos rebanhos, tenho de me apegar a dados recentes.

A estatística de 1920 consigna para Angicos 16.858 bovinos, 2.212 equinos, 1.770 assininos e muares, 4.424 ovinos, 5.707 caprinos e 1.124 suinos. A Delegacia de Inspeção Pastoril, que a publicou, apôs a êsses números a nota "florescendo".

Nestor Lima (1), em 1922, regista em Angicos 15.000 bovinos, 2.000 cavalares, 14.000 lanígeros, e 500 suinos.

Em 1938, a secção de estatística da Prefeitura, certifica a existência de 18.000 bovinos, 2.000 cavalares, 500 assininos, 2.000 muares, 2.500 lanígeros, 1.500 caprinos e 800 suinos.

É da mesma fonte a informação de que, nesse ano, foram abatidos para consumo, 800 bois e vacas, pesando 36.000 quilos, 260 vitelas, pesando 11.200 quilos, 400 suinos com 8.000 quilos, 1.500 caprinos com 15.000 quilos e 1.000 carneiros com 13.000 quilos.

Todos estes apontamentos, conquanto ainda seja muito falha a realidade estatística entre nós, aproximam-se dos cálculos gerais.

O que, entretanto, não deve ficar esquecido, como uma constante esperança de solução, é o problema da defesa e conservação dos rebanhos, atacados pelas secas e pelas doenças.

O município, é, em verdade, mais agrícola do que criador.

(1) *"Municípios do Rio Grande do Norte — Angicos"* — Rev. do I. H. G. do Rio G. do Norte. — Vols. XXV eXXVI, 1927-1929.

Já em 1922, dizia o relatório *Francisco Pinheiro*, atrás citado:

> "Até 1877 poucos eram os proprietarios no municipio que não abandonavam a exuberancia do nosso solo para cuidarem da criação. Depois dos prejuizos de vida occasionados pela fome naquella epoca e da quasi extincção da criação, dada a falta de recursos com que lutaram, resolveram alguns proprietarios cultivar as suas terras o que veio minorar os effeitos do terrivel flagello da secca em 1898. Nesse anno, o prejuizo de vidas não attingiu, felizmente, a 10% e o da criação a 50%".

Não é razão, porém, para que só cuidemos do algodão, desprezando à ação da doença a gadaría resistente que povoou e criou a larga e torturada região nordestina. Pelo contrário. Devemos, para que atinjamos o máximo possível da prosperidade que desejamos, e a que temos direito, proteger por todos os meios, pecuária e agricultura, assegurando o nosso destino econômico, em face das crises que, fatalmente, teremos de ainda sofrer.

Durante todo o regimen monárquico, encontro apenas, três leis referentes à criação em Angicos: a n. 916, de 12 de março de 1884, que em seu artigo 39, autorizou à Câmara cobrar o dízimo; a de n. 950, de 31 de março de 1885, (art. 47) concedendo o dízimo à Câmara e a res. 237, de 22 de setembro de 1851, determinando como marca do município a letra V!

Nos anos que se seguem, mudou alguma cousa. Mas, mudou muito? A negativa se impõe.

Entre as afeções que mais constantemente atacam os nossos rebanhos, se destacam o carbunculo sintomático, felizmente já combatido com proveito; a aftosa; o carbúnculo hemático; além da piroplasmose (peste de carrapatos) mais espalhada longe da zona sertaneja.

Por amor à verdade, devemos confessar que, nos últimos anos, temos sido mais poupados por essas doenças.

O *prefeito Gonzaga Galvão,* em seu relatório de 1.º de janeiro de 1930, assim se expressava:

> "É muito lisongeiro o estado dos nossos rebanhos. Durante o anno findo, não se verificou neste municipio nenhuma *epizootia*. A Prefeitura continua mantendo sufficiente o stock de vaccinas contra as pestes do gado vaccun, com que tem attendido ás requisições dos creadores.
>
> Adquiri ainda para fornecer aos nossos fazendeiros um *Freio Prophylatico* e diversos medicamentos que se encontram nesta Prefeitura á disposição dos interessados.
>
> Cada dia vae sendo melhorada a pecuaria no Municipio, com a introducção dos reproductores puro sangue da raça zebú, que a pratica tem demonstrado ser a preferida pelas qualidades de peso e resistencia nas epocas climatericas".

Realmente, medida das mais salutares constituiu o cruzamento do gado crioulo com o zebú, a despeito das restrições feitas por muitos técnicos, como Cristóvam Dantas (1) e Nunes Pereira (2).

Iniciou-o, antes de 1920, Jorge Barreto, quando proprietário da fazenda "São Miguel", e ficou continuadamente adotado pelos criadores.

O êxito logo foi demonstrado. E para que mais convencidos ficassem os nossos criadores, *Jorge Barreto* "mandou vender todo o gado comum para desenvolver a criação daquelas raças", segundo nos informa o relatório *Francisco Pinheiro,* de 1919.

Sería essa iniciativa a vitória da *qualidade* sobre a *quantidade,* e a ela devemos muito na melhoría da nossa pecuária.

Quando da publicação de uma edição especial da "A República" sobre o município de Angicos, em 1937, que nos coube fazer, salientámos essas condições, e vimos, com muita animação, o panorama criador que ainda hoje se mantêm.

O certo, todavia, é que, sobrevindo o *ciclo do algodão* com a fascinação dos altos lucros, desenvolveu-se a agricultura, quasi absorvendo as outras fontes de riqueza. Desapareceram os criadores. Hoje, a pecuária é função do próprio agricultor, que não a despreza para suprimento de suas necessidades e um pequeno comércio.

Os campos ostentam o orgulho branco do algodão. E o gado vai fugindo, apenas, com o seu passado progressista e civilizador.

---

(1) *"A Lavoura Seca no Rio Grande do Norte".*
(2) *"A indústria pastoril no Rio Grande do Norte".*

XXIX

O "cíclo do algodão". Seu início e definitiva vitória.

Si a *guerra dos bárbaros* descobriu o sertão rio-grandense e o *gado* povoou-o, o *algodão,* exigindo mais segura e eficiente capacidade de trabalho, fez a fixação do homem à terra.

A pecuária nunca poderia desempenhar esta função. Ela é por si mesma mobil, subordinada ao regimen das *"retiradas"* nas crises climatéricas e às demais condições do nosso comércio.

O algodão, pelo contrário, faz um trabalho convergente, deslocando para os seus campos as melhores energías humanas, que se aglomeram, desde logo, formando, por assim dizer, a *clan* do agricultor abastado.

Ainda mais, a agricultura algodoeira exige um dispendio vultoso de capital, e, por isso mesmo, um cuidado maior para que êsse dinheiro renda os juros à altura do seu emprego.

Por tudo isto, podemos vêr, na história econômica do Rio Grande do Norte, êsse importante *papel histórico do algodão, como nucleador de homens, fixador de populações,* germen, dizemos, melhor, de futuras cidades e grandes municípios.

Neste município, como em todo o Nordeste, o surto do seu florescimento sucedeu ao ocaso da pecuária. Eles não viveram na mesma época. O nosso homem é facilmente absorvido por uma atividade, de modo que na época da criação êle via, apenas, o gado como fonte de riqueza e meio de trabalho.

A conjuração das secas fê-lo desanimar. Em dois períodos de verão prolongado e inclemente, quasi se extinguiu a criação. Foi impossível, pela deficiência de meios, resistir ao assedio terrível, e os campos emurchecidos se cobriram de rezes mortas pela fome e pela sêde.

Daí em diante surgiu o *cíclo do algodão*. Nasceu, como era natural, indeciso e sem grandes recursos. Poucos anos depois, já constituia apreciavel valor econômico.

No município de Angicos o trabalho agrícola foi mais tardío e demorado. Podemos marcar o seu início de 1917, embora sejamos forçados a considerar que, sómente agora, nestes últimos anos, êle veio a ter o seu merecido desenvolvimento e indiscutível apogeu.

Convêm, entretanto, assinalar que boa parte desse progresso devemo-lo ao elemento seridoense, para aqui emigrado, homens afeitos ao trabalho, energías dificilmente vencíveis, e, por tal razão, propulsores de grande percentagem da nossa prosperidade econômica.

O primeiro seridoense que aqui chegou, em 1905, foi *Alexandre Garcia da Cruz,* ainda hoje vivo. Nas-

cido em 1859, com oitenta e um anos de idade, guarda ainda a fortaleza indomável do sertanejo, resistente a todas as agruras, zombando da velhice que ainda não lhe poude diminuir a capacidade de trabalho. A sua condução ainda é o cavalo veloz, fazendo de Angicos ao Seridó, num percurso de várias dezenas de quilômetros, uma viagem só, sem descanso nem dormida nos caminhos.

Gente dessa têmpera estava fadada, inelutavelmente, a vencer.

E, assim, estudando ligeiramente as características econômicas do município, não poderiamos esquece-la, tão grande foi e é a sua contribuição à nossa vida. O maior agricultor do município ainda é um seridoense, o *coronel Pacífico Clementino de Medeiros*.

Exaltando tão valiosa participação humana, não podemos tambem esquecer a tenacidade, a vontade ferrea, o trabalho incansável do homem angicano no amanho da terra, nem sempre materna.

É de ver e admirar a sua resistência ao sofrimento, preferindo a penúria da fome e dos campos talados à fugida para terras extranhas, de onde, voltado o inverno, sofreria muito mais a dôr da ausência, a saudade da casa mal alumiada, das madrugadas laboriosas, dos dias cheios de trabalho.

A êste esforço humano, realmente animador, devemos a prosperidade agrícola do município, que, ano a ano, mais se acentúa, mal grado as surpresas climatéricas.

Já em 1922, *Francisco Pinheiro* salientava, animado:

"O algodão é o que vem despertando maior interesse, já pelo elevado preço mantido de 1918 para cá, já pela rivalidade existente na fibra e preferência de qualidade".

Os dados referentes à produção são, antes de 1936, muito vagos, e não conseguem exprimir a realidade, de vez que se baseiam em cálculos aproximados.

Por êles, em 1910 o município teria produzido 6.000 frados de algodão; em 1911, a produção baixava para 2.000 fardos; em 1920, seriam 4.837 fardos com 1.354.580 quilos, e em 1921, 5.502 fardos com 1.543.600 quilos.

Com a instalação do *Posto de Classificação do Algodão*, de tão grandes vantagens para o município, podemos, porém, obter notas precisas e verdadeiras, que para aqui trasladamos.

Todas elas são concordes, na expressão definitiva dos seus algarismos, em afirmar o progresso imenso da nossa agricultura, sob os seus vários aspectos, como sejam o aumento da produção, a melhoría da fibra e dos tipos, condições sem as quais jamais poderiamos contar, no Estado, com a situação de relêvo entre todos os municípios dedicados à plantação do "ouro branco".

Angicos póde orgulhar-se de manter, há vários anos, o primeiro logar no coeficiente de produção, e para assegurá-lo, procuram agora, seu governo e seu povo, resolver os problemas que angustiam, em todo o Nordeste, quantos procuram trabalhar no amanho da terra.

Antes, porém, de entrar na sua apreciação, que

terá de ser muito rápida, queremos cotejar a produção do Estado, pelos seus 10 municípios mais agrícolas, na safra de 1938-1939, como um atestado da operosidade, da organização orientada dos agricultores angicanos:

Angicos	1.588.159	quilos	em	pluma
B. Verde	1.450.281	"	"	"
São Tomé	1.409.712	"	"	"
Santa Cruz	1.320.276	"	"	"
Nova Cruz	1.189.088	"	"	"
Caicó	962.412	"	"	"
Macaiba	918.127	"	"	"
Pau dos Ferros . .	911.865	"	"	"
Currais Novos . . .	865.873	"	"	"
Jardim do Seridó .	858.623	"	"	"

Quantas dificuldades, todavia, não se escondem atrás desses números, afirmando a tenacidade, o valor moral, o heroismo silencioso do homem nordestino?

A nossa agricultura ainda é rotineira. É de pouco tempo a introdução do maquinismo agrícola, e nem todos os pequenos lavradores podem adquirí-lo sem um grande sacrifício.

Ainda mais, como vencer, sempre e sempre, a falta de chuvas, com o sol inclemente queimando os campos, destruindo o trabalho humano? Como tentar corrigir êsse sistema da natureza, e fundar a safra sem o dinheiro necessário?

Não há dúvida que a economia nordestina está

subordinada a estes fatores: *inverno, crédito agrícola* e *maquinismos*.

O primeiro, o mais importante, é de um efeito extraordinário e único. A sua ausência, com a verificação da sêca, abrange um imenso raio de ação, atingindo, em cheio, todas as nossas possibilidades de resistência e vitória. Sobre as condições psicológicas do homem, o flagelo exerce o poder esmagador da depressão moral, desorando-lhe, pela fome, as energías, roubando-lhe, pelo desconforto, a ventura do lar humilde, até a tragédia dantesca da emigração, expulsando-o, pela miséria, do berço sagrado dos seus ancestrais.

Sobre a *facies* natural da terra, exerce o poder destruidor, desnudando-lhe a flora, sugando-lhe a seiva, secando-lhe os minguados reservatórios, para obrigá-la, como remate, à tortura maior de fustigar e correr o próprio filho.

Desde 1605 até os dias atuais tem sido êste o pesadelo dos nossos patrícios, escrevendo, na sua história, uma página imortal de dôr, e de bravura moral.

E o que mais admira e revolta é que, quasi sempre, não nos falta o líquido precioso. Os serviços pluviométricos indicam que, aproveitada a agua anualmente caída,, teriamos terras constantemente fertilizadas e em condições de atender às nossas mais prementes necessidades.

Falta-nos, pois, o problema máximo: *a açudagem pequena e grande,* retendo as águas, encaminhando-as

na proporção dos reclamos, estando a ela entregue a grande missão de *corrigir* a terra nordestina.

No município de Angicos é muito reduzido o número de açudes, e, além de tudo, destinados, apenas, a servir num pequeno âmbito.

Assim acontece com os das fazendas *São Joaquim, São Miguel, Santa Cruz, Canivete, Trapiá, Cantagalo, Livramento, São Francisco, Tupá, Camará,* além de outros, construídos à custa dos proprietarios dos sitios em que estão localizados, e, por isso mesmo, incumbidos de prover as suas pequenas necessidades.

Os dois de iniciativa oficial são os de *Angicos* e *Epitácio Pessòa.*

O primeiro foi construido sob a direção do *tenente-coronel Miguel Francisco da Costa Machado,* e de *José Pedro Xavier da Costa,* nomeados pelo Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira (1859-1860), baseado nas leis de 24 e 31 de agosto de 1858. Desse tempo para cá sofreu várias reformas, entre elas, quasi total reconstrução em 1875. Tendo arrombado em 1894, foi, pouco tempo depois, reconstruido, e aumentado na altura de sua parede em 1920. Em 1931 a Prefeitura Municipal aumentou o seu sangradouro em um metro.

O de *Epitácio Pessôa* foi construido, de colaboração, pelos Governos Federal e Estadual, sendo concluido em 1938. Tem a capacidade de 600 mil metros cúbicos.

Ambos prestam relevantes serviços ao município.

Há porém, uma zona, em que reside grande parte do futuro econômico de Angicos, cujas condições

topográficas não permitem construção de açudes. Referimo-nos à chapada do *Mato Grande,* onde se desenvolve cada vez mais a indústria algodoeira.

Até bem pouco desprezada pela falta de rios ou bacias que se prestassem à sua irrigação, é hoje um coeficiente que não se póde desprezar, tal o êxito que nela se há alcançado, graças à perfuração de poços tubulares, feitos de colaboração pelo Estado e a União.

Vale a pena extrair do Boletim da Secretaría Geral do Estado, n. 9, alguns dados a êsse respeito, e pelos quais verificamos como se torna possível ao Governo, pelo pequeno custo das instalações, beneficiar o interior ressequido, oferecendo-lhe oportunidade para um progresso cada vez maior.

O poço *"Firmamento"*, o primeiro a ser construido, ficou concluido a 27 de janeiro de 1932, com a profundidade de 64,00, descarga horária de 1.700 litros, água salobra, catavento, reservatorio de 10.000 litros, chafariz e bebedouro. Custou 29:521$808, cabendo 13:965$854 à Inspetoría de Obras Contra as Secas, e 15:055$953 ao Estado. O *"Brasilia"* em 22 de abril de 1933, com a profundidade de 48,00, descarga de 100 lts. água calcárea, bomba manual e bebedouro. Custou 10:188$528, cabendo 4:749$822 à Inspetoría e ao Estado 5:438$706. O *"Gaspar Lopes"*, construido a 28 de agosto de 1933, com a profundidade de 33,50, descarga de 2.855, água salobra, custou 23:515$246, sendo 11: 119$173 para a Inspetoría e 12:396$073 para o Estado. O *"Caboré"*, em 29 de janeiro de 1934, com a profundidade de 60,00, descarga de 2.550, água

na proporção dos reclamos, estando a ela entregue a grande missão de *corrigir* a terra nordestina.

No município de Angicos é muito reduzido o número de açudes, e, além de tudo, destinados, apenas, a servir num pequeno âmbito.

Assim acontece com os das fazendas *São Joaquim, São Miguel, Santa Cruz, Canivete, Trapiá, Cantagalo, Livramento, São Francisco, Tupá, Camará,* além de outros, construídos à custa dos proprietarios dos sitios em que estão localizados, e, por isso mesmo, incumbidos de prover as suas pequenas necessidades.

Os dois de iniciativa oficial são os de *Angicos* e *Epitácio Pessôa.*

O primeiro foi construido sob a direção do *tenente-coronel Miguel Francisco da Costa Machado,* e de *José Pedro Xavier da Costa,* nomeados pelo Presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira (1859-1860), baseado nas leis de 24 e 31 de agosto de 1858. Desse tempo para cá sofreu várias reformas, entre elas, quasi total reconstrução em 1875. Tendo arrombado em 1894, foi, pouco tempo depois, reconstruido, e aumentado na altura de sua parede em 1920. Em 1931 a Prefeitura Municipal aumentou o seu sangradouro em um metro.

O de *Epitácio Pessôa* foi construido, de colaboração, pelos Governos Federal e Estadual, sendo concluido em 1938. Tem a capacidade de 600 mil metros cúbicos.

Ambos prestam relevantes serviços ao município.

Há porém, uma zona, em que reside grande parte do futuro econômico de Angicos, cujas condições

topográficas não permitem construção de açudes. Referimo-nos à chapada do *Mato Grande,* onde se desenvolve cada vez mais a indústria algodoeira.

Até bem pouco desprezada pela falta de rios ou bacias que se prestassem à sua irrigação, é hoje um coeficiente que não se póde desprezar, tal o êxito que nela se há alcançado, graças à perfuração de poços tubulares, feitos de colaboração pelo Estado e a União.

Vale a pena extrair do Boletim da Secretaría Geral do Estado, n. 9, alguns dados a êsse respeito, e pelos quais verificamos como se torna possível ao Governo, pelo pequeno custo das instalações, beneficiar o interior ressequido, oferecendo-lhe oportunidade para um progresso cada vez maior.

O poço *"Firmamento"*, o primeiro a ser construido, ficou concluido a 27 de janeiro de 1932, com a profundidade de 64,00, descarga horária de 1.700 litros, água salobra, catavento, reservatorio de 10.000 litros, chafariz e bebedouro. Custou 29:521$808, cabendo 13:965$854 à Inspetoría de Obras Contra as Secas, e 15:055$953 ao Estado. O *"Brasilia"* em 22 de abril de 1933, com a profundidade de 48,00, descarga de 100 lts. água calcárea, bomba manual e bebedouro. Custou 10:188$528, cabendo 4:749$822 à Inspetoría e ao Estado 5:438$706. O *"Gaspar Lopes"*, construido a 28 de agosto de 1933, com a profundidade de 33,50, descarga de 2.855, água salobra, custou 23:515$246, sendo 11: 119$173 para a Inspetoría e 12:396$073 para o Estado. O *"Caboré"*, em 29 de janeiro de 1934, com a profundidade de 60,00, descarga de 2.550, água

calcárea, custou 25:092$850, sendo 10:246$165 da Inspetoría e 14:846$865 do Estado. O *"Fagundes"*, onde está montada uma grande estação experimental, com beneficiadores e descaroçadores de algodão, e demais instalações, ponto onde se limitam os municípios de Angicos, Lages, Baixa Verde e Macau, foi construido em 31 de agosto de 1934, com 67,00, descarga de 1.870, água calcárea, custou 34:655$194, sendo 14:036$286 para a Inspetoría e 20:655$194 para o Estado. O *"Córrego"*, em 31 de dezembro de 1936, com a profundidade de 80,00, descarga de 4,400, água potavel, custou 29:811$345, sendo 12:093$125 para a Inspetoría e 17:718$220 para o Estado. Todos êstes com cataventos, reservatório de 10 e 15 mil litros, chafarizes e bebedouros.

O custo tão baixo dessas instalações, que fizemos questão de evidenciar, explica-se na ausência de revestimento com tubos de aço ao atingir a perfuração o sedimento calcáreo, superposto ao arenito silicoso, e repousando sobre os canudos superficiais de argila e areia. Vindo de lençol profundo, colhidas em tubos fechados, depositadas em reservatórios tambem fechados, distribuidas em chafarizes, está assegurada a pureza dessa água, cuja ação na vida econômica e social do município tem sido das mais benéficas, quer nos serviços domésticos, quer na criação do gado, quer na cultura do algodão, em tudo atraindo para uma terra, até bem pouco inhóspita, uma população laboriosa e invencível no trabalho.

É de se esperar que a ação do governo através desses setores — *açudes* e *poços* — não fique restrita

ao que existe, para que, continuada, evolúa tambem a nossa produção, assegurando ao agricultor o que êle de mais necessita, e ao município uma riqueza sem a qual é impossível prosperidade, trabalho e vida.

A questão do *crédito agrícola* está em marcha de solução. Terá de ser demorada, acreditamos, porque só agora despertamos a atenção para o cooperativismo. O município tem duas cooperativas. A de *Epitácio Pessôa*, fundada há alguns meses, e já atuando. A de Angicos, tambem instalada, e com um vasto campo de ação, esperando os seus benefícios. É, entretanto, muito pouco ainda. Essas instituições dispõem de capital reduzidíssimo, e, por isso, pouco poderão fazer. Urge ao governo auxiliá-las, financiando por seu intermédio, a agricultura local, para que não falte aos lavradores, na hora da necessidade, o estímulo mais proveitoso.

As máquinas agrícolas vão vencendo. Ano a ano aumentam em nossos campos, quer compradas diretamente pelos particulares, quer compradas, a prestações, pelo Posto de Classificação do Algodão.

Sería imperdoavel esquecer a ação dessa Repartição em nossos domínios agrícolas. Tem sido valiosa, pela propaganda intensa, pelo fornecimento de máquinas, sementes e inseticidas para que, cada vez mais, melhorem a fibra e o tipo do algodão. E os frutos dessa atividade já estão surgindo. O ex-chefe do Posto, Manoel Bezerra, deu-lhe uma organização esmerada, que, agora continuada, põe-no em condições altamente lisongeiras para servir à coletividade.

Maior fosse a sua verba, estou certo, melhor e maior seria o seu trabalho prestado ao município.

Isto, quanto ao algodão, setor principal das nossas energías, em que se distinguem vários e grandes agricultores, como Pacífico Clementino de Medeiros, Luiz Pinheiro de Vasconcelos, Manoel Tertuliano de Medeiros, Luiz Felipe da Câmara, Francisco Sousa, Manoel Alves Filho, João Januario de Oliveira, Francisco Péres, Manoel Alves de Brito, Vivaldo Pereira de Araujo, Aristofanes Fernandes, Francisco Leopoldino, Tomaz Pacífico, José Cassimiro, Tomaz Cassimiro, Miguel Tomé de Macedo, João Batista Bezerra, Jacob Avelino, Baltasar Pereira, Pedro Moura de Vasconcelos, João Teonacio Bezerra, Francisco Pinheiro, Clarindo Dantas, Adalgiso Santiago, Pedro Antas, Horacio Antas, dr. Francisco Gorgonio da Nobrega, Arnaldo Pinheiro, Ulisses Vale, Cândido Néco, Joaquim Capitão, Francisco Chagas de Medeiros, d. Crinaura Gonçalves, José Adauto Gonçalves, Fabricio Pedrosa, Manoel Linhares de Araujo, Justino Xavier de Souza, além dos serviços das firmas João Câmara & Irmãos e da Machine Cottons & Cia. e de outros homens de coragem e amor ao trabalho.

Convém, ainda, salientar a importância do beneficiamento do algodão, entre nós, realizado pelas usinas São Joaquim, de João Câmara & Irmãos, dirigida por Genesio Cabral, pela Fazenda São Miguel, sob a direção do sr. Vicente Rocke, pela "Usina N. Senhora das Dôres de M. Alves Filho e Justino Xavier de Souza, em Epitácio Pessôa, além de grande número de descaroçadores.

Em todos eles, é vultoso o beneficiamento de algodão, especialmente do *Mocó*, *Verdão*, e 37, êste último, fruto do *Mocó* com o *Pima*, dos E. Unidos, para aqui transportado por *Eduardo Rocke*, ex-gerente da Fazenda S. Miguel.

Grande parte da nossa cultura algodoeira está absorvida nessa espécie de malvacea, a qual dá, na classificação, uma fibra sempre longa e tipo dos melhores, sem contar com o vulto da produção, inegavelmente, abundante.

Passando à produção de cereais, temos a lamentar que seja tão pequena e não abasteça o município, na altura de suas necessidades.

Em 1910, diziam as nossas informações oficiais: a produção de cereais foi *"limitadíssima"*, no último ano. Em 1911, o mesmo informe desanimador: *"quasi não houve"*. Veio melhorar em 1922: *"milho, feijão, arroz e mandioca, houve em proporções regulares"*.

Ultimamente, a Prefeitura conseguiu fazer um cálculo. Para o milho, em 250 hectares cultivados, 20.000 sacos de 60 quilos; para o feijão, na mesma área, 25.000 sacos de 60 quilos; para a batata doce, em 100 hectares, 10.000 quilos. A mandioca tem produção insignificante.

É de vêr que o consumo é maior do que a produção. Resta-nos equilibrá-los. Como? Desenvolvendo uma campanha eficiente para o povo, estimulando-o a cultivar cereais, cuja aquisição, fóra, desloca o dinheiro sacrificadamente ganho em outras atividades.

Os salarios dos trabalhadores, entre nós, têm um padrão relativamente elevado.

É facil relacionar as diarias para as diversas atividades:

Função	*Com sustento*		*Sem sustento*	
	Maximo	Mínimo	Maximo	Mínimo
Carpinteiro	8$000	7$000	12$000	9$000
Carreiro	4$000	3$000	5$000	4$000
Chauffeur	4$000	3$000	8$000	5$000
Ajud. chauffeur	2$000	1$500	4$000	2$500
Maquinista	8$000	7$000	10$000	8$000
Foguista	4$000	3$000	5$000	4$000
Lenhador	4$000	3$000	5$000	4$000
Ferreiro	8$000	7$000	10$000	8$000
Pedreiro	8$000	7$000	12$000	8$000
Ajud. pedreiro	3$000	2$500	5$000	3$500
Empregado balcão	4$000	3$000	10$000	4$000
Guarda-livros	10$000	8$000	15$000	12$000
Trabalhadores rurais:				
Arador	3$000	2$500	4$000	3$000
Tirador de leite	3$000	2$000	4$000	3$000
Administ. sítio	5$000	4$500	6$000	5$000
Ajud. administ.	3$000	2$500	5$000	4$000
De enxada:				
Homem	4$000	3$000	5$000	4$000
Mulher	3$000	2$500	4$000	3$000
Criança	2$000	1$500	2$500	2$000

Diante, assim, de todos estes problemas, da monocultura algodoeira, dos obstáculos que impedem uma maior produção, desse desequilibrio da necessidade e da capacidade, com os frutos atuais, olhamos com

confiança para o cooperativismo, agora intensificado, pondo nele as nossas melhores esperanças de vê-lo criando riquezas, estimulando trabalhos, fazendo a terra próspera, grande e feliz, assentada sobre os seus verdadeiros e indiscutíveis valores econômicos.

XXX

Uma pequena indústria e um comércio movimentado. Aspectos ligeiros.

Fixamos a criação nos detalhes possiveis, com sua história e seus problemas. Abordámos a agricultura, vendo nela o grande futuro econômico do município, e para que ela chegasse a êsse destino, vimos, em traços rápidos, as suas mais prementes necessidades.

Agora, algumas palavras sobre indústria, que, em Angicos, sempre foi de significação pouco animadora. Deixaremos à parte, nestas considerações, a indústria do beneficiamento do algodão, para exportação em pluma, porque preferimos vê-la em conjunto no capítulo anterior.

Duas palavras se fazem precisas, antes de tudo, relembrando a figura de trabalhador infatigavel que foi *Fernando Gomes Pedrosa,* industrial rico e de visão singular. Foi êle que, erguendo o povoado de São Romão, instalou alí uma grande fábrica de óleo, com a fabricação, ainda, da torta e outros produtos de importância para a vida econômica do Estado.

A Usina *"S. Joaquim"*, passando, depois, à firma *João Câmara & Irmãos,* seus atuais proprietários, continuou a mesma atividade, e ela, sósinha, poderia representar aqui a indústria no município de Angicos.

Instalação moderna e vultosa, a Usina é, além de tudo, um centro de trabalho constante, servindo a dezenas de homens que encontram uma oportunidade para o aproveitamento de suas energías e de sua capacidade.

Para avaliar de sua importância, bastará citar a produção do ano correspondente a 1938-1939:

Óleo refinado	516.044	quilos
Torta	1.830.075	"
Borra	95.654	"
Linter	34.731	"
Farelo	495.340	"

As demais indústrias, são as comuns a todo o sertão.

Couros e peles: No ano de 1938, as notas da Prefeitura acusam 12.800 quilos de bois e vacas, 4.500 de caprinos e 3.900 de carneiros, sendo que deles 1.060 couros foram vendidos salgados, e 5.000 quilos foram transformados em sola.

Os preços varíam sempre. Dá-se, porém, em média, aos de bovinos, 2$800 o quilo, e aos outros, 5$000 cada um.

Leite: Produção anual, 6.000 litros, a $600.

Manteiga: 1.500 quilos, a 5$000.

Mel: 500 quilos, a 5$000.

Ovos: 150 duzias, a 1$200.
Queijos e requeijões: 3.000 quilos, a 5$000.
Toucinho: 500 quilos, a 2$000.
Banha: 300 quilos, a 2$000.
Cêra de abelha: 300 quilos, a 3$000.
Cal: 1.200 alqueires, a 5$000.
Carvão vegetal: 200 toneladas, a 80$000.

Tudo isto sem organização, servindo, apenas, aos velhos moldes do comércio sertanejo em que a confiança é a nota mais alta.

Não temos temperamento para exploração. Ao contrário, talvez constituissemos centro industrial de real importância.

Já no comércio temos uma prosperidade mais acentuada. Abastecido quasi todo em Natal (de onde se distancia por 193 quilômetros e 780 metros), Recife, Rio e Fortaleza, póde espalhar-se num movimento mais ativo.

Na cidade, contamos algumas casas de certa importância, como: *Casas compradoras de algodão*: — M. Alves Filho — Usina Nossa Senhora das Dôres; Clarindo Dantas. *Casas de tecidos*: João Januario de Oliveira, M. Alves de Brito, Francisco Torres Péres, Tiburcio & Cia., Lojas Paulistas. *Mercearias*: João Januario de Oliveira, Joaquim Bernardo de Menezes, Tiburcio & Cia., Manoel de Assis, João Lopes, Domiciano Aires, Joaquim Martins, Joaquim Paulino de Medeiros, João Fagundes, e outras. *Bars e bilhares*: Manoel de Assis e Luiz Moura Cabral. *Casas de frutas*: J. Costa, Raimundo Melo. *Padaria*: José Tito Filho. *Barbearias*: Francisco Pires e Manoel de Assis, onde

trabalham diversos profissionais. *Hoteis*: Angicos Hotel, de M. de Assis, de confortavel instalação, e *Pensão Familiar* de Maria Cabral.

A feira era inicialmente aos domingos. Fôra criada a 8 de junho de 1862, no período administrativo presidido pelo *Alferes Florencio Otaviano da Costa Ferreira*. Em 1931, em obediência aos preceitos do descanso dominical, o *prefeito Manoel Alves Filho* mudou-a para a segunda-feira. É movimentada e grande.

Nas povoações o comércio tambem se desenvolve. Epitácio Pessôa, Fernando Pedroza e Angicos, a séde, são servidos pela Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e pelo serviço de auto-ônibus e caminhões Natal-Mossoró. Afonso Bezerra faz os seus transportes por intermédio da estação de Epitácio Pessôa.

Com todos estes pontos a cidade é ligada pela seguinte rêde rodoviaria:

Logares:	*Espécie*	*Distância*
Angicos-Assú	barro	54 quils.
Angicos-Canto Grande . .	barro	60 "
Angicos-Afonso Bezerra .	arenosa . . .	32 "
Angicos-Macau	arenosa e barro	102 "
Angicos-E. Pessôa . . .	" e massapê	47 "
Angicos-Lages	" e barro .	54 "
Angicos-Sant. do Matos .	arenosa . . .	48 "
Angicos-Fern. Pedroza .	arenosa . . .	9 "

Destas, apenas a primeira — Angicos-Assú — é

federal, sendo as demais construidas e conservadas pela Prefeitura.

O Mercado de Angicos, construido em 1932, na administração de *Manoel Alves Filho,* em substituição ao velho mercado da vila, atende, em largura e tamanho, às exigências locais. Resta aos poderes públicos terminá-lo quanto antes, para que tenhamos um centro comercial que nos possa orgulhar definitivamente.

Damos, a seguir, um apandado dos preços do comércio local, numa média que, muitas vezes, oscila em atenção às variações gerais:

Artigo	*Unidade*	*Preços*
Açucar branco, 1.ª	quilo	1$800
" " 2.ª	"	1$300
Açucar bruto	"	1$000
Álcool	litro	3$000
Arroz 2.ª	quilo	1$600
Azeite doce nacional	"	5$000
Bacalhâu	"	5$000
Bananas	duzia	$600
Banha em lata	quilo	5$500
Batata doce	"	$200
Café em grão	"	2$200
Carne sêca	"	3$500
Xarque 1.ª	"	4$800
Xarque 2.ª	"	4$400
Carne de gado, verde	"	3$000
Cebolas	litro	2$000
Farinha fina	"	$400
Farinha grossa	"	$300
Feijão mulatinho	1	1$200
Galinha	litro	3$500
Leite fresco	lata	$600
Leite condensado		2$600

Macarrão	quilo	2$600
Manteiga sertão	garrafa	3$500
Manteiga de mesa	quilo	11$000
Manteiga p/ tempero	"	8$000
Milho em grãos	litro	$400
Ovos galinha	duzia	1$200
Queijo manteiga	quilo	4$000
Peixe seco	"	3$000
Queijo de coalho	"	3$000
Querozene	garrafa	1$200
Rapadura	quilo	1$000
Sabão 1.ª	"	2$800
Sabão 2.ª	"	2$000
Sal a granel	"	$300
Sal (saquinho)	"	1$000
Toucinho	"	3$500
Vinagre nacional	garrafa	1$100

Estas notas sugeitas às naturais oscilações, dão uma idéia do custo da vida em Angicos, completando com as primeiras citadas, o esboço ligeiro do comércio angicano.

COSTUMES E TRADIÇÕES

XXXI

Dois ciclos distintos nas festas sertanejas.

Não pretendemos fazer um estudo sobre os costumes, lendas e tradições de Angicos. Sería obra mais séria, e para a sua realização tornavam-se precisas investigações mais acuradas e minuciosas.

Ainda mais, êste trabalho não procura penetrar na interpretação histórica dos fatos, e, apenas, registá-los, com os documentos que nos foi possível encontrar depois de pesquisas, às vezes, difíceis.

Compreendemos todos que si os homens criam os costumes e usos, estes contribuem para o conhecimento perfeito das suas tendências, das suas crenças, dos seus anseios, emfim, da sua alma.

Mas, não queremos chegar até lá. O nosso primeiro objetivo foi divulgar a história do município, e as notas que lhe aduzimos representam, simplesmente, o registo do material encontrado quando à procura da realização da primitiva finalidade deste trabalho.

Devemos, porém, adiantar que jamais pensámos fosse o folclore angicano tão extenso e sugestivo.

Muitas das notas a seguir nos foram fornecidas por pessôas amigas, de vez que se referem a acontecimentos que já não pudemos alcançar. Estas informações foram muitas vezes, como é natural, num meio onde não se cultivam estudos desta ordem, vagas e contrastantes.

Recorrendo, porem a outras fontes procurei selecionar os elementos, trazendo-os para aqui sem nenhuma alteração, em qualquer dos seus aspectos, mas na sua interessante originalidade.

Uma consideração, de princípio, se impõe, por maior aversão que se tenha a catalogações eruditas; dois cíclos se definem bem entre a contribuição do nosso passado. Um constituido de *festas religiosas,* outro de *diversões mundanas.*

Poder-se-ia alegar que, até bem pouco, festa religiosa e festa mundana eram a mesma cousa. Decerto. Mas, nem por isso, elas deixavam de guardar, nos seus característicos essenciais, uma grande diferênça.

Outra divisão ainda caberia no assunto. A festa realizada na fazenda não é a mesma promovida na cidade. Um "terço" de uma, com as suas bebidas, os seus sambas, os seus leilões, não é o mesmo do outro ambiente, mais correto e mais espiritualisado.

Despresemos, porém, essa esquematização destinada aos grandes estudos. Registemos, apenas, e já será alguma cousa.

XXXII

Festas e costumes religiosos.

A *"festa dos negros"* — Nestor Lima, em seu trabalho histórico sobre o município de Assú(1), regista uma tradicional *festa dos negros,* realizada a 6 de janeiro de cada ano.

Diz o presidente do Instituto Histórico:

> "O pessoal de côr tinha nesse dia o seu sabbatico: largava os trabalhos e reunia-se num dos arredores da cidade. Vestidos todos espalhafatosamente com roupas de gangas vermelhas, tendo á frente um *rei* que era sempre o mestre Felipe (carreiro do meu pae) entravam processionalmente no quadro e dirigiam-se á porta da Matriz, onde rendiam graças e expandiam-se em divertimentos proprios dos seus atavicos ascendentes africanos. Passavam todo o dia e até pela noite, em diversões sempre em boa ordem e sem resultados desagradaveis".

(1) Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Norte, anos 1827-1929 — Vols. XXV-XXVI.

Sabemos que em Angicos, de 1832 até a abolição da escravatura, realizou-se a *festa dos negros,* no dia 31 de dezembro, encerramento da festa de Nossa Senhora do Rosario.

Os negros vestidos de branco dirigiam-se às 9 horas para a Igreja, tendo à frente um casal de escravos de prole mais numerosa ou de senhores mais abastados, vestidos com trajes *reais,* e casados. O rei conduzia na mão direita um "espontão" mais alto do que êle. Após a missa, a que assistiam com todo respeito, reuniam-se em determinado logar, onde passavam as horas restantes do dia e da noite, cantando e dansando. Nessas danças, o "espontão" *real* ia de mão em mão, num gesto de gentileza do *rei* para com os súditos.

Vê-se, assim, que o costume não era uniforme, embora conservasse o mesmo fundo religioso.

A festa do padroeiro — A descrição da *festa do padroeiro,* que sempre constituiu o nosso maior acontecimento, não se refere aos dias presentes. Hoje, ela se realiza de modo bem diferente, especialmente depois que o atual vigario deu-lhe um cunho exclusivamente religioso, limitando-a às cerimônias litúrgicas.

Antigamente, porém, a festa de São José, realizada dos dias 10 a 19 de março, quando não adiada por motivos superiores, para o fim do ano, tinha, além do objetivo espiritual ,a vantagem de oferecer ensejo para as diversões tão escassas na vila acanhada e triste.

Começava pelo levantamento da bandeira, assistido por todos os fieis.

Sobre um páu fincado em frente da Matriz, içava-se a bandeira de um tecido amarelo, com a efígie de São José, cantando-se, no princípio da cerimônia, um hino do santo, e terminando pelo conhecido "Queremos Deus".

As noites do novenário ficavam a cargo de várias pessôas. Uma, dos agricultores. Outras, dos criadores. Outras, dos comerciantes. E assim por diante. Cada um dos encarregados que procurasse imprimir à sua noite o brilho maior.

As festas constavam: novena, às 19 horas, seguindo-se barracas, leilões, etc.

Na véspera do encerramento, realizava-se o leilão final. Os fazendeiros que haviam oferecido garrotes, vacas e outros presentes, compareciam e se empenhavam em rehaver as suas ofertas, chegando, muitas vezes, a preços excessivos. Mas, era feio deixar que outro arrematasse...

O leiloeiro era sempre um indivíduo espirituoso, galhofeiro que, minuto a minuto, animava o ambiente com as suas pilhérias, visando acordar o velho orgulho sertanejo.

No dia da festa, logo cêdo, e até na véspera, chegavam os habitantes dos sítios. Homens de roupas novas, botinas amarradas ao braço, calças arregaçadas no meio da perna. Mulheres de vestidos feitos para a festa, vistosos, sapatos presos a um lenço que os enrolavam...

Assistiam à missa, à procissão, e, à continuação

do leilão, poucas horas antes do prestito religioso. Logo após a êste, volviam a seus lares pobres, entre conversas e esperança de inverno. Dependia das experiências...

Terço da Santa Cruz — É uma devoção antiga que ainda perdura. Nos primeiros meses do ano, reunem-se algumas mulheres, à noite, em torno do Cruzeiro, em frente à Igreja, para implorarem chuvas. Uma delas "tira" as orações e as outras respondem em côro. Cantam, ao terminar, um bendito. É a fé simples e expontânea do povo evolando para os céus as suas preces de esperança...

Mês mariano — O mês mariano sempre foi mais da vila. Realizam-se terços solenes da Igreja, todas as noites. Cada dia tem um encarregado. As últimas noites são dedicadas aos casados, às crianças, e aos solteiros, que primavam em vencer uns aos outros pelo brilho da noite, fogos de vista, preparo do altar, e rendimento das barracas.

No dia 31, à tarde, realizava-se a procissão, em seguida, à coroação de Nossa Senhora. O atual vigario passou a distribuir as noites pelas famílias, extinguindo as festas fóra da Igreja.

Nos sítios tambem se promovem terços rezados e cantados.

Quem, no mês de maio, viajar os ermos sertões nordestinos, há de vêr, em plena noite, os candieiros desfechando sobre um quadro de Maria a sua luz mortiça e baça. Em torno desse altar, grupos de pessôas, vindas dos pontos vizinhos, testemunham a simplicidade de sua fé.

Embora nos últimos dias terminem as orações com o rodopio das danças, a devoção fica atestando o espírito cristão, que a ignorância não póde ofuscar...

Santo Antônio, São João e São Pedro — Estes três santos são os mais festejados e queridos do sertão.

Talvez essa predileção seja devida a uma razão mesma de nosso caldeamento. As superstições, as advinhações, as fogueiras, os fogos de vista, recordam costumes indígenas. O milho assado, a cangica, a pamonha, evocam a contribuição africana à cozinha brasileira. As "Mesas" no Mercado, com café, "massas", refrescos, lembram o genio comercial do português, ávido do lucro.

Hoje, porém, as noites de Santo Antônio, São João e São Pedro perderam aquela feição tradicional, o que se verifica com a diminuição das fogueiras. Antigamente, ninguem deixava de acende-la. Acreditava-se que "o diabo visitava a casa onde não se fazia fogueira".

Alguns devotos, limpavam as cinzas, e passavam sobre as brasas vivas de pés descalços, casais de jovens

se reuniam em tôrno das fogueiras, para os "batisados", as advinhações, os "casamentos".

Depois, com a luz elétrica, tudo mudou. Ficaram, apenas, os "terços" para a satisfação de velhas promessas.

Vai nascendo outro sertão...

Natal, Ano Bom e Reis — Tambem são festas que decaem dia a dia. Aquela poesía encantadora da "missa do galo e do Ano Bom, do Boi calemba", vai sendo, lentamente, desprezada.

Houve tempo em que se promoveu, entre nós, dos dias 1.° a 5 de janeiro, por iniciativa do negro Teotônio, o "Boi", do litoral para aqui imigrado com os mesmos característicos.

Depois, com a evolução da vila, e, posteriormente, criação da cidade, vieram se extinguindo todos os encantos daqueles tempos, restando, apenas, como lembrança memoravel, as cerimônias litúrgicas, e o borborinho dos mercadores.

As experiências — É preciso referir às experiências de chuvas. Elas têm um grande poder sugestionador na alma do nosso povo, inquietas diante da variabilidade das condições geográficas sertanejas.

As principais são:

— Chuvas em outubro e dezembro, fazendo despontar babugem, bom sinal;

— Chuvas em novembro, mesmo parciais, máu sinal;

— Véspera da Conceição e do Natal, com relâmpagos e chuvas, bom sinal;

— Céu límpido, sol ardente, no Ano Bom, bom sinal;

— Chuvas no domingo de Carnaval e na Semana Santa, bom sinal;

— Chuvas, relâmpagos, trovões a 19 de março, dia de São José, bom sinal. Para quasi todos os que acreditam nestas experiências, o dia do santo patriarca é decisivo. É a última esperança, ou o último desengano...

— Aparecimentos de abelhas no fim do ano, bom sinal;

— Aparecimento de formigas nas areias dos rios, no fim e começo do ano, máu sinal;

E assim, uma infinidade de experiências, entre as quais se distingue, pela sua "infalibilidade", a de Santa Luzia.

Colocam-se a 12 de dezembro, véspera do dia consagrado à santa, seis pedras de sal, expostas ao sereno. Cada uma representa um mês, de janeiro a junho. No dia seguinte, retira-se o prato em que elas estiveram. Aquela que estiver humedecida significa inverno no mês que a ela corresponde. No caso contrário, verão infalível.

Sería um estudo interessante a da influência exercida por essas experiências na psicología sertaneja.

As inselencias — Sabemos bem os que conhecem ou estudam o sertão, o cuidado dispensado, entre nós, aos moribundos. A assistência aos últimos momentos do doente já constitue um culto, com ritual quasi uniforme.

As *inselencias* representam grande parte dessas cerimônias. É um costume até agora pouco estudado. Pelo menos, dos autores que tenho compulsado, entre os que se dedicam ao folclore nacional, apenas, em Gonçalves Fernandes ("O Folclore mágico do Nordeste"), encontrei ligeira referência.

Segundo aquele autor, os nossos funerais, em que uns rezam, outros cantam, outros bebem e conversam, são remanescentes do *"itambí africano"*, (pág. 70).

Em Angicos, as *inselencias* se alastraram muito, vindo a decair, todavia, nos últimos anos, pelo natural evoluir da nossa educação religiosa.

Acreditava-se que a *inselencia* tinha o poder de despertar no moribundo o horror ao pecado, incitando-o ao arrependimento. Ainda em 1937, vi ser chamada de Angicos para um sítio distante uma dessas velhas cantoras de *inselencias*.

As *inselencias*, ao contrário dos benditos, são cantadas ao pé do doente. São numerosas. Citarei as principais:

Inselencia de N. Senhora das Dôres:

Uma inselencia
da Virgem das Dôres
Os anjos lá no céu

Cantando os seus louvores
Viva quem mereceu
Esta capela de flôres.

E, assim, mudando, apenas, a primeira palavra pelo número correspondente ao do verso cantado até 12.

Inselencia dos Apóstolos:

Irmão de um Apóstolo
Nos queira dar o paraiso
Adeus, irmão, adeus
Até o dia de juizo.

Canta-se até 12, alternando-se com outros versos.

Inselencia de N. Senhora da Soledade:

Uma inselencia da Virgem
Senhora da Soledade
Nossa Mãe Santa e bendita
Dolorosa Imaculada

Ó meu Pai eu pró céu
Um anjo vai me levando
Do mundo vou me esquecendo
Só de Deus vou me lembrando.

Na primeira estrofe observa-se a mudança do número da inselencia até 12.

Inselencia de São Benedito:

Senhor São Benedito
Êle cantava, êle chorava
Êle se lastimava
E as estrelas clareavam
Adeus irmão,
Lá vem a morte
Em busca daquele
Que Deus é servido
Adeus irmão,
Até o dia de Juizo.

Para a chegada do padre, conduzindo o Viático, há uma "inselencia" especial, cantada 12 vezes, com a mudança, apenas, da primeira palavra, da estrofe inicial.

Das pessoas que cercam o doente, deitado numa rêde, e raramente, em cama, umas se destacam para receber à porta o sacerdote, sempre cantando, e as outras permanecem no mesmo logar.

Todas cantam esta *"inselencia" de Nossa Senhora do Rosário*:

Uma inselencia
Da Virgem do Rosário
Que do seu ventre
Formou um sacrário
Sacrário aberto
Senhor saiu fóra
Acompanha esta alma
Que vai para a glória.
Chô alma! Chô alma!

Alma bendita
Por quem estás esperando
Por uma inselencia
Que se está cantando.

Lá vem a morte
Com os seus olhos ruidos,
Em busca daquele
Que Deus é servido
Adeus irmão,
Até dia de juizo.

Com esta "inselencia" finam-se as últimas esperanças de vida. A expressão "Chô alma! Chô alma! é característica. Representa o passaporte para a eternidade.

Os anjos têm tambem uma "inselencia" especial, cantada na morte de crianças:

Uma inselencia dos anjos
E da Virgem das Dôres
Adeus irmão dos anjos
Irmão dos anjos, adeus!
(É repetida, como as outras, 12 vezes).

Há tambem "inselencia" contra a peste. Além das papeletas que se prégam às portas, com orações, reu-

nem-se algumas pessoas para cantar um apêlo aos céus. Muitas vezes (e é preferível que seja assim), põem-se de joelhos, ao meio dia, em plena rua, para, com o sacrifício, aumentar o valor da préce. Pode ser cantada, tambem, em casa.

"Inselencia" contra a peste:

Uma inselencia
Quem nos deu foi Senhor Deus
Senhora da Graça
Livrai-nos da peste, ó Virgem Senhora
Ave Maria cheia de graça
O Senhor é convosco, bendita sois
Vós entre as mulheres bendita
É o fruto do vosso ventre Jesus.
(Tambem é repetida 12 vezes).

Canta-se tambem *inselencia* contra a tempestade. Os versos, porém, são mais numerosos, e não se repetem:

1 — Viva Maria
Que é Mãe do Senhor
Viva S. Francisco
Que é o imitador.

2 — Antes de haver mundo
Deus Padre aguardou

Para Mãe do Verbo
Que nela incarnou.

3 — A primeira culpa
Que o homem pecou
A Virgem Senhora
Milagre se achou.

4 — A Virgem Senhora
Os anjos chamaram
Para os inocentes
Que na terra se acharam.

5 — Entre céus e flores
Nasceu uma rosa
No céu se achava
Maria formosa.

6 — Senhor São Francisco
Por vosso cordão
Pedí ao Senhor
Que não trema o chão.

7 — Senhor Santo Antônio
De flores belas
Pedí a Jesus
Que não trema a terra.

8 — O céu se abriu
Inferno gemeu
A Virgem Senhora
Foi quem suspendeu.

Caso já tenha amainado a tempestade, o cântico fica aqui. Prosseguindo, porém, adianta-se mais uma estrofe, a qual, cantada quando mais calmo o furacão, poderá determinar o desencadeamento de sua fúria:

9 — Em ti Pedra Grande
O raio rachou
Castigo da terra
Lisbôa se arrazou.

Durante essa cantarola, pregam-se às portas e paredes da casa, ramos bentos, bandeirinhas com efigies de santos, que deverão ser tambem agitados pelos presentes.

Como se vê, as "inselencias" têm a caridosa finalidade de unir Deus ao homem e à terra, muito embora sejam os seus versos, às vezes, quasi incompreensíveis, fruto, talvez, de uma velha deturpação de qualquer hino religioso.

Estes, com os acima já citados, constitúem os mais interessantes e arraigados costumes religiosos do município, hoje reconhecidamente esmaecidos no seu secular fundo tradicional.

Vejámos, agora, alguns dos hábitos mundanos.

XXXIII

Outros hábitos e costumes.

Quando, em ligeiros traços, procurámos estudar a influência da pecuária no cenário histórico nordestino, falámos de uma *função social,* que criára hábitos, usos e tradições.

É tempo de vê-la com mais vagar. Até bem pouco tempo, quando o sertão ainda se sentia distanciado da civilização citadina, todas as nossas festas, incluidas as religiosas, refletiam essa preponderância da criação em nossa vida econômica e social. Eram a *apartação,* a *vaqueijada,* o *boi calemba,* embora importado do litoral, que, muitas vezes, serviam de preparação aos terços e aos bailes.

Afóra isto, que, por si só, já poderia certificar o nosso pensamento, há ainda revelando o nosso tradicional amor à pecuária, um linguajar completamente novo e muito sugestivo, criado nesse ambiente, e por isso, mais adaptado a êle.

Foi, assim, imensa a função social exercida pelo gado no meio sertanejo. Ainda hoje, nos leilões promovidos em benefício de festas religiosas, o nosso ho-

mem não encontra presente melhor do que um garrote ou uma vaca, quando tantas e tantas cousas diferentes deslisam sob os seus olhos.

Acontece, porém, que a maioria desses hábitos está extinta ou esmaecida. Por que?

O sertão, em quasi sua totalidade, é mais agrícola do que criador. A riqueza alva do algodão, pompeando nos campos extensos, fascinou os nossos antigos criadores, cansados de lutar com o gado na tortura das secas.

Além disto, dia a dia, diminue a percentagem do gado crioulo. Os reprodutores importados do sul não se prestam, pela sua indomabilidade, às vaqueijadas febricitantes, nem obedecem à sonoridade do aboio melódico, que sósinho, encaminhava manadas de rezes para qualquer destino.

As vitrolas invadiram vilas e cidades. Os rádios prosseguem essa trilha. O trem colocou perto a capital. Os caminhões aproximaram as cidades. A vida mudou. Desaparecem os característicos essenciais da nossa raça, afeita à destreza das vaqueijadas, à poesía dos cantadores, à calma dos comboios.

Deturparam-se as festas. Misturaram-se as danças antigas, ao som da viola afinada, com o fox vomitado pelas vitrolas gritantes.

Recordemos alguns traços desse sertão moribundo, menos civilizado e menos alegre, porém, cheio da secular pureza em que se criaram os nossos maiores:

As vaqueijadas — Na vaqueijada temos a distinguir duas modalidades: a *apartação* e a *vaqueijada* propriamente chamada.

A primeira, em completo desuso, destinava-se à seleção do gado de diferentes proprietários, misturados na "isolta" do inverno. Faziam-no reunir em um curral junto a um campo extenso e limpo, e cada rez que dele saisse era acompanhada, a cavalo, por dois vaqueiros. Um "fazia esteira" e o outro se encarregava da "música".

Na melhor oportunidade, o vaqueiro enrolava a mão na cauda da rez, e, com uma "puxada" derrubava-a. Depois, peava-a, conduzindo-a para a fazenda a que pertencia, no fim das corridas.

A "vaqueijada", mais ostentosa, teve sempre como fim mostrar a dextreza do vaqueiro, e, por isso, criou a muitos fama imorredoura.

A ela concorria grande assistência de toda parte, recebida pelo dono do sítio da melhor maneira possivel. As correrías começavam à tarde, depois que o sol esfriasse.

O sistema era o mesmo da "apartação". Os vaqueiros, vestidos com roupas de couro, montados em animais velozes, perseguiam, dois a dois, a rez, e o "quedaço" desta era sempre recebido entre estrepitosas salvas de palmas e aclamações ao vencedor. Muitas vezes, a rez se embrenhava na caatinga. Era um momento de expectativa e enervamento. Logo, porém, que aparecesse o vaqueiro, rosto iluminado pela vitória, redobravam-se os gritos de alegria e entusiasmo.

Nos intervalos das corridas não faltava bebida. A vaqueijada a todos animava, aproximando-os cada vez mais nos negócios e na amizade.

A "apartação" quasi não existe mais. A "vaquei-

jada", embora diminuida no seu conceito, se repete, todos os anos, relembrando a nós a coragem, a agilidade, o heroismo silencioso do velho vaqueiro sertanejo.

As dansas — Ainda hoje pouca gente compreende festa no sertão sem dansas. O baile foi sempre parte obrigatória em todos os festejos, inclusive nos religiosos.

Sabemos quanto de sacrifício têm arrostado ultimamente os vigarios para impedir o encerramento da festa do padroeiro de suas paróquias sem êsse costume.

Em Angicos, há poucos anos, ainda assistí, no último dia da festa, abrirem-se os salões para o "complemento".

O Natal, o Ano Bom, o São João, todos esses dias de alegria, deram sempre ensejo às nossas manifestações coreográficas.

Há, porém, uma diferença, e grande, entre o uso recente e o antigo: diferença nas danças e na música.

Antigamente, a orquestra não passava, pelo menos entre nós, de uma viola, e depois, de uma rabeca ou arcodeon.

Hoje, à falta de orquestra, os organizadores dos bailes mandam buscá-la fóra, e até na capital. E para as danças sem grande solenidade, não falta um conjunto de pau e corda, dirigido por saxofone, ou o rádio com os seus programas variados.

As dansas tambem mudaram. Dansamos agora o fox-trot, a valsa, a marcha, o samba, mas, tudo obedecendo a novos princípios. Tambem mudou o modo

de dansar. Não se admite mais um par muito afastado. A dansa moderna exige-o abraçado.

Enfim, do passado quasi nada resta, neste particular.

Vejamos, para melhor comprovação, algumas das dansas antigas:

Baiano ou baião — Dansa sapateada, em que os personagens davam castanholas do começo ao fim. Estes eram convidados da seguinte maneira: sentados ou de pé, esperavam que o tocador se aproximasse, requebrando-se, e lhes fizesse uma cortezia, que constava de um cumprimento aberto, no qual a viola continuava a tocar. O primeiro contemplado, após o tocador sentar-se, saía pelo salão, dando castanholas, e, logo, jogava o *lenço da sorte* a outro. E assim, sucessivamente, vinham dansar muitos dos presentes. Exemplo de um baião: "Araruna", cuja música, com as demais que aqui se repetem, devo ao clerigo Aderbal Vilar.

Serrote — Chóte, dansado por dois ou três pares, apenas. Formavam na sala, os cavalheiros de um lado e as senhoras do outro. Ao som da viola, saíam num pulo miudo, trocando os pés para um e outro lado. Ao se encontrarem, na ida, apertavam homem e mulher, a mão direita, e na volta, a esquerda. A dansa se dirigia sempre em sentido contrário, de modo que o encontro do cavalheiro com a dama, cada um vindo de um ponto contrário (dois ângulos da sala) justificava o nome da dansa.

Adiante publico a música. Não obtive versos, e

informações que consegui dizem que a música não era cantada.

Camalião — Dansa de vários pares, e miudinha, como uma *chula*. A música está publicada adiante. A letra constava de muitas estrofes, mais ou menos semelhantes a estas:

Camalião foi à missa
Num cavalo sem espóra
O cavalo deu um pulo
Camalião deu o fóra.

Estribilho:

Amarra camalião
Amarra meu bem tambem.

Camalião foi à missa
Lá na torre de Belém
O padre que celebrou
Era camalião tambem.

Camalião foi a Palácio
Foi falar com o presidente
Foi coisa que eu nunca vi
Camalião falar com gente.

Camalião foi a Palácio
Foi falar com o promotôr
Foi coisa que eu nunca vi
Camalião de palitó.

Fui ao mato cortar lenha
E vi um camalião
Segura meu bem segura
Segura com pés e mãos.

Numerosas outras dansas poderiamos trazer para aqui, das notas, que possuimos, com música e letra.

Entretanto, limitamo-nos a dar as mais usadas, oitenta e cem anos atrás, de vês que se tornaria demasiadamente extenso um trabalho desta ordem.

Os *lanceiros*, por exemplo, dansa impregnada de classicismo, modalidade bem mais bonita do que a quadrilha, tambem já desaparecida, foram muito apreciados entre nós, nos bailes da vila.

Deixamos, porém, para outro ensejo — si êste aparecer — de maneira que não exceda em muito os limites exíguos desta memória histórica.

XXXIV

LENDAS

O sertanejo, alma conservadora, por excelência, guarda sempre, através dos tempos, histórias sugestivas e lendas fantásticas, transmitidas, geração a geração, cheias de coloridos cada vês mais intensos.

Uma simples observação desse potencial de ficção, será bastante para a verificação de um fato indiscutivel: quasi todas as tradicionais histórias desse acervo, desenrolam-se num ambiente de drama, entre gemidos e gritos de sofrimento.

Não há dúvida que tal característico tem as suas raízes nas próprias condições de vida do nosso meio, periodicamente assolado pela tortura incomparável da sêde e da fome.

Assim acontece com duas lendas que queromos deixar registadas aqui, conservando-lhes as fantasias de que se revestem, para um estudo melhor sobre a psicología sertaneja.

A lenda da Damasinha — Contam os antigos que Damásia Francisca Pereira, mulher de Francisco Lopes, parente próximo da família fundadora de Angicos, vivia em perfeita calma na pobreza honrada do seu lar.

Essas duas existências, conjugadas eternamente pelo matrimônio, pareciam ter sido predestinadas, uma à outra, para as doçuras de uma vida feliz, entre os lazeres da criação e os momentos do repouso.

Um dia, porém, tudo muda. O marido nega à esposa fiel e dedicada os carinhos costumeiros, passando a tratá-la com grossería inaudita. Damasinha, alma privilegiada de mulher, bôa filha, bôa amiga, e que sacrificára o tempo da mocidade às esperanças de um casamento venturoso, compreende a transformação radical, mas, mesmo assim, sofre com paciência e resignação.

Uma palavra de desespero sua boca não pronuncía. Um gesto de arrependimento e tortura íntima nunca se lhe escapou.

Cada hora que passa, mais Francisco Lopes se revela indelicado e extranho.

Em 1843, realizava-se na vila a festa do padroeiro. Toda a população católica acorría ao templo, recitando as suas preces de salvação e de fé.

Francisco Lopes convida a esposa para assistirem aos festejos do santo patriarca.

Chegando em Angicos, tomam parte nas cerimônias religiosas, como todos os anos.

Na véspera do encerramento do novenário, a mãe de Damasinha surpreende na fisionomia da filha o martírio supremo.

Procurou sondar-lhe o coração. Sentiu-lhe mais forte o palpitar da alma, mas, nada obteve, sinão a

confissão deliciosamente mentirosa de que em sua casa pobre cantava e reinava a felicidade.

Longe, porém, de se enganar, o coração materno advinha a tragédia. Vê estampado no rosto da filha o signo involuntário da tortura irremediavel.

E como buscasse rete-la a seu lado, livrando-a da grossería inconciênte do marido, recebe da filha extremosa e esposa fiel a mais resignada negativa.

Voltou o casal para o sítio Santa Cruz, onde ficava a casa de sua residência, hoje de Luiz Rodrigues.

No caminho, Damásia compreende que o desenlace se aproxima. O marido, momento a momento, ferreteia-a com a ponta do punhal.

E não se enganou...

Logo ao chegarem, Francisco Lopes manda-a deitar-se na mesa da sala de jantar. A vítima obedece sem relutância.

E alí mesmo, fria e barbaramente, a arma assassina dególa a mulher heróica.

Cercando o cadáver de dois círios bruxoleantes, o tresloucado Lopes vai à casa do seu compadre João Felipe da Trindade, figura de saliência na vida municipal, e comunica-lhe, sorrindo, o fato hediondo.

Abriu-se inquérito, ainda hoje existente no cartório de Angicos. Francisco Lopes confirmou o assassínio em palavras desconexas.

A morte de Damasinha ecoou dolorosamente. As suas virtudes foram revividas por todos os que a conheceram.

A mesa do seu sacrifício e uma pedra que se alteava do ladrilho irregular, ficaram indelevelmente manchados pelo sangue inocente.

E, diz a lenda, quando o cadáver, acompanhado por grande multidão, chegou à Favela, arrabalde da vila de onde esta se desenhava lindamente, os sinos dobraram sem que ninguem lhes tocasse...

Francisco Lopes, tendo recebido um jato de sangue no peito, viu transformar-se quasi que numa única chaga, e, louco, terminou os seus dias miseravelmente.

Ainda hoje, entre o tímido fanatismo do nosso povo, existe quem levante os olhos para o céu, numa oração fervorosa à *santa Damasinha*...

A lenda da Tapuia — Pela base ocidental do Cabugí, quando o inverno faz renascer a terra moribunda, corre, borbulhante, o pequeno *riacho da Cabocla*, ou da *Tapuia*.

O seu nome está envolvido numa lenda muito antiga, já registada por Luiza Lira, em artigo publicado n"'A República".

Dizem que alí, testemunhados, apenas, pelo vulto soberano do granito, uns colonos perseguiram tenazmente uma índia solteira, para saciarem as suas paixões subalternas.

Desamparada, sem esperança de qualquer auxílio, mas, resistente na instintiva noção do pudor, preferiu a tapuia encerrar-se numa urna de pedra, morrendo sufocada, a entregar o corpo virgem à fúria dos seus perseguidores.

E, tempos a tempos, quando o fogo-fátuo percorre aquelas paragens, pensa o sertanejo assombrado que é a alma da índia sacrificada a pedir orações aos fieis.

XXXV

Síntese — Necessidade de maior associação humana — Um apêlo de fé.

Nas páginas antecedentes, ficaram as notas, os documentos, as impressões ligeiras que pudemos apanhar no estudo da história de Angicos, sob o aspecto político, religioso, econômico, geográfico e social.

Ainda agora não alimentamos a veleidade de ter feito um trabalho completo. Sem dúvida, ainda encobrimos no seu desenvolvimento muitos senões e muitas falhas. Mas, temos a conciência de ter feito um trabalho desapaixonado, sincero, imparcial.

Na parte relativa à formação política notarão os leitores a mesma parcimônia nos comentarios aos acontecimentos contemporâneos, em contraste com a descrição dos fatos mais recuados, e assim o fizemos com o intuito de evitar o extravasamento de paixões, porventura existentes, que viessem prejudicar o juizo sereno da nossa história.

Outra observação facil de ser apanhada é relativa à descrição das partes geográfica, econômica e social,

que, por certo, deveriam ser mais abundantes. Devemos, todavia, relembrar, na esperança de ser relevada esta falta, que a intenção primitiva deste estudo foi a de retratar, quanto possível fielmente, a vida histórica do município. O mais veiu por acrescimo...

Todos quantos se dedicam às lides da inteligência conhecem as dificuldades que encontramos para levar a termo estudos desta ordem, por mais humildes que eles sejam. Obstáculos que começam na insuficiência das fontes de investigação para terminar no desânimo contagiante do ambiente em que vivemos, sem meios de publicação, sem o estímulo das agremiações, disputando, sósinhos, às traças destruidoras, o patrimônio de cultura e civilização deixado pelos nossos maiores.

Na obtenção destas notas tivemos de arrostar com estes impecilhos, mas, graças a Deus, não esmorecemos. De pesquisa em pesquisa, nos arquivos dos Cartórios, das Igrejas e das Prefeituras de Angicos e dos municípios vizinhos, conseguimos concatenar tudo que aí ficou, resultado, apenas, de amor ao trabalho, gosto pela história e dedicação pela terra natal.

Os acontecimentos aqui fixados trazem este sêlo, que, insignificante e modesto, revela, todavia, esforço contínuo e animado.

Angicos não tem, em verdade, na sua formação, grandes páginas de história e imortalidade. As lutas que tivemos de sustentar pela segurança da nossa autonomia, poucas vezes, ultrapassaram a época, as gerações e as fronteiras locais.

Tudo isto, talvez, em razão mesmo das condições do nosso desenvolvimento, que se fez sempre entre o

isolamento dos interêsses, tão grande foi, e é ainda, a nossa desarticulação demográfica.

Habituados à labuta dos campos, jamais sentimos a atração da cidade no borborinho do seu comércio, na luta de suas paixões, nas esperanças de sua prosperidade. Basta lembrar que uma população calculada em quasi vinte mil habitantes, a população da sêde do do município não atinge à vigessima parte...

Em compensação, florescem, pela abnegação do seu povo, três grandes distritos... Somos, possivelmente, pelo que se vê, e dadas razões históricas ainda não definidas, um corpo mal distribuido, com funções, às vezes exorbitantes, às vezes, lentas e preguiçosas...

Precisamos fazer, está claro, um movimento de agremiação humana, condensando a população esparsa, sinão retirando-a dos campos, o que seria maléfico e criminoso, pelo menos, atraindo-a para o conjunto das nossas aspirações, com os mesmos anseios de grandeza e de progresso.

É o verdadeiro sentido do municipalismo. Campos circundando a cidade, na mesma visão dos interêsses, das aspirações e dos sentimentos.

E é o apêlo de um angicano que se sente feliz e orgulhoso de sua terra, à qual esteve sempre preso pelo sortilegio de sua paisagem — a igreja dominando o casarío humilde, e os campos florescendo no milagre do trabalho, — na admiração dos seus homens, continuando a missão dos que passaram, cheios le glorias fecundas e imorredoiras, — na identidade dos

mesmos desejos, para a alvorada triunfante dos seus direitos e das suas conquistas.

Cumpriremos, assim animados e invencíveis, o nosso destino histórico.

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Mirabeau Mello

O CABUGY

Director — FRANCISCO VERAS

Redactores — Barbosa de Oliveira, Vicente Barbosa, José Gabriel

ANNO I — RIO GRANDE DO NORTE — ANGICOS — 1º DE JANEIRO DE 1929 — NUM. 1

O CABUGY

PRIMEIRO ANNIVERSARIO DO GOVERNO



DR. JOSÉ AUGUSTO DE FARIA

Epitacio Pessôa

Falta d'agua potavel para a população

A população do Epitacio Pessôa vem soffrendo, ha muitos annos, as consequencias da falta de fontes e d'agua potavel.

A agua que existe na visinhança da povoação ou é prejudicial, ou insufficiente.

De forma que o mesmo é geral.

O povo vae buscar agua, onde ou muito soffrerem, a duas leguas de distancia.

Aposta, por isso, a população de Epitacio Pessôa para os poderes publicos do Municipio, do Estado e da União, afim de que alguma providencia seja tomada no sentido de remediar a effectiva situação.

Uma palestra com o Prefeito

Epitacio Pessôa

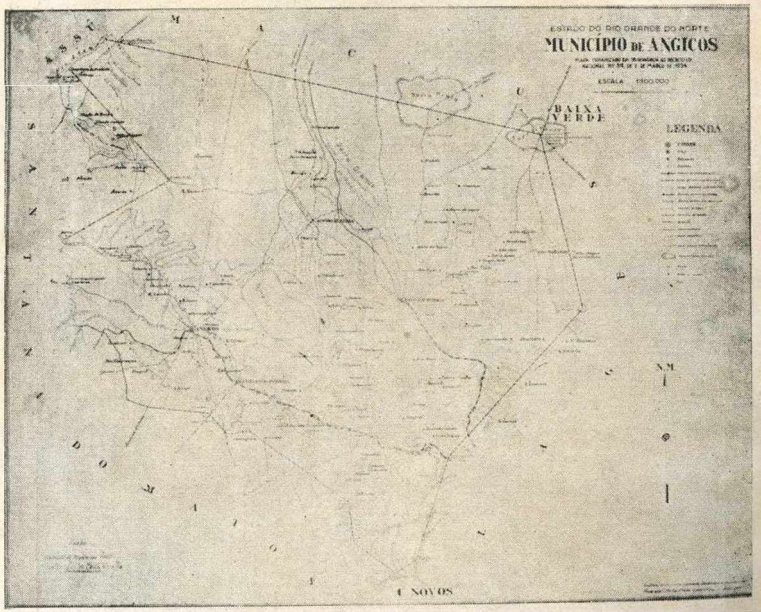
Falta d'agua potavel para a população

O CABUGY



PROF. FRANCISCO GONÇALVES DA SILVA
Director Grupo Escolar de Angicos

"Fac-simile" do 1.o número do "O Cabugi", primeiro jornal de Angicos (1929).



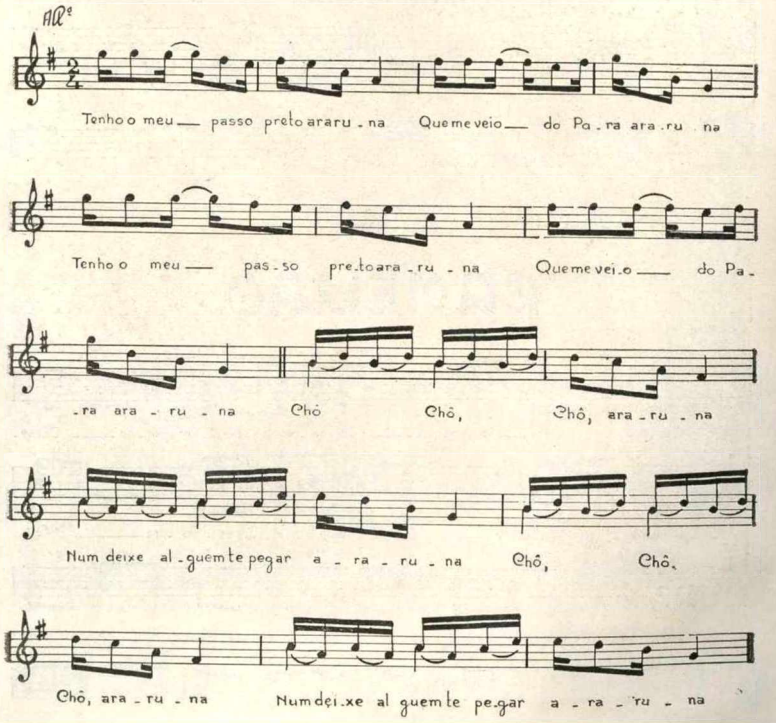
SERROTE

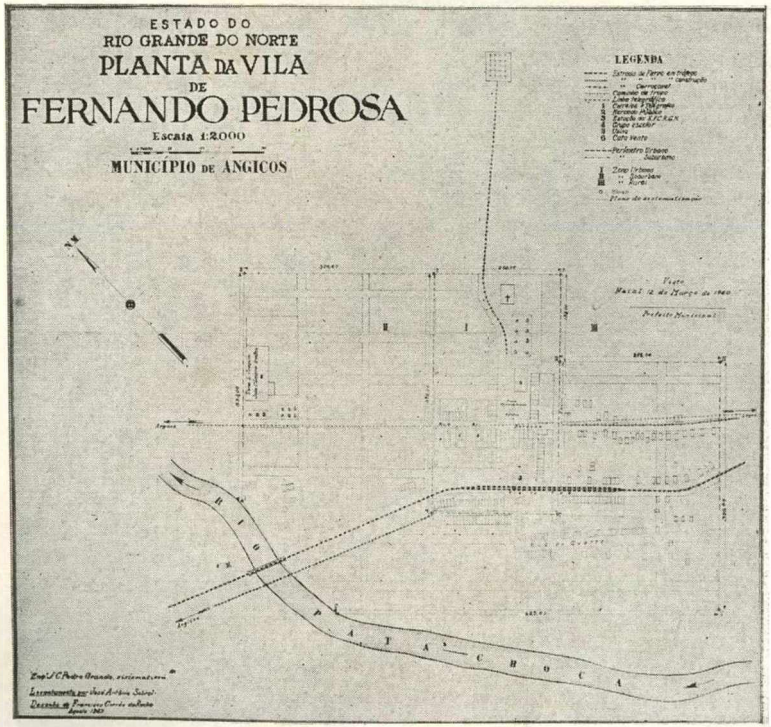


CAMELIÃO

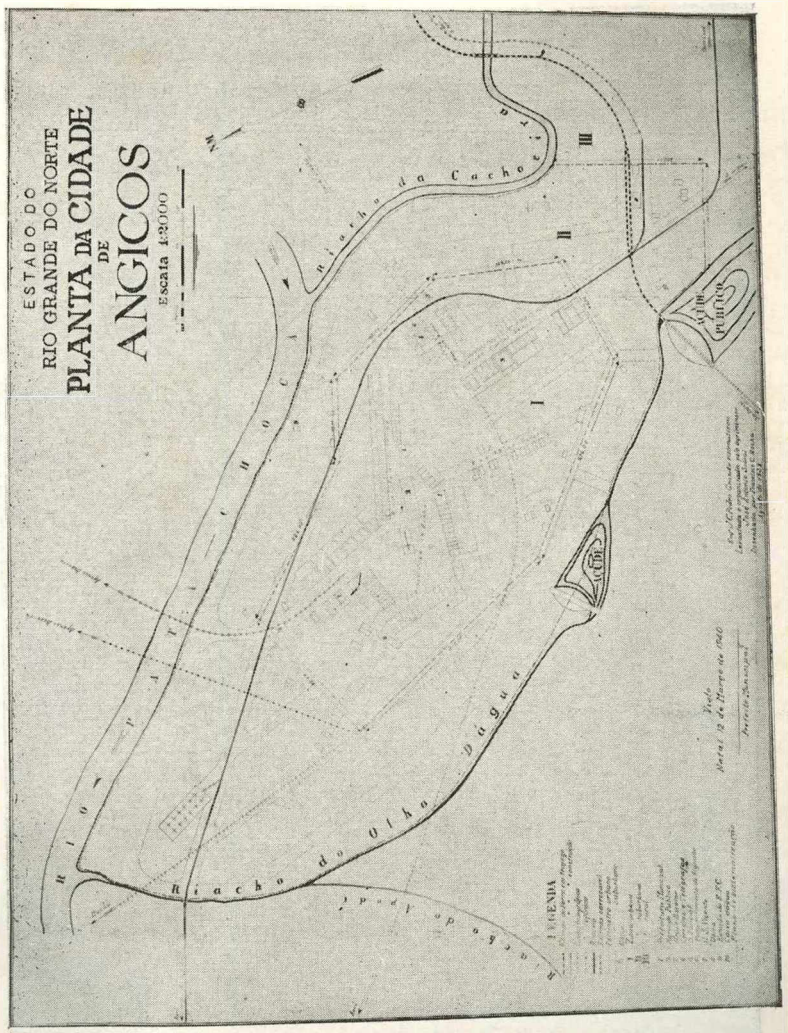


ARARUNA


Tenho o meu passo preto araru - na Que me veio do Pa - ra ara - ru - na
Tenho o meu pas - so pre - to ara - ru - na Que me vei - o do Pa -
- ra ara - ru - na Chô Chô, Chô, ara - ru - na
Num deixe al - guem te pegar a - ra - ru - na Chô, Chô.
Chô, ara - ru - na Num dei - xe al guem te pe - gar a - ra - ru - na


ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE
PLANTA DA VILA
DE
FERNANDO PEDROSA
Escala 1:2000
MUNICIPIO DE ANGICOS
LEGENDA
Rio Ubi
Rio Piranhas
Rio Chapada

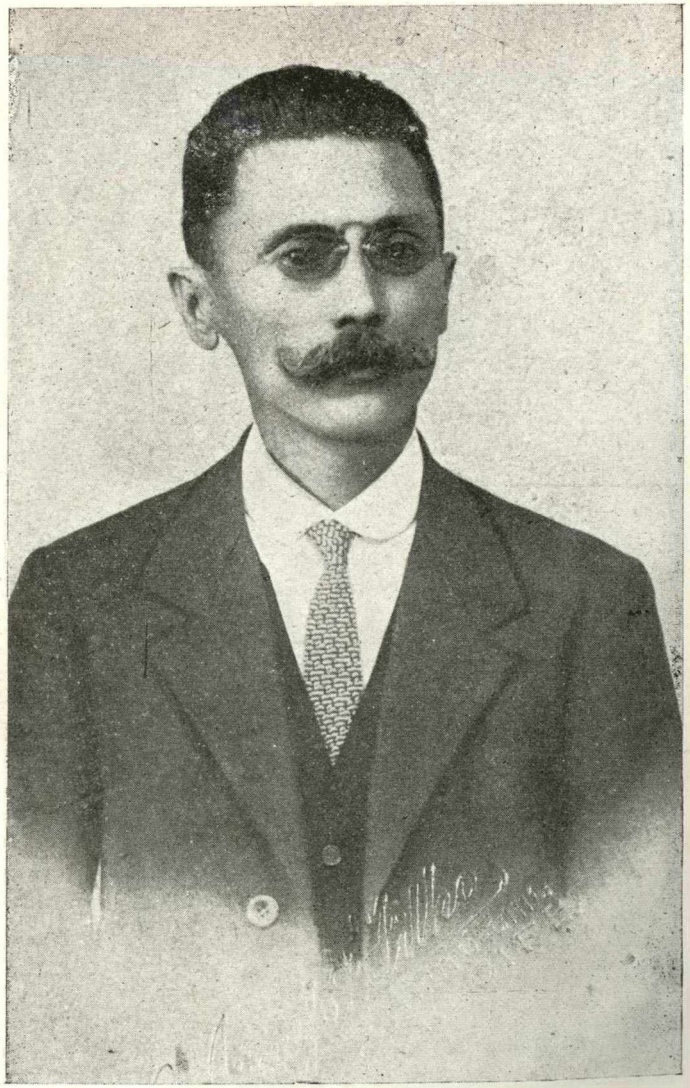

ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE
PLANTA DA VILA
DE
AFONSO BEZERRA
MUNICIPIO DE ANGICOS
Escala 1:2000
Visto
Natal 12 de Março de 1940
Prefeito Municipal
LEGENDA


ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE
PLANTA DA CIDADE
DE
ANGICOS
Escala 1:2000
Riacho da Cachoeira
Riacho do Olho D'agua
Visto
Natal 12 de Março de 1940
Prefeito Municipal
LEGENDA

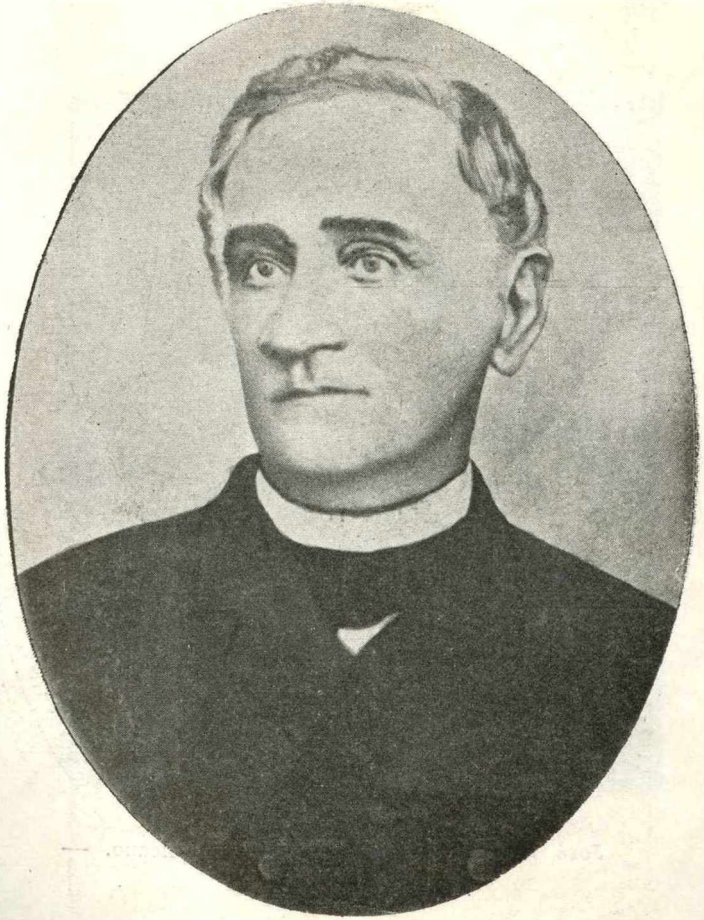




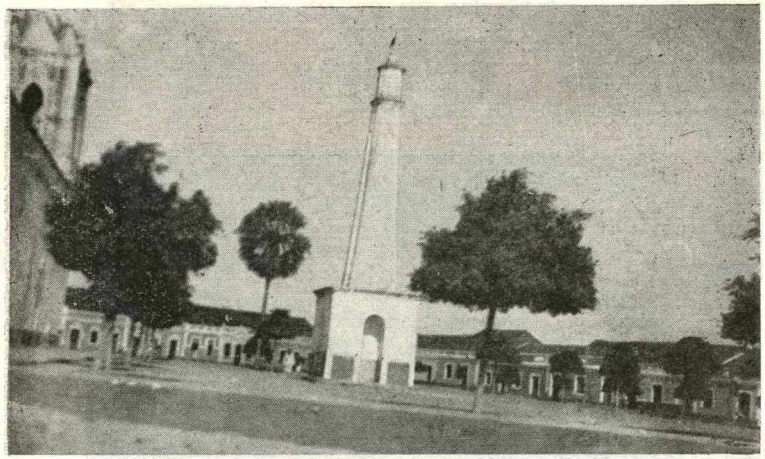
Pedro Avelino, Jornalista e político.



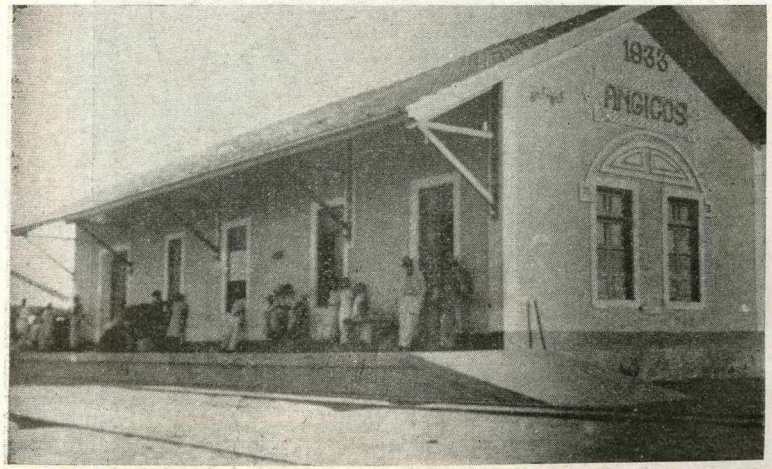
Vicente Germano, jornalista.



Padre Felix Alves de Souza, vigario



Praça da Igreja, vendo-se o monumento ao Século XX (1939).



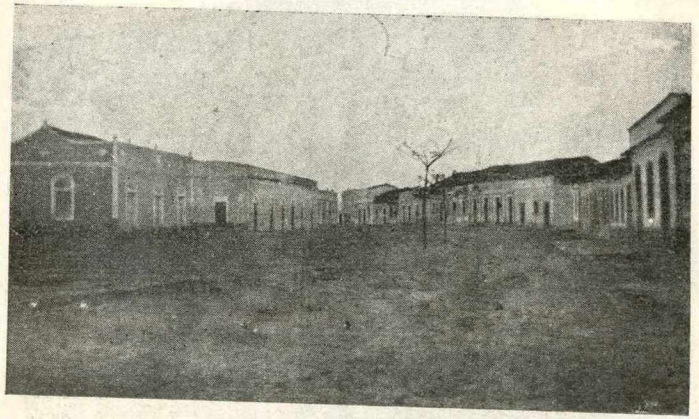
Estação da Estrada de Ferro Central, inaugurada em 1933.



J. da Penha.



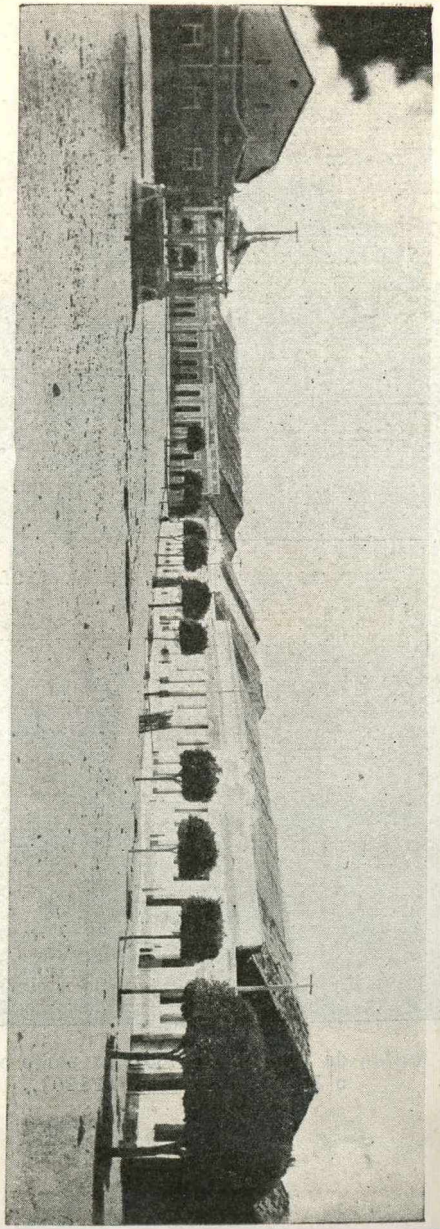
Fernando Pedroza, impulsionador e patrono do distrito antigamente denominado "S. Romão".



Trecho da praça J. da Penha (1920).



Vista antiga da Vila de Angicos, na parte onde ficava o Mercado Público (1920).



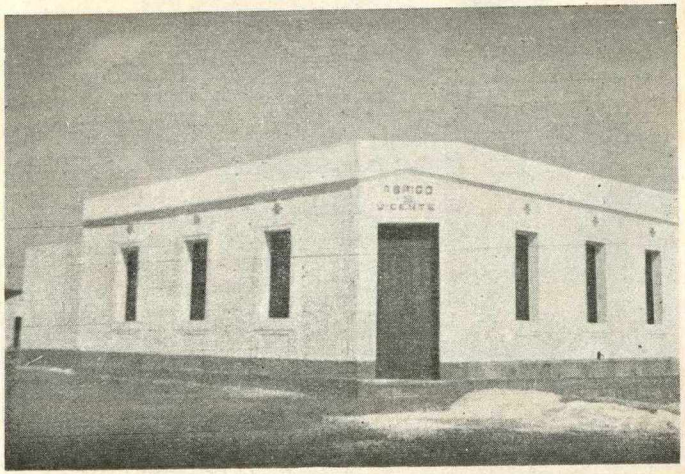
Trecho da praça J. da Penha (Angicos).



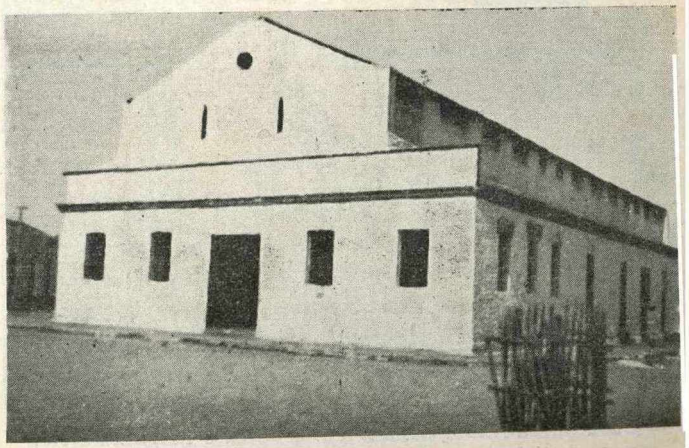
"Cabugi", o pico mais alto do Rio Grande do Norte, localisado no município de Angicos.



Casa da rua Gonçalves Lêdo, coberta e ladrilhada com o material da primitiva "Casa Grande", construida em 1776.



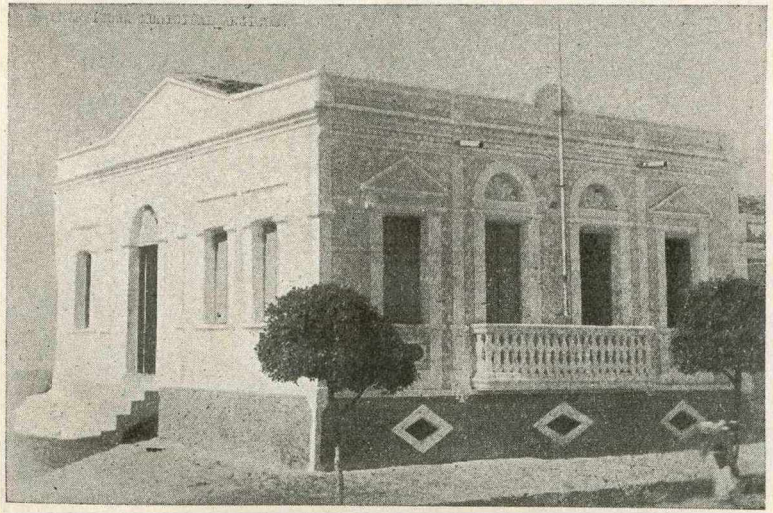
Abrigo S. Vicente, construído no paroquiato do Padre Manoel Tavares, para socorro a enfermos e indigentes.



Novo Mercado da cidade, por concluir, construido na administração Manuel Alves Filho (1932).



Matriz de Angicos, na praça J. da Penha.



Prédio da Prefeitura Municipal, construido na administração Francisco Pinheiro (1922).

INDICE

Dedicatoria 5
Uma carta do Dr. Eloy de Souza 9
Prefacio 15

HISTORIA

Antecedentes

I — Colonização do Rio Grande do Norte. Povoamento e suas causas 19
II — Primitivos habitantes do Rio G. do Norte. A guerra dos bárbaros: causas e consequências 24
III — Função política do gado no povoamento sertanejo. Importância da criação no R. G. do Norte. A "casa grande", origem de uma nova mentalidade. 31

Primordios

IV — Primitivos habitantes e povoadores. O nome de "Pataxó". Denominação de Angicos. 41
V — O fundador de Angicos. A compra do sítio. Constituição da família, e sua influência 46

Formação Eclesiastica

VI — A capela, fator de desenvolvimento social. Primeira doação para constituição do patrimônio. Pródromos da independência eclesiástica. O primeiro vigario 59
VII — A ação do padre Felix Alves de Souza. Várias reformas na Igreja. Os vigários da paróquia . 68
VIII — Traços do Pe. Felix Alves de Souza e do cônego Leão Fernandes 84

Dedicatoria 5
Uma carta do Dr. Eloy de Souza 9
Prefacio 15

HISTORIA

Antecedentes

I — Colonização do Rio Grande do Norte. Povoamento e suas causas 19
II — Primitivos habitantes do Rio G. do Norte. A guerra dos bárbaros: causas e consequências 24
III — Função política do gado no povoamento sertanejo. Importância da criação no R. G. do Norte. A "casa grande", origem de uma nova mentalidade. 31

Primordios

IV — Primitivos habitantes e povoadores. O nome de "Pataxó". Denominação de Angicos. 41
V — O fundador de Angicos. A compra do sítio. Constituição da família, e sua influência 46

Formação Eclesiastica

VI — A capela, fator de desenvolvimento social. Primeira doação para constituição do patrimônio. Pródromos da independência eclesiástica. O primeiro vigario 59
VII — A ação do padre Felix Alves de Souza. Várias reformas na Igreja. Os vigários da paróquia . 68
VIII — Traços do Pe. Felix Alves de Souza e do cônego Leão Fernandes 84

FORMAÇÃO POLITICA

IX — Primeiras lutas pela criação da vila. Angicos versus Santana do Matos. A atitude do padre João Teotônio 93
X — A atitude do novo presidente. Restauração do município. Episódios e administrações da época. 109
XI — Angicos, povoação de Macau-Campanha cerrada na Câmara. Município autônomo, uma vez por todas 120
XII — A administração de 1850, até 1868. A contribuição do município na guerra do Paraguai. Figuras e fatos desse período 128
XIII — Administrações de 1869 até o advento da República. Legislação provincial referente ao município 134
XIV — O abolicionismo e a República. José Rufino. Administrações de 1889 ao movimento revolucionário de 1930 39
XV — A revolução de 1930. Administrações provisórias até a constitucionalização do Estado. Uma grande campanha política 150
XVI — Antes da constitucionalização do município. A intentona comunista. A elevação de vila a cidade. 157
XVII — A constitucionalização do município. O pleito. A atual administração 169

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

XVIII — O distrito de Epitacio Pessôa-Síntese histórica. Condições atuais 181
XIX — O distrito de Afonso Bezerra. — Notas de sua história e do seu presente 189
XX — O distrito de Fernando Pedroza. Como nasceu e como vive 196

FORMAÇÃO LITERÁRIA

XXI — A educação em Angicos. Suas necessidades. Mestres do passado e do presente 203
XXII — Vida associativa — Imprensa 214
XXIII — FIGURAS LITERÁRIAS: Vicente Aires — Manoel Geminiano — Pedro Avelino — J. da Penha — Vicente Germano — Afonso Bezerra 221

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

XXIV — Aspectos geográficos do município 249
XXV — Limites do município. Clima. População. 253
XXVI — Principais acidentes geográficos 258

NOTAS SOBRE ECONOMIA

XXVII — Função do gado na economia norte-rio-grandense. Apontamentos topográficos do cíclo criador. Progresso e decadência da pecuária 276
XXVIII — A pecuária em Angicos. Sua história e seus problemas 281
XXIX — O "cíclo do algodão". Seu início e definitiva vitória 288
XXX — Uma pequena indústria e um comércio movimentado. Aspectos ligeiros 302

COSTUMES E TRADIÇÕES

XXXI — Dois cíclos distintos nas festas sertanejas. 311
XXXII — Festas e costumes religiosos 313
XXXIII — Outros hábitos e costumes 327
XXXIV — LENDAS 334
XXXV — Síntese — Necessidade de maior associação humana — Um apêlo de fé 339
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA 343